

UNIVERSITY OF TORONTO



3 1761 00284076 7



JACOME RATTON



RECORDAÇÕES

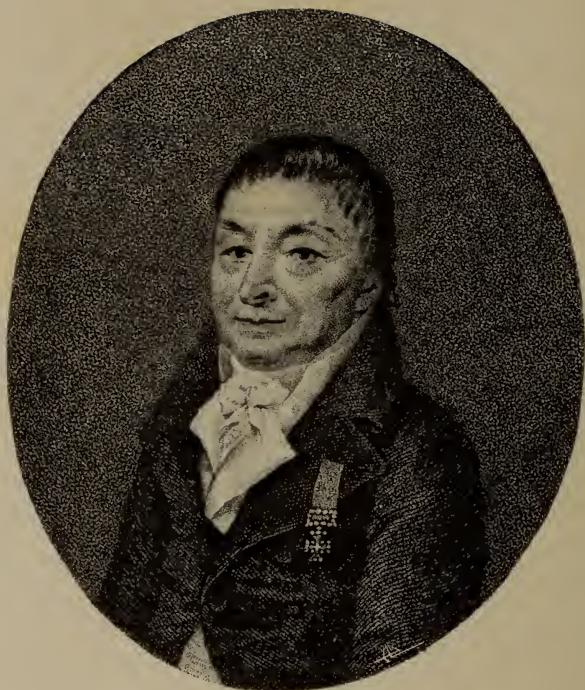
E MEMÓRIAS SOBRE OCORRÊNCIAS DO SEU
TEMPO, A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ,
E AS FÁBRICAS DE PAPEL, CAIXAS, FIAÇÃO,
: CHITAS, PENTES E RELÓGIOS :

COIMBRÁ : IMPRENSA DA UNIVERSIDADE : 1920

RECORDAÇÕES

DE

JACOME RATTON.



JACOME RATTON

RECORDAÇÕES

DE

JACOME RATTON

SOBRE OCORRÊNCIAS DO SEU TEMPO,
DE MAIO DE 1747 A SETEMBRO DE 1810

SEGUNDA EDIÇÃO REVISTA CUIDADOSAMENTE

POR

J. M. TEIXEIRA DE CARVALHO

Professor de Estética
e História da Arte na Universidade de Coimbra



COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1920

Si ceux qui accusent un homme le faisaient en vue du bien public, ils ne l'accuseraient pas devant le prince qui, peut être aisément prévenu, mais devant les magistrats, qui ont des règles qui ne sont formidables qu'aux calomnieux.

MONTESQUIEU, *Esp. des Loix*, Liv. 12,
Chap. 24.



PREFÁCIO DESTA EDIÇÃO

Cousas q̃ tem tanta graça,
tam doces para ouuyr,
termya por de maa rraça,
se as nam deesse empremyr.
Eu vejo bem como vou,
& vos, senhor, como hys:
& poys eu quys,
contente estou
como quem bem açertou.

GARCIA DE RRESENDE, in *Cancio-
neiro Geral*, tom. III, p. 333.



As *Recordações* de Jacome Ratton são um dos mais curiosos livros da nossa literatura do comêço do século xix. Como livro de memórias, raríssimos entre nós, esta obra tem chamado as atenções de todos os curiosos da vida portuguesa, de todos os eruditos e historiadores a quem interessa o movimento de ressurgimento artístico levado a cabo pelo Marquês de Pombal, e o viver da sociedade burguesa do fim do século xviii e comêço do século xix. É um deli-

cioso livro para ler, que a todos fará recordar as páginas magistrais de H. de Balzac na *Maison du Chat-qui-pelote*. Êste efeito evocador do livro de Jacome Ratton resulta da absoluta sinceridade do honrado negociante, contando ingénuamente as alegrias e os desgostos do seu lar, as fortunas e desfortunas dos seus negócios, o que via e o que ouvia, quando saía à rua, ou visitava os ministros, muito orgulhoso da cruz de Cristo que lhe enfeitava a lapela da casaca, sempre muito escovada, cuidadosamente abotoada sôbre o colete de larga gola, que usava sem elegância, desprezenciosamente. . . por se usar.

Encanta ver a sua adoração pelo grande Marquês que seguia de perto com louvor e protecção as generosas iniciativas do negociante transformado mais tarde em industrial e que o acaso de uma viagem devia tornar agricultor. É segura a sua opinião sôbre os homens e as cousas do seu tempo.

O meu amigo sr. dr. Fortunato de Almeida, que me comunicou as conclusões dum seu trabalho sôbre o movimento industrial pombalino, sugerido pela publicação destas memórias de que lhe dei conhecimento numa das horas em que a mais leal camaradagem nos reuniu, o ano passado, durante a época de exames no *Liceu José Falcão*, acha Ratton exagerado nos seus elogios ao Marquês, com o fundamento de que o

movimento industrial que lhe é exclusivamente atribuído, vinha de longe e se continuou depois do seu afastamento do poder, estudando o comércio e as indústrias na época imediatamente anterior (1640-1750) e na que imediatamente se lhe seguiu (1777-1820). O Marquês de Pombal encontrou muitos planos estudados e muita experiência feita, continuando e ampliando, é certo, planos que vinham de longe; mas nem por isso a sua acção foi menos decisiva e menos para louvar, num país, como o nosso, em que as melhores iniciativas ficam sem resultado por falta de continuação dos que se sucedem na administração dos negócios públicos, e parece terem prazer especial em começar por destruir a obra dos que os precederam, mostrando por fim, a maior parte das vezes, que não tinham planos e ideias que valessem as que puzeram de lado.

Jacome Ratton é um homem honrado, de um bom senso burguês que pode fazer sorrir, mas que encanta pela franqueza com que se mostra, numa linguagem clara, apesar das suas irregularidades gramaticais. É um adorador do Marquês, mas vai dizendo que o seu grande valor, como ministro, foi saber rodear-se de competências e aproveitá-las. É uma grande verdade, cujo alto valor e significação tem escapado aos historiadores que procuram, na obra dos colaboradores do

Marquês e na sua excelência, a prova da inferioridade do grande Ministro.

Não é êste o caso do sr. dr. Fortunato de Almeida, cujo artigo encerra notícia de numerosos factos muito curiosos e geralmente esquecidos, sendo particularmente interessante o que diz tocante à importância e influência do tratado de Methwen, questão que esclarece com a notícia dos preços dos vinhos portugueses antes e depois do tratado (1).

A mim parece-me que, apesar de todo o encarecimento que Ratton faz à obra administrativa do Marquês, Jacome Ratton não deveria admirá-lo absolutamente, não obstante ser também um carácter de *antes quebrar que torcer*. Devia-lho impedir o seu espírito comedido e burguês.

A obra de Ratton tem sido a fonte de informação de todos os historiadores do movimento industrial pombalino. É capital na história da arte e indústrias portuguesas dêste período, em que por mais de uma vez o honrado negociante interveio com a sua iniciativa e experimentado conselho.

Da leitura de Ratton se avalia o movimento de

(1) Êste artigo será em breve publicado na *Revista de historia*, e então teremos ocasião de fazer-lhe mais larga referência. Por agora, quizemos apenas agradecer ao nosso amigo a penhorante amabilidade da sua comunicação.

aproximação da França que foi grande e frutuoso em toda a época pombalina, que vinha já iniciado, é certo, dos séculos xvii e xviii e continuou ainda, como por vezes temos tido ocasião de demonstrar, no tempo de D. Maria I.

A fábrica das sedas foi estabelecida por D. João V que *para isso mandou vir* operários de Lyon.

E são ainda artistas franceses que encontramos à frente das fábricas estabelecidas às Amoreiras por a Direcção da Fábrica da Seda, depois da reforma que nela fez o Marquês de Pombal, nomeando para ela directores negociantes, e applicando-lhe muitos fundos, não só para que pudesse trabalhar mais desafogada-mente no seu primeiro destino, mas *para servir como de viveiro a muitas artes, e ofícios* que faltavam em Portugal (p. 90).

E assim ficaram: *Mr. Dutoit* à frente do estabelecimento *de cutelaria*; *Mr. Berthoud* dirigindo a *relojoaria*; *Mr. Gabriel de la Croix* administrando a fábrica *de pentes de marfim, caixas de papelão envernizadas, verniz copal e lacre*. Eram também franceses: *Mr. Joseph May*, mestre desenhador mandado vir de Lyon para a *Fábrica da Seda*, *Mr. Luís La Chapelle*, mestre *de tinturaria* e *Mr. Sauvage* mestre da fábrica de chapéus finos estabelecida em Pombal, a primeira que houve em Portugal, e que não prosperou, mas deu

origem ao estabelecimento de outras particulares, e ao aproveitamento das peles de coelho e lebre que até então se deitavam aos cães (p. 91-92).

A estes nomes teremos de acrescentar o de Mr. Guilhobel, mestre da fábrica de botões de casquinha (p. 92).

Mas o Marquês de Pombal não tentou só por esta forma a aproximação entre as indústrias portuguesas e francesas; levou-a muito mais longe, mandando traduzir os melhores tratadistas franceses e promovendo a difusão dêsses livros entre os industriais portugueses.

Não tornou porém a reforma do grande Marquês as indústrias portuguesas subsidiárias das francesas, antes procurou estabelecer a concorrência entre umas e outras, livrando o mercado dos produtos de importação que o inundavam.

A fábrica de louça do Rato foi estabelecida sob êste ponto de vista e os seus produtos fizeram uma concorrência tão forte aos produtos similares franceses que a importação de louça de Rouen diminuiu rapidamente, acabando por quási se extinguir.

Nas indústrias, o Marquês de Pombal introduziu também negociantes na sua direcção, dando-lhes assim condições de boa administração que só por acaso encontrariam quando exclusivamente entregues a indus-

triais, qualquer que fôsse a sua competência artística. Muitas indústrias, que a princípio não tinham vingado por falta de administração competente, reffloriram assim, de novo e pozeram-se em estado de fazer concorrência eficaz aos produtos da indústria estrangeira.

Jacome Ratton teve neste movimento um papel preponderante, não só criando novas indústrias, como insuflando vida nova a outras já existentes.

É preciosa também, a descrição que Jacome Ratton faz da sociedade portuguesa da última metade do século XVIII e dos preconceitos que frustravam todos os esforços para dar vida às indústrias portuguesas.

Ao tempo de Jacome Ratton era muito difficil o estabelecimento de fábricas em Portugal. No nosso país havia apenas, além da fábrica real das sedas e de outras que com os seus fundos e sob sua direcção se tentavam às Amoreiras, poucas de iniciativa particular, e essas tinham todas uma vida difficil.

Os estrangeiros, em benefício da importação dos artefactos que alimentavam o seu comércio, sustentavam abertamente que tais estabelecimentos se não podiam aclimar em Portugal (p. 28) e, como acontece ordinariamente com ideas erradas, sem possibilidade de verificação, favoráveis à inércia nacional e audaciosamente defendidas pelos interessados, a opinião vin-

gara e tinha, mesmo entre os empregados superiores do Estado, muito quem a advogasse, em prejuízo do progresso da indústria portuguesa.

Além disso o nome de *fabricante* corria, na linguagem corrente, tão baixo como o de *obreiro* ou operário.

Por isso, apesar do cuidado de que Jacome Ratton precedia sempre o estabelecimento de novas indústrias, estudando os estabelecimentos similares do estrangeiro donde fazia vir homens inteligentes e experimentados no ofício, tomando conhecimento das necessidades e recursos do nosso país, teve de abandonar, às vezes logo em comêço, muitas das emprêsas da sua generosa iniciativa.

E todas o foram afinal pelo desgraçado tratado de 9 de Fevereiro de 1810.

Emprêsas frustradas Neste número conta-se a da *fábrica das chitas* que quis estabelecer em 1764, nos arrabaldes de Lisboa, para que solicitou privilégio e contratara na Suíssa os artistas necessários, e que não pôde levar por diante, porque José Francisco de Araújo, primeiro tesoureiro-mór do Erário e seu amigo, lhe embaraçou a concessão do necessário privilégio rial, convencido de que, impedindo o estabelecimento da estamperia das chitas, des-

viaria Jacome Ratton da ruina que tal fábrica lhe traria inevitavelmente (p. 28).

Por isso, só 20 anos mais tarde estabeleceu Magalhães e Larcher, na vila de Nogueira de Azeitão a primeira fábrica de chitas, com fundos do govêrno, seguindo-se-lhe depois outras que, como a de Henrique Meuron estabelecida em Tôrres Novas, acabaram, depois de vida florescente, pelas más condições em que as deixou o tratado de comércio de 1810 (p. 28-29).

A fábrica de *fiação de algodão* em Tomar não se pode dizer uma emprêsa gorada de Jacome Ratton; porque, se êle se viu obrigado a abandoná-la, ela continuou sob a direcção de Timóteo Lecussan Verdier.

A princípio, esteve a fábrica para ser montada por conta do govêrno, tendo obtido Ratton autorização do Marquês de Ponte do Lima para fazer o que julgasse conveniente, porque se lhe dariam os dinheiros necessários, *depois de se assentar, de que cofre deveriaõ sahir* (p. 33).

Ratton, forte com êste apoio, mandou vir um práctico hábil que com a mulher e filhos lhe fez de despesa acima de seis mil cruzados, sem o ministro decidir de qual dos cofres devia sair o dinheiro para a montagem da fábrica.

Desesperado com estas demoras e com as importunações do prático, Ratton propôs a Verdier a administração da nova emprêsa que tomariam juntos, ficando a administração a cargo de Verdier, o que êste aceitou (p. 34).

O governo concedeu à nova emprêsa, em 1789, privilégio exclusivo por vinte anos de matérias primas, e manufacturas isentas de direitos, e a faculdade de poderem comprar todos os terrenos de qualquer natureza que fôssem, que julgassem necessários para o estabelecimento da fábrica, pagando-os por mais um terço da avaliação judicial (p. 34).

Em 1794 trazia Jacome Ratton para Lisboa o primeiro costal de fio da nova fábrica (p. 35) e, passado algum tempo, rescindia o contrato com Verdier, depois de ter dispendido 150.000 cruzados, além de todas as cancelas de compra de terrenos, barragem do Nabão e construção dos edificios do novo estabelecimento, ficando Verdier único proprietário dêle (p. 36).

A fábrica de armas que Jacome Ratton quis estabelecer junto à bacia e pôrto de S. Martinho para abastecer de armas os arsenais e para fazer obras grossas e finas de ferro, aço e cobre, necessárias à vida e que eram importadas do estrangeiro, gorou-se, diz Jacome Ratton com ironia, *talvez porque nelle entrava o Mosteiro d'Alcobaça, como um dos principais accionistas,*

visto que o estabelecimento era de grande proveito aos coutos do dito mosteiro, tanto em consumo de generos, como em augmento de população (p. 104).

Chapéus de sêda

Quando Jacome Ratton criou em Elvas a sua fábrica de chapéus de sêda, havia em Portugal já duas: uma em Pombal estabelecida por T. Sauvage por conta da Rial Fábrica da Sêda; outra em Lisboa, na rua Formosa, pertencente a Gabriel Milliet.

A fábrica de Ratton girou desde o comêço com o nome de João Baptista Alexis, fabricante francês de chapéus, embora criada com fundos seus. Em 1785, Jacome Ratton comprou a fábrica de Gabriel Milliet (p. 31).

O sucesso destas duas fábricas, bem como o de outras do mesmo género que depois se estabeleceram em Portugal à semelhança destas, acabou com todo o contrabando que de chapéus de sêda se fazia para Portugal (p. 32).

Fábrica de fiação

Além da fábrica de fiação em Tomar, estabeleceu Jacome Ratton outra do mesmo género junto a Vila do Conde, na quinta da Prova, a pedido de António de Araújo de Azevedo, então secretário e ministro dos negócios es-

tranjeiros e da guerra, a quem a mesma quinta pertencia (p. 37).

António de Araújo que obtivera da rainha a licença e privilégio para o estabelecimento da fábrica, propôs a Jacome Ratton a organização de uma sociedade que tomasse o cargo da administração e suprisse os fundos necessários para os maquinismos e costeamento, reservando para êle o ter prontos os edificios e conduzir a água do rio Vez e conservação destas duas cousas, tomando para si o quinto dos lucros (p. 37-38).

Jacome Ratton organizou os planos do edificio e as condições da sociedade, mas, considerando que a multiplicidade de sócios poderia vir a acarretar-lhe desgostos, propôs a António de Araújo tomar sôbre si o costeamento e maquinismos, dando-lhe o têrço dos lucros e o lugar superior na administração, o que êle aceitou.

Em Lisboa, criou Jacome Ratton, junto da sua residência, uma fábrica em que construiu todos os maquinismos necessários para a fiação empregando nisso os melhores artistas e criando outros, começando nela a fiação sem prejudicar a fábrica da Prova.

Conseguiu, assim, fiar 300 sacas de algodão, que não tiveram compradores, em virtude do tratado de 9 de Fevereiro de 1810, e as fábricas de fiação fecharam.

Não há melhor historiador do movimento pombalino de rejuvenescimento das indústrias portuguesas que Jacome Ratton; por isso as suas *Recordações* teem sido sempre consultadas por todos os que teem pretendido traçar a sua história.

Há muitos anos que as *Recordações* são uma obra de extrema raridade no mercado literário portugûes e, quando pretendi levar a cabo esta edição, debalde procurei um exemplar em Lisboa, Pôrto, Coimbra e Leiria. Não pude conseguir um só, embora tivesse sempre feito a encomenda sem limitar o preço da obra. ; Soube então que em Lisboa se tinham vendido alguns exemplares por cem escudos!

Intentei esta publicação na certeza de fazer um verdadeiro serviço a todos os que agora tão patrióticamente se interessam pela história das indústrias portuguesas e cuja boa vontade se cança por falta de elementos de estudo.

As *Recordações* de Jacome Ratton são um guia seguro.

Levou-me também a esta publicação o Congresso de Arqueologia que devia réalizar-se êste outono em Paris e em que as *Recordações* de Ratton seriam apresentadas como uma das provas da alta influêcia da França na indústria portuguesa, numa memória que tenho elaborada sôbre as relações artísticas entre Por-

tugal e a França que deveria servir de prólogo a esta edição, do que desisti em virtude da extensão com que ficou.

A seu tempo a publicarei.

A presente edição foi cuidadosamente revista por mim, conservando a ortografia de Ratton, e levando o escrúpulo até reproduzir os erros tipográficos, que é muitas vezes difícil determinar se não seriam da autoria de Ratton. A presente edição é a reprodução fiel da primeira, tanto no texto como nas gravuras que a acompanham.

Que o leitor ache tanto prazer em lê-la, como eu tive em organizá-la e revê-la é, na minha opinião, o mais que posso desejar-lhe.

As *Recordações* são além de um *livro raro* um belo livro de atraente e sugestiva leitura, um documento que ressuscita um passado morto de actividade patriótica, inteligente e frutificadora.

São o livro da hora presente. . .

Coimbra — Outubro de 1920.

TEIXEIRA DE CARVALHO.

RECORDACOENS

DE

JACOME RATTON,

FIDALGO CAVALLEIRO DA CAZA REAL, CAVALLEIRO DA
ORDEM DE CHRISTO, EX-NEGOCIANTE DA PRAÇA DE
LISBOA, E DEPUTADO DO TRIBUNAL SUPREMO DA REAL
JUNTA DO COMMERCIO, AGRICULTURA, FABRICAS, E
NAVEGAÇÃO,

SOBRE

OCCURRENCIAS DO SEU TEMPO

EM

PORTUGAL,

DURANTE O LAPSO DE SESENTA E TRES ANNOS E MEIO,

ALIAS

DE MAIO 1747 A SETEMBRO DE 1810.

QUE REZIDIO EM LISBOA:

ACCOMPANHADAS DE

ALGUMAS SUBSEQUENTES REFLEXOENS SUAS,

PARA

INFORMACOENS DE SEUS PROPRIOS FILHOS.

COM DOCUMENTOS NO FIM.

Londres.

IMPRESSO POR H. BRYER, BRIDGE-STREET, BLACKFRIARS.

1813.

RECORDAÇÕES

DE

JACOME RATTON.

P R E A M B U L O .

TOCANDO eu setenta e cinco annos de minha idade; dez e meio dos quaes foraõ passados em França, minha Patria; quatorze em Lisboa na qualidade de Francez, e cincoenta e hum, pouco mais ou menos, naturalisado Portuguez, fui preso em a noite de 10 para 11 de Setembro de 1810, e conduzido á Fortaleza de S. Juliaõ da Barra, aonde estive incommunicavel, com mais nove companheiros na desgraça, até o dia 16 do mesmo mez, no qual fomos conduzidos pelo Juiz de Fora de Oeiras, e seus officiaes, á vista de hum povo immenso, entre fileiras de soldados armados, e a toque de caixa, para hum barco que nos esperava na praia, a bastante distancia daquella Fortaleza. Entramos no barco com toda a tropa, e ficamos taõ apertados que mal podiamos tirar os lenços para nos limpar do suor occasionado pela afflicção, e ardor do sol, que naquelle dia era intensissimo. Ja se nos tinha intimado, que hiamos embarcar na fragata Amazona fundeada de frente da Cordoaria, para a qual se dirigio o barco; mas fingindo-se que a naõ podiaõ abordar, deraõ comnosco de frente do caes da Praça do Commercio, para que fosse-mos vistos, e apupados do innumeravel povo que

se achava naquella praça, de cuja situação voltamos terra terra, até ganhar a fragata, a bordo da qual fomos entregues ao Chefe d'esquadra Matheus Pereira de Campos: e como fosse permitido aos infelizes fallar a parentes, e amigos, alli achei meu filho Diogo Ratton, e sua espoza, meus sobrinhos Nicolaõ de Clamousse Brown, e sua irmã Da. Maria Francisca, os quaes me continuaraõ a visitar até o dia 18, na manhã do qual se fez a fragata á vela, faltando tempo para se fazerem as accomodaçoens necessarias para tanta gente, as quaes sómente se concluiaraõ no mar; por se ter mandado sahir o commandante a toda apressa, sob pena de ser substituido por outro. Este honrado commandante nada poupou para suavisar a magoã de seus hospedes, ao ponto mesmo de se accomodar em hum pequeno camarim, aonde apenas cabia a sua cama. Os ventos nos foraõ favoraveis, e no dia 25 avistamos a cidade de Angra na Ilha Terceira, para a qual hiamos deportados. No dia seguinte desembarcamos todos, á excepção de dous Pintores Italianos, o Negociante Bento Dufourcq, o Senhor de Pancas, o Cirurgiaõ Antonio de Almeida, e suas quatro filhas, que, por terem passaportes passaraõ para bordo da fragata ingleza Lavinia, a qual tinha seguido a Amazona desde o Tejo até a dita ilha, commandada por Lord William Stuart, que sabendo que eu, o Snr. Sebastiaõ Jozé de Sampayo, irmão do Conde deste titulo, e o Conselheiro Jozé Diogo de Mascarenhas Neto tinhamos passaportes do Ministro de S. M. B. em Lisboa, para passarmos a Inglaterra, e não apparecendo os ditos passaportes; porque os Governadores do Reino os retiveraõ, nos seguiu, em huma visita que fez a bordo da Amazona, que não obstante a retenção dos passaportes, nós passaríamos

a Inglaterra; e assim o ajustou com o Chefe d'esquadra Matheus; porem apezar deste ajuste fizeraõ-nos desembarcar, e conduzir em cadeirinhas para differentes prisoens, tocando-me a mim, e a Mascarenhas a do Aljube, e o Cárcere do convento dos Franciscanos ao Snr. Sebastião José de Sampaio. Mas como Lord William Stuart tivesse hido a terra, e soubesse do nosso destino, não poupou fadigas e trabalhos para nos livrar das prisoens, e nos fazer conduzir a bordo da sua fragata, dando até huma resalva ao Commandante Matheus para o desobrigar de toda a responsabilidade, para com os Governadores do Reino. Hé pois a esta generosa acção, effeito da bondade de Lord William Stuart, que eu devo a vida, e socego em que me acho; pelo que lhe rendo mil graças, assim como tambem o seu primo, o Snr. Carlos Stuart, Ministro de S. M. B. em Lisboa, que a não ter mettido o meu nome na lista daquelles a quem dera passaporte, para Inglaterra, eu teria pela minha cançada idade perecido nas masmorras da Ilha Terceira, ou quando muito seguido o destino dos mais infelizes que lá ficaraõ.

Recebido pois a bordo da fragata Lavinia desembarquei em Portsmouth, e parti para Londres, onde tenho residido ha quasi quatro annos; e logo que cheguei a esta capital, dirigi pelo primeiro paquete que partio para o Rio de Janeiro em Novembro de 1810, a minha respectuosa supplica ao Principe Regente N. S., pedindo-Lhe se Dignasse de me haver por justificado, ou ordenasse, que logo se me fizesse hum processo, declarando-se-me o supposto delicto, para delle me poder justificar, e confundir os accusadores, quaesquer que fossem, a fim de que as penas da lei recahissem sobre quem fosse culpado (*Doc. No. 1.*)

Sendo presente a S. A. R. esta minha supplica, Dignou-se o mesmo Senhor de a deferir, mandando-a remetter aos Governadores do Reino, para que se me formasse logo o processo; os quaes a enviaraõ á Intendencia Geral da Politica, como consta da certidaõ. (*Doc. No. 2.*) Mas por mais porfiadas diligencias, que em meu nome se tenhaõ feito, para que se desse cumprimento ás Reaes Ordens, nada se tem obtido.

Naõ obstante a formal declaração que os Governadores do Reino mandaraõ inserir na Gazeta de Lisboa de 29 de Outubro de 1810 (*Doc. No. 3.*); (titulo de justificação geral de todos os deportados no dia 18 de Septembro do mesmo anno, sem culpas, mas somente, como medida de prevenção e suspeitas da Policia) que naõ houveraõ factos, e menos achada de armas na minha casa, como falsamente se annunciára nas Gazetas Inglezas (*Doc. No. 4.*) Naõ obstante, digo, aquella formal declaração, naõ deixa de ficar sendo maculada aos olhos do publico nacional e estrangeiro, a reputação individual de cada hum dos deportados, visto que nenhum depois tem sido admittido a justificar-se juridicamente, o que de certo tem passado por mim. Meus filhos horrorizando-se de que eu passe na opiniaõ publica, quando menos, por suspeito contra a segurança do Estado; e sabendo, ao mesmo tempo, quanto tenho praticado em beneneficio do mesmo Estado, me pediraõ com respectuosas, e reiteradas instancias, quizesse eu escrever, e publicar huma Memoria que me servisse de justificação, e minorasse os seus soffrimentos a respeito da opiniaõ publica. Eis aqui o motivo desta minha forçada producção. Por quanto naõ me accusando minha propria consciencia de delicto algum, nada tenho

de que justificar-me; mas farei quanto me for possível por comprazer com as rogativas de meus filhos, que amo tanto, quanto delles sou amado e respeitado, resolvendo-me a pegar na penna, para relatar quanto me for occorrendo de memoria; pois que, aonde me acho, não tenho outro algum soccorro, de que me possa valer, tanto a respeito de minha pessoa, como de factos praticados por mim, ou connexos com elles; assim como tambem de outros publicos e particulares que presenciei, ou chegaraõ á minha noticia, durante huma residencia de sessenta e tres annos e meio em Lisboa, os quaes relatarei pela forma, e ordem em que me for lembrando, accompanhando-os das reflexoens, que me occorrerem a respeito de cada objecto; e isto com as puras intençoens da utilidade publica tanto presente como futura, desejando, que os meus proprios erros emendados por entendimentos mais illustrados, possaõ ser proveitosos á causa da patria, que prézo como minha; e á qual, por gratidaõ, e honra, desejo todas as prosperidades, apezar de ter sido expulso della taõ injusta, como ignominiosamente, e talvez sem esperanza de a ella regressar. Protestando outro sim á face do mundo inteiro minha gratidaõ, amor, fidelidade, e profundo respeito á Augusta Pessoa do Soberano o Principe Regente N. S. e Sua Real Dinastia, de Quem espero, mais cedo, ou mais tarde, me renderá a justiça, de que me considero merecedor, dignando-se de fazer recahir na pessoa de meu filho primogenito Diogo Ratton as graças, e mercês com que a Sua Benigna Munificencia me houvera beneficiado, em remuneração dos meus longos serviços, se a mais horrivel calumnia não tivesse denegrido a minha pessoa na Sua Real Presença.

Tendo pois de relatar factos, será indispensavel nomear

peessoas existentes, ou falecidas, o que farei sempre sem tenção de manchar a memoria destas, nem de offender o decoro daquellas, sem com tudo faltar á verdade, a qual me impoem a obrigação de ser exacto em a narração dos mesmos factos, ou estes tenham sido passados comigo mesmo, ou me tenham vindo á noticia como anedotas do tempo; por meio de narrações que eu tenho por verdadeiras, ajuntando-lhes, como ja disse, as minhas reflexões, e reparos. A natureza, e objecto desta minha producção exigem, que eu falle de mim em muitas occasiões, e relate couzas, tão uteis, como curiosas, que se ignorão, e que me parecem proprias a patentear a minha conducta, a fim de que o leitor, que tiver o animo, e a paciencia de ler sem prevenção estas minhas recordações, conheça o meu character, protestando não ter outras vistas senão mostrar-me tal qual tenho sido, e me conservo, isto he, com os firmes desejos de ser ainda util a Portugal.

RECORDAÇOENS.

§ 1.

Meu nascimento e paiç.

PARA VOS inteirar, meus queridos filhos, de tudo quanto em minha vida tenho passado, principiarei por vos dizer, que eu nasci em França, a 7 de Julho de 1736, na Villa de Monnestier de Briançon, na Provincia de Dauphiné, hoje Departamento dos altos Alpes, baptisado na Freguezia de Nossa Senhora da Assumpção; e unico fruto do matrimonio de meus Pais, Jacome Ratton, e Francisca Bellon, aquelle filho de meus Avós, Jacome Ratton, e Joanna Orsel, e esta de outro Jacome Bellon, e de Berard, todos naturaes da mesma Villa.

§ 2.

Vinda de meus Pais a Portugal.

Pouco depois do meu nascimento vieraõ meus Pais para Portugal, e estabeleceraõ huma casa de commercio em Lisboa, fazendo huma sociedade com o Irmaõ de minha mai, Jacome Bellon, o qual já tinha, na Cidade do Porto outra

casa de commercio, que ficou unida á de Lisboa; e me deixaraõ em França entregue a meus Avós paternos.

§ 3.

*Minha vinda a Portugal. Minha entrada no Commercio.
Minha admissaõ na Sociedade.*

Em humja jornada que meu tio, Jacome Bellon, fez a França, donde voltou casado com Maria Purat, me trouxe comsigo, e me entregou, a 7 de Maio de 1747 a meus Pais residentes em Lisboa, em cuja companhia recebi a minha educaçaõ, e aprendi o commercio no seu escritorio, no qual entrei antes de contar 14 annos de idade; e antes de completar os 17, fui admittido com interesse na Sociedade, que até entaõ corria debaixo da firma de Bellon e Ratton, e depois com a de Bellon, Ratton, e filho, continuando deste modo, até o fim de 1758, em que meus Pais, e tio largaraõ o commercio, e me cederaõ a liquidaçaõ, e continuaçaõ de todo elle.

§ 4.

*Minha 1.^a Jornada a França, e com que fim.
Instancias de meus Pais para me casar: como accedi:
com que pessoa, e como foi pedida.*

Como o meu objecto n'esta producçaõ he fazer-me conhecer tal qual sou por factos passados, cumpre-me naõ omittir cousa alguma que a isto diga respeito. A circumstancia de ser filho unico excitou em meus Pais o desejo de me casarem,

e contava apenas 18 annos quando elles me propuzeraõ varios casamentos, os quaes rejeitei, unicamente pelo conhecimento que tinha de falta de experiencia bastante do mundo, para desempenhar dignamente as obrigaçoens de hum estado que julgava mui serio: e para me subtrahir ás suas pertençaens, lhes declarei, que não tomaria estado sem primeiro viajar, e ver outras terras; ao que elles assentiraõ, e meu Pai me propoz, no principio de anno de 1757, huma jornada a França que acceitei com gosto. Tendo atravessado a Hespanha, e girado quasi por toda a França, principiei a receber cartas de meu Pai, nas quaes me ordenava que voltasse quanto antes, por necessitar muito de mim; de modo que no fim de sete mezes fui obrigado a voltar, e a viajar até pela posta, para cumprir obedientemente as suas ordens; e não obstante ter me pedido antes da partida que não voltasse sem ser casado, repetindo-me em huma sua carta que recebi em Paris, aonde me demorei dous mezes, que aquella que eu lhe apresentasse como minha espoza, elle a abraçaria como sua filha; não obstante tudo isto, digo, voltei sem ser casado, e com o projecto de não tomar tal estado antes de 26, ou 27 annos. Porem ao segundo dia da minha chegada a Lisboa me chamaraõ meus Pais ao seu quarto, e com os olhos arrazados em lagrimas de amor paternal me pediraõ, como prova da minha filial obediencia, quizesse eu escolher espoza, quanto antes, para o que me davaõ toda a liberdade a respeito da pessoa; e depois de lhes expor as razoes que tinha para demorar por mais alguns annos o meu casamento, e mesmo a de não conhecer senhora alguma, com quem viesse alliar-me, foraõ taes as instancias, que me obrigaraõ a nomear huma Senhora da Cidade do Porto, que eu tinha

visto durante a minha demora de oito dias naquella cidade, no anno antecedente. O mesmo foi fallar naquella Senhora que obrigarem-me a hir pedi-la no mesmo dia a sua irmã, D^a. Maria de Clamouse, casada com Mr. Darot Negociante Francez em Lisboa, os quaes me receberaõ mui bem; e no dia seguinte foi meu Pai comigo ratificar o meu pedimento, que sendo acceito por Mr. e Mde. Darot, escrevemos logo dali ao Pai da dita Senhora, por hum proprio que nos trouxe a resposta affirmativa, a qual produzio huma uniaõ nunca dantes premeditada, que fez a felicidade da minha vida, e que devi ás instancias de meus Pais. Do mesmo modo gozaõ de igual felicidade meu filho Diogo, e minha neta D^a. Julia Francisca Daupias, cuja uniaõ eu suggeri na viagem que elle fez a instancias minhas por Inglaterra, Hollanda, e França, depois de viuvo de D^a. Mariana Eulalia de Mello falecida do primeiro parto; celebrando-se as segundas nupcias em Macon, no anno de 1800, em rasaõ de eu ter mandado educar a dita minha neta, e seu irmão em Paris conforme a recommendaõ de seus pais.

§ 5.

*Meu casamento, filhos que delle houve,
e seus estabelecimentos.*

Em o principio de Janeiro de 1758, casei, na Cidade do Porto, com D. Anna Isabel Clamouse, filha mais nova de Bernardo Clamouse, ja viuvo de D. Genovêva Hartsoeker, Negociante Francez, e Consul honorario da Naçaõ Franceza na dita Cidade; e do meu feliz consorcio tive quatro filhos, e quatro filhas. O primogenito dos filhos, por nome Ber-

nardo, faleceo de bexigas na idade de 10 annos, achando-se no collegio de Tournus. O 2., chamado Diogo, agora o mais velho, e meu successor em Portugal, reside nas mesmas casas, de que eu fui tirado, e preso; e se acha casado, em segundas nupcias, com sua sobrinha D. Julia Francisca Daupias. O 3. chamado Henrique Jozé, deixou de ser meu socio haverá doze annos, e largando o commercio se retirou com sua mulher, e filhos para França, a viver junto com suas irmaãs. O 4. chamado Jozé Luiz, deixando igualmente de ser meu socio ha cinco annos, passou com sua mulher, e hum filho em consequencia das infelizes circumstancias do commercio em Portugal, a estabelecer huma casa de commercio em Londres, na companhia do qual me acho presentemente, por effeito da minha injusta deportação.

As quatro filhas foraõ educadas em França, na companhia dos meus Pais, que successivamente mas pediaõ para este fim, e aos quaes as não podia negar. A 1^a. chamada D. Francisca Julia, foi casada com Gabriel João Lourenço Daupias, por cujo motivo o fiz meu socio em 1780, sobrevivendo ella ao casamento pouco mais de dous annos, e elle pouco mais de tres, faleceraõ deixando hum filho, e huma filha, que tomei ao meu cuidado. A filha he a espoza de meu filho, e successor Diogo Ratton, e o filho acha-se hoje casado, e estabelecido com casa de commercio em Paris. As outras tres filhas D. Anna, D. Luzia, e D. Sophia educadas, como ja disse, por meus Pais, na Cidade de Macon em França, ali casaraõ, a 1. com Mr. de Mure, a 2. com Mr. Aujas, e a 3. com Mr. du Ruisseau ja falecido.

§ 6.

Sociedade com Bonifas, e outros.

Contava eu 22 annos de idade, pouco mais, ou menos, quando meu Pai, e meu tio largando o commercio me deixaraõ, no fim de 1758, a liquidaçaõ, e continuaçaõ de suas casas em Lisboa, e Porto, dando-me por socios durante seis annos; em Lisboa Paulo Bonifas; e no Porto Joaõ Baptista Bourgeois, e Carlos Dubar, sendo a firma, Ratton, Bonifas, e Companhia. Estes tres socios entraraõ sem fundos proprios, devendo a casa laborar sobre os meus, representados por 24 contos de reis effectivos, e outras iguaes quantias de meu Pai, e tio, que deixaraõ na casa, como socios commendatarios, levando cada hum huma outava parte de interesse sobre os lucros, que houvesse, e arriscando somente as suas entradas em caso de perdas, as quaes houve com effeito; mas que elles, e eu somente supportamos. A paz inesperada de 1763, nos causou grandes perdas sobre generos mandados a paizes estrangeiros; pelo que acabou a dita sociedade no fim do anno de 1764, e fiquei continuando o commercio em meu proprio nome. Extinguiu-se a casa do Porto, tendo meu tio falecido em 1761, e creio que a bem testado, ficando a viuva com dous filhos, e huma filha todos menores, aos quaes se deu tutor; e a viuva passou depois a segundas nupcias com hum Gaudencio Fontana.

§ 7.

Retirada de meus Pais para França, e seu falecimento.

No principio do anno de 1759, se retiraraõ meus Pais a Paris, aonde meu Pai adquirio hum dos cargos de Secretario do Rei, de 1.^a classe, que o ennobreceo, e a toda a sua descendencia, cujo cargo he equivalente ao foro de fidalgo cavaleiro em Portugal. Poucos annos depois foraõ fixar a sua residencia na cidade de Macon, Departamento de Saone e Loire, aonde tambem adquiriraõ bens de raiz, e falleceraõ, meu Pai em 1779, e minha Mai em 1794; e como eu fosse o seu unico filho fiquei sendo seu herdeiro universal.

§ 8.

*Minha hida a Macon,
e circumstancias respectivas a meus filhos.*

Em consequencia do falecimento de meu Pai, fui, em 1783, fazer huma visita de quatro mezes a minha Mai, na companhia da qual se achavaõ as duas minhas filhas, D. Luzia e D. Sophia, ainda solteiras, e D. Anna na companhia de seu marido, Mr. de Mure, que tinha passado á Alexandria do Egipto, na qualidade do Consul Geral da França. Deve saber-se, que antes de enviar meus filhos para a companhia de meus Pais em França, procurei o Beneplacito do Senhor Rei D. Jozé; por ter ja naquelle tempo a honra de ser seu vassalo. Dos meus tres filhos existentes, somente o primogenito, Diogo Ratton, he que foi educado em França, aonde

esteve desde a idade de 9 annos, até aos 14; e voltando para a minha companhia, em 1780, nunca mais se separou della até a epoca da minha deportação. Eu o admitti por meu socio em 1785, com huma quarta parte de interesse no meu commercio: sociedade que sempre desempenhou dignamente, sendo hoje chefe, e unico na continuação da casa. Seu immediato irmão, Henrique Jozé, foi educado na Saxonia no Instituto, que havia formado o Principe Reinante de Anhalt-Dessau; e tendo sido igualmente meu socio, como o primo-genito, retirou-se do commercio, haverá doze annos, passou a Macon com sua mulher Portugueza, e filhos, aonde vive junto a suas irmãs. O terceiro filho Jozé Luiz foi igualmente educado no dito Instituto, e foi tambem meu socio com igual interesse a seus irmãos, e ao meu proprio, de que todos elles se fizeraõ mui dignos; e passou, como ja disse, com sua mulher, e filhos a Londres, aonde actualmente se acha. Antes que os meus dous ultimos filhos se recolhessem de Dessau para Lisboa, os fiz residir em Inglaterra o tempo necessario, para se instruirem na lingua Ingleza, possuindo deste modo o conhecimento das quatro linguas, a saber, Portugueza, Franceza, Allemãa, e Ingleza.

§. 9

*Cessão de meus bens patrimoniais em França
como antecipada legitima de minhas filhas.*

Todas as propriedades, que em França se devolveraõ em mim, pelo falecimento de meus Pais, as entreguei, em 1800, a titulo de legitima paterna, e materna, com unanime, e

geral accordo de toda a familia, a minhas tres filhas residentes em França no poder de seus maridos, o que prova duas cousas, a 1^a o meu apego á minha patria adoptiva, como verdadeiro Portuguez, a 2^a o amor a meus filhos para os fazer independentes de mim, cujos sentimentos eraõ os mesmos de sua virtuosa mai, que tive a desgraça de perder em 2 de Julho 1802, depois da mais perfeita uniaõ pelo tempo de quarenta e quatro annos e meio, dos quaes os dous ultimos tive a desconsolação de a ver padecer, com o maior soffrimento, constancia, e resignação, as acerbos dores de hum cancro no peito esquerdo, que puzeraõ termo a taõ preciosa, como amabilissima existencia para mim, para seus filhos, e para as pessoas que mais particularmente a conheciaõ, cuja falta eu não cesso de lamentar.

§ 10.

Memoria dirigida á Convenção Nacional de França.

Na memoria, (*Doc. No. 5.*) que fui obrigado a dirigir á Convenção Nacional de França, para se levantar o sequestro, que se tinha feito em todos os meus bens patrimoniaes por occasiaõ do falecimento de minha Mai, em 1794, se veraõ os motivos, e epoca da minha naturalisação em Portugal, assim como tambem as razoes, que me obrigaraõ a persistir vassalo Portuguez, não obstante ser-me facultada a liberdade de me poder rehabilitar Francez, a qual não aproveitei; devendo advertir, que eu não mandei a dita memoria á Convenção, sem primeiro requerer (*Doc. No. 6.*) e obter o Real Beneplacito de S. M. a Rainha N. S. e de seus Ministros,

que todos a leraõ, e approvaraõ, como consta do (*Doc. No. 7.*)

§ 11.

*Causa das minhas desavenças com o meu concunhado
Francisco Palyart*

Vivendo eu sempre em perfeito harmonia com todos os meus parentes, e de minha defuncta espoza, por effeito dos seus respeitaveis caracteres, me julgo na obrigação de expor aqui, para que se me não faça carga, a causa de minhas desavenças com a pessoa de meu concunhado Francisco Palyart, Negociante respeitavel da praça de Lisboa, e com razão, pelo seu bem merecido credito; e vem a ser a conducta, que teve a meu respeito, na occasião em que Verdier, e minha casa, separamos, no anno de 1794, os nossos interesses a respeito da fabrica de fiação, que tinhamos estabelecido em Thomar, e de que adiante darei conta: separação, que da minha parte, e de meus filhos proveio sómente da incompatibilidade de genios, e que buscamos para nossa reciproca tranquillidade, propondo a Verdier a escolha, ou de ficar encarregado daquella fabrica, ou de no-la ceder, com a reciproca obrigação, de que, aquelle que com ella ficasse seria obrigado a pagar ao outro, no espaço de seis annos, o capital por elle desembolçado, tudo sem juros; porque o estabelecimento nada tinha rendido até aquelle tempo; á excepção de cousa de vinte contos de reis, que a minha casa tinha despendido de mais, os quaes, se elle Verdier se resolvesse a ficar com a fabrica, pagaria com juros nos prazos, em que conviessemos: proposta a todas as vistas a mais

franca, reciproca, e justa; mas que Verdier entendeu ser-lhe feita com o sinistro fim de o lançar fora da fabrica; e por isso procurou logo Palyart, e parece, segundo os resultados de nossa separação, que foi para ficarem sendo socios juntamente com Antonio José Ferreira, e Miguel Lourenço Peres, para cujo fim se não poupou o dito Palyart de me intrigar com Verdier na occasião do ajuste das nossas contas, irritando as paixões, alienando os animos, pelo receio de que continuassemos na mesma sociedade, e ficasse sem effeito a entrada d'elle, que para isso havia procurado os outros socios capitalistas; do que eu tive exuberantes provas, e se poderia ter evitado, se o dito meu concunhado me declarasse francamente as suas intenções, ás quaes eu teria assentido de boa vontade, e se teria conservado a boa harmonia, que entre nós existia até aquelle tempo, do mesmo modo que a fiquei conservando com o dito Verdier, não obstante a separação.

§ 12.

Causa de meus Pais deixarem Portugal.

Tambem julgo interessante a meus filhos expor aqui a causa que determinou meus Pais a deixarem Portugal, no fim do primeiro anno do meu casamento, não obstante o amor, e ternura que sempre tiverão por mim; e terem ja hum neta, fructo do casamento, em que tanto se tinhaõ empenhado; e vem a ser o não me terem ainda posto casa á parte, e a Sogra, e Nora, ainda que ambas de juizo, e de bom genio, quasi nunca poderem concordar vivendo juntas, sem que no presente caso se podesse especificar motivo

algun; pelo que meu Pai, segundo o seu genio hum pouco ardente, tomou a subita resolução de abandonar o commercio, e retirar-se a França, para não dar, que fallar ao publico, se puzesse, ou me deixasse pôr casa á parte, como eu lhe roguei: resolução que depois de executada lhe motivou tanto arrependimento, como a mim saudades pela sua auzencia, o que tudo se foi suavizando com a companhia dos netos, e netas que me pediraõ lhes enviasse, para se encarregarem da sua educação.

§ 13.

Epoca, e successos respectivos ao Terramoto de 1755.

Entre os acontecimentos extraordinarios da minha vida não devo omittir a meus filhos o que passei na occasião do memoravel terramoto de Lisboa, que teve lugar no 1.º de Novembro de 1755, pelas nove horas e meia da manhã; e como fosse dia de Todos os Santos, tinha eu hido á Missa á Igreja do Carmo, cujo tecto era de abobeda de pedra, e derrubado matou muito póvo que ali se achava, de cujo perigo escapei por ter hido mais cedo, e me achar na dita hora nas agoas furtadas das minhas casas, mostrando a hum comprador huma partida de papel, que nos tinha vindo avariado, e ali se tinha posto a enxugar. Ao sentir o primeiro abalo me occurreraõ muitas reflexoens tendentes a salvar a minha vida, e não ficar sepultado debaixo das ruinas da propria casa, ou das visinhas, se descendo as escadãs fugisse para a rua; mas tomei o partido de subir ao telhado, nas vistas de que abatendo a casa eu ficasse sempre superior ás ruinas. Ja quando eu tomei este expediente era tanta a

poeira, que, á maneira do mais denso nevoeiro, impedia a vista, a duas braças de distancia; só passados alguns minutos, que a dita poeira se foi dissipando, he que eu pude ver o interior das casas visinhas, por terem cahido as paredes fronteiras, até aos primeiros andares, ficando os telhados apenas sustidos pelas paredes divisorias. Seus habitantes, alguns ainda em camisa, correndo expavoridos de huma a outra parte imprecavaõ os auxilios do Ceo, e dos homens em seu soccorro. Á vista desta horriavel scena, me resolvi descer as escadas, e fugir para a rua, a fim de buscar alguma parte aonde me julgasse mais seguro. Ao descer as escadas encontrei meus Pais, que afflictos me buscavaõ nas ruinas de hum grande panno da chaminé que tinha cahido, e debaixo do qual me julgavaõ sepultado. Foi inexplicavel o nosso contentamento quando nos encontramos; mas eu sem perder tempo lhes pedi que me accompanhassem para o largo mais proximo, que era ao fundo da rua do Alecrim; e encontrando de passagem D. Maria Castre, nossa visinha, pouco mais ou menos da minha idade, que tambem fugia, a tomei pelo braço, e seguimos a rua dos Remulares por cima de entulhos, e muitos corpos mortos, até á beira-mar, aonde nos julgavamos mais seguros. Mas pouco depois de ali ter-mos chegado, assim como muita gente, se gritou que o mar vinha sahindo furiosamente dos seus limites: facto que presenciavamos, e que redobrou o nosso pavor, obrigando-nos a retroceder pelo mesmo caminho, e a procurar, pela rua de S. Roque, o alto da Cotovia, então obras do Conde da Tarouca, depois Patriarchal, e hoje Erario novo, aonde tambem vieraõ ter, por diversos caminhos, meus Pais, e os parentes da dita Senhora, todos na maior inquietação por não saberem

huns dos outros, como aconteeo a imenso povo, que procurou aquelle sitio descampado, entã terras de paõ, desde o alto da rua de S. Bento até a travessa de Pombal e Cardaes de Jesus, havendo apenas algumas casas na rua que vai desde o pateo do Tijolo, ou obras do Conde de Soure, até a fabrica da séda, que ja existia, assim como tambem a casa de D. Rodrigo, actualmente Imprensa Regia, e o Convento dos Jesuitas, hoje Collegio dos Nobres. O descampado daquelle alto dava lugar a descubrir-se a cidade por todos os lados, a qual, logo que foi noite, apresentou á vista o mais horrivel espectaculo das chamas que a devoravaõ cujo claraõ allumeava, como se fosse dia, naõ só a mesma cidade, mas todos os seus contornos, naõ se ouvindo senã chôros, lamentaçoes, e chôros entoando o Bemdito, Ladainhas, e Miserere. Por fortuna o ceo se conservava claro e sereno, e o terreno enxuto; por naõ ter até entã havido chuvas, nẽm as haver por oito dias mais, o que deo occasiaõ a fazer cada hum os arranjos, que lhe permittiaõ as circumstancias.

Na madrugada do seguinte dia me convidou meu Pai para o acompanhar ás nossas casas, e ver se dellas podiamos salvar alguma cousa, principalmente o precioso, livros, e papeis de maior importancia. Naõ foi sem bastante trabalho, que nos sahimos bem desta empresa; por quanto descendo pela rua de S. Bento, ainda com poucas casas, atravessamos do poço dos Negros para o poço novo, tomamos a calçada do Combro, e rua do Loreto, para descermos ao fundo da rua do Alecrim, de cujo lugar avistamos ja em chamas a propriedade pegada com a nossa casa, restando-nos apenas tempo para tirar os artigos acima ditos, que mettemos em

hum bahu, que meu Pai por huma banda, o eu por outra trouxemos, por entre chamas em que ardiaõ as ruas do Alecrim, S. Roque, e S. Pedro d'Alcantara, até o alto da Cotovia, aonde minha Mãi nos esperava. Dali nos partimos com o bahu em huma besta de carga, que por fortuna appareceo, e nos dirigimos a huma quinta de pessoa de nossa amizade, sita na estrada do Lumiar, adiante do Campo grande, aonde fomos bem recebidos, e alojados no jardim, debaixo de huma barraca feita de lençoens, e alastrada de colchoens, sobre os quaes dormiaõ promiscuamente, e sem se despir, tanto a gente de casa, como a de fora; porque ninguem se animava a dormir debaixo de telha. Os hospedes eraõ muitos, e o pouco, comer porque todos tinhaõ receio de se demorar na cozinha, que havia pago em commum era mal feito; e houve tanta escacez de paõ, que meu Pai, e eu fomos com huma besta de ceiraõ buscar huma carga a linhá pastora nas visinhanças de Barcarena. Naquella quinta nos demoramos somente os dias necessarios, para nos refazer do vestuario indispensavel, principalmente roupa branca; visto que não foi possível a cada hum salvar, mais do que aquella que tinha no corpo.

§ 14.

Partida de meus Pais para a Cidade de Porto; perda que sofreu a nossa casa; especificação das differentes casas que habitei depois do Terramoto de 1755 em diante até a minha deportação; como também as differentes mudanças da Alfandega.

Á vista de tão lamentavel estado resolverão meus Pais transportar-se para a Cidade do Porto, e companhia de seu socio, meu tio, Jacome Bellon: e como pelo incendio da nossa casa perdemos, alem do que pudesse acontecer com devedores, mais de trezentos mil cruzados, em fazendas, que nella tinhamos; por estar proximo o tempo da partido das Frotas para o Brazil, contando ja de meu, nos lucros da Sociedade, acima de quarenta mil cruzados: testemunhou-me meu Pai, antes de partir, o embarço, que isto lhe fazia para o ajuste de contas entre elle, e meu tio; ao que tornei, que nenhum cuidado tivesse a este respeito; porque tudo cedia a favor d'elles ambos, vista a bondade com que me tinhaõ admittido, como seu socio em tão tenra idade, e que naquella em que me achava, esperava ter tempo, e meios de recuperar todo o perdido; resposta que muito satisfez a meus Pais, e se foraõ, deixando-me ficar para receber, e dispor de muitas fazendas ja chegadas; mas não desembarcadas, e outras que estavaõ a chegar; o que com effeito pratiquei, tomando, poucos dias depois, o quarto terreo sobre o jardim da casa do Conde de S. Lourenço, a St. Amaro; sitio que escolhi por se ter fixado a Alfandega nos armazens terreos, e de abobeda, do Terraço da quinta do Conde da Ponte, junto

ao marco na dita praia, de cujo lugar se mudou para debaixo do grande dormitorio do convento de S. Jeronimo em Belem, aonde esteve em quanto se não transferio para hum barracaõ de madeira construido para esse fim, junto do Forte aonde hoje hé a casa do Marquez de Angeja, conservando-se ali em quanto se edificou outro onde se acha o Terreiro do trigo, que tambem accidentalmente se queimou com todo o conthéudo, e se passou para o lado occidental da Praça do commercio, e depois, para o lugar aonde hoje se acha, mediando em tudo isto muitos annos. Tornando outra vez a fallar de mim, direi, que assisti no quarto terreo da casa do Conde de S. Lourenço, até Fevereiro do seguinte anno de 1756, mudando-me para hum segundo andar das casas ainda existentes, que fazem a esquina occidental da Bica, fronteiras ao portal da casa da Moeda; as quaes escaparaõ ao incendio pela diligencia do negociante Joaõ Antonio Vanzeller, e outros visinhos, que para salvar as suas proprias sitas no largo de S. Paulo, cortaraõ a continuação do incendio por aquelle lado. A destruição dos bairros do commercio, e das Alfandegas pelo terramoto, e incendios, produzio huma escacez de tudo, menos de paõ; por terem escapado as tercenas da borda d'agoa; o que me deo lugar a vender por bom preço, e a dinheiro de contado, quantas fazendas me chegaraõ, e eu podia despachar na Alfandega, em que entraraõ muitas, que meu Pai, e tio me remetteraõ da Cidade do Porto, da qual meu dito Pai, e Mãi voltaraõ, em Abril, para Lisboa a viver comigo no dito alojamento, que, poucos dias depois, deixamos para hir habitar em humas casas, na calçada de S. Joaõ Nepomeceno, nas quaes casei, e nasceo a minha primeira filha, que foi baptisada na freguezia de

S. Paulo. Foi destas mesmas casas, que meus Pais partiraõ para França, e que, pouco depois, fui expulsado por Francisco Teixeira Maciel, padraсто do meu amigo Domingos Xavier de Andrade, official da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, que nellas habita; o que me obrigou a mudar-me, em 1760, para humas casas sitas nos Poyaes de S. Bento, que formaõ esquina para a rua da Cruz, pertencentes naquelle tempo a Manoel Joze de Aguiar, que era official maior da referida Secretaria de Estado, que as acabava de construir. Nestas casas nasceraõ meu filho Bernardo ja defuncto, e suas irmaãs D. Anna Mure, e D. Luzia ambas baptisadas na freguezia de St. Catharina, de cujas casas me mudei para outras sitas na calçadinha das Mercês, que fica por de traz do correio geral, pertencentes entaõ a Jacques Henrique Carstens, e hoje ao Dez^{or}. Francisco Coelho, hum dos deportados comigo para a Ilha Terceira. Nestas casas nasceo meu filho Diogo, que foi baptisado na freguezia de N. S. das Mercês; e dellas me mudei, em 1766, para outras sitas ás Pedras Negras, pertencentes a Joaõ, e Luiz Rodriguez Caldas, onde nasceraõ meus filhos Henrique Jozé, Jozé Luiz, e sua irmaã D. Sophia, a qual, e seu irmaõ Henrique Jozé foraõ baptisados na igreja do Collegio de S. Patricio, que entaõ servia de freguezia de S. Mamede; vindo Jozé Luiz a ser baptisado na freguezia de S. Christovaõ, por se terem mudado para ella os registros da igreja, e Freguezia de St. Mamede. Foi naquellas casas, que eu recebi minha primeira filha D. Francisca Julia casada em Macon com o meu Socio Daupias, os quaes vindo a fallecer deixaraõ os dous filhos, de que ja fallei, e que foraõ baptisados na mesma freguezia de S. Christovaõ. E como eu tivesse com-

prado a Gabriel Milliet a fabrica de chapeos finos sita na rua Formosa, e me fosse preciso viver mais perto desta, mudei-me em 1785, para humas casas, situadas na rampa dos Caetanos, devolutas pela ausencia do ultimo Marquez de Pombal, que então se achava em França: e tendo nellas fallecido a minha Espoza, em 1802, me reuni com o meu filho Diogo, e nos mudamos para a propriedade principal do dito Marquez situada na rua Formosa, em que o dito meu filho se conserva, por se ter repetido o primeiro arrendamento de nove annos, e termos despendido nellas muito cabedal em bemfeitorias; foi nestas casas que eu fui preso para ser deportado.

§ 15.

Opinião publica de minha pessoa. Votado em Deputado da Companhia de Pernambuco, que não aceitei por motivos particulares, e tambem proposto para o lugar de Provedor da Caça dos seguros por occasião do fallecimento de Jozé Vienne. Minha nomeação de Deputado da Real Junta do Commercio, e de que forma tenho sido demittido.

O meu comportamento publico durante os dous Reinados do Senhor Rei D. Joze, e da Rainha N. S. que Deos Guarde, foi tanto de homem de bem, que só de mim dependeo ser hum dos deputados administradores da Companhia de Pernambuco, para que foi nomeado, (e por motivos particulares não aceitei), sendo accionista, assim como tambem meu Pai, desde a fundação da mesma Companhia, do que nos resultou a ambos a Merce do Habito de Christo. Tambem por fallecimento de Jozé Vienne, fomos, eu e Jozé Caetano

de Souza, propostos pela antiga Junta do Commercio, para a Provedoria vaga da casa dos seguros: e como este fosse irmão de João Henrique de Souza provedor da dita Junta, e eu proposto em segundo lugar, não admira que fosse preferido, mormente não tendo eu procurado de modo algum o dito lugar, nem tão pouco aquelle menos proveitoso, mas mais honroso de Deputado da Real Junta do Commercio, quando em 1788, foi pela Rainha Nossa Senhora creada em Tribunal supremo: lugar que acceitei com bastãte repugnancia á força de rogos de minha esposa e filhos, antevendo, que me roubaria o tempo aos meus proprios negocios, e possuido de hum pressentimento interno, que me presagiava, o que depois me aconteeo. Com tudo o mesmo foi acceitar o dito lugar, que constituir-me na obrigação de o desempenhar, como desempenhei, quanto permittio a extensaõ das minhas faculdades, com aquella inteireza, assiduidade, honra, e probidade, que em outro lugar especificarei; e que provaõ bem o zelo que sempre tive pelo Real Serviço, sem embargo de que, o final resultado, foi não só a minha deportação, como criminoso de Estado, por ordem dos Governadores do Reino, mas, (o que fere ainda mais a minha sensibilidade), o achar-se o meu nome manchado na Real Presença do Augusto Sobe-rano, antes mesmo da epoca da deportação; por quem, e com que fundamento, eu ignoro; mas posso dizer affirmati-vamente, que tudo assenta em falsidade; e que a pessoa, ou pessoas, que me arguiraõ, sejaõ ellas quem forem, eu as declaro falsarias, e calumniadoras; por que em nada me accusa a consciencia de ter prevaricado no exercicio das minhas funcçoens na Real Junta. E quando eu esperava a remuneração de mais de 22 annos de serviço naquelle Tri-

bunal, me achei demittido obrepticia, e ignomniosamente, como me veio indirectamente á noticia telo sido no Rio de Janeiro, por Decreto de Junho de 1810, cujo theor me constou sêr o seguinte: *Por justos motivos que Me foraõ presentes, Hei por acabado o tempo de Jacome Ratton de deputado da Real Junta do Commercio, &c. &c. &c.* Confesso que o theor deste decreto me ferio de modo o coração, que ja mais poderá sarar; por quanto eu tinha, em Abril do mesmo anno de 1810, supplicado a minha demissão, em razão de minha cançada, e longa idade, e juntamente requerido, que em premio de taõ extensos serviços, se Dignasse Sua Alteza Real de me favorecer com graças honorificas; porem a venenosa calumnia, que manchou a minha honra chegou primeiro á Real Presença, do que a minha submissa supplica.

§ 16.

Fabricas de chitas projetadas por mim em 1764. Especificação das Fabricas entaõ existentes em Portugal. Opinião geral que entaõ havia a respeito de fabricas no Reino. Como 20 annos depois teve logar a 1ª. de Chitas e seus successos.

Comprindo com os deveres de bom pai de familia cuidei incessantemente em promover com honra os meus interesses identificados com os do Estado; pois que promover hum Cidadão os seus interesses, sem ser á custa do Estado he promover igualmente os interesses do mesmo Estado. Foi nestas vistas que, em 1764, eu fiz apromptar na Suissa huma colonia dos necessarios artistas para huma fabrica de estam-

paria de Chitas, a qual eu destinava estabelecer nos contornos de Lisboa; por não haver ainda nenhuma em Portugal; mas este projecto se malogrou, e perdi as despesas já feitas; por se me faltar com o Privilegio, que antes se me havia facilitado. O pouco conhecimento, que havia então de fabricas, e o desprezo, que havia pela palavra fabricante, confundida com manipulador, official, obreiro, operario, &c.; assim como também imaginarem, que taes estabelecimentos não podiaõ vingar em Portugal, ideas que os estrangeiros ali estabelecidos não cessavaõ de suggerir, para bem dos seus interesses; tudo isto, digo, fez com que o meu amigo, já defunto, o Conselheiro Joze Francisco da Cruz, primeiro Thesoureiro-mor do Erario, me embaraçasse o dito Privilegio, entendendo, que assim me salvava da ruina, em que hia precipitar-me, como elle mesmo me confessou passados annos. Não admira que assim se pensasse até então em Portugal; por quanto, alem da fabrica Real das sedas, por cuja direcção, e fundos se estavaõ, com grande custo, creando outras no sitio das amoreiras, de que fallarei em outro lugar, havia unicamente no Reino três fabricas particulares de cortimento de couros de boi; huma em Povos; outra na cidade do Porto, fundadas pelo sogro do defunto Dezembargador Romaõ Joze da Rosa Guiaõ; e a ultima na junqueira pertencente ao Marchante o Dr. Botelho. Passados cousa de vinte annos depois deste meu projecto, he que na Villa Nogueira de Azeitaõ se estabeleceo a primeira fabrica de chitas, por hum certo Magalhaens e Larcher, com fundos do Governo, a qual malogrando nas mãos destes, passou ao poder de Raimundo Pinto de Carvalhó, Guarda-mór da Alfandega, que foi igualmente mal succedido por erros de administração;

com tudo desta emanaraõ muitas outras, que juntamente com a de Torres-Novas, estabelecida por Henrique Meuron, adquiriraõ, mediante bons administradores, grossos capitaes aos seus proprietarios, e sustentavaõ hum grande numero de familias, até ao tempo da sempre infausta invasaõ do Reino, que lhes abrio a cova, na qual o desgraçado tratado de commercio de 19 de Fevereiro de 1810 as precipitou, e cubrio de terra para sempre.

§ 17.

Fabrica de papel projectada, por mim aqual, posto que não tivesse lugar, promoveo o estabelecimento de outras.

Desvanecido o projecto da fabrica de chitas, lembrei-me estabelecer huma de papel fino, parecendo-me ser igualmente proveitosa, senaõ de maior utilidade; por ser hum genero de primeira necessidade, e de grandissimo consumo em Portugal, e suas colonias, vindo-lhe todo de fora, principalmente de Italia, França e Hollanda, para cujos paizes se transportavaõ os poucos trapos, que se aproveitavaõ. Fiz para este fim hum estudo particular naquella arte, como o havia feito a respeito das chitas; fui ver huma pequena fabrica de papel inferior, que julgo existir ainda no rio do Papel, adiante de Queluz, na estrada que vai de Lisboa para Cintra, a qual trabalhava com huma só tina, e por piloens, em rasaõ da falta de agoa; por cujo motivo me não fez conta. Fui depois convidado por hum sujeito de Coimbra, que se achava em Lisboa, para hir ver outra fabrica estabelecida no Reinado do Snr. Rei D. João V., na Villa da Louzãa, dirigida por hum official Genovez, a qual trabalhava tambem com piloens, e

unicamente duas tinas por falta de agoa. Seu estado decadente, situação entre serras, e longe de Lisboa foraõ os motivos; porque a não comprei: e recolhendo-me a casa depois de oito dias de digressão, não cuidei mais neste objecto por falta de local, que me agradasse. A acquisição, que pouco depois fiz da Barroca d'Alva, e a fabrica de chapeos, que erigi na cidade de Elvas, contribuiirão igualmente a fazer-me esquecer este objecto. Porem se estes meus passos, e projecto se baldaraõ, quanto aos meus interesses, não foraõ sem proveito a respeito do publico; por quanto communicando eu estes meus pensamentos aos Cruzes, com os quaes tinha estreita amizade, e que eraõ validos do Marquez de Pombal, elles, como chefes entaõ do corpo do commercio, de que muito se honravaõ, concorreraõ para se formar huma sociedade de varios amigos Negociantes em Lisboa, os quaes compraraõ a dita fabrica da Louzãa, e a fizeraõ trabalhar debaixo da administração e caixa de hum delles, Joaõ Antonio de Amorim Vianna; e ignoro com que adiantamento. A pintura que eu fiz do sitio de Thomar proprio para toda a casta de fabricas excitou a curiosidade de Joaquim Ignacio da Cruz Sobral a hir examinallo; e depois que succedeo nos lugares de seu irmão Alagoa, fez com que, mediante anticipados fundos da Real fabrica da seda, se estabelecessem no dito sitio de Thomar duas fabricas; huma por Gabriel Lacroix de caixas de papelaõ envernizadas, que accidentalmente se queimou, e outra de meias de estambre por Natal Lemaitre, mestre que a fabrica da seda tinha mandado vir de Paris para a fabricação de meias de seda, cuja fabrica d'estambre se conservou em Thomar até ao tempo, em que eu, e Verdier a compramos, e todos os teares, para erigir naquelle local huma de fiaçaõ

de algodão, cujos teares continuamos a fazer trabalhar com lã, em quanto não tivemos fio de algodão, a que depois se applicaraõ.

§ 18.

Estabelecimento de huma fabrica de chapeos finos por mim, em Elvas, e a 1ª em Portugal por conta de particulares, seguida de outra creada em Lisboa por Gabriel Milliet, que depois comprei.

Fui eu, quem na cidade de Elvas, em nome de João Baptista Alexis, Francez de nação, e fabricante de chapeos, criei com os meus proprios fundos a primeira fabrica de chapeos finos, que por conta de hum particular houve no Reino; eu digo por conta de hum particular; porque naquelle tempo existia outra, proximo á Villa de Pombal, estabelecida por T. Sauvage por conta da Real fabrica da Seda, a qual não prosperou, e deo prejuizos; o que talvez aconteceria á minha, a não ser o character, e probidade do dito Alexis, cujo comportamento nunca desmentio as boas informações, que delle se me haviaõ dado. Este estabelecimento prosperou desde logo, não obstante ter principiado tres, ou quatro annos antes de se prohibir a importação de chapeos de fora, os quaes vinhaõ de França, e especialmente de Paris, sendo a minha casa, desde o tempo de meu Pai, aquella que importava maior quantidade; mas era tal o interesse que eu tomava por Portugal, que prescindi dos ganhos daquelle artigo, e arrisquei os meus fundos no estabelecimento da dita fabrica, cuja propriedade inteira abandonei em 1785, ao dito Alexis, quando comprei a de Gabriel Milliet, na rua formosa em

Lisboa, a qual conservei debaixo do mesmo nome, não obstante ter-se o dito Gabriel Milliet, e sua familia retirado a Paris; não só para lhe conservar o bom credito, em que estava, mas para não fazer alteração alguma no publico; e com effeito prosperou tanto debaixo do meu poder, que cheguei a triplicar a quantidade dos operarios, não poupando despeza alguma, para todos os melhoramentos locaes, e innovações nos trabalhos, que concilhassem a economia com a perfeição das manufacturas. Estes dous pontos de adiantamento foraõ taõ uteis, que outras fabricas do mesmo genero, a que esta deo origem, os imitaraõ, de modo que se acabaraõ os contrabandos neste artigo. Mas não obstante tanta prosperidade, vieraõ a ter infelizmente a mesma sorte, que tocou ás fabricas de chitas, e pela mesma causa, isto he, o desgraçado Tratado de Fevereiro de 1810.

§ 19.

Fabrica de fiação de algodaõ na Villa de Thomar.

Era tal o interesse, que tomava pelo estabelecimento de fabricas em Portugal, que achando-me nos fins de 1788 em conferencia no Tribunal da Real Junta do Commercio, presidindo o Marquez de Ponte de Lima, que tambem era presidente do Real Erario; e tratando-se da fabrica de meias de estambre, de que ja fallei, sita em Thomar, aproveitei a occasiaõ, para lhe propôr quanto seria util ao Estado estabelecer-se pelo Governo, naquelle sitio, huma fabrica de fiação de algodaõ; poisque o rio Nabaõ podia em todo o tempo fornecer agoa de sobejo para mover todas as maquinas

necessarias em huma tal fabrica, por maior que fosse; ao que o dito Presidente replicou, que seria huma grande felicidade, que isso se pudesse effectuar, para cessar de huma vez a introducção de tal contrabando, e as reiteradas instancias do Governo Britannico, pela admissaõ legal de suas manufacturas de algodão no Reino, para cujo fim havia mui pouco tempo que Mr. Fawkenner tinha sido mandado com essa especial missaõ, mas que elle Marquez não via possibilidade de se poder criar hum tal estabelecimento, por lhe não constar, que houvesse em Portugal pessoa pratica, que se pudesse encarregar delle. A esta objecção lhe respondi, (explicando-lhe os meios de remover todas as difficuldades), que, se S. M. quizesse concorrer com o dinheiro necessario, eu me offerencia a cooperar com quanto coubesse na minha possibilidade para taõ util estabelecimento. Agradeceo-me, muito segurando me, que poria o negocio na Presença de S. M. Na primeira conferencia, em que o Marquez voltou ao Tribunal, me dirigio a palavra, dizendo-me da parte da Rainha, que a Mesma Senhora me mandava agradecer, e acceitava a minha offerta, autorizando-me no referido objecto, como eu julgasse conveniente, e que se apromptariaõ os dinheiros necessarios, depois de se assentar, de que cofre deveriaõ sahir. Isto dito em tal lugar, na presença de todos os meus collegas, no sagrado Nome da mais Digna Soberana, e pela boca do seu primeiro Ministro, e Presidente do Erario me não deo lugar a hezitar no cumprimento da commissaõ, que se me commettia, ainda sem esperar de qual dos coffres havia de sahir o dinheiro necessario; e busquei immediatamente o sujeito, que julguei habil, e pratico, de que se precisava, para o estabelecimento da fabrica, o qual com sua

mulher, e filhos me fez de despeza, em Lisboa, acima de seis mil cruzados do meu proprio cabedal, sem que o Ministro decidisse de qual dos coffres havia de sahir o dinheiro. Á vista de tantas de longas, e instado continuadamente pelo dito sujeito, que impacientado me perseguia de continuo, sem que eu pudesse obter decisaõ alguma do mesmo Ministro, perdendo tambem a paciencia, propuz a meu antigo amigo, Timotheo Lecussan Verdier, o tomar-mos juntos aquella empreza, que elle mesmo administraria; o que elle acceitou; e propondo ao Governo esta resoluçaõ, lhe pedi, que se nos desse hum Privilegio exclusivo, por vinte annos, de materias primas, e manufacturas isentas de direitos, assim como tambem a faculdade de podermos comprar todos os terrenos, de qualquer natureza que fossem, que julgassemos necessarios para aquelle estabelecimento, pagando-os com huma terça parte mais sobre a avaliação judicial: o que com effeito se nos concedeo em 1789. Parti em Junho para Thomar, com o Mestre da fabrica, e sua familia aonde me demorei até o meado de Outubro do mesmo anno, quando ali chegou Verdier. No decurso deste tempo fiz as adjudicaçoens dos necessarios terrenos, que o mestre indicou, e foraõ pagos: dei principio á abertura do canal: estabeleci hum torno de cal, e hum grande barracaõ junto ao edificio, que se havia de construir, para ali se recolher a gente, e gado; e se prepararem os materiaes necessarios: deixei-o ja provido de muita quantidade destes: e construiu-se hum assude sobre o rio, para encaminhar as agoas ao dito canal. Mas huma grande alluviaõ, que sobre veio nos fins de Setembro, o derubou; por naõ estar ainda completo, ficando perdida toda a despeza, excepto a da pedra, que permaneceo naquelle

sítio. Ficou a reforma deste encarregado a Verdier para o anno seguinte, o qual tambem foi o unico architecto de todas as obras; visto para isso ter sobejos conhecimentos. Voltei para Lisboa nos fins de Outubro; e em Maio de 1793, fui chamado por elle Verdier a toda a pressa, por se achar em desavença com o mestre. Cheguei: estabeleci a boa harmonia; fiz adiantar as obras, que se achavaõ muito atrazadas; e fui á Marinha grande tratar com administração do pinhal d'El Rei, sobre as madeiras precisas, para os vigamentos, e solhos do edificio: dali passei a Dornes, para remetter o madeiramento de castanho: e durante onze mezes, que por lá me demorei levantaraõ-se as paredes, puzeraõ-se-lhes os madeiramentos, guardapó, e telhado: assentes os vigamentos e solhos resolvi o mestre a principiar a fiáçaõ, por meio de bois, no que elle teve muita repugnancia, entendendo que seria despedido logo que se conhecesse o seu methodo, do que eu o despersuadi, segurando-lhe a sua conservaçaõ; e pude trazer comigo, para Lisboa, como tinha promettido antes de hir, hum costal de fio. Em toda aquella minha digressaõ me convenci, a meu pezar, mas sem o dár a conhecer, nem á minha propria familia, que Verdier, naõ obstante sua natural viveza, engenho, e dilatados conhecimentos, tinha assaz de negligencia, para se occupar de seus proprios interesses, e da sua casa: conhecimento que me fazia recear que, mais cedo, ou mais tarde, seriamos obrigados a nos separar; com tudo parti de Thomar para Lisboa em Abril de 1794, com tençaõ de lá tornar, passados hum ou dous mezes, a fim de que, naquella mesmo anno, ou principios de 1795, se pudesse fazer a fiáçaõ com o impulso da agoa. Mas huma carta que recebi de Verdier, quinze dias, ou tres

semanas depois de minha chegada a casa, transtornou este meu projecto; por quanto as expressoens da tal carta, lida perante minha espoza, e filhos, nos irritou de tal modo, que unanimamente resolvemos naquelle mesmo acto, sem anticipada premeditação, dissolver a sociedade debaixo das condições ja apontadas (§ 2.); e me dirigi com a dita carta ao pai de Verdier, para este fim, cuja proposta teve o seu pleno effeito, conservando-nos sempre em perfeita amizade. Naquelle tempo tinha Verdier desembolçado 100,000 cruzados, e a minha casa 150,000 ditos, de cujo capital fui re-emboisado na forma da minha proposta, e final ajuste; e abstracção feita do tempo empregado, e fadigas pessoases, perdeu a minha casa o juro de seu desembolço equivalente áquelle de Verdier, desde que o dito desembolço teve lugar; alem dos seis annos, que decorrerão depois de dissolvida a sociedade. Este teria sido o premio da minha credulidade na palavra do Marquez de Ponte de Lima dada publicamente no Augusto Nome da Soberana, se alguns annos depois, Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor senaõ Dignasse de honrar-me com a graça e mercê do foro de Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, em remuneração daquelles serviços, como consta do Doc. No. 7.

§ 20.

Testemunhos de minha gratidão aos habitantes de Thomar.

Antes de passar a outra materia, exige a minha gratidão o publicar, que naõ obstante o ter-me achado na dura necessidade de desapossar coactivamente a muitos habitantes da

Villa de Thomar de varias porções de seus terrenos, ainda que pagando-os como fica dito, não deixei de experimentar, em quanto ali me demorei, as maiores atenções de civilidade, e generoso acolhimento, principalmente da nobreza; na qual achei sempre a mais decidida amabilidade, sociabilidade, e franqueza.

§ 21.

*Fabrica de Fiação na Quinta da Prova do Excellentissimo
Senhor Antonio de Araujo: a parte que nella levava a
minha casa: condições, e resultados.*

Bem longe estava eu, e meus filhos de nos lembrar-mos de entrar de novo em outra empresa semelhante á da fabrica de fiação do algodão, pelas razões, que tenho exposto, quando em 1806, doze annos depois de termos abandonado a fabrica de Thomar, do que nos achavamos mui satisfeitos, eu fui ouvido, e se me pediu o meu parecer sobre a fundação de outra semelhante fabrica que o Excellentissimo Senhor Antonio de Araujo de Azevedo, então Secretario e Ministro de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, projectava estabelecer na sua quinta da Prova, junto á Villa da Barca, Provincia do Minho; para o que ja tinha obtido de Sua Alteza Real a Licença, e Privilegio competentes. Era pois o seu projecto para este fim, que se formasse huma associação de pessoas, que tivessem a seu cargo a administração, e suprissem com todos os fundos necessarios, para os maquinismos, e costeamento, obrigando-se elle somente a apromptar os edificios, e a conduzir-lhes a agoa do rio Vez; assim como tambem pela conservação destas duas cousas;

pelo que exigia somente hum quinto de interesse nos lucros. Pedio-me o plano dos edificios, e o das condiçoens da sociedade; ao que assenti de boa vontade, e lhe entreguei os pedidos planos, dos quaes o ultimo era fundado em accionistas, como se havia projectado. Passados alguns mezes se me tornou a entregar o mesmo plano com algumas observaçoens suggeridas por diversas pessoas, que o tinham examinado, ás quaes me conformei, ficando assim reformado em alguns pontos. Já a este tempo eu, e meus filhos tinhamos dado nossa palavra ao referido Senhor, que minha casa seria a principal caixa da Sociedade em Lisboa; e isto por effeito de vivas instancias, que se nos tinham feito, e illimitada confiança, que nos inspiravaõ, não tanto o eminente lugar em que Sua Excellencia se achava empregado, como o seu pessoal character: e persuadidos, que no decurso desta administração experimentaríamos desgostos; em razão da multiplicidade, e diversidade dos socios, preferimos encarregar-nos inteiramente de todo o peso do costeamento, e maquinismos, tendo só de dar contas ao proprietario do estabelecimento, ao qual propozemos ser nosso chefe, e hum terço dos lucros, em lugar do quinto, que elle tinha proposto. Sobre estas bases, alem da reciproca estima, boa fé e amizade, se fundou o contracto, que unio os nossos interesses aos do proprietario, sendo suas eminentes qualidades pessoaes, e a esperança, de que, por aquelle novo serviço que híamos fazer ao Estado, mereceríamos novas mercês e graças do Augusto Soberano: motivos que nos moverão a entrar nesta nova empreza, e não os lucros incertos, que della poderiaõ resultar.

Desvanecidas as bem fundadas esperanças, que teve o

Excellentissimo Senhor Antonio de Araujo de obter de Sua Alteza Real hum edificio, sito no Campo Pequeno, que se destinava para fabricar cardas, o que se não realisou, nos obrigou, para cumprir-mos com os nossos deveres, a criar em Lisboa huma fabrica de proposito, na qual se construissem os maquinismos necessarios, para da fiação, sacrificando hum precioso local junto ao nosso aposento, e formando neste os adequados edificios, para as officinas de tudo quanto era necessario; no que, alem da continua assistencia, se despendeo hum grosso cabedal. Empregaraõ-se nisto os melhores artistas de cada repartição e officios; criaraõ-se outros de novo; e com effeito se construiraõ quantidade de sortimentos completos, para a cardage, e fiação, promptos a serem transportados ao lugar do seu destino, com pessoas ja instruidas, não só para a sua collocação, mas igualmente, para com elles trabalharem, e ensinar a trabalhar os do paiz. E como para serem experimentados se necessitava de outros maquinismos, com os quaes se lhes desse movimento; isto exigio a construcção destes e de novos edificios; e por falta de agoa se empregaraõ animaes: cousas de muito custo, e que, depois de edificada a fabrica da Prova, deviaõ precisamente ficar perdidas. Com tudo para se aproveitarem, assim como tambem os edificios, e terreno, se construiraõ originariamente de modo que ali pudesse ter lugar a fiação, sem que nisso viesse a ser prejudicada a dita fabrica da Prova. Mas a infausta, e nunca dantes lembrada invasão nos veio pôr em grande embaraço sobre se teria, ou não effeito o estabelecimento da projetada fabrica; e não obstante taõ calamitosas circumstancias, attendendo á despeza feita, e á desgraça das familias dos artistas e operarios até então

por nós empregados em grande numero, tanto na construcção dos maquinismos, como na fiação, nos resolvemos a continuar por nossa conta esta importante obra, chegando já a fiar-se com a maior perfeição 300 saccas de algodão, cujo fiado montando a 45,000 arrateis não teve compradores; por effeito do desgraçado Tratado de 19 de Fevereiro de 1810; o que nos obrigou a suspender este utilissimo ramo de industria nacional, ficando a nossa casa com hum prejuizo, que assaz a arruinou, crescendo sobre este mal o da minha perseguição; por effeito da mais atroz calumnia, que a torpe inveja podia excogitar.

§ 22.

Predios da Barroca d'Alva: sua descripção: estado em que os achei: natureza do titulo por que me pertencem: lugar em que se acha registado: as bem-feitorias que lhe tenho feito, &c. &c. &c.

Criado eu para o commercio, que principiei a praticar em o escritorio de meu Pai, na idade de 14 annos, cheguei a conhecer as vicissitudes, a que se achão expostos aquelles, que o exercitaõ; e sem o abandonar tratei de firmar hum estabelecimento em bens de raiz, que me segurassem, e á minha familia huma subsistencia decente em Portugal. Tendo occasião de observar, nos principios do anno de 1767, os predios incultos da Barroca d'Alva, projectei realisar a minha tenção; e posto que apenas contasse naquelle tempo trinta annos de idade, e sem nenhuma pratica de agricultura, com tudo a grande extensão do terreno da Barroca d'Alva, sua proximidade de Lisboa, e o ser accessivel por agoa; pois

que as marés ali chegaõ pelo rio das Enguias me conduziraõ a tomar de arrendamento os ditos predios pelo preço annual de hum conto de reis; obrigando-me a abrir as vallas dos paues, e roteallos; levando-se-me em conta as despezas de todas as bemfeitorias, para o que deveriaõ ficar na minha maõ 400,000 reis da renda annual. Este contracto foi approvado por S. M.; mas sendo mui grandes as despezas; porque tambem o eraõ as bemfeitorias necessarias, e não definidas no contracto, nunca este teria fim; porque o proprio juro do capital excedia os 400,000 reis reservados annualmente para ellas, e para matar o proprio capital; e para evitar no futuro duvidas e demandas ruinosas, e conseguir o meu socego, e de meus successores, preferi renunciar a referida clausula de ser embolçado das bemfeitorias, com tanto que se substituisse ao contracto de arrendamento, o de afforamento perpetuo, alias de fateosim, e os laudemios declarados de quarentena nos casos de venda: o que com effeito, dous annos depois, se effeituou com todas as formalidades legaes, mandando fazer o tombo, e demarcaçoens de todas aquellas propriedades hoje reduzidas a huma só, circumdada por marcos declarados no livro do seu tombo, e no mappa topografico feito naquelle tempo por agrimensor de profissão.

Como os dizimos destes predios pertenciaõ á commenda de S. Thiago de Alcochete, cuja commenda estava na Coroa, como creio que ainda hoje está, requeri, e obtive, antes de principiar obras, a isenção de pagar os dizimos de todos aquelles meus predios durante dez annos: graça que depois de obtida, se commutou naquella de pagar somente para sempre meios dizimos, cujas provisoens se achaõ igualmente

lançadas no livro do tombo, assim como o estão as proprias escrituras de arrendamento e afforamento. Esta propriedade de mais de huma legoa quadrada de superficie, consta pouco mais, ou menos, de huma quarta parte de terras baixas, pantanosas, e fortes, e tres partes de terreno enxuto de diversas naturezas, mas particularmente arenoso. Estes terrenos eraõ tão nus, que em todas as direcçoens, abstracção feita dos altos e baixos, se podia descobrir, em toda a distancia, qualquer rez que nelles andasse, cobertos somente de mato maninho, abandonado a quem o queria roçar, ou aos fogos que os pastores e viandantes lhe lançavaõ casualmente, ou de proposito; á excepção com tudo de alguns sobreiros por eu lhes obstar o corte, que achei principiado a fazer-se por hum credor: perda que felizmente embaracei; e por isso ainda existem alguns com outros muitos, que depois mandei plantar. Os paues, e sapaes se achavaõ alagados pelas agoas nativas, pelas que desciaõ dos altos, e pelas marés vivas; por não haver vallas que lhes dessem escoante, nem guardamatos, que os preservassem; de sorte que taes paues e sapaes só produziaõ junco, palha-carga, espadana, e alguns amieros, e salgueiros.

Quanto a edificios somente havia huma pequena ermida, que ainda existe, a qual por ser de abobeda se conservou, e nella se recolhia Rodrigo Ximenes, quando por ali passava para o Alemtejo, ou Hespanha; por quanto huma antiga casa, pegada com a ermida, se achava tão arruinada, que era inhabitavel. Quanto a moradores somente ali achei hum pobre cabreiro, que se acoitava nas ruinas da dita casa. Hum poço entulhado, e restos de hum tanque junto a este davaõ indícios de ter ali havido huma pequena horta. Na

abertura dos alicerces dos edificios, que depois construi, apparecerão fragmentos de potes, que tinham servido á fundição de vidro, e fragmentos de vasos do proprio vidro; o que me persuadio, que, em mui remota antiguidade, houvera ali alguma fabrica deste genero, assim como tambem outra de Olaria junto ao sitio da Fonte da Rapoza, pelos muitos fragmentos de louça não vidrada que se acharam no dito sitio, quando por minha ordem se plantou de vinha.

Havia mais no valle chamado de Santo Antonio da Ussa, junto a hum pego rodeado de salgueiros, hum pequeno edificio arruinado, e isolado em forma de pombal, cousa de 18 palmos de diametro, e pouco mais de 20 até 25 de altura, coberto de abobeda, e circumdado, na distancia de 10 a 12 palmos, de hum muro com ameias á maneira de hum pequeno forte; o que tudo mostrava existir de tempo immemorial. No interior deste edificio se achavam signaes de ter ali existido hum altar, e ter sido huma ermida dedicada a Santo Antonio, cuja imagem havia tradição ter sido transferida, para a outra ermida contigua ás casas, de que já fallei, e na qual ainda se conserva, mandando eu logo ali estabelecer capellaõ, para dizer Missa todos os domingos, e dias santos.

No sitio chamado do Pereiro, achei hum poço arruinado, e quasi entulhado, e a base de hum grande tanque, e outros alicerces, de cuja pedra me servi na construcção dos que presentemente existem; e não longe do dito sitio se acha huma fonte de boa agoa, chamada a Fonte Coberta; a qual dá o mesmo nome ao vallé, em que está situada, de cuja agoa foi necessario fazer uso nos primeiros mezes, a pizar da distancia de mais de hum quarto de legoa, por não ter

preparado outras fontes mais perto, que hoje existem, e são filtradas ao travez de areias brancas.

A falta de pratica, que eu tinha a respeito de agricultura, me obrigou a buscar quem me guiasse nesta empreza. A reputação do Capitão-Mór de Alhandra, Diogo Jozé Palmeiro, que passava naquelle tempo por hum habil lavrador do Riba-tejo, me levou a convida-lo, para hir estar comigo na Barroca d'Alva, a fim de examinar as localidades do sitio, e aconselhar-me sobre o que devia fazer; e conforme ao seu parecer assoldadei todos os primeiros criados inclusivamente o feitor. Communicou-me as suas ideas á cerca de accomodaçoens de criados, palheiros, abegoaria, e commodos para gados, dirigindo-me a respeito destes sobre a compra e quantidades de cada especie, que julgou me seriaõ necessarios, assim como tambem a respeito de todos os utensilios de lavoura, como charruas, carros, &c. Elle mesmo me inculcou o mestre de Vallas, chamado Manoel Marques, o ruivo, que tambem o era das obras de D. Christovaõ Manoel de Vilhena, e o havia, sido das terras da grande quinta da Granja pertencente á Excellentissima casa de Pombal, por quem tambem me foi recommendado, como muito eminente na factura de vallas, vallados, guardamatos, e sargetas dos paues, tanto para os preservar das agoas de fora, como para dar sahida ás de dentro; no que empreguei cousa de duzentos valladores, que me vieraõ dos campos de Coimbra, e de Leiria, mediante a protecção do Governo. E com effeito romperaõ-se os ditos paues, e se semeou, logo naquelle outono de 1767, e primavera seguinte, a parte destes que foi possível. Com tudo o dito mestre de vallas, não sendo melhor pratico do sitio do que eu, fez erros, que depois a

minha propria experiencia me ensinou a emendar; mas não sem prejuizo de grande despeza, que junta com a indispensavel foi assaz excessiva.

Ao mesmo tempo que se trabalhava nas obras de valados com a actividade expressada, se hiaõ construindo as accommodaçõens, e alojamentos para 24 familias de criados; no que se occupava hum numero proporcionado de pedreiros, carpinteiros, e trabalhadores, de modo que, desde maio até o S. Miguel, se apromptaraõ os alojamentos dos criados, abegoaria, celleiros, palheiros, e até se repararaõ as casas para a minha habitaçaõ, e de minha familia, quando ali hiamos passar algum tempo. Quanto ás arramadas para se recolherem os bois de lavoura, foraõ construidas pelos criados com esteios e varas de madeira, tecidas de palha-carga, e caniço, cujos esteios e varas, semelhantes ás das parreiras, mandei comprar a hum pinhal distante huma legoa, e pertencente a Excellentissima casa de Nisa: tal era o deploravel estado, em que se achava aquelle predio, que nem madeira havia para taõ insignificante construcçaõ.

Todas as minhas esperanças se fundavaõ em lavoura de paõ nos paues, os quaes contava reduzir á completa cultura no espaço de quatro annos, de modo que a sementeira annual excedesse a setenta moios de trigo, calculando, que em pouco mais de doze annos, me acharia a coberto das primeiras despezas, e adquirir pela abundancia de palhas, fenos, e pastos, os meios de criar, e cõservar tal quantidade de gados, que produzissem os adubos necessarios para as terras altas, que projectava aproveitar em producçoens competentes ás suas respectivas qualidades. Mas como todas as pessoas as mais praticas nesta materia ignoravaõ, como

eu, a quantidade de agoas occasionadas pela chuva que acodiaõ áquelles sitios, assim como tambem, que o alveo do rio das Enguias não lhes podia dar prompta vasaõ no Tejo, enganei-me nos meus calculos; por quanto no primeiro inverno observei, que por muitos dias se accumulavaõ as agoas nas arruelas, e sargetas; porque o rio lhes não dava a necessaria vasaõ, e era impossivel, em taes circumstancias, abrirem-se as adufas, ou registos para a sahida das agoas accumuladas; o que transtornava toda a ordem dos trabalhos ruraes, que projectava. Entaõ me lembrei usar, a respeito do Paul do Torraõ, de hum moinho de vento, como se pratica em Hollanda, para lançar fora dos vallados as agoas interiores, á proporçaõ, que se juntassem. Examinei as estampas de taes moinhos, que eu ja possuia, e fiz o risco de hum, que produzisse o dezejado effeito com menor potencia; fillo construir, e collocar a tempo de servir no seguinte inverno; e encheo completamente os fins, a que me propuz. A novidade de tantas obras, e deste moinho no paiz, excitou a curiosidade de muitas pessoas, e Grandes da Corte a vizitarem o sitio; e entre estes o Secretario de Estado, Martinho de Mello e Castro, pela occasiaõ em que acompanhou as Pessoas Reaes á huma caçada na Coitada de Pancas; e ficaraõ taõ satisfeitos, tanto do moinho, como das outras obras, que mereci a honrosa carta transcrita No. 8. E o Dr. Miguel Franzini, Lente jubilhado de Mathematicas na Universidade de Coimbra, Mestre de Ss. As. Rs. o Principe Regente N. S. e seu Defuncto Irmaõ o Senhor D. Jozé quiz levar o modelo para Veneza, na ultima viagem, que fez áquelle paiz, sua patria; taõ encantado ficou do maquinismo, e effeito do dito moinho. Porem huma grande

alluviaõ, que houve no memoravel dia 17 de Abril de 1770, bem conhecida pelo nome da cheia das cobras, em rasaõ das muitas, que arrojou ao mar, assim como tambem palheiros, e gados, que existiaõ nas margens do Tejo, inundou aquelles meus sitios, de modo que rompeo os fortes vallados, e inutilisou todas as minhas despezas, tanto na abertura dos paues como o dito moinho.

A minha chegada aquelle sitio, na mesma occasiaõ da cheia, me fez observar, logo que entrei no rio das enguias, que do lugar deste chamado volta de Paulos, para baixo faltavaõ cousa de dois palmos para a agua chegar ás bordas do terreno, e dali para cima estava tudo alagado, de modo que apenas se descubriaõ os topes dos caniços que marcavaõ as tortuosidades do rio cujas tortuosidades eraõ a causa da retençaõ das agoas, e producçaõ dos Caniçaes no rio, e ambas as cousas da progressiva obstrucçaõ de seu alveo e ruina dos terrenos superiores, e circonvesinhos, que saõ a Barroca d'alva, Rilvas, e Rio frio. Esta alagaçaõ me fez perder acima de sessenta moios de trigo, que dava pelos joelhos; alem de muitos tremezes, que ainda se andavaõ semeando. Este desastroso acontecimento me convenceo, de que era impossivel evitar a repetiçaõ de outros iguaes, sem primeiro remover a sua bem conhecida causa, isto he, as tortuosidades do alveo do rio cortando-lhe, a dita volta de Paulos e as mais que tem até á Ponte-nova, levando este novo alveo pelo Sapal de Pancas, em huma grande curva de 60 palmos de largo, e suas competentes banquetas de 15 palmos por banda, o que corresponde pouco mais, ou menos 700 braças de comprido, outra Valla igualmente necessaria, pegando na referida para dar vazaõ ás aguas do Paul do

Torraõ como se deixa ver no mappã Junto No. 9. Ora como esta obra não depende só de mim, por dever passar por terreno pertencente á Casa de Pancas que a isto, sempre foi contraria, não obstante ser-lhe util, abandonei desde aquella epoca a cultura do dito Paul do torraõ, ficando inutilisada toda a despeza feita com este, e com o moinho, que depois, em 1781, mudei para o lugar, em que presentemente se acha; por effeito do qual se despejaõ as agoas dos viveiros na marinha para os contra-caldeiroens situados seis palmos a cima do nivel dos viveiros, montando o despejo a 60 pipas de agoa em hum minuto, no qual hum mediano vento produz vinte e quatro revoluçoens no eixo das velas.

A marinha de que aqui trato, era taõ pequena, e estava em taõ máo estado, que se arrendava por 192,000 reis: unico rendimento de toda a Barroca d'Alva para seu dono, e que se achavaõ hypothecados ao pagamento de huma divida, que successivamente hia crescendo pela accumulacão dos juros, por estes excederem muito a dita quantia; divida que eu resgatei antes de me apossar da marinha para a bemfeitorisar; o que com effeito fiz, e bemfeitorisei ao ponto de render dous mil moios de sal claro, hum anno por outro, quando antes não passava de duzentos, e mui escuro, em rasaõ dos muitos nascimentos de agoa doce, que ali havia; e que á força de pensar, e de dinheiro fiz desaparecer, cuja descoberta até entãõ desconhecida tem sido depois aproveitada nas outras marinhas daquelles contornos. E como esta marinha he a mais distante de todas aquellas, que recebem do Tejo a agoa das marés pelo rio das enguias; e por isso neste sitio a sua agua menos salgada em razaõ da doce que se lhe mistura; e obsêrvando eu ao mesmo tempo,

que nos preamares das agoas vivas, a doce, por mais leve se achava ao decima da salgada, construi o registo da entrada das agoas nos viveiros, de modo que abrindo-se pouco antes dos preamares, e fechando-se pouco mais de huma hora depois, me entrasse somente a agoa salgada na marinha, ao que se deve, junto com as despendiosas bemfeitorias que lhe fiz, a melhoria, e maior produçãõ de sal.

Ao mesmo tempo que eu cultivava mais, ou menos as baixas, que ficaõ entre a valla chamada Ponte-nova, e o lado do Pereiro, para ter as palhas, e fenos precisos para o sustento dos muitos bois indispensaveis para o costeamento de toda a fazenda, cuidei em aproveitar, quanto me foi possivel, os terrenos de charneca, os quaes correspondem, pouco mais, ou menos a tres quartas partes da total superficie de toda a fazenda, entãõ occupadas de mato rasteiro, fazendo-as semear de penisco, que mandei vir durante vinte annos do Pinhal de El Rei, em porçoens de hum a dous moios cada anno; do que resultou o mais extenso, e formoso pinhal, que ora existe nas visinhanças de Lisboa, naõ sem bastante despeza annual, com muitos guardas, para o preservar de fogos accidentaes, ou postos de proposito, dos quaes ja por vezes tem padecido. E alem da muita lenha, que deste tenho tirado, sempre quẽ foi preciso desbastallo, produz presentemente excellentes páos de prestimo para madeira: objecto de primeira necessidade, cuja qualidade, tendo estado hum anno debaixo da agoa salgada, equivale em duraçãõ á melhor madeira do Brazil, para vigamentos, madeiramentos, e solhos, sendo a unica, de que em minhas obras, me tenho servido, ha mais de vinte annos a esta parte.

Bem que eu arrendasse de cinco em cinco annos, o ter-

reno do pinhal, dividido em courellas, e districtos, a diferentes pessoas, para o corte, e tirada do mato rasteiro, e juntamente a rama dos pinheiros na ordem, em que estes se hiaõ criando; com tudo observei, por huma parte, que na roça do mato incluiaõ a nova criação de pinheiros, e por outra, que morriaõ muitos por se decotarem com excesso, faltando ás condiçoens de deixarem os ultimos cinco lançamentos; por cujo motivo passados bastantes annos de experiencia, naõ consenti mais, que machado, podaõ, ou enchada estranha trabalhasse naquella minha fazenda, tomando tudo por minha conta, no que de facto aproveitei; por quanto os matos rasteiros, que saõ os conductores, pelos quaes se communicãõ os fogos aos pinhaes he preciso roçallos, e extrahillos; despeza assaz pesada, se estes matos se naõ empregãõ em alguma cousa. Foi por tanto nas vistas de aproveitar esta despeza, que eu estabeleci no sitio, e praia da Pampulha, e no meu predio da praia do Calvario, fornos de cal, para consumo do dito mato, fazendo igualmente construir hum forno de nova invenção, para o mesmo fim, no sobredito sitio do Calvario, e junto a este, outro grande forno para cozer tijolo e telha; servindo-me tambem da praia daquelle predio para curtume das madeiras da Barroca d'Alva.

De hum deserto, sem habitantes nem cultura, em que achei a Barroca d'Alva, como fica dito, a tenho reduzido a huma povoação de 32 fogos, bem que muito em principio, segundo os meus intentos; alem do grande numero de adventicios, que ali vem buscar, e achaõ sempre emprego, seja na lavoura dos campos, postura de bacellos, cavas, podas, e vindimas, seja na postura e cavas de pomares, roça de matos, e limpeza dos pinhaes, &c.

Proximo da habitação fechei, com muro por tres lados, e com valla de agoa corrente pelo quarto, hum extenso terreno, que mandei rotear, e plantar de vinha, oliveiras, pomares, e huma porção de horta: o que me obrigou a fazer construir, debaixo de novos principios, que me suggerio a minha idea, adega, lagar, e vasilhas, tudo em proporção do terreno, que destinei a este fim, servindo-me das madeiras do meu proprio pinhal, e curtidas nos viveiros da marinha, para a construcção daquelle edificio. Pouco tempo depois de se concluir este edificio, levantei outro mais consideravel, de 120 palmos em quadro, telhado a duas agoas, destinado para abegoaria, celleiro, e palheiro, igualmente construido com madeiras tiradas do pinhal, cujos edificios juntos com os existentes não são mais do que huma diminuta parte do todo, que eu tinha projectado edificar naquelle sitio; e existe em planos que deixei em Lisboa, assim como tambem os de aceadas accommodações, e officinas, que convidassem o dono, e familia a passarem ali agradavelmente as estações proprias; huma estalagem, e armazens de deposito, para o commercio entre Lisboa, e o Alemtejo; huma Igreja decente, que poupasse o trabalho aos fieis de hirem ouvir Missa á freguezia de S. João Baptista em Alcochete, distante huma legoa; e finalmente hum chafariz de agoa de beber collocado na praça, cuja agoa viesse do valle de Leaõ, por effeito de hum maquinismo movido por vento, e por este orientado sempre independente de alguma outra potencia, á imitação, mas em mais diminuto ponto daquelle de que deixei modelo, para fazer subir a necessaria quantidade de agoa para regar a projectada e extença plantação dos pomares de espinho: todas estas cousas bem que uteis a mim, e aos meus, utilisão

muito ao Publico, cuja lembrança me servio sempre de estimulo, e de premio.

Foi por estes motivos que eu tenho infructuosamente representado, sollicitado, e suggerido, que se representasse, e sollicitasse a abertura de hum competente alveo novo ao rio das Enguias, como assima já fica explicado, e se mostra no mappa Junto (*Doc. No. 9.*): sollicitações que deraõ lugar á representação (*Doc. No. 10.*), que apresentaraõ em deputação, e em seu nome os moradores da villa de Alcochete, assim como tambem a informação (*Doc. No. 11.*) dada pelo padre Estevão Cabral, mandado a examinar o sitio pelo Governo; bem como o foraõ os dous officiaes do Corpo da Engenharia e Hydraulica Michelotti, e Caula, cuja informação sabiamente analysada e judiciosamente ampliada pelo Corregedor de Setubal (*Doc. No. 16.*), se achaõ transcriptas em o Documento *No. 12.* O Documento *No. 13.* mostra, que eu mesmo pertendi fazer livremente aquella abertura em terreno meu, para o que requeri, e tratei do afforamento do Sapal inculto, pelo qual devia correr o novo alveo do rio; mas a minha pertensaõ ficou frustrada pelo Decreto obrepticio lavrado no requerimento (*Doc. No. 14.*): do que resultou a escritura de afforamento daquelle terreno ao defuncto Carlos Francisco Prego, analysado no Documento *No. 15.*: materia que anteriormente em Autos eu tinha illucidado, como consta do (*Doc. No. 17.*). E como tudo o que fica dito foi baldado, só me resta repetir aqui, o que disse aos defunctos Ministros de Estado dos Negocios do Reino, Marquez de Ponte de Lima, Visconde de Balsemaõ, e Jozé de Seabra, que chegando a haver no Ministerio Ministro esclarecido, e zeloso do bem publico, se faria esta obra sem que ninguem a re-

queresse, ou lhe obstasse; e huma vez que o Governo chegasse a conhecer a sua incalculavel utilidade.

Grande foi por certo a minha satisfação quando vi annuciado com emphase em periodicos, o projecto da uniaõ do Tejo com o Sado, por meio de hum canal: projecto que chegando a realisar-se seria de grandissima utilidade publica, tanto para a Provincia do Alemtejo, e Capital como para os terrenos, que ficassem nas margens do imaginado canal; mas infelizmente não espero vello, nem se quer principiado em meus dias. Com tudo, a emprehender-se esta grande obra, se deveria aproveitar, pelo lado do Tejo, o proprio rio das enguias, desde a sua embocadura; e proseguir na forma assim já indicada athé á ponte nova, como parte já existente, e que fará mui pouca despeza em se alargar onde necessario seja; aproveitando se igualmente a valla da Ponte-nova que já achei, mas entulhada, e que mandei abrir por estar no meu territorio, a qual o Conde de Villa nova continuou até á estrada Real das Rilvas; e nisto se pouparia grande despeza, e se preencheria o grande objecto das minhas infructiferas diligencias, durante tantos annos successivos. Já, em 1790, eu tinha concebido o projecto do canal agora annuciado; e persuadi ao meu amigo o Dr. Miguel Franzini, que me quizesse acompanhar pelo rio das Enguias á Barroca d'Alva; ao que elle assentio, levando em nossa companhia outro nosso amigo João Maria Calvet, testemunha fiel deste facto. Da Barroca d'Alva seguimos a direcção, na qual se deveria praticar o canal até Marateca para calcular-mos a distancia, e possibilidade da execucao, na qual não achamos grandes difficuldades, reservando o exame dos terrenos, e partes de donde se poderia introduzir a agoa

necessaria no canal, (circunstancias indispensaveis), para quando se tomasse a decidida deliberação de principiar esta grande obra. Voltando depois a Lisboa, participei ao Marquez de Ponte de Lima, e ao Visconde de Balsemao a possibilidade da abertura do canal, com hum calculo approximativo da despeza; mas todo parou em nada, como julgo, que parará o actual projecto. Eu devo aqui confessar, que a nenhum de nós lembrou cortar o monte para ficarem ao nivel as agoas de ambas as extremidades do canal, em razão da exorbitante despeza, que deve resultar de taõ longa, e profunda excavação, como vejo proposta pelos autores de novo plano publicado com autoridade do Governo, em 1812: o que nos lembrou sim naquella occasião foi de conduzir ao canal aquellas agoas, que se achassem nos contornos visinhos a este; e fazer depositos das chuvas em algum valle, por meio de albufeiras, para se-lhe introduzirem, segundo a necessidade; e usar mesmo de alguma maquina de vapor, quando fosse preciso, que as agoas montassem ao nivel superior do dito canal, contando sempre, que este viria a ficar innavegavel nos mezes de maior seca: a saber, Agosto, Setembro, e Outubro, como acontece em muitos canaes, de que tenho noticia, e em muitos rios, que deixão de ser navegaveis durante o estio: séca alias necessaria para as reparações do canal.

Naõ devo aqui omitir, que achei feita a chamada Pontenova, no sitio do meu terreno marcado com a letra A, mas muito arruinada; e como o mestre das vallas só tinha conhecimento da ruina que faziaõ as agoas das marés, fez-me reparar a dita ponte, e assentar huma adufa, que fechava nas enchentes, e abria nas vasantes, do mesmo modo que as que

se pratican nas lizirias visinhas ao Tejo; mas a experiencia me mostrou que a ruina do sitio vinha das muitas agoas dos montes, e valles, que acodem aos paues, e que somente tem vasaõ pelo rio das Enguias; e por isso, no anno seguinte, mandei tirar adita adufa, ficando perdida toda a despeza, que com ella fiz: e outro sim mandei abrir outra valla parallela á primeira, sobre o qual fiz construir huma ponte de tijolo, da largura de 20 palmos, tendo a de pedra que existia somente 9, a qual eu estava ao ponto de desmanchar, no tempo da invasão, e substituir-lhe outra de madeira com encontros de pedra, da largura de 60 palmos; para o que tinha já promptos todos os materiaes, como pedraria, madeira e ferragens, cuja planta e desenho ficou com os meus papeis, e servirá de governo ao meu successor.

Outra tal ponte tinha eu projectado fazer sobre a valla proxima á habitação da Barroca, a qual se faz muito necessaria; pois que por aquella parte devem passar a maior quantidade das agoas das Rilvas, a fim de se conservar o porto aberto, a bem da navegação até aquelle sitio.

Aberto que seja o novo alveo do rio das enguias, como fica dito, e comprindo o successor de Carlos Francisco Prego as obrigaçoens, a o que se sujeitou na escritura do afforamento do sapal de Pancas (*Doc. No. 16.*) a saber, de dar vasaõ as agoas ao leste da sua marinha, entre esta e o pinhal, desde o extremo do Sul, até ao existente alveo do rio no extremo do norte da dita marinha, dando sahida ás agoas que acodem á lagoa chamada, o Mosqueiro, deverá o meu successor na Barroca d'Alva alargar mais 10 ou 15 palmos a valla do meio do paul do Torraõ, e conduzilla até entestar com a referida, que Prego deve abrir para tambem

dar vazaõ ao dito Paul do Torraõ, na forma da mencionada escritura, e Mapa. Somente com taes vasoens he que se poderá aproveitar completamente em cultura de paõ, naõ só naquelle immenso paul de mais de 80 moios de sementeira, mas tambem o grande valle de Sto. Antonio da Ussa, cujo terreno he de excellente qualidade. Estas duas peças assim beneficiadas formariaõ a mais preciosa porçaõ da Barroca d'Alva, e que no emtanto se achaõ inutilisadas, servindo alem disto, por suas agoas estagnadas, de foco de effluvios pestiferos, que fazem o sitio muito doentio, e destruidor da populaçaõ; quando enxutas, e cultivadas produziriaõ o effeito contrario, como foi meu projecto desde que afforei a Barroca d'Alva, e que jamais perdi de vista, nem mesmo agora que escrevo, a pesar, da minha avançada idade, e poucas, ou nenhuma esperanças de voltar para Portugal.

§ 23.

Viveiros de Amoreiras brancas na Barroca d'Alva: meu contracto de 10,000 com a direcçaõ da R. Fabr. da Seda: e compra de 2000 pelo Marquez de Pombal, para sua quinta de Oeyras. Benigno agrado que me mostrou o Senhor Rei D. Joze.

Por outro effeito do meu patriotismo entrei na empresa de evitar a grande despeza, que fazia a Fazenda Real, quando, em 1769, vi que pela Direcçaõ da Real fabrica da seda se mandaraõ vir de fora duas cargas de amoreiras brancas, para se distribuirem gratuitamente a particulares, com o fim de animar, no Reino, o industrioso ramo da cultura da seda.

E prevendo eu o prejuizo, que a longa demora de taes arvores fóra da terra, e calor recebido no poraõ do navio inutilisaria a maior parte dellas: prejuizo que se teria evitado, principiando esta louvavel, e paternal empreza pelas criar no proprio paiz, e se transplantarem dos viveiros para os lugares do seu destino, mandei vir, com as necessarias instrucçoens, semente de amoreiras brancas rosas do Piemonte, e juntamente duas duzias de arvores da mesma especie, para dellas tirar as competentes borbulhas para os enxertos; e formei hum extenso viveiro na Barroca d'Alva, naõ com tenção de as dar gratuitamente; porque o naõ permittiaõ as minhas forças, mas sim por preço que me salvasse as despezas tanto da conducção, como da cultura, fazendo consistir o meu beneficio naquelle de ser util á Fazenda Real, e ao paiz: e feito o calculo das minhas despezas, achei que as podia dar a 300 reis cada huma, quando aquellas de fora excediaõ a 800 reis. Por este preço as offereci á Direcção da fabrica da seda, a qual autorisada por despacho do Ministro de Estado da repartição, o Marquez de Pombal, se obrigou a tomar 10,000; principiando por receber 3,000 que pagou; o mesmo Marquez de Pombal me comprou 2,000, que mandou hir para a sua quinta de Oeiras, para supprir igual quantia das que lhe tinhaõ vindo de fora, e naõ tinhaõ pegado. Porem como o dito Ministro cessou de o ser logo que Deus chamou para si o Senhor Rei D. Joze de sempre gloriosa memoria, e lhe succedeo, em 1777 a Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde, a Qual Foi servida erigir em Junta das Fabricas, a antecedente Direcção da fabrica da seda, dando-lhe hum Presidente na pessoa do Balio recebedor de Malta, Duarte da Souza Coutinho, naõ teve effeito

o meu contrato, como era de esperar de hum presidente, cujo sistema, segundo a sua esphera, consistia em destruir aquelle do referido Marquez de Pombal, como se vio da oração que recitou na occasião em que tomou posse do seu lugar, em cuja peça memoravel desenvolveo profundamente a sua ignorancia em economia politica do Estado.

Vendo eu que o sistema tinha mudado, dirigi logo hum requerimento á Nova Junta das Fabricas, lembrando-lhe, que devia mandar tomar entrega, e pagar as 7,00⁰ amoreiras que ainda faltavaõ, para o complemento das 10,000, como a Direcção havia contractado comigo; mas o despacho deste requerimento, mediante a informação do Procurador fiscal da dita Junta, o Desembargador Joze Mauricio da Gama, foi *naõ ha que deferir*; dando o contrato por nullo, dizendo naõ ter sido celebrado com a Soberana Autoridade; quando de facto, como já se vio, o tinha sido no Real Nome, pelo Ministro da repartição o Marquez de Pombal. Este Despacho mui conforme com a oração do Presidente me obrigou a lançar no fogo o requerimento, e as esperanças da prosperidade da cultura da seda; do que agora me arrependo, por naõ poder mostrar ao Publico mais outro documento taõ honroso á memoria da Junta, como ao Desembargador fiscal, servindo-me esta injustiça de instrucção para naõ tornar a ter contractos, que directa, ou indirectamente dicessem respeito á Fazenda Real, como com effeito pratiquei.

Os meus trabalhos na Barroca d'Alva, por meio dos quaes reduzi hum terreno inculto a hum predio de grande utilidade para mim, e para o Estado, merecêraõ, mediante as informaçoes do Secretario de Estado Martinho de Mello, Francisco Xavier de Mendonça irmaõ do Marquez de Pombal,

e outros Grandes da Corte, quando, pela occasião da caçada a que foraõ as Pessoas Reaes á Coutada de Pancas os examinaraõ, que o Senhor Rei D. Joze, tendo eu a honra de lhe beijar a mão em Salvaterra sahindo para a caça, se voltasse para a Rainha Sua Esposa, e lhe dicesse *este he o nosso Ratton o grande cultivador da Barroca d'Alva*. Deixo ao leitor sensivel o ajuizar da impressaõ que taes palavras fariaõ em mim, proferidas na presença de muitas pessoas que ali se achavaõ, por hum Monarca que sabia apreciar taes trabalhos, cujas palavras avaliadas por mim como huma exuberante recompensa, me obrigaõ a huma gratidaõ que só acabará quando eu deixar de existir.

§ 24.

Exposiçaõ de hum serviço feito á França, e representado á Convençaõ nacional, com approvaçaõ do Governo Portuguez.

Achava-me eu em Portugal, como Francez pouco tempo antes de me ter naturalizado Portuguez, quando entrou no porto de Lisboa huma Náo Franceza apreçada por outra Ingleza; e como o Consul Francez daquelle tempo negasse seus bons officios á equipagem, tomei conta dos saõs, e doentes, e lhes prestei todos os socorros, que a sua infeliz sorte exigia, como consta do Doc. No. 5: acçaõ esta, que mereceo muito a Approvaçaõ do Snr. Rei D. Jozé; e como me fosse preciso fazer mençaõ deste serviço á Cónvençaõ Nacional em 1795 (§ 10.), em huma Memoria que lhe dirigi, devo declarar que naõ remetti esta Memoria, sem Appro-

vação da Rainha N. S., e seus Ministros, como consta dos Doc. No. 6, e 7, para que os meus inimigos, ou os que souberem da dita Memoria, não entendaõ que eu tive relações com a França, antes ou depois da revolução, contrarios a lealdade, e deveres de hum vassalo Portuguez, que como tal me conduzi sempre depois da minha naturalisação.

§ 25.

Vinte e sete annos de administrador da casa de Torres.

Era tal o meu desejo de ser util ao Estado, e obediente ao Soberano, que sendo nomeado por Decreto em 1776, com mais dous companheiros, Bento Jozé de Miranda, e Antonio Rodríguez de Oliveira, administrador da antiga casa do defuncto Estevão Martins Torres, aturei 27 annos nesta administração, sem interesse algum, mas só por utilidade da Real Fazenda. Achava-se a dita casa, pelo fallecimento de Torres, muito embaraçada em liquidação de contas de grande numero de contractos com a Fazenda Real: havia multiplicidade de interessados, dos quaes a maior parte não existiaõ, e eraõ representados por herdeiros: havia no Real Erario, por caução da referida casa, hum deposito de duzentos contos de reis, alem de hum casco de casa ainda consideravel, sobre o qual corriaõ varios pleitos: havia propriedade em bens de raiz de diversas naturezas, e hum padraõ de Juro de 6,000 cruzados, dos quaes se pagavaõ mensalmente alimentos a diversos coherdeiros, conforme as Reaes Resoluções. Era o fim desta administração conservar a dita casa, e ajustar as contas de cada hum dos contractos, assim com

o Real Erario, como com os respectivos interessados; e como esta administração dava muito trabalho aos administradores, sem premio, nem commissão, por isso de sete que chegou a haver, falecerão dous, quatro pedirão successivamente a sua de missão, e fiquei eu só por todo o tempo de 27 annos, até que por hum Decreto, se transferio a mesma administração a tres coherdeiros, aos quaes entreguei as contas e dinheiro; e elles informarão, assim como tambem os dous benemeritos, e honrados meus co-operadores de todo o tempo, o Contador, Archivista, e Thesoureiro Jozé Carlos Escarlata, official do Real Erario, e hoje Thesoureiro Geral dos Ordenados, e o Procurador por mim admittido, chamado Manoel Jozé Alves, se eu recebi já mais cousa alguma directa, ou indirectamente, ou toquei em dinheiro desta administração, que sómente servi por obediencia ao Soberano, e utilidade da Real Fazenda.

§ 26.

Predio do Calvario, e projectos a respeito deste.

Com o fim de utilisar o meu predio da Barroca d'Alva adquiri o da praia do Calvario, o qual sendo hum sapal inutil, como o conheci, se aproveitou em huma fabrica de louça, que por não prosperar se lhe substituiu huma de vidros, que teve igual sorte, a qual eu comprei, e por hum novo afforamento á Ex^{ma}. casa da Ponte dobrei o terreno, que de triangular que era, ficou em parallelogramo rectangular de pouco mais de 500 palmos de largo de nascente a poente, e de comprimento indefinito de norte a sul, ganhando

sobre o mar até donde se pôde edificar: o que tinha tenção de fazer, como se deixa ver da planta geral, e do risco dos alçados, alem da porção completamente acabada, ainda que muito diminuta relativamente á outra começada, a qual he pouco mais de nada a respeito de todo o projectado, que consistia no aproveitamento de toda a superficie dividida por hum canal longitudinal de 50 palmos de largo, principiado ja por huma extremidade que divide a largura do predio em duas partes iguaes; e deverá chegar a outra extremidade 40 palmos distante do edificio começado para lhe dar serventia, formando naquelle lugar huma bacia de 100 palmos em quadro, ficando a extremidade da banda do mar fechada com hum Batel-Porta, para conservar sempre em nado as embarçaõens ali entradas pouco antes dos preamares, deslastrando-se o dito Batel-Porta por meio conveniente, e removendo-se da passagem, para entrarem, e sahirem as embarçaõens carregadas, ou vasias; tornando-se a collocar o mesmo Batel-Porta lastrado de novo no seu lugar, antes que a maré passe á vasante: cousa de mui facil execuçaõ sendo o Batel bem construido. Era o meu intento fechar a frente do mar, e lados com fortes paredoens de cantaria, dando-lhes, sufficiente pé, e jornamento de 12 graos a respeito da vertical, até ao cordaõ da base repulsante das ondas; e sobre este levantar edificios; e dos lados do canal para fora edificar sobre pilares, e abobedas para debaixo ter bacias de agoa, nas quaes se cortissem madeiras de qualquer qualidade, existindo sempre na agoa, e livres do sol, sem mais despeza do que aquella de as introduzir e tirar dali; fechando-se estas bacias com portinholas na circumvalação que abrissem com as enchentes, e fechassem com as

vasantes, havendo na parte superior dellas sufficiente vaõ para a entrada da luz, e circulaçaõ do ar. Entrava igualmente no meu projecto aproveitar as bacias de hum lado do canal, como receptaculo de agoa que, na enchente e vasante das marés desse, por effeito de huma especial construcçaõ, movimento a hum moinho para fazer farinha, com o numero de pedras que permitisse a força, girando sempre do mesmo lado, tanto na enchente como na vasante, cujo moinho, collocado no edificio da frente sul o mais proximo do mar, lhe servisse a mesma potencia da maré para crivar, e ministrar o graõ, e peneirar a farinha, de forma que dali sahisse com a devida separaçãõ do rolaõ, e semeas.

Projectava tambem estabelecer outro moinho no edificio do interior do terreno para o mesmo effeito, mas movido por maquina de vapor, e construir ali, para conveniencia dos mesmos moinhos, largas tercenhas em que se recolhesse o graõ; tudo a fim de utilidade publica, para haver farinha nas occasioens em que succede faltar o vento, e agoa nas azenhas. Entrava outro sim no meu plano do moinho de vapor a construcçaõ de huma estufa, na qual se beneficiasse em breve tempo, qualquer porçaõ de graõ, que chegasse humido, molhado, ou affectado de borboleta, e gorgulho, pondo-o em termos de se reduzir logo a farinha: industrias estas que seriaõ de grande vantagem ao paiz, e que naõ sei que existaõ em parte alguma. Mas este meu vasto projecto, de que estava occupado na occasiaõ da infausta invasaõ, ficou para se concluir em tempo mais opportuno, se a minha injusta deportaçãõ me naõ cortasse de todo as esperanças.

A todos parecerá agigantado, e talvez impossivel taõ vasto-projecto comprehendido por hum particular; mas eu

tinha todas as proporções para a sua execução, como: 1. a propriedade de huma pedreira no valle de Alcantara, que me fornecia toda a enxelharia, e alvenaria necessarias, assim como ja me fornece a competente pedra, para os meus fornos de cal, dos quaes existe hum, no proprio predio, de minha invenção, construido sobre os principios do Conde de Rumford, e que se deverá conservar em quanto for util: 2. hum forno construido no mesmo predio para cozer telha e tijolo, não só para as obras projectadas, mas até para o uso do publico, cujo barro extrahido no lado opposto do rio he mui pouco dispendioso pela sua facil conducção: 3. as madeiras necessarias vindas da Barroca d'Alva: 4 a facilidade de ali mesmo estabelecer huma fundição de ferro, que me fornecesse todas as peças precisas para todas estas construcções: 5 finalmente a excusa de architecto, podendo eu mesmo supprillo, e não precisar senão de quem executasse os planos debaixo da minha direcção. Quanto ás despezas de jornaes, não me eraõ pesadas; por quanto o rendimento progressivo das obras ja feitas, e que se fossem fazendo até á total conclusão, dispensava desembolços de quantias, que me incomodassem.

Este grande edificio constando de tantas, e tao variadas officinas parece exigir muita gente para o guardar, e policia interior; mas tendo somente duas portas, huma da parte da terra, e outra sobre o mar junto no Batel-Porta do canal, só precisa de hum fiel em cada porta, para as abrir e fechar; e hum feitor, que governasse sobre toda a gente ali empregada, e cuidasse na segurança de tudo quanto ali entrasse.

§ 27.

Fabricação do Tabaco rapé em Lisboa.

Foi por instancias minhas para com o meu amigo, Antonio Jozé da Cruz, sendo ainda congregado no convento das Necessidades, que se principiou a fabrica de rapé, no tempo do 1º. contracto de que seu irmão Anselmo Jozé da Cruz era chefe com Policarpo Jozé Machado, recommendando-lhe para este fim Mr. Froment, que me persuado existe ainda, e pode ser testemunha desta verdade.

§ 28.

Candieiros d'Argant.

Eu fui quem fiz conhecer, em Lisboa, os candieiros de corrente de ar da invenção de Argant, e que desde logo promovi a sua construcção pelo habil latoeiro de obra branca Venceslaão de Oliveira, facilitando-lhe gratuitamente os necessarios meios pecuniarios; e supponho que ainda vive.

§ 29.

Caixas fumigatorias para salvar os Asphixiados.

Foi eu que mandei vir a primeira caixa do apparelho de salvar, e restituir a vida aos asphixiados, a qual offereci á Real Junta do commercio, e esta mandou construir, pelo ensanbrador Joze Aniceto Rapozo, varias outras, que espa-

lhou, e distribuiu gratuitamente pelos lugares, aonde o seu uso se faria mais necessario, cujo ensanbrador obteve o Privilegio exclusivo, para a construcção das ditas caixas.

§ 30.

Despachos da Alfandega numerados.

Vendo eu que em rasaõ dos bilhetes de despachos nas Alfandegas não terem numero, por não estar em uso, sahiaõ fazendas sem terem pago os direitos, não obstante todas as mais formalidades, havendo por isto muitos descaminhos dos mesmos direitos, que se não podiaõ descobrir, sugeri ao administrador da Alfandega Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, o uso que elle adoptou de se numerarem os bilhetes, para se evitarem os ditos descaminhos.

§ 31.

*Formação de Mappas Estaticos trienaes
do Reino de Portugal.*

Quando, em 1788, se erigio a antiga Junta do Commercio em Tribunal Supremo denominado *Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação*, fui eu promovido a hum lugar de Deputado por S. M. A Rainha Na. Sa. Q. Ds. Ge., talvez por se suporem em mim conhecimentos praticos dos tres primeiros objectos, e algumas luzes a respeito do ultimo; e julgando eu que era da intençaõ do Governo que se promovesse o melhoramento dos importantes objectos

incluidos na denominação do Tribunal, mormente tendo-se nomeado tambem por Deputado o Dr. Domingos Vaudelli, de nação Italiana, Lente Jubilado de Historia natural, Botanica, e Chimica na Universidade de Coimbra, emprehendi logo hum grande trabalho, qual foi o de huns mappas estatisticos, formados em columnas, classificando as materias, que continhaõ em perguntas, e com claros para as respostas, os quaes conferidos, emendados, e approvados pelo Tribunal, se imprimissem, e remettessem a todos os magistrados territoriaes, para que nos periodos de tres a tres annos enviassem ao Tribunal huma copia, com as respostas ás perguntas sobre os objectos inclusos nos mappas, ficando-lhes outra copia nos seus archivos. Por estes mappas podia o Tribunal vir, em hum golpe de vista, no conhecimento naõ só da estatistica de cada termo em particular, mas formar do mesmo modo em columnas, mappas estatisticos das Comarcas, Provincias, e em fim de todo o Reino, para servirem de base ás suas deliberaçoens, e de fundamento das representaçoens ao Throno para qualquêr innovação parcial, ou geral que se julgasse util. Este methodo que eu julguei, e ainda julgo, de summa utilidade ao Estado, naõ sei que por tal theor se tenha praticado em parte alguma, nem mesmo nos paizes aonde se sabe bem o que he estatistica. E depois de alguns mezes de trabalho neste projecto, em que empreguei o meu curto saber, o appresentei ao Tribunal para ali ser examinado, e emendado, como fosse conveniente; mas apenas se folheou, e se lançou hum golpe de vista sobre elle, se me dice unanimemente, que tal projecto era impraticavel por falta dos necessarios conhecimentos, e luzes dos magistrados territoriaes; ao que eu respondi, que taes rasoens eraõ des-

tituidas de fundamento; pois que hum homem de mediano senso podia dar respostas ás perguntas que se lhe faziaõ, e que eu julgava nos magistrados sobejos conhecimentos, para cousas taõ simples; mas que se as não tivessem, por isso mesmo se devia por em pratica o projecto, para entrarem na grande importancia delle a bem do Estado. Porem nada foi attendido, ou por lhe não perceberem a utilidade, ou para se eximirem do trabalho que disto lhes podia resultar; e de facto fizeraõ bem; por que se não permittio ao Tribunal que se occupasse de mais objectos, do que aquelles, dos quaes se occupava a precedente Junta: o que aquelle praticou com mais formalidades, e menos proveito do que esta, como em sua honra se prova pelos seus registros, ignorados pelos successores; e dignos de se publicarem pela imprensa. Deste modo ficou sem effeito o meu projecto, e até não sei que fim levou: e a copia que delle tinha a confiei ao Desembargador Jozé Bonifacio de Andrade, Intendente Geral das minas do Reino, que talvez ainda a conservará, e pode ser testemunha do facto.

§ 32.

Registros que apresentei na Real Junta do Commercio para cada repartição de materias, nos quaes, riscados em columnas, se deveriaõ lançar á sua entrada os Requerimentos numerados, e depois os despachos successivos.

A comichaõ que eu tinha de ver as coisas em ordem, e a impressaõ que me fazia o clamor das partes contra as affectadas demoras no despacho dos seus negocios, quando de facto nenhuma demora havia na expedição de qualquer

negocio, logo que o Secretario o propunha ao Tribunal; pois que era indifferente aos Deputados despachar hum, ou outro Requerimento; e vendo por outro lado que o dito Secretario era o depositario de todos os papeis, podendo a seu arbitrio, ou *por casualidade* preferir huns, e retardar outros, visto que os emolumentos dos papeis lavrados pelos seus officiaes, segundo huma tarifa, que eu ignoro, eraõ todos em seu beneficio, imaginei, para evitar preferencias, e pôr termo a desordens, e queixas mal imputadas ao Tribunal, hum methodo pelo qual fossem os papeis apresentados na ordem invariavel em que eraõ recebidos. Consistia pois o referido methodo em hum certo numero de livros de registro, (cuido que cinco) igual ao das differentes classes de negocios affectos ao Tribunal, já riscados por columnas, e quadrados vassios, em os quaes se lançassem logo os dias da recepção dos papeis com o seu respectivo numero, já pondo-se no papel, e nos outros vassios claros os successivos despachos muito em breve, e que em cada conferencia estivessem sempre os ditos livros presentes sobre a meza, á inspecção de cada hum dos deputados, para poderem ver de hum golpe de vista os papeis entrados em cada conferencia, os seus progressos, e finalmente o lugar, ou estação, em a qual se achassem, não estando ainda concluidos. Mas este plano não foi adoptado; por que tanta regularidade não mereceo approvação, talvez por motivos, que o leitor poderá mui bem entender; e para prova do que tenho referido, tomo novamente a liberdade de offerer ao dito Tribunal composto de novos membros, e com especialidade ao seu esclarecido Presidente, que de Aulista do Commercio chegou áquelle lugar, tendo merecido a confiança do Soberano em outros

de maior monta, os referidos livros, que deixei em minha casa na occasião em que della fui arrancado.

§ 33.

Projectos sobre as Hypothecas.

He cousa sabida por toda a gente que possui bens de raiz, e por todos aquelles que pertendem comprar bens desta natureza, quanto interessa ao Publico que haja hum registro geral, e especial do termo, ou lugar, em que taes bens estão situados, aonde conste das hypothecas, segundo a antiguidade das suas datas, lançando-se neste registro as respectivas escrituras, com a declaração á margem das hypothecas, e servidoens a que está sujeita cada propriedade, sobpena de nullidade de tudo o que dali não constasse, do qual registro, sempre patente ás partes que delle necessitassem, se podessem haver authenticas, e legaes certidoens, pagando-se pelos lançamentos, hum tanto por cento sobre o valor da cousa, a favor do estado. E vendo eu quanto seria util, em Portugal, tanto para os proprietarios, como para os hypothecarios hum semelhante estabelecimento; e tendo mandado vir de Paris o Regimento da conservatoria das hypothecas, aonde ha seculos se acha estabelecida, propuz o dito estabelecimento, em conferencia na Real Junta do commercio, ao seu Presidente Marquez de Ponte de Lima; não porque isto fosse materia da competencia da Junta; mas porque o dito Marquez, alem de Ministro assistente ao Despacho, presidia á Junta do novo codigo; e não obstante acharem-se ali os quatro ministros adjunctos togados, pessoas versadas na

materia, que eu esperava approvassem a minha proposta; com tudo, da conversa que se seguiu fiquei persuadido, que o projecto não convinha ao Corpo Judicial; porque, atalhando muitas demandas, e desordens, secava as fontes das esportulas que lhe resultaõ da chicana, e de que este tanto precisa para viver com a decencia, que exige o seu estado, vista a pequenez dos seus ordenados.

§ 34.

Real Resolução suscitada por mim, a qual, nos cazos de protestos, iguala as Letras da Terra áquellas de cambio giradas em praças estrangeiras.

Haverá apenas trinta annos, que, na praça de Lisboa, se introduzio o uso das letras de cambio, pagaveis á ordem, e saccadas por hum negociante sobre outro da mesma praça, dadas, e tomadas em pagamento de divida: uso substituido ao de simplices escritos de divida até entã practicado, os quaes não eraõ transferiveis, e quasi nunca pagos em seus devidos prazos, exigiveis somente em Juizo por huma acção ordinaria, que a chicana do Foro fazia interminavel; e porque as ditas letras não eraõ consideradas cambiaveis pelo escripto exclusivo dos protestos, recusando-se passallos na occasião da falta do pagamento no dia de vencimento, reputando-as como meros escritos de divida, o que lhes prejudicava o giro, com grande damno do commercio; por isso suscitei na Real Junta a consulta ao Throno, da qual resultou a Real Resolução que declarou estas letras da terra iguaes em tudo áquellas giradas nos paizes estrangeiros. Houve

depois quem abusasse do uso de taes letras; mas que cousas ha de que se não abuse? Do proprio mal resultou o remedio, que foi haver mais circumspecção da parte dos tomadores destas letras.

§ 35.

Estado das relações Commerciaes de Portugal com as nações estrangeiras até ao Terramoto de 1755: foraõ consequencias desta catastrophe a Ley dos fallidos, e a de se não prender por divida. — A Navegação para o Brazil que se fazia por frotas annuaes cresceu logo que se fez por navios soltos, em razão de se abandonar a praça de Mazagaõ, e ter-se feito a paz com o Rey de Marrocos.

Até ao tempo do terramoto de 1755, eraõ as relações Commerciaes de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação, como de exportação feitas por casas de commercio estrangeiras estabelecidas em Portugal; e mesmo parte do commercio de retalho em lojas abertas dos mesmos estrangeiros cumulativamente com os nacionaes; e sómente o commercio com os portos do Brazil era feito pelos nacionaes, conhecidos entãõ pela denominação de Commissarios, Mineiros, Angolistas, &c. As manufacturas do Reino se limitavaõ a pannos de linho, linhas de Guimaraens, chapeos de laã de Braga, e da terra da Feira, ferragens grossas de Braga, e de Guimaraens, pannos grossos de laã, e Saragoças; e quanto a sedas, havia mui poucas fornecidas pela fabrica moderna de Lisboa, alem dos taffetás, e gorgoroens, proprios para mantos de que até entãõ usavaõ as mulheres, fabricados em Bragança. Todos os mais

generos manufacturados, para consumo do Reino, e Colonias, vinhaõ de fora. Por isto se pode julgar quaõ immensa seria a divida do commercio de Lisboa aos estrangeiros na referida epoca do 1º. de Novembro de 1755 cujo incendio consumio as mercadorias do provimento de Lisboa, e provincias com aquellas destinadas para a frota que estava proxima a sahir para o Brazil, cuja perda foi a causa da ruina de muitos negociantes, e das providentes e humanas leis dos fallidos, e de se naõ prender por dividas.

A guerra em que estava Portugal com as Potencias Barbarescas obrigava a fazer o commercio com o Brazil por frotas comboiadas por huma, ou duas náos de guerra, das quaes a primeira se chamava Almirante, e a Segunda Capitania. Mas logo que se fez a paz com o Rei de Marrocos, cedendo-se-lhe a praça de Mazagaõ, e se estabeleceo hum cruzeiro no estreito de Gibraltar contra os Argelinos, e Tunesinos, principiou a fazer-se o commercio em navios soltos; pelo que augmentou a actividade do commercio nacional, navegaçaõ, e productos coloniaes a hum ponto de prosperidade tal, que ja mais se poderia imaginar; encurtaraõ-se os prazos de credito; fizeraõ-se os pagamentos mais exactõs; empregaraõ-se letras de cambio; e em fim os navios poderaõ fazer duas viagens em menos de hum anno, quando no tempo das frotas apenas faziaõ duas em tres annos.

§ 36.

Providencia, que eu propuz no Tribunal para complemento da lei dos fallidos.

Tendo eu observado na Real Junta, que quasi todos os fallidos se apresentavaõ a esta, quando se achavaõ exauridos de todo, e faltos de meios para supprir as despezas dos pleitos intentados justissimamente pelos seus legitimos credores; observando outro sim que estes vinhaõ a perder tudo, e que o proprio devedor ficava inhabilitado para ser util a si, sua familia, e sociedade em rasaõ da perda total de credito propuz por muitas vezes em conferencia, o meio de remediar efficazmente taõ grande mal, tanto em beneficio dos proprios fallidos honrados, como dos seus credores; visto que a lei dos fallidos dá o conhecimento, desta materia aquelle Tribunal, e que as vendas a prazos ja se fazem contra letras de cambio aceitas, cujo meio entendi, e ainda entendo, que consiste em o Soberano Declarar, em complemento da lei dos fallidos, que, sendo qualquer negociante responsavel por sua firma de aceitante, sacador, ou endossante a huma letra de cambio, a qual naõ sendo paga até o terceiro dia depois do seu vencimento, e tendo sido apresentada pelo portador ao Tribunal, ou Secretaria deste, dentro dos tres dias uteis, com os respectivos protestos, e mandando-a o Tribunal *exofficio* novamente apresentar, e naõ sendo paga, seja o dito negociante reputado de facto por fallido; e entaõ o Tribunal mandar fazer assento de tudo em especial registro, com as declaraçoens necessarias, e extrahir copias para se publicarem na Gazeta, e se affixarem na Praça, nas portas

da Alfandega, Casa da India, Consulado, e Terreiro, para informação de todos os credores, invalidação de quaesquer transacções posteriores á data do mencionado protesto, determinando-se no dito papel affixado o dia, e hora em que na Real Junta, ou casa do fallido, se devem ajuntar os credores, e pessoa, ou pessoas fallidas, para que ali, presididos por hum Deputado commissionedo pelo Tribunal, deliberassem, á vista dos livros, e mais papeis, e em tempo ainda util para tudo o que mais conveniente fosse a bem dos credores, e do proprio fallido.

E como esta providencia devesse abranger todos os dominios de Portugal aonde se não prende por dividas, e não ha estabelecimento de Junta do Commercio, deveriaõ supprir as Camaras, ou Magistrados aquem o Soberano desse a jurisdicção, que nestes casos se houvesse conferido ao Tribunal da Junta do Commercio.

Esta providencia evitaria sem duvida duas terças partes de quebras effectivas no commercio; porque chegando qualquer negociante a não poder satisfazer a huma letra de cambio, e temendo a inevitavel publicação do seu caso, convocaria particularmente todos os credores, os quaes conhecendo do seu estado, ou lhe concederiaõ tempo, ou rebate, e tempo, ou em fim lhe nomeariaõ administrador, &c. &c.; concluindo-se tudo a bem de todos os interessados sem estrondo, e total ruina do devedor.

Mas esta minha proposta foi tantas vezes rejeitada quantas apresentada; por opposição de dous unicos vogaes commerciantes que havia no Tribunal; vindo depois a conhecer-se pelo fallecimento de hum delles, que a causa da sua obstinada opposição vinha do máo estado em que

se achava e deixou a sua casa; e o mal se vai perpetuando.

§ 37.

Administração da massa dos fallidos, e das negociações dos portos d'Azia na Caça da India.

Até 1788, tempo em que a Junta do Commercio se erigio em Tribunal, e que eu entrei para ella, eraõ administrados, e liquidados na sua Contadoria os bens dos fallidos apresentados á Junta na forma da sua instituição, de cujo producto se abatiao tres por cento, para as despezas; e como, por melhor que fosse esta administração, tinha a opinião publica em seu desfavor, pela rasaõ de não ser feita por pessoas interessadas, impugnei esta pratica, e fui attendido, não sem bastante difficuldade, e com restricção no methodo, que eu propuz; mas, que passados annos, foi completamente adoptado. Consistio pois o dito methodo em serem os proprios credores, depois de convocados por editaes á Contadoria do Tribunal, e ali presididos pelo Deputado inspector della, os que elegessem quem lhes conviesse para administrador da massa commum, e convencionassem o preço da commissão, por ser este variavel segundo o estado respectivo das massas. Com tudo a Real Junta accedeo sómente, em que se nomeassem por administradores alguns dos principaes credores, e que a commissão fosse de dous por cento. Mas depois venci, que tudo se fizesse na forma por mim proposta, do que me resultou muita satisfação, e credito ao Tribunal.

Tambem aqui notarei, que foraõ baldadas as minhas repetidas representações aos meus collegas na Real Junta do

commercio, para se conceder a commissão do costume aos negociantes nomeados pelo Governo, na casa da India, como administradores de diversas negociações pertencentes a portos da Asia; sobre o que haviaõ repetidas queixas ao Tribunal, e ao Throno; por isso que taes administradores, não tendo interesse algum, não concluiaõ as contas, nem era de esperar, que as concluíssem; por quanto ninguem hé obrigado a largar os seus proprios interesses, para cuidar nos alheios, e sujeitar-se a huma responsabilidade, e trabalho penoso sem remuneração. E como a falta desta remuneração fosse o motivo de se eternisarem as ditas contas, pareceo-me, que a commissão deduzida do valor ou producto bruto da cousa administrada, desse, ou não ganho ao dono, era o unico meio de se remediarem taes males. Mas o Tribunal, apesar de ser composto d'alguns membros, que como professores no commercio não podiaõ ignorar todas estas cousas, não annuo á minha proposta, e continuou a mesma pratica em prejuizo dos administradores, e das cousas administradas.

§ 38.

Sobre a hypothecca pertencente aos fretes de navios vindos do Brazil.

Quando entrei na Real Junta do commercio, achei como regra inalteravel, que o preço do frete sobre effeitos do Brazil era imprescriptivel em quanto não estava pago, sem attenção ao lapso do tempo decorrido, nem a transacções que tivessem acontecido a respeito das cousas, que formavaõ o objecto do dito frete, exigindo-se do mais bem parado dos

bens de qualquer das pessoas, a cujo dominio tivessem passado, e muito particularmente daquelle em cujo nome se tinhaõ tirado da Alfandega, quer as ditas cousas existissem, ou não existissem, preferindo sempre na massa dos fallidos aos outros credores: pratica esta de que ja antes eu havia sido victima, sendo obrigado a pagar segunda vez hum frete de caixas de assucar, que varios annos antes eu tinha embarcado para fora, e em cujo preço pago ao vendedor, se tinha incluido o do frete, e paguei; porque o cobrador tinha sido omisso em haver o dito frete, em tempo competente, do meu vendedor, que ja não existia, nem quem por elle respondesse. Este abuso na intelligencia da lei dava origem a outros muitos abusos prejudiciaes ao commercio nacional. Primeiramente os proprietarios dos navios fiados neste seu supposto privilegio, e para grangear a vontade dos carregadores nas viagens successivas dos seus navios, usavaõ de grandes indulgencias na cobrança dos fretes vencidos, resultando-lhes o mais das vezes, o serem obrigados a rebatellos a capitalistas com grandes sacrificios do seu interesse: em 2º. lugar, os consignatarios dos effeitos, entendendo que se livravaõ daquelle responsabilidade, sem fazerem aquelle desembolço, e para obterem maior preço, vendiaõ os generos captivos de fretes; havendo compradores que, pela retenção de fretes não pagos, accumulavaõ em seu poder hum capital unicamente apparente, que alimentavaõ por novas compras. Mas em rasaõ dos desfalques e prejuizos experimentados em paizes estrangeiros sobre os proprios effeitos, e por vendas forçadas, vivendo em quanto durava este giro, vinhaõ por fim, exauridos todos os meios e credito, a recorrer á fuga, ou a apresentarem-se por fallidos, do que ha muitos exemplos,

e me contentarei de citar aqui hum de cada especie. Quanto ao caso da fuga, he o autor da celebrada Torre edificada na Cotovia de cima, hum pouco abaixo da estupenda obra do Erario novo; cujo homem desapareceu até á data desta, sem deixar mais monumentos do que dividas e a dita torre. Quanto a apresentados por fallidos, lembrarei com especialidade hum bom homem, o qual, com casa e loja á conceição velha, passava por muito rico, com creditos *de pé de boi*, cuja quebra foi de avultadas somas, nas quaes os fretes não pagos dos effeitos do Brazil excediaõ a quantia de 80,000 cruzados, figurando de credor por huma grande parte hum collega meu com grande influencia no Tribunal, o qual pouco tempo antes lhe havia fiado muitos effeitos a prazos ainda não vencidos, mas que havendo elle vendedor applicado ao pagamento dos mesmos effeitos, dinheiro pago por conta de fretes ficou cuberto, o que nada importou ao devedor, com tanto que por aquelle Deputado lhe não fosse obstada a sua apresentação de fallido na Real Junta; e por esta subtileza da parte do credor, e indifferença da parte do devedor, foi o primeiro inteiramente pago, em prejuizo da massa; tendo os fretes devidos absorvido quasi a totalidade de tudo quanto se chegou a liquidar pelos administradores nomeados pelo Tribunal; ao mesmo tempo que os credores, vieraõ a perder quasi tudo o que se lhes devia: factó acontecido mui proximo á minha entrada para o Tribunal.

Foi por tanto á força de instancias minhas sobre a errada intelligencia da lei, que o Tribunal conveio, e mandou affixar hum Edital, declarando neste, que o frete dos effeitos do Brazil hé exigivel, logo que são preenchidas as condições do respectivo conhecimento da descarga na Alfandega, e

liquidadas as avarias, que o navio hé responsavel; e isto no fim do 1º. mez da sua ultima descarga; o que fez cessar os abusos da má intelligencia, que até então havia sobre o ponto do vencimento.

Tambem pude conseguir, que a respeito do objecto da hypotheca, se reconhecesse a sua especialidade sobre a propria cousa, durante a sua existencia dentro da Alfandega, e se perdesse, logo que a dita cousa tivesse sahido de tal dominio; pois que esta sahida se não pode effectuar sem a previa participacão do official, que há em cada huma das Alfandegas de Lisboa com o titulo de Procurador dos navios, nomeado pela Rêal Junta, ao qual os respectivos capitaens entregão, logo que daõ entrada, hum quaderno contendo todas as addiçoens de sua carga, na conformidade dos conhecimentos: conhecimentos apresentados pelas partes ao dito procurador, para poderem principiar os seus despachos; mas que este pode embarçar não estando o frete pago a elle, ou ao dono do navio; e se o procurador de seu motu proprio, ou autorisado pelo dono, consente na sahida da cousa antes do frete estar pago, suppoem-se que o dono tem consentido, e por tanto renunciado o direito de especial hypotheca sobre a propria cousa, ficando reduzido a simplez credor de quem se confiou; se porem o procurador excede os seus poderes, ou commette faltas, fica responsavel ao dono do navio.

§ 39.

*Creação de hum Porto Franco em Lisboa,
e a Sorte que teve.*

A primeira proposta de se crear em Lisboa hum estabelecimento de deposito para Porto Franco, foi feita de Turin a S. M. pelo seu Ministro naquella Corte, D. Rodrigo de Souza Coutinho, cuja proposta Se Dignou a Mesma Soverana remetter á Real Junta, para ali se ver, examinar, e consultar como melhor parecesse; o que assim se cumpriu, adoptando-se a proposta como muito util. Em consequencia baixou a consulta com approvaçãõ, e Ordem de se formar o respectivo Alvará de creação; e juntamente hum Regulamento de sua administração. Fui eu encarregado da formação do Regulamento administrativo. Empenhei-me em fazello de modo, que os despachos de entradas e sahidas fossem promptos, e impossiveis os descaminhos, ou outra qualquer malversação, sem que logo se descubrissem, assim como tambem os seus autores, cujo Regulamento apresentei em conferencia, para ser analisado, e emendado em tudo que necessario fosse, sendo tambem acompanhado de mappa, e formulas, para os differentes casos, e estaçoens; porem, naõ se lhe notando defeito algum, foi sonogado pelo Secretario Deputado, que fazia as vezes de Presidente; por ser o mais antigo, chamado Theotonio Gomes de Carvalho, o qual persuadio ao Tribunal, que seria melhor differir aquella obra, até que a experiencia tivesse ensinado o methodo de administração mais conveniente, substituindo lhe, por em tanto, hum *plano succinto* que elle formou a seu sabor, no

qual tudo ficava ao arbitrio do encarregado daquella administração; por que já tinha certeza de ser elle o administrador, como com effeito se verificou, e administrou em quanto vivo foi; sem mais se tornar a fallar nesta materia: e como em Portugal hum homem que hé bom para huma cousa, hé bom para muitas, governou esta administração cumulativamente com a das sete casas, Fabrica da Seda, Agoas livres, e o lugar de Secretario, e Deputado do Tribunal, existindo huma na Junqueira, outra ao Rato, outra na praça do Commercio, e outra na Ribeira velha; mas há homens taõ habeis que tem tempo para tudo!!!

Por fallecimento deste habil administrador, passou a administração do Porto-Franco, sem que a Real Junta fosse ouvida, ao Baraõ de Bandeira, Deputado immediato por antiguidade ao defunto, o qual exercitou o dito emprego com taõ sabias arbitrariedades, e profundos conhecimentos de seus interesses, que S. A. R. o Principe Regente N. S. Julgou dever extinguir aquelle importante estabelecimento, dando por motivo, o mal que tinha sido administrado: prova de que naquella administração se commeteraõ malversaçoes. Hé para lamentar que se não fizessem as indagaçoes precisas para se descobrirem, e punirem os culpados, e que por effeito da má administração viesse a acabar hum estabelecimento alias utilissimo ao Estado.

Eu confesso aqui ter tido alguma omissaõ, quando apresentei o meu plano, em não pedir, e instar que este subisse á Real Presença por consulta; por que ainda no caso, que por influencia, e segundas intençoes do secretario, senaõ approvasse, lhe tẽria segurado a existencia no cartorio da secretaria, aonde, a todo o tempo, se poderia ver. Mas a

minha boa fé me não deixou reflectir sobre este objecto; e presumo que se o dito secretario o não destruiu, para que mais não apparecesse, e deposesse contra as arbitrariedades de que usou, o guardaria como cousa sua, e passasse a seu herdeiro, ignorando-se o autor. Mas se bem me lembro, elle foi posto em limpo pela letra do meu amigo, e pupillo que foi, Caetano Joze Coelho, hoje negociante da praça de Lisboa, que poderá attestar a verdade do facto.

Tendo relatado o que passei com a parte administrativa do Porto-Franco, a qual me mereceo, como ja disse muito cuidado, tempo, e trabalho, não devo omitir o que me acon-teceo relativamente ao edificio. Decidida por S. M. a adopção do Porto-Franco, houve hum vistoria para escolha do local; a cuja vistoria assistirão os Ministros de Estado, Marquez de Ponte de Lima, Visconde de Balsemao, e de Anadia, com todos os deputados da Real Junta. Examinou-se o edificio da Cordoaria, na Junqueira, e o Forte que servira de prisao de Estado no precedente Reinado, e que estava inteiramente devoluto; e por unanime parecer foi este o adoptado, fazendo-se-lhes as obras convenientes. Passarao se tempos, e em hum dia de conferencia entrou no Tribunal o Marquez de Ponte de Lima com hum papel enrolado na maõ, e depois de sentado desenrolou o dito papel dizendo: *Eis aqui a planta do edificio para Porto-Franco, que S. M. approvou, para que a vissemos.* Levantei-me, e alguns outros, para a examinar, e na minha fraca opiniao lhe descubri defeitos essenciaes. Mas eu disse ao Marquez que, visto achar-se a planta ja approvada por S. M. nada tinhamos a dizer sobre aquella materia; ao que o Marquez tornou: *não-obstante eu estou autorisado, para ouvir as objecções*

que aqui se lhe puzerem, e presumindo, que eu teria algumas, pedio me que as declarasse; ao que satisfiz promptamente com aquellas, que no momento me occorreraõ; as quaes foraõ por elle, e todos os mais collegas reconhecidas, resultando disto o entregar-se-me a referida planta, para á vista desta fixar as minhas ideas, e conferillas com o architecto. Tomei pois o trabalho de riscar nova planta, como julguei conveniente á localidade, e fins á que se destinava o edificio, aproveitando para elle o dito Forte, com algumas alteraçoes interiores, consistindo principalmente em derrubar divisoens desnecessarias. E quando fosse preciso mais accomodaçoens, crear outro edificio de igual superficie, com paredes proprias de armazens, do lado do nascente, separado com tudo do Forte, cousa de 40 palmos, e circumdado tudo, da parte da terra, por hum forte, e alto muro, sem portas nem janellas, que abrangesse, da banda do norte, todo o terreno até a estrada da Junqueira, praticando-se, ao mesmo tempo, pela parte exterior-do dito muro, hum fosso murado, que conduzisse ao mar as agoas da chuva, sobre cujo fosso haveria huma ponte que conduzisse a hum unico portal aberto no meio do muro fronteiro á estrada. Quanto ao lado do mar deveriaõ correr dous corpos lateraes em angulo recto com as extremidades do muro fronteiro á estrada, cujos corpos deveriaõ entrar quanto possivel fosse pelo mar dentro, ficando entre estes corpos huma bacia, a qual deveria ser igualmente fechada da parte do mar por hum caes, e no meio deste existir huma sufficiente passagem para entrada, e sahida dos navios, ou barcos, os quaes se conservariaõ em nado dentro da dita bacia, por meio de hum Batel-Porta, da invençaõ de Mr. Groignard, praticado em Toulon, ha mais de 40 annos,

cujo Batel abrisse e fechasse na occasião dos preamares, podendo sobre os ditos corpos lateraes virem a ser edificados armazens, se as circumstancias o exigissem; visto existirem ja os muros, que lhes podiaõ servir de parede exterior. Á vista desta construcção está claro, que era meu intento deixar unicamente duas passagens, huma para a banda do mar, e outra para a banda da terra, as quaes sendo faceis de guardar, ficavaõ evitadas todas as fraudes, que tornaraõ este estabelecimento prejudicial em lugar de util. Concluida pois esta minha planta, a conferi com o architecto, em casa, e presença do meu collega, Theotónio Gomes de Carvalho, Secretario do Tribunal; e ambos a apresentaraõ ao Marquez de Ponte de Lima. Porem supponho que por ter somente duas sahidas não agradou ao Secretario, *administrador inspector*, e se executou a primeira planta, que todos tinhaõ achado defeituosa, despendendo-se com ella tres vezes mais do que valia, e era necessario.

§ 40.

Sobre a Direcção da Real Fabrica da Seda e Obras das Agoas livres. Propriedade da fabrica de Alcobaça transcrita a particulares. Carta topografica dos canos das Aguas livres.

Tanto a Direcção da Real fabrica da Seda, como a das Agoas livres foraõ submettidas á inspecção da Real Junta do Commercio, pelo Alvará da creação deste Tribunal em 1788, o que na pratica não teve lugar; porque os Presidentes deste hiaõ algumas vezes assistir ás sessoens daquella Direcção composta de quatro membros, em cujo numero houveraõ,

quasi sempre, dous, que eraõ tambem Deputados da Real Junta; e por isso esta não pedio, nem se lhe deo conta daquella repartição; do que resultou, que por morte de hum dos taes Directores, e Deputado do Tribunal, se achou ser devedor ao coffre daquella Direcção de huma avultada soma: prejuizo que se teria evitado, se se houvesse comprido o que tinha sido ordenado no Alvará. Este Director foi aquelle mesmo Deputado, que mais affincadamente se oppoz á minha moção sobre o complemento da lei dos fallidos, e concessão da comissão do costume aos administradores nomeados por authoridade superior ás negociaçoens dos portos de Azia na Caza da India.

Mas tratando neste lugar somente dos pontós em que me julguei autorizado a entrar, a respeito daquella Direcção, lembrarei: primeiramente, que foi as instancias minhas, e rasoens com que as accompanhei, que por Autoridade Soverana se transferio aos negociantes Jozé Carvalho de Araujo, e Juliaõ Guillot, a fabrica de cambraias, e esguioens, que no precedente Reinado, se havia estabelecido na Villa de Alcobaça á custa do Governo, pelo coffre da dita Direcção, cuja fabrica se achava mui decadente, e dava prejuizos. Mas todo o mundo sabe quaõ florescente, e augmentada com outros ramos de fiação, e tecelagem de algodaõ a tornaraõ os novos proprietarios, sendo muito para lamentar a infeliz sorte que teve pela occasião da disgraçada invasaõ.

Em 2º. lugar, tendo eu pedido, que se me mostrasse o mappa topografico dos canos, e aqueductos das Agoas livres, tanto apparentes, como subterraneos, para, segundo a extensaõ, direcção, e mais circumstancias destes, poder formar alguns calculos a respeito das enormes despesas, que com

elles se faziaõ, se me respondeo, que não havia, e mesmo se ignorava que tal mappa tivesse existido. Eu produzi entaõ as rasoens, que me occorreraõ, não só a respeito da utilidade de hum tal mappa, mas de se dever mostrar a todas as naçoens hum monumento da munificencia do Snr. Rei D. Joaõ V., em cujo Reinado se havia concebido, emprehendido, e executado huma obra taõ gloriosa como util para a naçaõ; e que, se, se, se lhe ajuntasse a descripção historica, e as providencias a que deo occasiaõ, faria hum objecto digno das livrarias publicas, e particulares das naçoens civilisadas; pois que esta obra, espantosa em todo o sentido, tem bem poucas que se lhe possaõ por a par, em toda a Europa. As minhas rasõens foraõ com effeito attendidas; e aquella direcção mandou logo ao engenheiro da sua repartição, que levantasse o dito mappa, o que elle cumprio, e se me confiou; e posto que materia alheia da minha competencia lhe notei algumas imperfeiçãoens, como falta da configuração dos terrenos, e da indicação da profundidade dos canos subterraneos, &c. &c. E como fosse encarregado de o conferir com o engenheiro geografo, e abridor, Mr. Dupuy, o qual achando-lhe as mesmas imperfeiçãoens, que eu tinha notado, me dice, que, para se encarregar da abertura da chapa, necessitava hir elle mesmo observar os terrenos, e fazer as medições, e configuraçoens necessarias, dando-se-lhe os precisos adjutorios de gente, e despezas Dei parte disto ao chefe director Theotonio Gomes de Carvalho e este me respondeo, que mandasse Mr. Dupuy fallar com o Marquez de Ponte de Lima sobre aquellas, e mais providencias, de que necessitasse. Assim o pratiquei, entregando-lhe o mappa que se me tinha confiado, e que nunca mais tornei a ver, nem por

isso instei, por não ser da minha repartição; e creio que o que este mappa tinha de util a respeito de economia, e descaminhos foi tudo considerado como mera curiosidade: e os Directores de taes repartiçoens não gostão commummente, que haja curiosos.

§ 41.

Proposta minha para se transferir a particulares a propriedade da Real Fabrica da Seda; sobre a palavra Empenho.

A prosperidade da fabrica de Alcobaça depois de passar a mãos de particulares, e a decadencia da Real fabrica das sedas, e quanto com a mesma perdia a Real Fazenda com huma despendiosa administração de pessoas estranhas, e totalmente ignorantes da materia, e da arte, me excitaraõ a propór ao Marquez de Ponte de Lima quanto seria vantajoso á Real Fazenda, e ao publico, se aquella fabrica passasse tambem a mãos de proprietarios praticos na materia; e estive a ponto de convencionar esta transacção com João Antonio Lopez Fernandez, e socios, capitalistas, e praticos deste ramo de commercio, com o qual se tinhaõ já enriquecido em Bragança. Mas quando a final dei parte ao Marquez do estado a que eu tinha levado este negocio, o achei assaz entibiado; talvez pela influencia de alguns dos Directores, aquem muito convinha aquella administração, perdesse, ou não perdesse a Fazenda Real, não só pelos ordenados que dali percebiaõ, mas tambem pelas dependencias, alem das satisfaçoens a *Empenhos*: palavra que em Portuguez significa muito; pois que por elle se consegue quasi sempre voltar as cousas illicitas em licitas, e as justas em injustas, seja em

detrimento de particulares, ou do Estado, como bem se prova por innumeraveis factos, entre os quaes referirei o seguinte.

Propuzeraõ-se certos negociantes ricos da Cidade do Porto a alcançar, nada menos do que o Privilegio exclusivo de comprar, e vender toda a seda em rama produzida no Reino; e mesmo da introducção de toda a de fora, assim como tambem da manufactura de todos os retrozes. Seu Requerimento, apadrinhado, segundo ouvi, por 100,000 cruzados, principiou, se bem me lembro, no tempo do Ministerio do Conde de Villaverde, e se achava ainda pendente na epoca da sempre lamentavel invasaõ; e taõ volumoso por effeito de informaçoes, e contra informaçoes, que ja dava pena a ler-se. Com tudo examinando eu os fundamentos de tal pertensaõ, naõ achei mais do que hum abominavel monopolio, util só para os pertendentes, e destructivo de hum ramo taõ importante da industria nacional. Em consequencia do que me oppuz com todas as minhas forças á obtenção de semelhante Privilegio. Entaõ se buscou huma pessoa respeitavel da minha amizade, como *empenho* para me dobrar, áqual eu respondi, que muito me maravilhava de ver, que huma pessoa com tanta probidade, e zelo do bem publico, se interessasse por hum negocio de tal natureza; e lhe segurei que seriaõ inuteis todos os esforços, que me obrigassem a assentir á taõ injusta pertensaõ, em quanto eu tivesse voto no Tribunal; e com effeito o negocio ficou por decidir até a minha sahida da Real Junta. E praza a Deos que a palavra *empenho* esqueça no novo dictionario da lingua Portugueza.

§ 42.

Origem da Real fabrica da seda, e outras muitas, que por aquella via se crearaõ de novo em Portugal.

A connexaõ que actualmente tem a Real fabrica das sedas com a Real Junta do commercio me dá lugar a expor aqui a origem deste estabelecimento, e outros que se lhe annexaraõ, para os meus leitores verem, em poucas palavras, a origem e progresso de muitas artes, e officios, que não existiaõ em Portugal, antes do feliz Reinado do Senhor Rei D. Jozé. Principiou pois a fabrica da seda por huma sociedade de particulares, no Reinado do Senhor Rei D. Joaõ V., os quaes mandaraõ vir operarios de Lyon, e foi estabelecida no edificio que hoje se conhece por este nome ao Rato, para esse fim construido. Mas como succede frequentemente, que estabelecimentos de grande custo não prosperem desde logo, achava-se este já em penuria de fundos no principio do successivo Reinado; e querendo o Governo elevallo ao maior gráo de prosperidade possivel, e introduzir-lhe a fabricaçaõ dos Galloens de ouro e prata, que até aquelle tempo todos vinhaõ de França, se havia necessidade d'elles para a tropa e culto Divino, o tomou por sua conta, nomeando-lhe Directores negociantes, e applicando-lhe muitos fundos não só para o fazer trabalhar com vigor no seu respectivo destino, mas para servir como de viveiro a muitas artes, e officios, de que o Reino se achava distituido. Foi por aquella Direcçaõ que, no Bairro das Amoreiras, entaõ terras de sementeira, se edificaraõ accommodaçoens para Mestres, com certo numero, cada hum, de teares de seda de lavor, cujas manu-

facturas eraõ compradas, e pagas pela dita Direcção, que tambem lhes fornecia a seda ja prompta, como me parece que ainda se pratica, em maior, ou menor abundancia. Foi outro sim com fundos da referida Direcção das sedas, que se edificaraõ no mesmo Bairro accomodaçoens para o trabalho de Mestres, e apprendizes de novas artes e officios, como: 1. Cutellaria, Mestre Mr. Dutoit, francez de nação, do qual foraõ apprendizes os melhores mestres daquella arte, que hoje existem no Reino: 2. Relojoaria, Mestre Mr. Berthoud, tambem francez de nação: 3. Fabrica de pentes de marfim, caixas de papelaõ envernizadas, e verniz de goma-copal; lacre, Mestre Mr. Gabriel de la Croix, igualmente francez de nação, com privilegio exclusivo, que depois transferio ao actual possuidor, no qual se tem por vezes perpetuado, contra o meu voto, por consultas da Real Junta; e por isso tem feito taõ poucos progressos. Este mesmo Gabriel introduzio o uso dos tornos altos desconhecidos até entaõ, servindõ-se os artistas daquelles de Pé: 4. Mestres e artistas de fundição de metaes, principalmente de cobre: 5. Hum Mestre italiano para Estuques, e escaiolas, com huma escola de desenho: 6. Hum Mestre desenhador para a repartição das sedas, chamado Mr. Joseph May, mandado vir de Lyon: 7. huma fabrica de Louça á imitação da que vinha de França, cuja fabrica deo algum lucro, mas por estar mal collocada, e se haverem estabelecido muitas outras no Reino, e particularmente pela opposição que lhe fez a louça Inglesa, se veio a fechar. Com tudo desta fabrica, de que foi Mestre hum Italiano, sahiraõ officiaes que ainda se empregao com bastante utilidade publica: 8. Arte de Tincturaria praticada e ensinada por Mr. Luiz La Chapelle, francez

de nação, mandado vir para as sedas da Real fabrica; e se fez digno, não só da Mercê do Habito de Christo, mas de ser admittido na Direcção da mesma Real fabrica: 9. Foi a esta repartição que se deveo o estabelecimento dos dous insignes Mestres em Serralharia, chamados Schiapapietra, irmãos, e de nação Genoveza, assim como também de outro Genovez chamado Pontremo, Mestre de teares de meias: 10. Foi igualmente pelos fundos daquella Real fabrica, que Pedro Schiapapietra foi fundar, em Pernes, hum fabrica de verrumas, sovelas, e limas, cuja fabrica passou pelo fallecimento do dito Schiapapietra, a seus filhos; e ignoro presentemente qual tenha sido a sua sorte: 11. Pelos mesmos fundos foi estabelecida, em Almeirim, a fabrica de cambraias, e esguioens, de que foi mestre hum Italiano, chamado Tacinari, cuja fabrica, de que já fallei, se mudou depois para a villa de Alcobaça, trabalhando debaixo dos dormitorios do grande Mosteiro que ali se acha: 12. A primeira fabrica de Chapeos finos estabelecida junto da villa de Pombal, de que foi mestre hum Francez, chamado Mr. Sauvage; a qual não prosperou, como já dice; mas deo occasião ao estabelecimento de outras particulares, e ao aproveitamento das pelles de coelho, e lebre, que até então se deitavam aos caens: 13. Fabricação dos Botoens de Casquinha, por Guilhobel, também Francez.

De tudo o que fica dito se ve, em que ponto de atrazamento se achava a Nação Portugueza, e os sacrificios de grandes somas feitos pelo Governo daquelle tempo, para promover a industria nacional, que, em muitos destes artigos, já nada tem que invejar ás outras nações.

§ 43.

Continuação do estabelecimento de fabricas pela repartição da Junta do Commercio, com fundos provenientes do Donativo de 4. por cento percebido de entradas nas Alfandegas, que o commercio, pela dita Junta, offereceo a El Rey para a reedificação dos Edifícios publicos.

Logo depois do terramoto de 1755, offereceo á S. M. a Junta do Commercio, em nome da corporação deste, quatro por cento, percebidos de direitos de entrada nas Alfandegas, com o nome de *Donativo*, para, com este producto cobrado e despendido pela mesma Junta, fazer as despesas da construcção das Alfandegas, e Praça do Commercio; o que, com effeito, se cumprio; applicando-se igualmente debaixo da direcção da mesma Junta, para se estabelecerem fabricas de lanificios na Covilha, em Fundão, e Portalegre, cujas manufacturas chegaraõ logo, naõ só para o fardamento das Tropas, e criados da Casa Real, mas para se venderem no Reino, e exportar para o Brasil; quando antes todas vinhaõ de fora. Durou esta administração até o anno de 1787, ou 1788, em cuja epoca Foi S. M. a Rainha Nossa Senhoria servida dár o usufructo a particulares, para usarem dellas com todos os privilegios de Fazenda Real, pagando sómente os materiaes, e manufacturas existentes, por inventariõ de commoda avaliação, e ficando a propriedade, e casco sempre pertencendo á Fazenda Real, que tinha despendido acima de hum milhaõ de cruzados, com estas fabricas, em beneficio da nação, as quaes soffreraõ, pela *protecção á Franceza*, na epoca da sempre lamentavel invasaõ, hum grande abalo, que as hia

derrubando; mas que com a feliz Restauração, se poderia igualmente restaurar, *se a reciprocidade á Inglesa*, em que se fundou o tratado de commercio de 1810, as não arruinasse de todo.

§ 44.

Emprestimo de 80,000 cruzados feito pela Real Fazenda a Guilherme Stephens para o estabelecimento de huma fabrica de vidros.

Entre muitos outros estabelecimentos feitos á custa da Real Fazenda, em que bem se deixa ver a munificencia do Sr. Rei D. Jozé a beneficio da industria nacional, referirei o estabelecimento da fabrica de vidros cristallinos, no sitio da Marinha grande, Junto a Leiria, por Guilherme Stephens, o qual recebeo hum emprestimo, ignoro por que cofre de 80,000 cruzados, a pagar sem limite de tempo, e em cal, producto dos fornos, que tinha erigido nas pedreiras de Alcantara, nos quaes ardia carvão de pedra vindo d'Inglaterra livre de direitos. Alem deste emprestimo, tinha o dito Stephens a permissaõ de se servir de toda a lenha tirada do pinhal d'El Rei, *gratis*.

Quaes foraõ os effeitos dos assiduos disvelos do Governo neste feliz Reinado, para fazer independente a nação Portuguesa, todos os conhecem, e se manifestáraõ mais e mais, no successivo Reinado, e Regencia do Principe Regente N. S. Mas hé muito para temer, que as desgraçadas circumstancias da presente epoca havendo transtornado os principios politicos adoptados por aquelle grande Monarca, deixem sómente aos Portuguezes a triste lembrança de cousas taõ

uteis destruidas por hum rasgo de penna, e talvez para sempre.

§ 45.

Meios geraes empregados no Governo do Senhor Rei D. Jozé para promover a introdução das Artes fabriz em Portugal, e seus bons effeitos,

Os grandes subsidios dados pelo Governo, para a introdução das artes fabriz em Portugal, a isenção de direitos sobre as materias primas vindas de fora, assim como tambem aquelles de exportação sobre taes Manufacturas, e suas entradas francas nos Dominios do Ultramar, a introdução prohibida no Reino de correspondentes manufacturas estrangeiras, e a rigorosa observancia das leis repressivas do contrabando tem sido os principios politicos a que se deveo a diversidade, e multiplicidade de estabelecimentos uteis; por effeito dos quaes ficaraõ no paiz enormes somas, que antes passavaõ a naçoens estrangeiras, com gravissimo prejuizo de Portugal, de cujas somas se poderá formar juizo comparando a balança do commercio de huns annos com outros, cuja balança se principiou a formar no Reinado da Rainha N. S. Que Deos Guarda á custa do Cofre da Real Junta do Commercio, que seria de muita utilidade publicar se pela imprensa, para illustração da parte pensante e instruida da nação principalmente para aquelles que influem no Governo poderem descobrir em hum golpe de vista objectos de tanta importância; e até calcular os desastrosos effeitos que poderá produzir o tratado de commercio de Fevereiro de 1810, se se não tomarem em seria consideração, quanto antes, para

se lhes obstar por todos os meios possiveis. O tratado feito por Methuen, e Roque Monteiro Paim, ainda que arruinou muitas artes fabriz, que havia no Reino, principalmente aquellas de lanificios, cujas manufacturas estrangeiras não eraõ admittidas antes deste tratado, que teve por objecto a admição dos pannos inglezes, em compensação dos vinhos de Portugal pagarem de entrada em Inglaterra huma terça parte menos doque aquelles de França, e isto sem especificar a proporção de direitos de entrada dos ditos lanificios, nem de outro genero algum, tem sido modificado pelo Governo regenerador do S. Rei D. Joze.

§ 46.

Sobre as Utilidades que resultaõ das Fabricas nacionaes e da necessidade de as proteger.

Convencido pois de taõ solidos, principios, como ficaõ notados no § antecedente, sempre, na Real Junta, votei a favor da isenção de direitos de entrada sobre as materias primas necessarias ás fabricas nacionaes, e que o paiz não produz, seja em qualidade, seja em quantidade sufficiente; considerando, ao mesmo tempo, que toda a importancia de tributo directo, ou indirecto, com que se carrega a industria nacional, equivale a hum premio igual, que se concede á correspondente manufactura estrangeira, com a qual haja a nacional de competir; e que animar, ou fomentar a industria nacional na pratica das artes fabriz, hé tambem promover os mesmos effeitos na população, pela occupação de braços que, sem isto, ficariaõ ociosos, ou se não reproduziriaõ; re-

sultando de ambos estes objectos o preciso augmento da agricultura, pelo prompto consumo, e maior preço das suas produçoens, nas localidades, em que se achão as fabricas, assim como tambem maior valor aos bens de raiz, cujas permutaçoens vem a ser de maior rendimento ao direito das sizas, alem do acrescimo das Decimas, Dizimos, &c. e diminuição da mendicidade, que assaz acha muito em que se empregar. Nada destas cousas escapou ás vistas do sabio, e restaurador Governo do Senhor Rei D. Jozé, por quem foi dado o impulso a que chegaraõ as fabricas nacionaes; e que depois continuaraõ sem socorros pecuniarios dos Cofres Reaes, á excepção da fabrica de chitas em Azeitaõ, que a Rainha Nossa Senhora por effeito da Sua Real Muni-ficencia, auxiliou, não só nas pessoas de seus fundadores, mas na do seu successor Raimundo Pinto de Carvalho, e a fabrica de lanificios estabelecida em cascaes, da qual foi depois, no meu tempo de Deputado, embolsada a Real Fazenda, pelo producto da mesma fabrica, quando, por autoridade superior, a Real Junta a transferio ao actual proprietario, Joze Nunes Viseu.

Fiel aos principios de que me acho possuido sobre as utilidades, que resultaõ ao Reino do desenvolvimento da industria fabril, sempre, em quanto me conservei na Real Junta, julguei meu dever votar a favor das pessoas dos proprietarios, e suas justas pertençaens a beneficio dos estabelecimentos ja existentes, ou projectados; não duvidando, que se concedesse privilegio exclusivo de cousas de nova invenção, de nova introducção, ou de incorporação na generalidade de outras para identicas manufacturas, gozando da isenção de direitos, mediante as provisoens do Tribunaal: só me oppuz

ao estabelecimento de huma fabrica de lanificios, proximo á praia, fora da barra, em lugar isolado; por me parecer sitio suspeito, e manejado por pessoa ja notada de exportar clandestinamente laã, que-despachava a titulo de outra fabrica de Baetilhas, que tinha Junto a Lisboa, em a qual consumia mui pouca laã da mui~~ta~~ que comprava no Alemtejo; accrescendo a isto dizer-se que tudo era por conta de hum Collega meu, o qual sobre maneira protegia estes negocios no Tribunal; o que tenho tido occasião de verificar pela desaffeição, que me ficou mostrando, daquelle tempo por diante: desaffeição, que cresceo por me oppor, com o meu voto, á consulta, que elle pertendeo, que se fizesse, para se prohibir immediatamente a entrada da barrilha de fora, logo que, em resolução de outra consulta do Tribunal, S. A. R. O Principe Regente N. S. Havia sido servido conceder a outro seu protegido, o privilegio exclusivo de cultivar a barrilha no Reino do Algarve, por hum certo numero de annos. Quem deixará de ver, como eu vi, que a prohibição da entrada da barrilha de fora, hum objecto de tanto consumo, para as lessivias, branquearias saboarias e fabricas de vidros, antes da cultura da do Reino, era huma armadilha, para o contrabando deste genero, que se devia fazer pelo Algarve; com tudo não querendo eu que hum ramo tão importante de industria se deixasse de promover no Reino, votei que, se com effeito se cultivasse, e fabricasse boa barrilha para o consumo do Reino, de modo que fizesse frente á de fora, que, neste caso bastaria levantar sobre esta os direitos de entrada em proporção conveniente a favor, e protecção da cultivada no paiz. Mas, como as vistas do meu Collega, e seu protegido eraõ menos de promover os interesses nacio-

naes, de que os seus, não lhes agradou o meu parecer, e abrião mão da empreza.

Estes dous factos, nos quaes me persuado ter cumprido com o meu dever, motivaraõ o odio, e vingança do dito meu Collega, ao ponto de me denunciar furtivamente na Corte do Rio de Janeiro, por ambiciozo, e a titulo das minhas fabricas, abusar do meu lugar de deputado despachando livre de direitos materiaes em maior quantidade, que nellas se empregavaõ, asserçaõ, que ainda, que em algumas occasioens verdadeira, a respeito de materiaes proprios para a fabricaçã de chapeos finos, não era de prejuizo ao meu caracter; por quanto pelles, e pellos somente podiaõ ter tal emprego, e que devendo segurar-me de grandes provimentos, succedeu por vezes ter de mais, e cedellas a outras identicas fabricas igualmente privilegiadas. Mas conhecendo o dito meu Collega, que quem accusa primeiro ganha mais pontos, e que era cousa bem alheia do meu caracter, fallar, em negocios de tal natureza fora do Tribunal, ou por illegitimos caminhos, aproveitou-se da occasiaõ, e conseguiu a sua vingança. Eu não fallaria destes, e outros factos relativos á mesma pessoa se, a pesar meu, me não visse obrigado a fazello em minha propria defeza, para affastar de mim calumnias, e responsabilidades, que se me poderiaõ imputar, como membro da Real Junta do Commercio.

Tambem devo aqui notar, que na Real Junta concorri quanto me foi possivel, para se autorisarem varios estabelecimentos fabriz de artistas, que, sendo mais engenhosos, e possuindo maiores cabedaes, emprendiaõ obras que necessitavaõ operarios de diversos officios embandeirados, cuja reuniaõ lhes era absolutamente indispensavel, mas, por ser

prohibida pelos seus particulares estatutos, recorriaõ ao Soberano, pela Real Junta, para a obtenção do competente privilegio; sendo taes estabelecimentos até entãõ, desconhecidos, e dos quaes tem resultado muitos inventos, e grande utilidade publica na perfeição das obras, e principalmente dos maquinismos.

§ 47.

Sobre a introducção do papel moeda.

Quando as precisoens do Estado fizeraõ lembrar, ignoro por quem, o recurso do papel moeda, propôz o Marquez de Ponte de Lima ainda no tempo do Thesoureiro mór, Sebastiaõ Francisco Betamio, o dito projecto na Real Junta, tomando os pareceres individuaes dos Deputados. Combati, quanto me foi possivel, semelhante projecto, mostrando os seus inconvenientes na pratica, os quaes depois se verificaraõ; e mostrei, outro sim, que naquelle tempo, talvez o mais florente em commercio que Portugal tinha tido, havia muitos meios a que recorrer, sem lançar mão de hum, que em todos os tempos, e em todas as naçoens, tivera as mais funestas consequencias, como por exemplo, que se vendessem todas as propriedades da Coroa, tanto casas, como terrenos disponiveis, em lugar de permanecerem inuteis, ou de se darem a individuos que mal os mereciaõ, cuja venda, depois dos competentes, annuncios, e devidas avaliaçoens viesse o seu producto a girar em letras de cambio acceitas, e pagaveis á ordem do Thesoureiro mór do Erario, em prazos de seis mezes, e de anno, para dar maior folga aos compradores, e os animar a maiores lanços; o que faria exceder as avalia-

çoens, e cobrir o Juro da demora dos prazos. Estas letras, entrando em giro por meio de endossos, e sujeitas a protesto, no caso de não serem pagas ao portador, no tempo do seu vencimento, e pagando-as logo o Erário Regio, ao qual ficava reservado o direito de hypotheca, augmentavaõ consideravelmente, e de repente os fundos do Estado.

Bem podera eu lembrar ao Marquez o meio praticado pelo precedente Governo, para supprir as despezas do Estado, e accumular o thesouro que deixou, cujo meio consistio em ser mais economico na distribuiçaõ das commendas, nos ordenados de empregos inuteis, Presidencias de Tribunaes, &c., sem que, por isso, padecesse a marcha dos negocios publicos. Tambem lhe quizera lembrar a reforma de abusos, que se tinhaõ introduzido em todas as repartiçoens, nas quaes se consumia, sem necessidade, como se prova pelo antecedente Governo, muito mais do que produziaõ as rendas annuaes do Estado, e que por mais Papel moeda, que fabricassem, tudo seria pouco, não havendo economia, mórmente não se estabelecendo, que todas as repartiçoens, sem exceptuar alguma, apresentassem huma conta publica, pela qual conhecessem o Soberano, e a Naçaõ quaes eraõ os rendimentos do Estado, e cómo se distribuiaõ: unico meio de pôr termo ás malversaçoens, e dilapidaçoens, que trazem a pos si o discredito dos Governos, a pobreza dos povos, e a necessidade de recorrer a meios extraordinarios, e quasi sempre muito arriscados. Mas julgando que lembrar estas cousas a quem não estava disposto a pôllas em pratica, era perder-lhes o feitio, contentei-me com o primeiro parecer, que por entaõ não pegou, mas segundo o que aqui ouvi foi depois adoptado, bem que tarde, e a más horas.

Estabeleceo-se finalmente o Papel-moeda, e para maior desgraça com o vencimento annual de seis por cento. Mostrei ao Marquez que, sendo o Papel-moeda hum representativo do metallico, era hum absurdo o vencimento do juro; pois que aquillo era o mesmo que dizer-se ao publico, que aquelle representativo valia seis por cento menos do que o representado; e que os novos impostos applicados para o pagamento daquelle juro, se deviaõ applicar para resgatar successivamente o dito Papel, até a total extincção. Este meu parecer foi seguido por todos os meus collegas excepto hum, que attendendo mais aos seus interesses do que aos do Estado, e que tendo astuciosamente grangeado o lugar de chefe da repartição do pagamento dos juros, sustentou sempre, com muito ardor a opiniaõ contraria: e bem haja elle; porque soube tirar immensos lucros do lugar, com a simplez operacão de diffcultar o pagamento dos juros ás partes, e pôr agentes, por sua conta a rebater o dito Papel, por diminutos premios; depois de cuja operacão era promptamente pago; e na qual entrariaõ, e talvez continuem ainda a entrar, individuos do Real Erario, e outras repartiçoens publicas, engrossando em cabedaes, com decidido prejuizo, por não dizer roubo, das partes, e discredito do Estado.

Quaes tem sido as consequencias da creação do Papel-moeda; medida de sua natureza má, e pessima pelo modo por que foi estabelecida, servindo-se de toda a qualidade de papel, fino, branco, azulado, pardo, &c., sem marca alguma na contextura do papel, que o fizesse conhecer, e diffcultasse a falsificação, ao menos no Reino, e estampado de hum modo taõ insignificante, que, até com a penna, se pode falsificar: quaes tem sido, outra vez digo, as consequencias

deste recurso, todos os Portuguezes o sabem; huns, ainda que bem poucos, accumulando grossos cabedaes do modo que fica dito, no manejo dos juros; outros enriquecendo com os escandalosos rebates de 20 a 30 por cento; e outros finalmente, isto hé, a massa da nação, soffrendo os rebates, falsificações, e manejo dos juros, que os tem reduzido ao estado da indigencia, por duas razoes mui simples: a 1.^a. pela diminuição do valor do representativo; e por isso os que possuem 100,000 rs. em papel, por exemplo, não possuem realmente mais do que 70 a 80,000 rs. em metal — a 2.^a. porque o valor dos generos, e numerario metallico augmentaõ pouco mais, ou menos, tanto quanto o representativo baixa.

§ 48.

*Projecto de huma Fabrica de armas
no Porto de S. Martinho.*

Desejoso sempre de ver prosperar em Portugal as artes fabriz, organisei hum projecto, que dei ao Visconde de Balsemaõ, entaõ Ministro de Estado, sobre o modo de prover economicamente, e com perfeição, os Reaes Arcenaes de todas as qualidades de armas, por meio de hum estabelecimento, no qual se trabalhasse em obras grossas, e finas de ferro, aço, e cobre taõ necessarias aos commodos da vida, e que por falta dellas no Reino, eraõ importadas de fora. Consistia pois este projecto na formação de huma Companhia, ou associação de particulares, que, por meio de acções, completassem hum capital de cousa de 300 contos de reis, para com este se erigir, junto á bacia, e porto de S. Mar-

tinho, os competentes edificios economicamente construidos, debaixo da direcção de habéis mestres, e praticos em cada repartição, assim como tambem os maquinismos necessários para a promptidaõ, economia, e perfeição das manufacturas, empregando-se, como motor destes maquinismos, agoa corrente, sendo possivel, ou na sua falta, maquinas de vapor, sendo o combustivel o carvão da mina de Buarcos, cujo transporte era facil por mar, visto a proximidade; ou lenha do pinhal d'El Rei, que tambem fica proximo daquelle sitio. Esta companhia, estabelecida debaixo da protecção do Governo, teria a seu cargo a administração economica, inteiramente independente, e dirigida por socios eleitos pelos accionistas, afim de poder prosperar, e poder mesmo vir a ser huma boa escola para todo o Reino. Este projecto seria talvez rejeitado porque nelle entrava o Mosteiro d'Alcobaça, como hum dos principaes accionistas, visto que o estabelecimento era de grande proveito aos coutos do dito mosteiro, tanto em consumo de generos, como em augmento de população.

§ 49.

*Projecto sobre a restauração do Porto e Bacia
de S. Martinho.*

O referido projecto me suscitou outro que seria de grande utilidade aos paizes circumvizinhos á barra de S. Martinho, e provincias, que pegão com estes. Consistia este projecto em desembaraçar a bahia, e porto de S. Martinho, para facilitar o commercio de importação, e exportação, e por consequencia promover a agricultura das terras, e augmento da

população. Fiz perceber todas estas utilidades á Real Junta do Commercio, para que obtivesse do Governo a faculdade de o fazer examinar por pessoas praticas, e levantar o mappa topografico do sitio, acompanhado com a descripção do estado, em que se achava o dito porto; obtida esta faculdade, propuz novamente em Junta, que para o Tribunal lhe dar a devida execucao, mandasse convidar a Guilherme Stephens, erector, e proprietario da fabrica dos vidros cristallinos, no sitio da Marinha grande, homem de engenho e saõ juizo, que, naõ obstante ser Inglez, manifestou sempre os maiores interesses pelo adiantamento, e prosperidade da nação Portugueza, e do qual os povos de Leiria, e visinhanças conservaõ, e conservaraõ sempre huma saudosa memoria. Elle acceitou o convite, e se dirigio ao sitio com hum official do corpo dos engenheiros de sua confiança, e juntamente o Tenente Coronel, Joze Aufdiener, que lhe fora mandado pela Secretaria de Estado. E depois dos competentes exames remetteraõ ao Tribunal o pedido mappa topografico, accompanhado da explicação necessaria, e de huma extensa memoria do dito Guilherme Stephens, o qual generosamente fez todas as despesas desta expedição. Estes documentos, juntos com algumas reflexoens minhas, e do Tribunal, subiraõ á Real Presença, pelo Ministro de Estado, o Marquez de Ponte de Lima; e nisto parou infelizmente o dito projecto. He provavel que estes papeis se achem na Secretaria de que fora encarregado o dito Ministro, ou na mão de algum curioso, a quem elle os confiasse, para terem, talvez, a mesma sorte que tiveraõ huns, que, por ordem do Governo, se mandaraõ fazer, com grande custo, por hum Engenheiro enviado de proposito á Ilha da Madeira, e que hum

amigo meu comprou á porta da Moeda, por seis, ou doze vintens.

Este projecto que me deveo muita meditação, sem que nelle tivesse directa, ou indirectamente outras vistas, que não fosse o bem publico, não deve jazer sepultado no esquecimento; e por isso, vou a referir delle o que me lembrar, venha, ou não venha a ser util no futuro. Em 1º. lugar devem conduzir-se directamente ao mar as agoas dos rios que ora se descarregão na bacia, arrastando a esta as areas que a entulhaõ, e a tornaõ inutil: em 2º. lugar, desentulhar a bacia, transportando as areas della ao alto mar; e em 3º. lugar, fazer produzir matos rasteiros, e pinhaes, pelos vastos montoes de area, que rodeaõ a bacia, e que os ventos levaõ sobre õs dilatados campos visinhos, tornando-os incultivaveis. Quanto ao 1º. objecto, isto hé, o encanamento dos rios ao mar por fora da bacia, propuzeraõ os Engenheiros hum corte, ou foramen, no pequeno monte que borda o mar, ao sul da entrada do mesmo mar para a bacia, rødeando-se esta por hum competente canal que recebesse todas as agoas dos taes rios, como se deixava bem ver do mappa, e memoria, que remetteraõ á Junta os commissionados; sobre o que me pareceo não haver cousa alguma que addicionar. Quanto ao 2º. objecto, isto hé, desentulhar a bacia, pareceo-me insufficiente, longo, e muito dispendioso o meio proposto pelos Engenheiros, ao qual substitui outro, que julguei mais adequado; e consistia em haver huma maquina de vapor, equivalente á potencia de 20 a 24 cavallo, collocada em huma barca chata, construida para este fim, e que se movesse sobre toda a superficie da bacia conforme fosse necessário; firmando-se aonde conviesse por meio de quatro ferros.

Deveria a maquina fazer girar de continuo hum aparelho de alcatruzes de ferro, crivados de miudos buracos, e de competente grandeza, e figura, prezos em distancias iguaes a duas cadeias de ferro parallelas, bem como os calabres das noras, montadas em competente roda, ou ouriço, tambem de ferro, cujos alcatruzes, roçando pela superficie do areal, subissem cheios de area para a despejarem em huma almas-sega, com a precisa inclinação, para que a area, por seu proprio pezo, fosse cahir dentro em barcos de vela, ou de remo, que a fossem lançar ao alto mar por meio de alçapoens. Tendo dito, a meu ver, quanto basta para intelligencia do meio que substitui, passo a fazer hum calculo de approximação a respeito da despeza, a que subiria o desentulhamento da bacia de S. Martinho. A barca da maquina, por grande que fosse, lhe bastavaõ quatro homens dentro, tanto para a mudar de lugar por meio de cabrestantes, como para lhe ministrar o combustivel, e dar azeite, ou cebo, aonde, e quando precisasse; sobre o que se deveriaõ instruir; e destes dormirem dous, em quanto dous velavaõ. Os barcos para o transporte da area poderiaõ fazer cada hum 18 viagens, na roda das 24 horas, em razão da pouca distancia, qüe tinhaõ a percorrer; e calculando, que de 20 barcos, estariaõ sempre 16 em acção, carregando cada hum delles somente braça e meia cubica de area, em cada viagem, tiravaõ da bacia 432 braças, em cada 24 horas. Ora suppondo huma superficie circular de 500 braças de diametro, e 2 de profundidade, para se desentulhar, dá hum total de 393,000 braças cubicas; o qual dividido por 432, exigiria 910 dias de trabalho, que multiplicados por 70 jornaes, ou pessoas empregadas continuadamente neste trabalho corresponderia a 63,700 Jor-

naes: os quaes, hum por outro, a 400 reis, fazem a quantia de 25,480,000 reis. O custo de cada barco não excederia provavelmente a 400,000 reis. A barca da maquina, com todos os seus apprestes de amarras, &c., poderia, em rasaõ da sua grandeza, deitar a 3.200,000 reis. A maquina de vapor, posta em seu lugar, custaria 12,000,000 reis. Por tanto 20 barcos a 400,000 reis fazem 8,000,000 reis. A barca e maquina 15,200,000 reis; o que Junto com 25,480,000 reis de Jornaes, somaõ o total de 48,680,000 reis.

Supponhamos que o combustivel, utensilios, e perda de tempo por invernadas, que embaracem os barcos no seu trabalho, fizessem dobrar a soma; sempre se ganhava hum porto de muita utilidade publica, e interesse para o Estado, mórmente não fazendo este mais do que adiantar as ditas somas, e havellas, com seus competentes juro, de hum pequeno imposto sobre as embarçaçoens, tanto nacionaes, como estrangeiras, que entrassem e sahisses, até o total embolso do dito avanço: unico modo de emprehender grandes obras sem desfalque da Fazenda do Estado.

Quanto ao ultimo ponto de fazer produzir matos, e pinhaes sobre os montoens de area, tanto para os aproveitar, como para impedir que esta torne incultivaveis os terrenos visinhos, me lembrei de huma ceve de seis palmos de alto, feita no cúme dos ditos montoens com estaquinhos cravadas na area, e tecida com toda a qualidade de ramagem, e mato que melhor conviesse. Com taes seves se defenderia o effeito dos ventos sobre os areaes e permitiria que nelles, se semeasse e vingasse toda a qualidade de sementes que produzem na area, como especialmente o penisco do pinhal d'El Rei; preferindo para esta sementeira as primeiras chuvas

do Outono; bastando, para as cubrir, arrastar sobre o terreno huma grade, cujos dentes se entrelaçassem com mato. Esta obra, dirigida com cuidado, viria, no fim de 30, ou 40 annos, a dar hum producto annual dez vezes maior do que a despeza; e a exemplo deste aproveitar outros areaes das costas marítimas, que não faltaõ em Portugal, e que, por negligencia, são, não só incultos, mas prejudiciaes ás terras visinhas.

§ 49.

Memoria que dirigi a D. Rodrigo de Souza Coutinho, por mão do seu Guardaroupa, fechada, e lacrada, declarando, no sobre-escrito quem a dirigia.

O alto conceito, que eu por huma parte, fazia do grande patriotismo, e talentos superiores de D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois Conde de Linhares, que Deos haja: conceito reforçado tantas vezes, por praticas que tive com seu Mestre no Collegio dos Nobres, e depois na Universidade de Coimbra, o douto Miguel Franzini, meu particular amigo; e por outra parte, não consentindo o meu proprio patriotismo ver a sangue frio a miseria a que se achavaõ reduzidas as finanças da Coroa, quando, pelos meus calculos particulares, eu achava que se desperdiçavaõ annualmente alguns milhoens de cruzados, nas repartiçoens do Contracto do Tabaco, e Saboarias: desperdicio que existia desde 40 annos á esta parte; com o qual se engrossavaõ agigantadamente hum pequeno numero de casas, em prejuizo da fortuna publica, e do Soberano; servindo-lhes, ao mesmo tempo para se perpetuarem no lugar, e posse daquelle grande manancial de

riqueza, e para affastar, todos sabem como, quantos oppositores pertenderaõ dar mais pelo referido contrato, pareceo-me pois ser materia digna, e facil de se averiguar por hum Ministro de Estado zeloso, e inteiro: qualidades que me animaraõ a dirigir-lhe, logo que chegou de Turin, e entrou no Ministerio, huma Memoria anonima, fechada, e lacrada, com hum sobre-escrito ao dito Ministro, e em baixo o nome de quem lha dirigia, na forma do costume: de cuja memoria, entregue por mim ao seu Guardaroupa, transcreverei aqui o que della me lembrar.

Quanto ao Contrato do Tabaco, continha hum calculo de approximação, fundado na supposição de haver, nos tres milhoens da população de Portugal, 600,000 individuos que tomaõ tabaco: numero, a meu ver, antes diminuto do que exagerado; visto que, naquellè paiz, quasi todo o mundo, homens, e mulheres, toma tabaco, e muito tabaco. Ora calculando a despeza do tabaco em pó dos 600,000 individuos, hum por outro, a dez reis por dia, soma cada dia 6 contos, e no anno, 2,190 contos, ou, por outra cinco milhoens quatro centos e setenta e cinco cruzados: soma que sendo dividida por 1,200 reis, preço mais baixo do arratel de tabaco em pó, vem a fazer 1,825,000 arrateis: os quaes, reduzidos a arrobas, daõ 57,030 $\frac{3}{4}$. Ora sendo o pezo mais trivial dos rolos 16 arrobas, ja se ve que o consumo destes deve ser 3,565; e ajuntando-lhe para quebras, e refugos a *metade* desta quantia, devem os contractadores comprar, quando muito, 5,347 rolos; visto que eu naõ tenho neste calculo attendido a algumas fracções, cujo numero hé mui facil de averiguar, tanto dos registros annuaes da entrada na fabrica, como daquelles dos despachos na Alfandega Dos

mesmos registros constará o numero exacto daquelles rolos empregados para mangotes, isto hé, rolos de 2 arrobas e meia cada hum, para as arraias, e dos destinados para fumo; e não padecendo duvida que estas duas addiçoens juntas excederaõ a mil rolos; toda via tomando este numero, equivalente a 16,000 Arrobas, e juntando-se ao numero das arrobas que contem os 5,350 rolos para tabaco em pó, somaõ 107,000 arrobas, as quaes, pelo preço medio de 4,000 reis a arroba, incluido o despacho, importaõ em quatro centos e vinte oito contos de reis; e ajuntando a esta soma 52 contos de ferias na fabrica, e jardim do tabaco; mais 7 contos para papel, maõ d'obra, canastras, e transportes; mais 15 contos de despeza de Escritorio; mais 30 contos de ordenados de sua propria administração, generosamente pagos, faz tudo hum total de quinhentos e trinta dois contos de reis, que, juntos com mil contos de reis, pagos por muitos annos, ao Erario, pelo privilegio exclusivo, ignorando se nesta soma houve alguma alteraçãõ, fazem chegar o desembolço total dos contractadores, comprehendidos os seus proprios ordenados, a mil e quinhentos trinta e dois contos de reis, ou tres milhoens outocentos e trinta mil cruzados: os quaes deduzidos do producto, que tenho mostrado, de cinco milhoens quatrocentos e setenta e cinco mil cruzados, resta aos contractadores o lucro de hum milhaõ seiscentos e quarenta e cinco mil cruzados, unicamente do tabaco em pó. Ora addicionando a este lucro mais outocentos e dezoito mil cruzados que produzem os mil rolos para fumo, em mangotes, de 80 lb. que carregãõ somente por 64 lb. a preço para o contracto de 800 reis o arratel, claro está que os contrátadores ganhãõ annualmente dous milhoens quatro centos e sesenta

e trez mil cruzados!!! Por tanto se desta soma recebessem os contratadores somente a fracção de 463 mil cruzados alem da grande somma de seus ordenados ainda ficavaõ com exorbitante ganho; e a Fazenda Real com dous milhoens de mais, que, no decurso de 40 annos, que o contrato tem andado pelo mesmo preço, montaõ a oitenta milhoens: soma enorme que a mesma Real Fazenda tem perdido, e que teria evitado a introducção do papel-moeda, e outros desastrosos recursos de que o Estado se vio obrigado a lançar maõ.

Se alguem quizer contra dizer este calculo, faça-o com documentos authenticos, para satisfação do Publico, como parte mais interessada nesta materia; pois que só deste modo o Soberano, e a Nação podem vir no conhecimento, se existe, ou não existe dolo, e lezaõ enorme nas arremataçoens do contrato; por quanto parece a todas as vistas, que as agigantadas fortunas dos contratadores coincidem com este meu calculo: servindo, de mais a mais, este exorbitante lucro de base ás recompensas de toda a qualidade, com que o Sobe-rano, ainda em cima, os tem condecorado.

Quanto a saboarias, lembro-me ter dito na mesma memoria que estas são hum objecto de primeira necessidade, tanto para o aceio pessoal de que depende muito a saude, como para as branquearias, e barrélas; e que podendo ser sujeito a impostos lucrativos, para o Estado, não pode, nem deve de modo algum ser monopolizado, como infelizmente se conserva em Portugal, depois que, no Reinado do Senhor Rei D. Jozé, se resgatou da posse em que alguns Grandes estavaõ de fabricar o sabaõ, e se annexou á Coroa, pela qual foi transferido o privilegio exclusivo de fabricar, e vender

sabaõ aos contratadores do tabaco; e isto pela diminuta quantia annual de quarenta contos de reis!!! que tanto a mesma Coroa destinou para indemnisação dos antigos possuidores. Hé muito facil descobrir-se nesta transacção as occultas molas, que a promoveraõ; visto que o Estado nada utilisou e o Publico não melhorou. Logo que os contratadores tomaraõ posse, taxaraõ o preço da venda, a razão de 140 reis o arratel de sabaõ de pedra, e me parece aquelle de 80 reis o arratel de sabaõ molle, cujos preços parece terem dado tanto lucro, que logo no 1, 2, ou 3, annos, se offerceco hum amigo meu, Diogo Auriol, negociante Inglez em Lisboa para tomar sobre si toda a fabricação do sabaõ de pedra, e entregallo aos contractadores por 60 reis, cuja proposta foi, como era natural, rejeitada: prova evidente de que os lucros eraõ pelo menos dobrados; o que não obstante, obtiveraõ por moças de páo a faculdade de levantarem os preços á sua vontade, ao ponto de chegar o de pedra, no ministerio do Conde de Villa Verde a 200 reis o arratel, que ja recebiaõ de fora cuido que por mui diminuto preço debaixo do pretexto de falta de azeite; seguindo-se destas cubiçosas especulaçoens não só o exorbitante preço, por que o pagaõ os consumidores, e má qualidade do genero; mas a ruina das fabricas do Reino, com a introducção do de fora; o que não teria acontecido, se fosse livre a fabricação deste genero; por quanto os particulares que tivessem fabricas, o venderiaõ mais barato, e de melhor qualidade em razão da competencia; e achariaõ ingredientes com que supprissem a falta de azeite doce, do mesmo modo que em Inglaterra, aonde não ha oliveiras, se fabrica, com outros oleos e materias sebosas immenso sabaõ, e de mui boa qualidade, não

só para o consumo do paiz, mas para grandissima exportação; e da qual se tem aproveitado o contrato, para impingir em Portugal o de peor qualidade, pelo excessivo preço de dous testoen: preço de que não fiz menção na minha memoria dirigida ao Conde de Linhares, por ser anterior ao ministerio do Conde de Villa Verde; por cuja via os contratadores obtiverão como fica dito hum Decreto para levantar, nada menos do que sessenta reis em cada arratel, e isto em genero de tão grande consumo.

Para demonstrar approximativamente o lucro dos contratadores relativamente ao sabaõ, o que omitti na dita memoria, supponhamos que na população de tres milhoens de habitantes em Portugal, consomem, hum por outro, hum arratel cada anno; visto haver muitos que não consomem este genero, e muitissimos que consumirão quatro seis, outo, dez, e mais arrateis. Ora tres milhoens de arrateis a 100 reis, preço medio entre o sabaõ molle, e o de pedra, somaõ annualmente 300 contos de reis, dos quaes abatendo 40, que o contrato paga, restaõ 260; e spondo que metade desta soma hé necessaria para a compra dos ingredientes, maõ d'obra, e mais despezas, ainda lhes restaõ 130 contos de reis, ou 325,000 cruzados, abstracção feita do lucro que lhes resulta do sabaõ, que elles introduzem de fora por mais diminuto preço, com gravissimo prejuizo das fabricas do Reino, e exportação do numerario.

O resultado desta memoria, assim como tambem o das mesmas reflexoens que muitas, e muitas vezes fiz na Real Junta ao Marquez de Ponte de Lima, todo o mundo o conhece; pois que as cousas continuaõ ainda hoje no mesmo estado.

Sobre o meio que indiquei para a Fazenda Real lucrar annualmente mais couza de dois milhoens de cruzados pelo Tabaco, lembro-me que na mesma memoria apontando taõ graves achaques, indiquei hum meio para os remediar, cujo effeito nada tivesse de problematico e fosse taõ prompto como seguro contra as recahidas. Consistia este meio, quanto ao contrato do tabaco, primeiramente na resiliação do dito contrato, sem despedir os contratadores, nem pessoa alguma por elles empregada naquella administração, antes conservando a todos os mesmos ordenados, e as mesmas obrigaçoens. Em 2º. lugar, inventariar todos os emseres, quaesquer que fossem, pertencentes ao dito contrato, com assistencia de duas pessoas intelligentes de commercio, e da confiança do Governo, transferindo-se o escritorio da administração para casa pertencente á Coroa, e lembrava aquella em que depois se estabeleceo o Correio Geral: Em 3º. lugar, que os actuaes contractadores, querendo, como he de sopor, ou, em sua falta, quem bem parecesse ao Soberano, continuassem a mesma administração por conta da Coroa, do mesmo modo, e com os mesmos ordenados que para si estabeleceraõ em cada huma das repartiçoens, levando de mais a mais huma commissão de tres por cento, sobre todo o excesso liquido do mesmo contrato, pagas as despesas, e a quantia que dantes recebia a Fazenda Real; vindo deste modo a ter somente tres por cento dos lucros que antes repartiaõ entre si, e entrando o resto mensalmente nos Cofres Reaes, conservando-se com tudo, na caixa da administração huma soma de 200 contos de reis, para compra de novo tabaco, e mais despesas. Resultaria de tudo isto ficarem os contratadores, naõ só com os seus ordenados, como per-

cebiaõ, mas com a gratificação de 24 contos de reis producto avaliado de sua dita commissão para repartir entre si; e o Erario com dois milhoens: ficando outro sim os contratadores alliviados de todo o perigo de perder no contrato; e o passado, passado.

Os dous adjunctos acima propostos, como fiscaes por parte da Fazenda Real, deveriaõ ter ordenados em proporção da importancia, e responsabilidade do objecto, para serem independentes. Sendo que em taes casos nada conserva tanto a independencia como a certeza do premio ou do irre-messivel castigo, quando se deixaõ corromper: e seria mui conveniente que a Junta do commercio propuzesse, para estes lugares, seis commerciantes de reconhecida probidade, e honra, entre os quaes o Soberano nomeasse os que bem lhe parecesse, pois que a Junta tem todas as razoes para conhecer os sujeitos que possuem taes qualidades; e para maior segurança, se daria balanço á caixa todos os mezes, depois de paga a folha dos ordenados; e se confeririraõ os livros todos os semestres, pagas as commissoes vencidas; remettendo-se mappas dos ditos balanços ao Erario Regio, assignados pelos administradores, e fiscaes, e dados ao publico pela imprensa.

Quanto ás administraçoens subalternas sujeitas á administração geral, nada me pareceo susceptivel de alteração, ou melhoramento; visto que estas se achaõ bem reguladas, desde o tempo de Duarte Lopez Rosa, antecessor de Anselmo Jozé da Cruz, e mais socios, que adoptaraõ o systema administrativo do ditto Rosa, consistindo principalmente em não admittir pessoa alguma em qualidade de administrador, para a venda, e distribuição dos tabacos, que primeiro não tivesse

depositado na caixa do contrato huma quantia morta, em dinheiro, sem vencimento de juro, proporcionada á somma em risco pela manejo de tal pessoa, a qual pessoa, ou os seus herdeiros sómente poderiaõ recobrar no ajuste final de suas contas com o contrato, e este ficar plenamente pago; por cujo judicioso, e prudente meio não só estão os contratadores abrigados contra as malversações, ou negligencias, e descuidos de seus administradores; mas ainda com este capital, e sem fundos proprios, [como creio que succedeo ao mencionado Rosa,] poderem desde logo entrar regularmente com os devidos quarteis, ou mezasdas no Real Erario; e costearerem o contrato, em quanto as diarias entradas em producto successivo das vendas não chegassem para os successivos pagamentos e despezas. Ignoro a qualidade e proporção do premio que se concede aos administradores, que os indemnisse do uso, e parada de seu depozito, assim como de seu trabalho, tempo, e responsabilidade: cuido que será a respeito do tabaco de pô, e do de fumo, para o consumo do interior, o mesmo que concedem a respeito do tabaco em mangotes, do qual costumaõ ter depozitos nas arraias; porque sendo cada mangote de 80 lb. Sómente exigem do administrador o preço de 64 a razaõ de 800 reis a alb., ficando 16 lb. a favor dos administradores para indemnisaõ de tudo, e de qualquer quebra no peso, sendo estes obrigados a remetter mensalmente á caixa do contrato no fim de cada mez os mappas do tabaco recebido, do que venderaõ, e daquelle que lhes fica em ser, acompanhados do estado de sua conta corrente, saldada real por real com a sua remessa em especie, ou em letras de cambio; por que nada vendem que não seja a dinheiro de contado, e metalico; logo o papel

moeda veio a ser objecto de lucro para os contratadores do tabaco, os quaes o compraõ na proporçaõ dos pagamentos, que elles tem a fazer ao Erario, e na compra do tabaco em rama.

Quanto ao contrato do Sabaõ, propuz, na referida memoria, que se libertassem as saboarias, e venda do Sabaõ a quem neste ramo se quizesse occupar; na consideração de que o accrescimo de rendimento sobre o objecto tabaco, valia bem a pena de se abolir semelhante monopolio, em beneficio do publico; e quando o Estado quizesse tirar algum interesse deste ramo de industria nacional, bastaria qualquer imposto nas fabricas para dar mais do que os quarenta contos.

SOBRE O PÁO BRAZIL, E A URZELA.

Tambem propunha, na dita memoria, ser escusado hum comprador privilegiado, ou exclusivo do *Páo-Brazil*; indicando que, de seis em seis mezes, se fizesse, pelo Erario huma venda, em hasta publica, de hum certo numero de milheiros de quintaes, por lotes de 100 quintaes cada hum, pagando o comprador, a titulo de sinal, huma quinta parte do preço e o resto no acto da entrega, á sahida da Alfandega da Casa da India. O mesmo propuz a respeito da *Urzela*, vendendo-se cada partida, por lotes de 100 sacas, a quem mais desse. Sendo certo, que os productos deste modo de contratar sempre seriaõ os maiores, que permittisse o estado do mercado, ficando excluidos valimento, e dependencia que tanto prejudicaõ á Real Fazenda, e ao commercio.

SOBRE REFORMA DE PESSOAS SUPERFLUAS
EM QUALQUER REPARTIÇÃO PUBLICA.

Lembro-me outro sim que propunha, na mesma memoria, fazer-se hum escrupuloso exame em todas as repartiçoens da administração publica, para se abolirem os lugares superfluos; conservando com tudo a cada pessoa das demittidas, em quanto vivas fossem, os seus ordenados; na certeza de que na economia futura de pessoas, e despeza vinha a lucrar muito a Real Fazenda; devendo principiar-se pela Alfandega grande de Lisboa, simplificando-lhe a administração, cuja complicação actual tende mais a favorecer descaminhos, do que a evita-los: descaminhos que bem se manifestão nas fortunas até dos meros despachantes. He bem para lamentar que por praxe se nomee para Chefe de huma repartição de tanta importancia, como esta Alfandega, hum *Legista*, sem pratica, nem conhecimentos commerciaes; devendo alias ser huma pessoa versada na economia politica, calculo, geografia, e linguas vivas: conhecimentos estes que não possuem os legistas em geral, ou pelo menos aquelles que eu tenho visto empregados em chefes da Alfandega, e de mais a mais encarregados de tantos empregos de que não podem dar conta; por ser cada hum sobeja tarefa para o homem que o quizer desempenhar. Mas como não ha de ser assim, se Portugal hé o paiz dos Desembargadores, lembrando só Desembargadores para todos os empregos bem alheios do estudo das leis que elles apprendem em Coimbra. Daqui vem que não sendo os homens aptos para os empregos, e dando-se os empregos a homens habilitados para cousas

differentes, o resultado hé o transtorno, e atrasamento da maior parte senaõ de todas as repartiçoens.

SOBRE PROVIDENCIAS A RESPEITO DO PEIXE FRESCO.

Tambem toquei, na mesma memoria, o pouco producto que tira o Estado de todos os direitos em especie a que he sujeito o peixe fresco, e quanto estes saõ oppressivos aos pescadores, e publico; constando-me que muitas vezes fóra o Estado obrigado a pagar, de sua propria fazenda, aos empregados, mais do que tinhaõ rendido os direitos do peixe: o que, em fraze Portuguesa, se diz por as linhas de casa; não só pela decadencia da pesca, mas pelos enormes e inevitaveis descaminhos do methodo da actual administração. E lembrei que os donatarios, a quem estes direitos saõ obrigados fossem compensados com hum proporcionado rendimento liquido pelo Erario, depois de examinado, e calculado, por hum termo medio sobre o producto dos 10, ou 15 annos passados; e que os direitos, em lugar de se porem no peixe, se puzessem nas embarçaõens, que se destinassem á pesca, segundo os seus lotes: estabelecendo-se, em lugar da actual administração, hum casa de despacho, na Ribeira nova, composta de hum Juiz hum Thesoureiro, hum Escrevaõ, e tres officiaes: havendo nesta casa hum livro de registro, no qual se lançasse o numero da embarçaõ, o nome de seu dono, o do arraes, e mais individuos de sua companhia, o lugar, e frequencia a que pertencem, idades, residencia e naturalidades, para que todos estes individuos fossem obrigados a cumprir seus ajustes, huns com os outros e responsaveis pelos direitos impostos á embarçaõ; devendo o

arraes, no acto desta matricula, pagar o imposto competente ao lote da sua embarcação; para obter por isto hum recibo, e huma licença para poder livremente pescar, e levar o seu peixe aonde bem lhe conviesse, assim como tambem vendello aquem muito quizesse; contendo esta licença huma copia fiel do assento lançado no livro dos registros. Esta licença seria renovada todos os mezes, debaixo das mesmas formalidades, para ser facil aos pescadores e prompto pagamento do imposto; cuja quantia se poderia calcular sobre o producto que os mesmos pescadores tivessem tirado, em hum dado tempo, segundo o lote das suas embarçoens, e lugares aonde fazem a pesca, ficando sujeitas a confisco todas as embarçoens que pescassem sem as ditas licenças, ou deixassem de as renovar nos prazos determinados. Deveria haver outro sim, na mesma casa, hum livro, no qual se lançassem as somas pagas pelas embarçoens de pesca, accusando o recibo que fora dado ao pescador, para que, no balanço geral, conferissem as somas entradas com os recibos distribuidos.

SOBRE A SUPPOSTA NEGLIGENCIA DO R. ERARIO
NA COBRANÇA DE DIVIDAS ANTIGAS.

Advertia mais na minha memoria, que no Real Erario eu entendia haver negligencia na cobrança de dividas antigas de certo lote, que não obstante serem faceis de cobrar, e achar-se o dito Erario em tanta penuria, não se entendia com os devedores, ou fosse por vicio da administração, ou por suborno: o que hé muito provavel; pois que os pequenos ordenados, com que fora criado, não podem, no presente

tempo manter os empregados em estado de independencia; e como a necessidade não tem lei, fica sendo ariscada a exactidão dos funcionarios publicos. Diminua-se o seu numero; dem-se-lhes ordenados com que possam passar segundo a sua necessaria representação; obriguem-se a cumprir com as suas obrigaçoens; e castiguem-se quando faltarem a ellas e tudo hirá bem.

*Sobre o cumulo de muitos cargos publicos
na mesma pessoa.*

Alem de ser este hum dos grandes defeitos das administraçoens publicas, tambem notava os gravissimos prejuizos, que a estas se seguem, e ao Estado de se accumularem empregos em hum só homem: e entre muitos exemplos, apontava a pessoa de Diogo Ignacio de Pina Manique, que era, ao mesmo tempo, Dezembargador do Paço, Intendente Geral da Policia, Administrador da Alfandega de Lisboa, e Feitor mór de todas as do Reino, &c. &c. &c. Ninguem deixa de ver a impossibilidade physica, que hum homem, por mais activo, e zeloso que seja, tem para desempenhar tantos, e tão importantes empregos, e até mesmo incompativeis nas horas; e quando o chefe de huma repartição não está, nem pode estar presente, que se pode esperar dos subalternos? Mas Diogo Ignacio de Pina Manique era tão zeloso do bem publico, que não obstante o pezo destes empregos superior ás forças de hum gigante, tomou mais sobre si o estabelecimento, e governo de huma casa pia, a administração da limpeza, calçadas, e illuminação da Cidade. Ora eu rogo, em nome do bom senso, que se me diga como pode hum

homem só desempenhar tantas, e tão oppostas obrigaçoens? Como! Como as desempenhou Diogo Ignacio de Pina Manique. Este bom patriota, que tudo fazia com as melhores intençoens, confundia tudo com as suas arbitrariedades: V. G. applicava para huma repartição fundos destinados para outra, gastava mais do que podia, e devia com estabelecimentos, que julgava uteis, e que o seriaõ, se fossem bem administrados. Mas qual foi o resultado de suas arbitrariedades? Foi desfalcarse a Fazenda do Estado, que elle administrava, resarcirem-se perdas, e damnos a alguem, e ver-se este funcionario publico obrigado a recorrer á generosidade do Soberano, para obter hum Decreto que lhe desse as contas por tomadas. Teria sido muito melhor, como eu propuz na minha memoria, que a limpeza, calçadas, e illuminação estivessem debaixo do cuidado do senado, para proceder a arremataçoens publicas, sobre cada hum destes objectos, a individuos que se quizessem encarregar delles; e que a Intendencia, por huma participaçã que o senado lhe enviasse das condiçoens dos contratos, os fizesse cumprir, e executar pelos contratadores; visto ter a seu mando os agentes proprios para vigiarem sobre a inteira execuçaõ das obrigaçoens a que se sujeitaõ os arrematantes, que se deveriaõ igualmente publicar pela imprensa. Isto parece não admittir duvida alguma; por quanto em tudo hé preciso que alguem seja fiscal em todos os ramos das despesas publicas. Ora ; como podia a Intendencia ser fiscal de si mesmo, recebendo os dinheiros applicados para taes objectos, distribuindo-os a seu arbitrio, e fazendo delles applicaçoens para cousas differentes? Se havia precisaõ de huma casa pia, e de trabalho, para os vadios, ou desemparados, fosse esta

estabelecida, e dirigida pelo mesmo Senado da Camara, que hé o verdadeiro corpo politico da economia da Cidade; e tocasse á Intendencia sómente o conhecimento dos individuos que ali se deveriaõ recolher; nomeando o Senado, por administradores, homens ricos, e de probidade, que não precisassem aproveitar-se de alguma cousa dos fundos do estabelecimento, antes os augmentassem cada vez mais; sendo estes administradores amoviveis em epocas certas, e obrigados a publicar annualmente, pela imprensa, os fundos recebidos, e empregados; e o mesmo deveria fazer o Senado a respeito de todas as suas rendas, e despezas; pois que só deste modo hé que se podem evitar descaminhos, malversações, e conloios, que podem haver, e que o publico suspeita sempre, por não saber como, e em que se empregão os fundos das administrações publicas.

*Providencia aconselhada para obstar a tirada por alto
de fazendas importadas.*

Tambem me lembro ter apontado na mesma memoria, huma providencia tendente a difficultar a tirada por alto de fazendas de bordo dos navios entrados na Barra, ordenando-se que, na primeira visita dos officiaes da Alfandega de Belem, lhes fossem entregues os conhecimentos com o manifesto da carga para debaixo de huma capa sellada, e assinada pelo proprio official, ser entregue pelo mestre do navio, na Alfandega grande, na occasião da entrada, á qual somente seria admittido, achando-se conformes os conhecimentos com o manifesto da carga, depois de conferidos, e o escriptaõ da repartição o ter assim declarado, e assinado no mesmo

manifesto; restituindo-se então os conhecimentos ao mestre: e outro sim, que todas os roes de descarga, que acompanhaõ a fazenda de bordo, fossem assinados pelo official do navio, e guarda, que se mette a seu bordo; e finalmente que o navio naõ pudesse obter visita de descarga, sem huma declaração do respectivo official, affirmando que os roes conferiaõ com o manifesto, sem alteraçãõ alguma.

Julgo que o pouco tempo, que D. Rodrigo de Souza Coutinho se demorou no Ministerio lhe naõ deo lugar a emprehender reformas taõ uteis, como naquella occasiaõ se me *antolharaõ*.

§ 5o.

Acontecimentos mais notaveis do Ministerio de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Creação das Guardas da Policia. Campo Grande. Nitreiras. Impressão Regia. Fabrica de papel em Alemquer.

Este Ministro, filho primogenito de D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, foi hum dos primeiros alumnos do Collegio dos Nobres, e da Universidade de Coimbra depois da reforma; de donde sahio com grandes credits; pelo que a Rainha Nossa Senhora, que Deos Guarde o mandou para a Corte de Turin, com o character de Ministro plenipotenciario de Portugal, aonde casou; e ouvi que de lá se correspondia privadamente com o Principe D. Jozé, que Deos tem em Gloria; e ouvi outro sim que os seus officios para Sua Magestade a Rainha Nossa Senhora eraõ cheios de arbitrios, até que pela Mesma Senhora foi chamado para Ministro da Secretaria do Ultramar, na occasiaõ em que

falleceo Martinho de Mello e Castro, em cuja Secretaria lhe succedeo o Visconde de Anadia, por ser o dito D. Rodrigo promovido para a repartição da Fazenda, objecto da sua predilecção, e para o qual era geralmente preconisado. Mas os effeitos não corresponderão, talvez por ter achado as finanças no miseravel estado de decadencia, a que as tinhaõ reduzido os seus predecessores, Marquezes de Angeja, e de Ponte de Lima: e foi a fim de as melhorar que elle creou multiplicadas Juntas administrativas; e era tal a falta de homens benemeritos em Portugal, ou achou tanto merito em hum individuo, que o metteo na Junta do Arcenal do Exercito, na da Fazenda da Marinha, na dos Provimientos das muniçoens de boca, &c. &c. &c. Se estas juntas, as quaes não davaõ contas, ou pelo menos de hum modo que o publico soubesse, foraõ uteis á Real Fazenda, isso não posso eu dizer; mas o que se ve com toda a clareza hé que a multiplicidade de individuos empregados nellas tendo ordenados, augmentou consideravelmente as despezas do Estado.

No tempo do seu Ministerio, e mesmo por sua influencia hé que se creou a Real Guarda da Policia; á qual a Cidade, e suburbios de Lisboa deveraõ a tranquillidade, e segurança que ja mais tiveraõ, cujo estabelecimento, debaixo da disciplina, e commando do Conde de Novion, emigrado Francez, fará, por aquella parte, lembrar sempre aos habitantes daquella Capital a memoria do dito Ministro.

Tambem se lhe deve a reducção do inculto Campo grande a hum bello passeio plantado de arvoredos, que fará o recreio, e mesmo hum objecto de saude para o publico; e oxala que o mesmo se faça do Campo-pequeno, e que destes

lugares se construa huma amena estrada plantada de arvores até a Cidade de Lisboa.

Igualmente entrou no projecto de estabelecer Nitreiras; mas a ignorância dos individuos empregados neste objecto fez com que a despeza fosse maior do que o producto; e por isso não prosperaraõ.

No tempo deste Ministro falleceo o honrado Miguel Marnesca, unico administrador que tivera á Imprensa Regia desde a sua fundação, em favor da qual elle tinha desistido das imprensas da sua propria officina, pelo ordenado annual de 600,000 reis. Quanto foi util este administrador se pode ver do rendimento da mesma Regia officina, que, não só chegava para todas as despezas, mas entrava, de quando em quando, com avultadas somas no Real Erario. Foi o seu lugar substituido por huma Junta de administração composta de hum Director Geral, e Conservador, dez Deputados, ou administradores, alem dos officiaes da Contadoria. Ora por pequenos que fossem os ordenados dos empregados nesta Junta, deviaõ precisamente absorver grande soma; e tanto foi assim, e taõ boa a administração que, em pouco tempo correu, que ja não chegava o rendimento para as despezas: sem com tudo haver melhoramento conhecido na typografia, excepto a respeito das cartas de jogar, cuja fabrica se achava incorporada na mesma officina; e ja nos ultimos tempos da minha residencia em Lisboa, se alcançavaõ por empenho algumas muito boas. Parece-me que seria muito mais proveitoso á Real Fazenda deixar livre, a quem quizesse a fabricação das cartas, pagando cada baralho hum direito, por exemplo de 100 reis, por huma estampa, ou marca em qualquer dos ázes, e sem a qual não pözesse

correr baralho algum; pondo-se huma grande pena pecuniaria a todos os que vendessem, ou jogassem com baralhos sem a dita marca; por que deste modo se evitava o contrabando das cartas, e se promovia a perfeição dellas pela emulação, e concurrencia dos fabricantes.

Igualmente se deve ao mesmo Ministro a existencia da fabrica de papel em Alemquer, a qual foi estabelecida por conta da Coroa, mas com fundos de particulares em associação, para estes a desfrutarem 20, ou 25 annos, passados os quaes, reverteria para a Real Fazenda, cujo plano de associação foi feito pelo Desembargador, Domingos Monteiro do Amaral, nomeado desde logo Conservador della, com o ordenado de 1,200,000 reis, e 600,000 reis mais para as despesas das Jornadas. *Tout flatteur vit aux dépends de celui qui l'écoute, La Fontaine.* Se este Dezembargador entendia alguma cousa de fabricas de papel, não sei; mas o que se vê hé que sabia bem como se devem estabelecer lugares para conservadores, fosse, ou não bem succedida a empreza a respeito dos socios. Ignoro quaes sejaõ os progressos desta fabrica presentemente; mas posso lisongear-me de ter sido o primeiro que indiquei aquelle local, para fabrica de papel, a hum certo Joze Antonio da Silveira, contractador de trapos, morador na rua Aurea, ao qual, na Real Junta do commercio, embaracei provisao para exportar esta materia prima, persuadindo-o, que era melhor, que elle estabelecesse huma fabrica de papel. Este homem, adoptando o meu conselho, se associou, por minha via, com hum Inglez chamado Taylor, ou Parker; e ambos com poucos fundos estabelecerão tal, ou qual fabrica no proprio local, que se incorporou á nova fabrica, e na qual foraõ empregados, principalmente o dito

Silveira na compra, dos trapos, com o bem achado nome de *Trapeiro* que, por seu fallecimento, passou a seu genro, o Doutor Antonio Mendez Franco.

Hospital da Marinha.

Outro estabelecimento creado pelo mesmo Ministro, com fundos de particulares, ignoro as condiçoens, foi o Hospital da Marinha, na encosta do Campo de Sta. Clara, sobranceira ao caes dos soldados. Se a sua construcção interior se apartou alguma cousa da mortifera forma cubicular de todos os hospitaes de Portugal, não sei, porque nunca la entrei; mas o que faz bem pouca honra aos conhecimentos medicos do paiz hé a escolha do lugar, aonde os miseraveis enfermos só podem respirar o ar do mar que lhe fica debaixo das janellas; visto que, por todos os outros lados, se acha privado o dito hospital de correntes de ar, pela interposição dos altos que o cercaõ.

Meus Encontros com o referido Ministro.

Agora vou fallar dos encontros, que tive com este Ministro. Verdier, que convivia muito com elle, me instou para o procurar quando ja era Ministro da Fazenda; dizendo-me, que o dito Ministro desejava fazer conhecimento comigo, e que Verdier me apresentaria a Sua Excellencia no seguinte dia, o que assim se effeituou; e fui recebido em hum pequeno gabinete, com todas as demonstraçoens de hum amigavel acolhimento. Dice-me Sua Excellencia cousas mui lisongeiiras, e entre ellas, que me estranhava muito não o

ter procurado, sabendo que elle tinha huma particular predilecção por todos aquelles, que promovião a industria nacional, entre os quaes elle me contava. Agradei-lhe taõ honrosas expressoens; e passou a fazer-me varias perguntas a respeito da Real Junta do Commercio, e Fabricas: contou-me o seu projecto a respeito da fabrica de papel, que meditava estabelecer em Alemquer. Discorremos assaz sobre este ponto; e a final pedio-me, que quizesse eu interessar nella, e acompanhar o Thesoureiro mór, o Desembargador Domingos Monteiro do Amaral, e outros que, em breve tempo, devião hir examinar o sitio, e cuidar no estabelecimento projectado. Agradei-lhe o convite; mas excusei-me em razão dos meus negocios, e occupaçoens. Creio que na mesma occasião, fallando-se de fabricas, censurou a reuniaõ daquellas da Covilham, Fundaõ, e Portalegre; dizendo-me que não podião prosperar debaixo da administração dos mesmos individuos, por falta de rivalidade. Tambem me rogou quizesse tomar a fabrica de lanificios de Cascaes; ao que lhe respõdi que precisava consultar meus filhos, sobre aquella materia; por quanto elles eraõ tambem meus socios. Á despedida, fez-me mil offercimentos, e pedio-me que o frequentasse as vezes que podesse, no que lhe daria a maior satisfação.

Com o unico fim de obsequiar a Sua Excellencia propuz o negocio a meus filhos a respeito da fabrica de Cascaes; e procurei a Caetano Jozé Coelho, pessoa da minha maior confidencia e de meus filhos, negociante de Lisboa, ao qual propuz sociedade, e administração daquella fabrica, no que verbalmente conveio, caso que ella se nos mandasse entregar pela Real Fazenda, em toda a propriedade, pagando-a nõs

pelo preço da avaliação, depois de legalmente inventariada. Apresentei estas condições tão justas como simples, a Sua Excellencia; e obtiveram a sua instantanea approvação, dizendo-me, que as entregasse, da sua parte, a certo official da sua Secretaria, cujo nome me esquece, para que este lavrasse o Decreto na conformidade das ditas condições, cuja ordem cumpri, entregando-as ao mencionado official.

Todas as vezes que eu procurava este Ministro, por negocios da Real Junta do commercio, me recebia com distincção, e em particular, acabada a sua audiencia, voltando sempre a conversa sobre estabelecimentos publicos, e fabricas; e talvez, para me animar, e a Junta, me dice algumas vezes; *temos muito dinheiro; isto hé o Erario*: ao que eu respondia, *muito folgo ouvir isso da boca de V. Excellencia. Bom hé que assim seja, e que se poupe; porque evitando se o superfluo, ha sempre para-o necessario*. Com tudo, neste mesmo tempo, se pediao, por sua insinuação, contribuições voluntarias a toas classes, e se acceitava até a diminuta quantia de oitô testos; prova que a penuria de dinheiro era cada vez maior no Real Erario. Este muito dinheiro, de que fallava S Excellencia, consistia provavelmente em productos futuros com que os charlatoens que o rodeavao, e que abusavao da sua credulidade, enchiao a sua imaginação facil a exaltar por quem lhe facilitava tudo: sendo a demasiada ambição de gloria, a que ás vezes lhe nao dava lugar a reflectir, nos erros, e nao outra qualquer casta de interesse.

Os repetidos offerecimentos que me fazia este Ministro dos seus bons officios para tudo o que me podesse prestar, derao occasião a lembrar lhe huma vez, achando-se Verdier presente, a remuneração do foro de fidalgo, promettida por

Sua Magestade pelos serviços feitos na creação da fabrica de fiação em Thomar, o que elle nos testemunhou ser assaz justo; e que não obstante ser isto alheio da sua repartição, nem por isso deixaria de fallar, e contribuir quanto pudesse tendo até a bondade de nos indicar os passos que devíamos dar para este fim; mas que não fizéssemos menção do seu nome aos seus Collegas, para que isto nos não prejudicasse. Verdier recusou sollicitar esta graça: eu porem cuidei logo em fazello; e a minha diligencia foi coroada com bom successo pelo Principe Regente N. S. fazendo-me a mercê do foro de fidalgo Cavalleiro, pela repartição do Visconde de Balsemao. (*Documento No. 1.*)

Passadas algumas semanas da entrega das condiçoens relativas á fabrica de cascaes, recebi hum Aviso deste Ministro, que, bem longe de ser coherente com as minhas proposiçoens acceitas por elle, me autorisava sómente para administrar a dita fabrica por conta de seus donos: Aviso que eu recambiei immediatamente; e não quiz mais ouvir fallar em tal materia.

Procurando eu hum dia este Ministro para lhe fallar sobre hum negocio da minha casa, relativo a humas pipas de agoa ardente que tinha recebido de fora, e que o Administrador da Alfandega, Manique, recusava admitir a despacho, achando-me na sua sala de audiencia, em meio de muito gente, se dirigio a mim o dito Ministro, e bem longe de me tratar com o mesmo offago que dantes, se mostrou enfadado contra mim, proferindo algumas palavras, que eu lhe não merecia. Pedi-lhe que me ouvisse; respondeo-me que não tinha tempo, e que voltasse em outra occasião: repliquei lhe que aquella era a ultima; e assim o cumprí até a data desta; attribuindo

o enfado deste Ministro ao ter eu recusado a administração da fabrica de Cascaes, ou ao manejo de algum inimigo meu, que não gostasse da franqueza com que eu fallava ao dito Ministro.

§ 52.

De algumas cousas mais notaveis que se tem passado proximo ao meu tempo, no Reinado do Senhor Rey Don João V.

Tendo eu alcançado os ultimos annos do Reinado de hum Soberano em tudo Magnifico por character, pacifico por humanidade, e affortunado; por se descobrirem, no seu tempo, as minas de ouro, e diamantes no Brazil; fallo do Senhor Rei D. João V., notarei aqui factos, e monumentos, que dão bem a conhecer a grandeza d'alma deste Monarca. Hum voto por ter successão o fez emprehender a grande obra do palacio, e convento de Mafra; grande na verdade em toda a extensão desta palavra e que ainda alcancei por acabar. As gradarias, que a ornaão foram feitas em Paris; e se não me engano, tambem de lá vieraão os sinos, e de Liege o tocador do carrilhaão. Foi a esta grande obra que os Portuguezes devem a perfeiçã com que trabalhaão em pedra, excedendo talvez a todas as naçoens da Europa. Foi tambem este Monarca o que mandou edificar o palacio e convento de Nossa Senhora das Necessidades, destinado, segundo ouvi dizer, para residencia da Rainha, quando enviuvasse; e o convento para os Padres da congregação de S. Philippe Neri que deveriaão ser seus Capellaens. Com tudo a maior, e mais importante de todas as obras que emprehendeo este Soberano, e pela qual sua memoria pas-

sará com admiração á posteridade entre nacionaes e estrangeiros, são os aqueductos das agoas livres, até a grande mãe de agoa, que se acha no sitio do Rato, que tinha por objecto depurar as agoas, quando viessem turvas, e servir de reserva nas occasioens de falta, a qual não sendo acabada pelos seus successores não preenche os ditos fins; o caes da praça de Belem; e o portal da Fundição debaixo, cujo risco foi dado por hum allemao chamado Carlos Mardel, foraõ tambem obras do tempo deste Monarca.

Era tal a magnificencia deste Soberano que mandou çonstruir hum grande palacio, no sitio das Vendas-novas, para ali ser alojada a Familia Real huma só noite, pela occasião das passagens, isto hé, do casamento da Infante D. Barbara com o Rei D. Fernando VI. de Hespanha, e da Infante D. Mariana Victoria com o Principe de Portugal, que depois foi o Senhor Rei D. Joze. Tambem pela mesma occasião se fez hum chafariz, no sitio dos Pegoens, encanando-se-lhe a agoa de bastante distancia, o qual sendo de grande utilidade no dito sitio, se acha totalmente arruinado, por descuido dos ministros territoriaes. Foi tal o esplendor destas passagens, que todos á porfia capricharaõ, qual teria maior fausto, do que resultou empenharem-se tanto as casas dos Grandes, que nunca mais depois daquelle tempo, se poderaõ sustentar sem continuadas graças do Soberano: o que os reduzio á huma extrema dependencia d'Elle; até que por fim se vio na necessidade de promulgar a Pragmatica de 1748, que regulava o fausto que devia ter cada Jerarquia, ou Ordem do Estado. Pragmatica tanto mais util, quanto era de facto vir tudo de fora do Reino, e até Cabelleiras, e fato feito: desgraça que agora se torna a renovar,

em consequencia do tratado de commercio de Fevereiro de 1810.

Hum outro monumento da pompa deste Monarca foi a creação da Patriarchal, e suas funcções; por effeito da qual passaraõ muitos milhoens para Roma, assim como tambem por hum Capella de S. Joaõ Baptista, que se acha na Igreja de S. Roque, na qual houve a grande pre-eminencia de ter dito Missa em Roma, o Santo Padre. Quando o Senhor Rei de Joaõ V. creou a Patriarchal presume-se que tinha em vista, naõ só a honra de Deos, naquelle culto taõ pomposo, mas tambem a accommodação dos filhos segundos das casas dos Grandes; e nesta ultima se teem preenchido bem as suas intenções; porque logo o Cardeal Almeida, da casa de Lavradio, que foi o primeiro Patriarcha, mandou construir hum palacio, no campo de S^{ta}. Clara, para o Sobrinho, entaõ Conde de Avintes: louvavel exemplo que tem imitado alguns dos seus successores.

Quanto aos Ministros deste Monarca, nada direi, porque a minha pouca idade, e indepencia me naõ deraõ lugar a conhece-los de perto; e só me recordo dos nomes de alguns que ainda alcancei, como, o Cardeal da Motta, seu irmão Pedro da Motta, Frey Gaspar, tio do infeliz Duque de Aveiro, e Alexandre de Gusmaõ secretario privado.

§ 52.

Reinado do Snr. Rei D. Jozé. Sebastião Jozé de Carvalho e Mendonça. Acontecimento extraordinario do Dezbargador Lucas de Scabra da Silva com o Conde de Oeyras.

Pello fallecimento do Snr. Rei D. Joaõ V. em 1750, subio ao trono o Snr. Rei D. Jozé. Entre os Ministros, e Secretarios de Estado do Reinado deste novo Monarca, foi hum dos primeiros, segundo minha lembrança, Diogo de Mendonça Cortereal, que havia estado na legação da Corte de Haya, e veio para a repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e se bem me lembro, tambem da Marinha. Este Ministro foi degradado, em 1756, ou 7, para S. Pedro do Sul, e delá conduzido para o Castello de S. Joaõ da Foz, e por fim para hum das Berlengas, aonde falleceo alguns annos depois. Dizia-se que a desgraça inesperada de Diogo de Mendonça Cortereal, assim como tambem de Martinho Velho do Oldenberg, que ao mesmo tempo foi sumido, fora originada por co-operarem com a Rainha, a Senhora D. Marianna Victoria, para hum entrevista do Infante D. Luiz seu Irmaõ com a Princeza sua Filha, hoje a Rainha N^a. S^a. Q. Ds. G^e., com a qual intentava casar o dito Infante seu Irmaõ, não obstante ser isto contrario á constituição, e interesses do Estado, e Vontade d'El Rei. Teve o dito Ministro por successor no lugar a D. Luiz da Cunha, que sendo Monsenhor da Patriarchal, tinha sido Enviado na Corte de Londres. Este era sobrinho do celebrado embaixador d'El Rei D. Joaõ V. em Paris, e falleceo no seu emprego, sem

mais celebridade do que ser hum official maior da sua secretaria, debaixo da direcção de Sebastião Jozé de Carvalho. Succedeo-lhe Ayres de Sá, chamado da Embaixada de Madrid, junto ao Rei Carlos III., com o qual tinha vindo de Napoles por gozar da especial estima daquelle Soberano; e falleceo no seu lugar, bem quisto de todos. A Rainha N. S. em remuneração dos seus serviços, fez a seu filho a mercé de Visconde de Anadia.

Porem o Ministro de Estado, que teve mais influencia, e do qual tenho muito que dizer, foi Sebastião Jozé de Carvalho e Mendonça; creio que Sobrinho do Chanceller Paulo de Carvalho, do qual herdou as propriedades, e palacio da rua Formosa, e donatario da Freguezia de N^a. S^a. das Mercés. Ja Sebastião Jozé de Carvalho era viuvo de hum Senhora de alta Jerarquia, cuja familia tinha levado a mal a sua alliança, quando foi nomeado pelo Snr. Rei D. João V. enviado em Londres, e depois á Corte de Vienna, da qual voltou casado com hum Senhora Condessa de Daun, Sobrinha do Feld Marechal Conde de Daun, que se fez bastante famoso nas guerras da Imperatriz Rainha Maria Thesesa de Austria, contra o Rei de Prussia Frederico o grande. Havia pouco tempo que Sebastião Jozé de Carvalho tinha chegado a Lisboa, quando subio ao trono o Snr. Rei D. Joze, o qual formou hum novo Ministerio em que elle entrou na Secretaria dos Negocios do Reino, chamada então das Mercés, em cujo lugar se conservou durante todo o Reinado daquelle Soberano, que principiou a ser marcado pela estricta observancia das leis, debaixo da influencia de Sebastião Jozé de Carvalho, a qual se arreigou consideravelmente na occasião do terramoto de 1755; por quanto foi elle o

unico de todos os Secretarios de Estado, e mais pessoas com quem se aconselhava El Rei, o que se achou immediato a elle no dia do terramoto, quando este Soberano, e mais Familia Real se embarcaraõ para Belem, e se aquartelaraõ em barracas de Campanha, em huma das suas quintas; onde perguntando El Rei a Sebastiaõ Joze de Carvalho o que convinha fazer naquelle momento, elle respondeo com muito sangue frio: *Enterrar os mortos, e cuidar nos vivos*. Parecer que com effeito desempenhou, e no qual se principiaraõ a conhecer sua grande energia e conhecimentos administrativos, que lhe mereceraõ a inteira e quasi exclusiva confiança de El Rei seu amo: como se pode ver das Providencias que constaõ da collecção de leis daquella epoca.

Passaraõ-se todas as ordens necessarias para se acudir aos feridos, e desgraçados, que naquelle dia perderaõ tudo, e para se enterrarem promptamente os mortos a fim de que não houvesse alguma epidemia. Determinou-se que todos os que fugiaõ de Lisboa fossem examinados, para se conhecer se levavaõ, ou não roubos, que apesar da desgraçada catastrophe se commetteraõ sem numero pelas casas abandonadas de seus habitantes; e presos os suspeitos, eraõ sumariamente processados, e executados todos os convencidos em numerosas forcas levantadas em torno da Cidade. Providencia que em poucos dias conteve os ladroens, e produzio plenamente o dezejado effeito.

Diogo de Mendonça Cortereal assustado com o terramoto não appareceo a El Rei por algum tempo, o que diminuiu o seu valimento; e o Dezembargador do Paço Antonio da Costa Freire administrador da Alfandga, valido d'El Rei, e com grande influencia nos negocios, tendo fugido do terramoto

para Santarem, sua patria, abandonando El Rei, foi mandado alli ficar até morrer, para não ter mais sustos.

Quanto ás mais providencias cuidou-se no abastecimento de mantimentos, por maneira que se não sentio falta: franquearaõ-se desde logo todos os materiaes necessarios para a construcção de novas habitaçoens; marcaraõ se os lugares, fora dos quaes era prohibido construir casas de pedra e cal; mas somente barracas, sobpena de serem demolidas á custa de seus proprios donos: creou-se hum Juizo de inspecção para os terrenos incendiados, e sua reedificação debaixo do novo plano, e regulamento, em que logo se cuidou: derrubaraõ-se todas as ruínas, e abriraõ se as novas ruas, no que se despendeo hum enorme cabedal, assim como tambem na tirada dos entulhos das casas dos particulares, quando as queriaõ reedificar, o que não podiaõ fazer senaõ conforme ao risco, que lhes dava a inspecção: cuidou-se sem perda de tempo na construcção do alojamento para o Soberano, e mais Pessoas Reaes, em barracas de madeira, no alto do N^a. S^a. da Ajuda; barracas, que continuaraõ a servir de Palacio, até que no Reinado da Rainha N^a. S^a. se queimaraõ, o que deo occasiaõ a retirar-se toda a Real Familia para o Palacio da Quinta de Queluz, que El Rei D. Pedro seu esposo, tinha mandado construir, sendo Infante. Na visinhança das barracas da Ajuda, se foraõ tambem edificando abarracadamente accommodaçoens para as personagens additas ao serviço d'El Rei. Entre as quaes se destinou huma assaz mesquinha, na calçada da Ajuda, para vivenda de Sebastiaõ Jozé de Carvalho, e Secretaria da sua repartição, em a qual se conservou todo o Reinado do Snr. Rei D. Jozé, com toda a sua familia, seus dous Irmaõs em quanto

viveraõ, assim como tambem seu filho, mesmo depois de casado.

Nao foraõ de menor importancia para o Snr. Rei D. Jozé, e tranquillidade do Reino as medidas, e providencias tomados por Sebastiaõ Joze de Carvalho, pela occasiaõ da desgraçada conspiraçãõ, acontecida em 1757, assim como tambem pela expulsaõ dos Jusuítas, em 1759: factos publicos dos quaes me naõ compete tratar miudamente; e só direi que depois destes acontecimentos lhe fez El Rei a mercê de Conde d'Oeyras.

O Conde d'Oeyras possuia muitas qualidades para ser, como foi, hum grande ministro. Empregando todo o tempo da semana no serviço de seu amo, reservava as manhães dos Domingos; para os negocios da sua casa; nos quaes se ajuntavaõ todos os seus almoxarifes, feitores, e mestres de obras, no quarto da sua contadoria methodicamente escriturada com livros em partes dobradas; e ali conferia com elles recebia, e pagava, á boca de cofre, as entradas, e despezas da semana precedente. Era extremamente reservado com sua familia, e amigos, a respeito dos negocios do estado, de modo que ninguem podia descobrir, da sua conversaçãõ, gestos, ou maneiras, os negocios, que o occupavaõ; e que se deviaõ conservar em segredo. Ouvia as partes sem lhes interromper as suas fallas; e suas respostas eraõ graves, breves, e terminantes, revestidas sempre da autoridade do Soberano, e naõ de seu motu proprio. Naõ consta que se enfandasse, e descompuzesse as partes, que o buscavaõ, por mais que estas se desmedissem em suas palavras; nem que em sua casa apparecesse pessoa alguma, que lhe fosse fallar em negocios dependentes da sua repartiçaõ, que naõ fosse

recebida debaixo do mais estreito ceremonial. Sabendo assim conciliar o reciproco respeito que o publico deve ter aos Ministros do Soberano, e estes ao publico.

Possuia mais o Conde de Oeyras hum arranjo methodico, tanto na distribuição do seu tempo, como nas materias de que se achava encarregado; e foi por effeito deste arranjo methodico que elle pôde dirigir bem todas as repartições do Estado, a ponto de o fazer prosperar tanto que, a pezar da re-edificação da cidade, extincção dos Jesuitas, estabelecimentos de innumeraveis fabricas, escolas publicas, reforma dos Estudos, e guerras que occorreraõ no seu tempo, deixou, quando sahio do ministerio 48 milhoens de cruzados no Erario Regio, e 3o, segundo ouvi nos cofres das Decimas: riqueza que ja mais se tinha ajuntado desde a descoberta das minas. Este espirito methodico se mostra bem no arranjo economico da sua propria casa, o qual confirma a axioma de que quem não sabe bem governar a sua casa, não presta para governar o estado.

Foi por effeito da sua stricta economia que elle pôde fazer a sua grande casa, e não á custa do Estado, como alguns teraõ pensado, regulando-se unicamente pelas apparencias. O Conde de Oeyras viveo sempre na limitada barraca, de que ja fallei, sem fausto, nem apparato. Servindo-se elle, e seus Irmaõs da mesma cozinha. Sua meza, bem que farta, não era delicada, sua cavalharice era mui pouco dispendiosa; ainda nos annos de 1764 a 1766 andava, por Lisboa, na mesma carruagem de jornada em que tinha vindo de Vienna d'Austria. Os criados do seu quarto limitavaõ-se a hum pretinho, ou criado de libré, de curta esphera, talvez lembrado do axioma Francez. *Il n'y a point de grand*

homme pour son valet de chambre. Teve por guarda roupa muitos annos, hum moço bem nascido chamado de Leithjeb que trouxe com sigo de Vienna; o qual fez depois official da secretaria, e lhe succedeo hum Francez, chamado Blancheville, que tambem servia de receber, e levar recados. Á vista de tão estricta economia não he de admirar que os renditos dos seus ordenados, e de seus dous Irmaos, refundidos no casco da casa, que ja possuia por herança, e empregados em predios urbanos e rusticos, viessem a produzir a renda annual, com que estabeleceo dous morgados: renda que pela sua sahida do ministerio, baixou mais de metade; porque os lisongeiros não sustentaraõ os altos preços, por que arrendavaõ os predios, ou compravaõ os productos: caminho assaz trilhado para grangear os favores do Ministro influente, sem parecer que o querem ganhar, do que produzirei aqui alguns exemplos, como; deixando Sebastiaõ Joze de Carvalho a sua casa da rua Formosa, para hir viver na barraca da Ajuda, foi a dita casa arrendada por 4,000 cruzados annuaes a huma casa de commercio Ingleza, a qual corria debaixo da firme de Purry, Mellish, e de Vismes: excessivo aluguel para aquelle tempo; mas que os ditos commerciantes pagavaõ de mui boa vontade, pela conservação do contracto do *Páó-Brazil*, que julgo pagavaõ a 6,000 reis o quintal; e com que adquiriraõ huma immensa fortuna, que toda sahio do Reino. O Padre Frei Jozé de Mansilha, do Convento de S. Domingos de Lisboa, Procurador geral da Companhia das Vinhas do 'Alto Douro, comprava por bom preço todos os vinhos da Quinta de Oeyras, como muito necessarios, dizia elle, para lotar os da dita companhia, cuja necessidade acabou com o Ministerio do dono da Quinta. As proprie-

dades urbanas, mandadas fazer pelo Conde, ou por seus Irmaões, ainda não estavaõ acabadas, quando os inquilinos corriaõ á porfia, para obterem a preferencia, fosse qual fosse o preço. Por outro lado os vendedores lhe largavaõ os generos por diminutos preços; e nunca se appressavaõ em obter o pagamento; e se por acaso algum esquecia ao Ministro influente, esquecia tambem ao vendedor até que o seu desterro para o Pombal despertou alguns que acodiraõ logo a pedir-lhe dividas, que promptamente pagou, não obstante ignorar, que taes dividas tivesse contrahido. Ora vender caro, e comprar barato hé o meio mais seguro de accumular riqueza. Eisaqui como os Ministros, ainda os mais rectos, se não podem livrar dos ardis daquelles que só estudaõ os meios de os enganar. Eu mesmo sou testemunha da promptidaõ com que este Ministro pagava todas as despezas que fazia; por quanto foi em minha casa que se compraraõ todas as fazendas brancas para os enxuaes do casamento de suas filhas, e filhos; cujos preços ficaraõ á minha boa fé, de que não abusei, e era promptamente pago. Hé verdade, que eu recebi muitas favores deste Ministro; mas tambem hé verdade, que elle me não concedeo algum em que fosse torcida a razaõ, e a justiça. Por occasiaõ de huma sentença aleivosamente alcançada contra mim, na Cidade do Porto, a favor do tutor dos filhos menores de meu defuncto' tio, e sociõ, Jacome Bellon, era eu obrigado a pagar em 24 horas, quarenta e dous contos de reis; e sendo avisado confidencialmente pelo proprio escriptaõ encarregado da diligencia, dirigì-me em huma quinta feira ao Conde de Oeyras, para obter huma Ordem Regia de suspensaõ, antes de ser citado, a fim de poder allegar o meu direito; pois que até entaõ eu não

tinha sido ouvido em juizo. Recebeo este Ministro o meu requerimento, a respeito do qual eu o informei miudamente; e instando pela brevidade do despacho, me respondeo que fosse descansado, que ainda que fosse citado, tinha os dias da lei, que deitavaõ até, a segunda feira seguinte; e isto para se informar da minha pessoa, e casa, como depois vim a saber por Jozé Francisco da Cruz. Tornei lhe a apparecer no sabbado seguinte, para me fazer lembrado; e a tempo que eu entrava no pateo da sua casa, sahia elle para o Paço; e logo que me vio me diz em Francez, *Mr. Ratton votre affaire est faite*. Demorei-me até que voltasse, para lhe dar os agradecimentos; e mandando me hir no Domingo á sua casa, me dice perante os seus feitores, e mestres de obras que ali se achavaõ, que se eu não tivesse justiça, assim como El Rei acodia promptamente a hum opprimido, do mesmo modo abandonava ao rigor das leis os que não eraõ dignos da sua protecção, accrescentando que a soma, que se me pedia de repente, era tal, que poderia causar tortura ao proprio Erario, quanto mais a huma casa de commercio. Fiz lhe ver, por documentos originaes, a minha rasaõ, de que ficou plenamente convencido; e me dice que sendo eu exacto no pagamento daquella soma, ao passo que se fossem apurando os fundos das negociaçoens, conforme á authorização do defuncto meu tio, e socio, o fizesse muito a meu commodo, e que elle não ouvisse mais fallar neste negocio: e assim aconteceu, porque os pagamentos se effetuaraõ na ordem em que as negociaçoens o permittiraõ.

Outro facto, acontecido comigo, que prova bem a rectidão deste Ministro foi, que, dirigindo eu hum requerimento a Sua Magestade relativo ao afforamento perpetuo substituido,

ao contrato de arrendamento da Barroca d'Alva, cujo afforamento nao podia ter lugar sem recorrer directamente ao Trono, tanto por serem bens de morgado, como porque a casa se achava em administraçaõ, com juiz privativo, e curador á pessoa do administrado, Rodrigo Ximenes, entaõ solteiro, e com filhos naturaes, cujo primogenito andava ausente, sendo necessario supprir a sua falta, pedia no mesmo requerimento, que em lugar de hum conto de reis, que eu pagava de renda, se fizesse e afforamento por 600,000 reis annuaes, em razã da renuncia que eu fazia de ser embolsado da soma de oitenta contos de reis, que eu tinha despendido em bem feitorias, e que levavaõ jurros; mas naõ sendo da approvaçaõ do dito Ministro a diminuicaõ de preço que eu pedia, me mandou chamar, e me dice que El Rei naõ podia, nem devia intrometter-se nos contratos feitos entre particulares, que só lhe competia o autorisallos, para bem da causa Publica; que sim approvaria o meu afforamento, obrigando me eu a pagar o mesmo conto de reis estipulado na escritura de arrendamento. Fiz lhe as reflexoens necessarias, para lhe mostrar as grandes despezas, que tinha ja feito, e as que me restavaõ a fazer; e que a soma, que offerecia de foro era excessiva relativamente ao valor da cousa. Porem naõ assentindo elle ás minhas reflexoens, lhe pedi me aconselhasse sobre o que mais me convinha; ao que elle tornou: *sempre ouvi fallar da Barroca d'Alva, como cousa grande; e approximando-se da janella, accrescentou: Esta fazenda está ali de frente; isto hé naõ tem senaõ o rio de permeio.* Entendi o seu sentido, agradecei-lhe o parecer, e pedi lhe licença para apresentar outro requerimento reformado, a qual me foi concedida, e me dice, que o entregasse, da sua

parte, ao official maior, João Gomes de Araujo, o que fiz no seguinte dia; e passando alguns mezes, sem que tivesse baixado o despacho, tornei a apparecer a Sua Excellencia, para me fazer lembrado; e pedindo-me elle outra copia do requerimento, me advertio, que não me esquecesse, que era copia do reformado, com o conto de reis: dois dias depois o recebi, por hum correio da secretaria ja despachado.

Nesta referida occasião, que procurei a Sua Excellencia, se achava elle acompanhado do Confessor da Princeza, hoje a Rainha Nossa Senhora, e mandou-me sentar; mostrei alguma repugnancia, dizendo-lhe que só vinha para me fazer lembrado: elle me tornou, *que melhor o faria estando sentado; e que folgava muito de me ver*. Esta demonstração de interesse pela minha pessoa, perante o confessor, foi bastante ao que cuido, para que no successivo Governo da Rainha Nossa Senhora, subindo elle a ministro assistente ao despacho do Gabinete, se lembrasse de mim para Deputado da Real Junta do Commercio, quando, por sua influencia, a dita Junta se erigio em Tribunal, em 1788.

Era deste modo, que poucas palavras deste grande Ministro bastavaõ, para recommendar individuos. Tinha-se-lhe queixado Duarte Lopez Rosa contratador do tabaco de tal ou qual vexame, que lhe fazia o Secretario de Estado, D. Luiz da Cunha; e querendo o Conde de Oeyras cortar de hum modo decente a intriga, tomou na sua carruagem o dito D. Luiz da Cunha, em hum dos passeios que de tarde costumava fazer pela Cidade, visitando as obras Publicas, e particulares; e passando sobre a ponte da Alcantara, mandou parar a carruagem, e apontando para as tercenas que ali tem, e que entaõ se andavaõ edificando, dice ao seu Collega

que aquellas obras eraõ do seu Compadre Duarte Lopez Rosa, feitas sobre chaõ de moinhos de maré, que lhe tinha tomado de renda, para se pagar do rendimento; e mandou andar. Isto bastou para fazer cessar o tal vexame; e de facto o Conde de Oeyras éra Compadre do dito Duarte Lopez Rosa, por ter sido padrinho da filha unica que deixou, casada hoje com o seu primo empregado na magistratura.

Admirava toda agente que sendo o Conde de Oeyras hum homem de tanto juízo, accompanhasse quasi sempre, nos seus passeios pela Cidade, com pessoas de pouca instrucção e talento, como era, por exemplo o Padre Frey Manoel de Mendoça, Geral dos Bernardos; e notando eu isto mesmo a Jozé Bazilio, autor do poema Uruguay official da Secretaria, elle me tornou que o Conde se servia daquelles individuos como de almofadas para seu encosto, que lhe não interrompiaõ as suas meditações sobre materias de importancia, de que quasi sempre se achava occupado o seu pensamento; e que ao mesmo tempo o livravaõ de importunos, durante as suas digressões; porque nunca o Conde lhe dictava melhor as cousas do que nas noites precedidas dos passeios com o dito Padre.

Acontecimento extraordinario do Dezembargador Lucas de Siabra da Silva com o Conde de Oeyras.

Nenhum Ministro soube mais respeitar e fazer respeitar as leis e a Pessoa do Soberano do que o Conde de Oeyras. Em prova do que bastará referir aqui hum facto muito particular, que ouvi de pessoa fidedigna; e foi que o Dezembargador do Paço, Lucas de Siabra da Silva, recebendo ordem

vocal d'El Rei para hir syndicar occultamente sobre o comportamento de Francisco Xavier de Mendonça, irmão do Conde, que se achava governando a Capitania do Pará, veio o dito Desembargador communicar ao Conde a ordem que tinha recebido d'El Rei, e pedir-lhe as suas instrucçoens. Esta inconfidencia irritou sobre maneira o Conde, estranhando, e reprehendendo asperamente o dito Desembargador, mostrando-lhe a falta de lealdade, e obediencia ao seu Sobe-rano; pois que lhe vinha communicar huma cousa, que só elle, e Sua Magestade deviaõ saber. Esta reprhensão produzio tal effeito no dito Lucas de Seabra da Silva, que, chegando a casa, se metteo na cama, e morreo de paixão em pouco tempo; acontecimento este que commoveo o Conde a puxar pelo filho daquelle infeliz, chamado Joze de Seabra da Silva, no qual reconheceo estudos, e talento, ao ponto de o promover a Procurador da coroa, e depois a seu Ajudante na Secretaria.

Passava este Ministro, na opiniaõ Publica, por absoluto, e afferrado a sua opiniaõ; com tudo ha bastantes factos, que provaõ o contrario, e de que elle assentia á rasaõ, onde quer que ella se lhe mostrava. O Doutor Joze Perreira de Brito, letrado de primeira ordem daquelle tempo, è do qual o Conde fazia bastante conceito, para o ouvir em materias de jurisprudencia, tanto em particular como em conferencias com Jurisconsultos, me contou, que sendo chamado para huma destas conferencias, acontecéra hir mais tarde, e achar-se o negocio ja decidido pela pluralidade de votos, que, ou por lisongearer o Ministro, ou por assim o entenderem, se tinhaõ conformado com a sua opiniaõ; comtudo quiz ouvir o parecer do dito letrado, o qual foi inteiramente

contrario á decisaõ que tinha tomado, e apoiado com taes rasoens, que o Ministro, voltando para todos os outros, lhes disse: *Meus Senhores nada temos feito; o Senhor Doutor tem razão. Sinto muito tellos incommodado*: E assim acabou a conferencia.

Achando-se em outra occasiaõ o mesmo Letrado em conferencia particular com o Ministro, chegou o Padre Mansilha, Procurador da Companhia das Vinhas do Alto Douro, e lhe apresentou hum projecto relativo á mesma Companhia, que examinado pelo Conde lhe pareceo bom; e entregando-o ao dito Letrado para ouvir o seu parecer, este o achou máo, e produzio as rasoens porque. Entaõ voltado o Ministro para o Padre, lhe dice: *nada ha que fazer nesta materia; pode guardar o seu projecto*. O que fez com que o Padre nunca mais apresentasse papeis ao Conde diante de tal letrado.

Alem destes factos, e outros muitos, que poderia referir, sabe-se muito bem, que este grande homem não se julgando encyclopedico, como acontêce á maior parte dos Ministros, ouvia sempre as pessoas mais bem entendidas nas repartiçoens, em que julgava sêr necessario fazer reformas; e por isso tudo se fazia com mais acerto. Sendo esta huma das condiçoens mais necessarias a hum Ministro de Estado, que não quer dar por páos, e por pedras.

Todo o mundo sabe da muita influencia, que a Gram Bretanha teve sempre no Ministerio de Portugal, depois do tratado de Methuen; mas este Ministro soube com toda a delicadeza diminuir a dita influencia; pelo que não foi muito bem visto da generalidade daquella nação, que nunca delle pode tirar partido algum, mórmente a respeito de novas concessõens relativas a commercio, a pezar de todas as dili-

gencias de Mr. Hay, Enviado Britannico em Lisboa, e dos Lords Tyrawley, e Kenhull, que para o mesmo fim foraõ enviados extraordinarios a Portugal, e voltaraõ do mesmo modo que tinhaõ ido. Por tanto não admira, que os negociantes Inglezes dicessem muito mal deste Ministro; e que em Inglaterra se publicassem alguns escritos contra elle, e sua administração; visto que a prosperidade a que levou o commercio Portuguez foi hum golpe consideravel nos interesses da Gram Bretanha.

A firmeza de character deste Ministro, e a segurança com que fazia tudo debaixo do nome d'El Rey seu amo, fizeraõ com que elle não pudesse ser convencido de autor de facto algum, que aconteceo durante a vida do Senhor Rei D. Jozé; a pesar de todas as diligencias, que fizeraõ os seus inimigos; por que sobrevivendo a El Rei, foi pela Rainha Nossa Senhora mandado retirar para á Villa do Pombal com o despacho de hum grande commenda; mas não tardou muito tempo, que o não representassem á Mesma Senhora como hum criminoso que abusára da Autoridade Soberana para despotismos e violencias; e por consequencia foraõ mandados dous Desembargadores, hum na qualidade de Juiz, e outro de Escrivão, a interrogallo sobre alguns factos relativos á sua administração. O Desembargador França, que fazia de Juiz no processo deste Ministro, e com quem eu tive alguma familiaridade, me seguiu, que não fora possivel achar, entre muitos quisitos do interrogatorio, hum só a que não respondesse com promptidaõ, e acerto; e não citasse documentos, que averiguados mostravaõ, que elle nada fazia senaõ por ordem do Soberano. E entre muitos dos ditos quisitos me referio hum divida, da qual o Conde de Valla-

dares se julgava credor; por que o Ministro lhe tinha pedido huma grande soma, quando voltara de Governador de Minas Geraes; e que interrogado a este respeito, respodéra, que era verdade ter pedido aquella soma por ordem d'El Rei, como producto de officios pertencentes á Fazenda Real, que o Conde de Valladares tinha vendido durante o seu Governo; mas que tinha entrado no Erario Regio, como precisamente deveria constar, dos registros daquella epoca, procurando-se: o que assim se verificou. Foi outro quisito, me dice o Desembargador França, responder á accusação que delle fazia o Cardeal da Cunha de ter votado de morte, no Conselho de Estado, contra os Infantes naturaes d'El Rei D. João V, conhecidos pelo nome de Meninos de Palhavaã, quando foraõ removidos para o Bussaco; ao que o Ministro respondeo que tudo quanto sabia a respeito daquella materia, se achava em huns papeis que El Rei seu amo guardára em huma gaveta tal; e examinados os papeis, achou-se que fora o Cardeal da Cunha quem no Conselho votára de morte. Este mesmo Cardeal tendo comprado a baixela do Duque de Aveiro, e perguntando-se-lhe por esta prata, respondeo que o Marquez de Pombal tinha dado cabo della. Sobre o que foi enterrogado este Ministro; e declarou, que a tinha comprado o Cardeal da Cunha, a pagamentos em prazos determinados, como deveria constar dos respectivos assentos no Erario Regio: o que averiguado, se achou, que não só o dito Cardeal estava Senhor da prata, mas que não tinha feito senão hum, ou dous pagamentos.

Muitos mais factos poderia eu referir da inteireza e segurança de todos os procedimentos do Conde de Oeyras, como me asseverou o dito Desembargador; mas a influencia de

seus inimigos pôde fazer com que a Soberana baixasse com hum decreto de perdão, sem com tudo se publicar processo, e sentença que mostrasse as culpas sobre que recahia o perdão. Porem nem isto, nem os insultos da cega população, que obra sempre sem conhecimento de causa, nem o rancor de muitos individuos que elle tinha obrigado a respeitar o Soberano e as leis, poderaõ denegrir a memoria deste grande homem, conhecido como tal pela classe media e pensante da sua nação, e pelas naçoens estrangeiras.

§ 53.

Do Ministro da Marinha Francisco Xavier de Mendoça, Irmão do Marquez de Pombal.

De dous irmãos que teve o Marquez de Pombal, hum era chamado Francisco Xavier de Mendoça, empregado em official do corpo da Marinha, e que depois veio a ser Ministro daquella repartição, quando voltou do seu Governo da Capitania do Gram-Para, em cujo governo executou as ordens d'El Rei a respeito dos Jesuitas Portuguezes, no Uruguay, e fundou a Villa de Marzagaõ, para ser habitada pelo povo Portuguez que sahira da Praça do mesmo nome, no Reino de Marrocos, quando por hum tratado de paz de que resultou tanto bem a Portugal, foi cedida a El Rei de Marrocos.

Era Francisco Xavier de Mendoça hum pouco violento, partia com facilidade contra as partes, que o buscavaõ; deixava-se prevenir facilmente, e era hum pouco discomedido nas suas palavras; mas estas qualidades, que são pessimas para hum Ministro de Estado, eraõ com tudo contrabalan-

çadas por hum bom coração e animo de justiça e rectidão, por maneira, que se depois de taes partidas vinha a conhecer que tinha offendido injustamente as partes, voltava se em seu maior protector. Hum facto acontecido comigo bastará para provar o que tenho avançado. Achava-me huma manhã esperando por Paulo de Carvalho, então Presidente do Senado, o qual me tinha mandado chamar para fallar comigo sobre cousas pertencentes á Barroca d'Alva, que eu pouco antes tinha arrendado: aconteceo encontrar-me primeiro com Francisco Xavier de Mendoça, por que viviaõ ambos, como já dice, em hum quarto da Barraca, que occupava seu irmão o Conde de Oeyras, e sendo a sala d'espera, alem de pequena, commum para os dous irmãos do mesmo Conde, o que era bastante incommodo para as partes; porque não podiaõ humas deixar de ouvir os negocios que tratavaõ as outras; e prevenido o dito Francisco Xavier contra mim, não sei por quem, nem porque, me dice cousas bem desagradaveis, e insultantes, perante muitas pessoas que ali se achavaõ, o que me obrigou a retirar-me com o proposito firme de nunca mais voltar a tal casa, não obstante o conhecimento anticipado que eu tinha do character violento do homem. Mas não se passaraõ tres semanas, que hum amigo meu me não viesse dizer da parte de Francisco Xavier de Mendoça, e de Paulo de Carvalho, que ambos eraõ meus amigos, que deixasse formalisaçoens, e que lhes apparecesse; o que fiz logo naquella própria tarde. E assim que o primeiro me vio, não houve casta de obsequio que me não fizesse, até o ponto de mandar, por hum official da Secretaria, recado a seu irmão para me vir fallar, sentindo ser obrigado a deixar-me, por motivo de huma grande dor de

cabeça que o affligia. Appareceo logo Paulo de Carvalho, e depois da mais amigavel recepção, nos sentamos a conversar mais de huma hora, sobre pontos de agricultura, e commercio; e retirando-me, me repetio o mesmo que me tinha dito o irmão, isto hé, que me estimavaõ muito, e que os naõ poupasse em todo aquillo em que me podessem ser uteis.

Por occasiaõ de se acharem Suas Magestades, em Panças, veio Francisco Xavier de Mendoça á Barroca d'Alva, aonde eu me achava com toda a minha familia; e depois dos primeiros cumprimentos, nos quaes me deo as maiores provas de estima, sahimos a ver o estado de adiantamento a que eu tinha reduzido aquella fazenda, do que se mostrou assaz satisfeito; e divisando hum pequeno edificio, separado dos outros, me perguntou para que servia: ao que eu lhe respondi. *Pertence a El Rei, e serve de armazem do carvão para a fabrica da polvora.* Elle entaõ me tornou, *Isto naõ lhe convem aqui; porque eu sei o que saõ estas gentes com o nome de El Rei na boca.* E me aconselhou que, logo que Sua Magestade voltasse a Lisboa, lhe pedisse a propriedade do tal edificio, obrigando-me, no meu requerimento, a recolher o carvão todas as vezes que fosse necessario: o que assim se effeituou.

Constando-lhe que eu tinha hum grande provimento de vidros de Bohemia para vidraças, mandou-me pedir as amostras, e preços; porque os queria para humas casas que estava mandando construir: e tendo eu occasiaõ de o procurar, quinze dias depois para differente negocio, foi buscar cinquenta moedas, para me dar por conta dos vidros, dizêndo-me, que o dinheiro dos negociantes naõ podia estar empatado,

que o seu architecto ainda não tinha tido tempo para fazer a escolha delles; e recusando eu acceitar o dinheiro tomou elle hum tom serio, e me tornou. *Pois se o não quer acceitar, eu lhe mandarei os vidros, e não me torne mais a pôr os pés em casa.* Em cuja circumstancia só me ficou a alternativa de lhe fazer a vontade, o que prova bem a violencia, promptidaõ, e independencia deste Ministro.

Falleceo Francisco Xavier de Mendoça em Villaviçosa, por occasiaõ de ter acompanhado a Corte a huma jornada que alli fizéra; e succedeo poucos dias depois de hum desgraçado successo que occorreo; e vem a ser, que recolhendo se El Rei da coutada para o palacio, hum rustico lhe atirou huma paulada, que roçando pelas costas do Monarca, se foi descarregar na anca do cavallo; e mettendo alguém da comitiva a espingarda á cara para matar o rustico, gritou El Rei, com a sua grande presença de espirito. *Tenhaõ maõ! Não matem este homem, que he doudo! Bastará pollo em segurança para que não faça outra.* O que com effeito assim se executou; e não se ouviu mais fallar em tal acontecimento; mas divulgou-se, que este homem tinha huma pertençaõ por decidir, havia tempos; e que naquella manhaã ou na vespera, tinha fallado descomedidamente a Francisco Xavier de Mendoça no seu negocio; e que este Ministro lhe respondera. *Que queres tu que eu faça? A decisaõ não depende de mim; mas sim de El Rei. Elle não te despacha; vai lhe dar com hum páo!* Isto para explicar ao rustico onde estava a difficuldade do seu despacho; e não para pôr em pratica tal conselho. Porem como o rustico não entendia sentidos figurados, foi pôr em execuçaõ as palavras que sahiraõ da boca do Ministro, o que custou a vida ao dito Ministro;

porque em poucos dias morreo de paixaõ; deixando aqui hum memoravel exemplo para que os Ministros de Estado sejaõ claros, graves, e não jocosos nas respostas que daõ aos requerentes, que os procuraõ.

Foi este Ministro muito activo na sua repartição: mui poucos eraõ os dias que faltava na Ribeira das naõs; e no seu tempo se construíraõ muitas embarcaçoens de guerra, tanto em Lisboa, como no Brazil. Estabeleceo huma casa de correcção, na Ribeira das naus, com o nome de casa da estopa, na qual se recolhiaõ, e empregavaõ as mulheres de má vida; mas esta não foi a unica utilidade deste estabelecimento; teve de mais a mais a virtude de affugentar os espiritos malignos dos corpos das possessas; por que logo que alli se recolheraõ algumas, por ordem de Francisco Xavier de Mendoça, ficaraõ livres todas as vexadas de Lisboa: e parece que depois desta epoca nunca mais os demonios se apoderaraõ dos corpos das habitantes daquelle Capital.

§ 54.

O Cardeal Paulo de Carvalho.

Paulo de Carvalho, outro irmão do Conde de Oeyras foi Monsenhor da Patriarchal, Commissario Geral da Bulla da Cruzada, e Presidente do Senado. Durante o seu tempo de Commissario Geral, houve a mais estricta, exactidaõ em tudo o que pertencia aquella repartição; e não me consta que os Commissarios Subalternos, thesoureiros, ou outra qualquer pessoa que lidasse com dinheiros da Bulla da Cruzada, ficasse devendo cousa alguma aos cofres da dita repar-

tição, como em tempos posteriores tem acontecido, ficando pelas mãos de alguns daquelles empregados grandes quantias, que não pagaraõ, como foi bem publico em Lisboa.

São innumeraveis as obras publicas que o Senado mandou fazer, durante a presidencia de Paulo de Carvalho, como:

1. as casas em que actualmente faz as suas sessoens, e aquellas onde se acha o deposito, occupando o dito tribunal, em quanto estas se não acabaraõ, a casa de João d'Almada, sita no largo da Magdalena, que resistio ao terra-moto:
2. os Caes da Bica do Sapato, e Caldeiras connexas com estes:
3. o Caes do Remulares, e o de Santarem:
4. a Praça, e caes da Ribeira nova:
5. o Haver do peso, na Ribeira velha, e todas as lojas, e casas que ali se achao arruadas:
6. o Terreiro Publico, e cuido que tambem a ponte de Alcantara:
7. a Estrada que vai de Lisboa a Oeyras, e Carcavellos, com a grande muralha que da parte do mar, sustenta as ribanceiras:
8. as novas Estradas Reaes, que vaõ de Oeyras até Cintra, e de Queluz até Mafra, passando esta ultima por Belas, e Pero-Pinheiro, para se evitar o rodeio de buscar a Estrada Real, que no Reinado antecedente se mandára construir pela Cabeça de Montachique.

A pedraria que El Rei D. João V. tinha empregado em portaes de seu palacio junto a Igreja Patriarchal, sobre o terreno occupado hoje pelo Deposito Publico, e Igreja de S. Juliaõ, foi aproveitada na construcção dos quatro portaes do Terreiro Publico, assim como tambem na frontaria da Igreja de S. Domingos.

Antes do terramoto de 1755, achava-se o Terreiro Publico no sitio, em que hoje existe a Casa da India, com huma das suas entradas para o Terreiro do Paço, e outra

para a Ribeira Velha, unica praça destinada para a venda do peixe, fruta, hortaliça, &c.; ficando-lhe connexo o açougue geral, e o haver do peso, com serventias para as mesmas praças; e pela parte do mar a Alfandega grande, e a do tabaco. Fronteiro a tudo isto pela parte do poente, se achava o Palacio do Soberano, que principiando por hum torreaõ da banda do mar, cujos baixos serviaõ de Casa da India, se estendia a occupar parte do lado do Norte do Terreiro do Paço, communicando-se por cima de arcos, debaixo dos quaes passava huma rua de leste a oeste. O lado do mar era bordado por hum caes, o qual no dia do terramoto se sumio, assim como tambem a Alfandega do Tabaco.

Concluido finalmente, em 1766, ou 1767, o Terreiro Publico no local em que se acha, chamado dantes campo da laã, porque ali se lavava, e estendia este genero, fez Paulo de Carvalho hum regimento pelo qual todo o proprietario de generos, que alli entraõ, pode por si, ou por seus caixeiros, dispôr, e beneficiar o seu genero, independentemente de commissarios; e saber o Governo as quantidades existentes dos mesmos generos, para dantemaõ providenciar a escacez que pode occorrer.

Ignoro se antes deste estabelecimento havia alguma legislação relativamente á venda e arrecadação dos trigos, cevadas, e milhos, que entravaõ em Lisboa; mas o que sei he, que algumas cargas destes generos, que recebi de fora, depois do terramoto, as entreguei, como era costume, a commissarios os mais bem accreditados, para as beneficiar, e vender; e que finalmente vim a perder muito, pelos roes de devedores insoluveis, que me entregaraõ os ditos commissarios, sem que eu podesse vir no conhecimento da verdade; e disto

mesmo ouvi queixar a muita gente, que negociava nos ditos generos; o que tudo se atalhou pelo saudavel regimento, que Paulo de Carvalho fez pôr em execução, conservando-se este estabelecimento debaixo da inspecção do Senado, como cousa propria da Cidade, e visitado, quasi todos os dias, pelo Presidente Paulo de Carvalho, o qual lhe nomeou por administrador Manoel Diogo Parreiras, que, por algumas traficancias que fez, foi obrigado a fugir; e lhe succedeo no lugar hum homem conhecido geralmente com o nome de Surdo do Terreiro. Mas fallecendo o Snr. Rei D. Joze, a Rainha Nossa Senhora separou esta administração do Senado, dando lhe por Presidente o Morgado de Oliveira, depois Conde de Rio-maior, genro do Marquez de Pombal. Não sei que este Presidente promovesse melhoramento algum naquella repartição, a não ser huma capella, que mandou construir em todo o sima junto á casa do despacho, para alli se dizer Missa todos os dias, á imitação de Tribunaes compostos de Presidente, e vogaes.

Depois de huma vida empregada toda em serviço do Soberano, e bem da Patria, falleceo Paulo de Carvalho na dignidade de Cardeal, sem chegar a saber da sua nomeação; por quanto o chapeo vinha pelo caminho, no tempo que expirou, mandado pelo Papa Ganganelli, depois do restabelecimento da boa harmonia entre a Santa Sé, e a Corte de Portugal.

Ainda que a minha gratidão para com estes tres irmãos, que sempre me estimaraõ, e protegeraõ, seja hum grande incentivo para dizer bem delles, confesso que em nada do que tenho dito entra o espirito da lisonja, mormente tendo elles fallecido ha tantos annos; mas sim o espirito da ver-

dade, narrando factos de que fui testemunha, por todo o tempo, em que estiveraõ empregados no Ministerio.

§ 55.

O Conde de Oeyras feito Marquez de Pombal.

Durante o glorioso Reinado do Snr. Rei D. Jozé, e Ministerio do Marquez de Pombal, titulo de que lhe fez Mercê este grande Monarca, em 1770, foraõ tantos os melhoramentos em toda a administração publica, em Portugal, que se pode dizer affirmativamente que o Snr. Rei D. Jozé foi o Regenerador da Nação. Depois da extincção dos Jesuitas, que possuaõ quatro casas conventuaes, em Lisboa, huma aonde hoje se acha o Collegio dos Nobres, outra aonde se acha a Santa casa da Misericordia, outra aonde se acha o Hospital Real de S. Jozé, e outra finalmente em Arroyos, aonde se achao as freiras da Conceição da Luz, foi preciso dar nova forma á educação publica, da qual aquelles Padres se tinhaõ apoderado; e entao se crearaõ, e distribuiraõ pelos Bairros de Lisboa e Terras do Reino, Mestres publicos de primeiras Letras, Grammatica, Rhetorica, e Philosophia, debaixo da direcção de hum Tribunal, que o mesmo Sobe-rano creou, com o nome de Real Meza Censoria, o qual foi encarregado naõ só da direcção dos estudos publicos, mas tambem da revisaõ dos livros; reunindo as autoridades que até entao pertenciaõ á Inquisição, Civil, e Ordinario. Esta meza, que foi depois abolida pela Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde, teve por Presidente o pio, e douto Frey Manoel do Cenaculo, Mestre do Principe D. Jozé de saudoza

memoria, e depois Bispo de Beja, e Arcebispo de Evora, o qual reedificou a Igreja, e outras obras do seu convento de Jesus, em quanto foi Provincial; e creio que a elle se deve o estabelecimento da Livraria Publica da Praça do Commercio.

Creou mais o Snr. Rei D. Jozé o Real Collegio dos Nobres, para educação dos filhos da Nobreza; destinando para este estabelecimento o Convento dos Jesuitas situado no alto das duas cotovias, e dotando-o de sufficientes rendas, provenientes dos bens da extincta Companhia, e de outros devolvidos á Coroa. Creou-lhe huma junta administrativa, cujas conferencias se fazem huma vez por semana; e são Deputados da Dita Junta hum Reitor, hum Vice Reitor, hum Juiz conservador, hum Secretario, hum Thesoureiro, e hum Fiscal. Logo lhe nomeou os melhores Mestres, que então havia, de lingoas vivas, e mortas, bellas artes, e sciencias. Mandou hir d'Inglaterra e de França huma collecção dos melhores instrumentos de Mathematica, Physica, e Astronomia, os quaes foraõ depois mandados para a Universidade de Coimbra, no tempo da sua reforma. Persuado-me que o estabelecimento foi creado para 200 alumnos; mas tambem me persuado que nunca chegáraõ nem á metade, naõ obstante a modica pensão annual, que devia pagar cada alumno.

Os Professores com os quaes se abriu este Collegio foraõ o Doutor Miguel Franzini, para as Sciencias mathematicas, o Abbade Tallier, para a Physica experimental, o Doutor Vandelli, para a Historia natural, e Chymica, escolhidos todos pelo Abbade Faciolati, o qual ja antes tinha mandado o seu discipulo, o Doutor Ciera, pedido pela Corte de Portugal, para astrõnomo, assim como tambem o Enge-

nheiro Geographo, Velasco, e o Doutor Brunelli estes tres ultimos para serem empregados debaixo das ordens do Capitão General, Gomes Freire de Andrade, Governador da Capitania de S. Paulô, para determinarêr, com outros comissionados pela Corte de Madrid, os limites das duas naçoens na America do Sul: e tendo estes voltado daquella expedição foraõ empregados no Collegio dos Nobres, em quanto se formaraõ os estatutos para a reforma da Universidade de Coimbra, nos quaes alguns delles tiveraõ parte, e foraõ depois occupados na mesma Universidade. Sendo para notar que, nos primeiros annos do estabelecimento do Collegio dos Nobres, fossem todos os Professores estrangeiros, inclusive, os de dansa, escrita, e florete; podendo apenas exceptuar-se os da lingua Portugueza, e Latina, e o do desenho, Joaquim Carneiro.

Alguns annos depois da creação do Collegio dos Nobres determinou o Senhor Rei D. Jozé que os Conegos Regrantes da S. Agostinho, que occupavaõ o convento de S. Vicente de fora, passassem para o Real Convento de Mafra, occupado até entaõ pelos Padres Arrabidos, alli sustentados á custa da Coroa. E como entre os ditos Conegos Regrantes houvessem homens de muito saber, determinou El Rei que alli se estabelecesse hum Collegio de educação, para as outras classes de Cidadaõs; aonde, se bem me lembro, eraõ os alumnos suppridos do necessario, por huma modica pensão annual de 60 mil reis e dalli sahiraõ muito bons estudantes.

Tres foraõ os motivos, a meu ver, que teve o Senhor Rei D. Jozé para fazer a mudança referida: 1. a necessidade de hum templo, e accomodaçoens para a Basilica Patriarchal, por se ter queimado o que existia abarracadamente cons-

truido, no sitio, que hoje se chama Erario novo; destinando o Convento dos Vicentes para o dito fim; mandando os Padres Vicentes para Mafra, e os Arrabidos que o occupavaõ para os seus conventos: 2. alliviar a Coroa da despeza de 60 a 80 mil cruzados annuaes, que despendia com os Arrabidos, e manutenção do edificio; podendo este ultimo objecto ser melhor preenchido por huma Religião rica, e que cultivava as Sciencias: 3. finalmente o estabelecimento de hum Collegio para educação Publica, sem despeza alguma para o Estado.

Porem S. A. R. o Principe Regente N. S. tendo sem duvida motivos mais poderosos Foi servido mandar os Conegos Regrantes outra vez para S. Vicente, e os Arrabidos para Mafra; aonde continuaõ a existir, mantidos de tudo pela Coroa, como era dantes: e assim acabou o Collegio de Mafra.

A reforma da Universidade de Coimbra, e seus estatutos foraõ o ultimo aperfeiçoamento do ensino publico, e seraõ hum monumento que eternisarã o Governo Regenerador do Senhor Rei D. Jozé, merecedor da gratidaõ dos Portuguezes daquelle tempo, e de todas as geraçoens Vindouras. Quem ler a Deducção chronologica, que se attribue ao Marquez de Pombal, ainda que apperecesse no nome de Joze de Seabra, entaõ Procurador da Coroa, publicada antes dos estatutos, e reforma, ficará convencido da absoluta necessidade, que havia da dita reforma, e da impossibilidade de a effectuar, sem primeiro derrubar o poder, e influencia do corpo Jesuitico na Corte, e Nação. Não hé da minha competencia, e conhecimentos avaliar o merecimento dos estatutos, nem taõ pouco se a reforma foi hum requinte de per-

feição; mas sei que antes desta, se matriculavaõ na Universidade hum excessivo numero de estudantes, dos quaes huma grande parte voltava para as suas casas, até ao tempo dos actos; e que bem poucos frequentavaõ as aulas, sem que por isso deixassem de sahir todos Bachareis, Licenciados, ou Doutores. Sei que antes da reforma nunca ouvi fallar de cadeiras de Sciencias Physico-mathematicas; e de certo não havia na Universidade de Coimbra Laboratorio Chímico, Jardim Botanico, Observatorio, Gabinete de Physica experimental, nem os instrumentos, e maquinas para os estudos de taes Sciencias, os quaes foraõ mandados do Collegio dos Nobres, para a mesma Universidade; e tambem deste sahiraõ huma grande parte dos Professores, que foraõ occupar as cadeiras depois da reforma, como o Doutor Miguel Franzini para as Mathematicas, o Doutor Dolabella para a Physica Experimental, o Doutor Vandelli para a Chímica, e Historia Natural, cujo museo se foi formando dos productos, que possuía o dito Vandelli; dos que legou a S. M. o Capitaõ de mar e guerra, Vandeck, tambem estrangeiro; dos que deixou para o mesmo fim o Cavalheiro Albuquerque; e finalmente de continuas remessas feitas por varios discipulos, que para isso mandára o Governo ás suas diversas, e vastas possessoens ultramarinas. Foi empregado tambem para Lente de Anatomica o Doutor Cecchi, de nação italiana, e o Doutor Goold inglez para Medecina pratica. Estes dous ultimos residiaõ na Cidade do Porto, antes da reforma; e tinhaõ taõ pouca reputação os Medicos, e Cirurgioens do Paiz, que, em todas as terras grandes lhes eraõ preferidos os estrangeiros de todas as naçoens; e quando foi preciso fazer-se a reforma da Universidade, foi tambem necessario

lançar mão dos mesmos estrangeiros. Compare-se hoje o adiantamento destas duas ultimas Sciencias cultivadas pelos nacionaes, e se achará que ja nenhum estrangeiro tem voga em Portugal, por mais celebre que elle seja no seu paiz. Foi tambem nomeado para ensino da lingua grega, o Padre Birmingham de nação ingleza; e se bem me lembro, o unico Portuguez que foi promovido, pelo seu merecimento, a hum das cadeiras de Mathematica na reforma da Universidade, foi o celebre Jozé Anastacio, alumno da Aula de artilheria de Valença do Minho, cujo lente foi o Coronel do Regimento, Ferrier, de nação ingleza; e o dito Joze Anastacio, celebre outra vez digo pelos elementos de mathematica que deixou, obteve permissão d'El Rei para usar da farda do Regimento na Universidade; e todos sabem que este infeliz não teve depois as melhores recompensas do seu saber. Não era só no Regimento d'artilheria de Valença do Minho que havia aulas de mathematica, porque desde 1762 por diante houve lentes da mesma Sciencia nos outros Regimentos da mesma arma, como Valéré, françez de nação, em Elvas; e creio que o defunto Coronel Dalincourt, tambem francez, na fortaleza de S. Juliaão da Barra. Antes desta epoca eraõ as Sciencias mathematicas tam pouco cultivadas em Lisboa, que precisando eu, nos meus primeiros tempos, de hum mestre que me ensinasse os elementos da Geometria, e Algebra, não o pude achar; e fui obrigado a limitar-me aos livros elementares; dos quaes, tirei as poucas noçoens, que tenho; e que me tem servido de muita utilidade nas applicaçoes que dellas tenho feito, nos diversos ramos, em que me empreguei, tanto a respeito de construcções, como de maquinismos, e agricultura.

Foi o Marquez de Pombal, com o titulo de lugar tenente de S. M., a Coimbra encarregado da commissão de instaurar a nova Universidade; o que elle cumprio com toda a dignidade da Pessoa, que elle tinha a honra de representar.

Depois de tão sabias como providentes instituiçoens que tiveraõ lugar durante o Reinado do Senhor Rei D. Jozé, recebeo a Nação huma nova illustração que hoje a iguala com as naçoens mais polidas, e illuminadas. Com tudo era preciso mais longa vida, ou a continuação do mesmo sistema de Governo para se restaurarem outros estudos que se achavaõ em grande decadencia entre os Portuguezes, e que parece cultivaraõ talvez mais do que as outras naçoens, em outros, tempos, como por exemplo, a Geografia tão bem tratada por Camoens, no seu poema epico e tão pouco *sabida* nos meus dias, de modo que buscando eu alguns Mappas geograficos pelos livreiros e mercadores de estampas, todos me respondiaõ que não tinhaõ, por ser fazenda de pouca extracção no paiz, e que só os mandavaõ vir em pequenas porçoens pelo muito tempo que se lhes demoravaõ nas loges. Hum Desembargador, Conselheiro da Fazenda, Administrador da Alfandega, não quiz, que se abrisse huma caixa de fazendas, vinda de Genova; porque entãõ havia peste em Marselha; e trazendo-se-lhe hum mappa para lhe mostrar quaõ distantes estavaõ estas terras, huma da outra, abrio a sua mão para medir a distancia, e achando que era só meio palmo, concluiu que se não devia abrir a caixa! O grande Desembargador Mello e Sá escrevendo de Lisboa a hum seu amigo, no Rio de Janeiro, em tempo que Gibraltar estava sitiado pelos Francezes e Hespanhoes, lhe dizia, que lhe não dava as novidades daquelle sitio; por que elle as

teria lá mais cedo, por estar mais perto!!! Julgue o Público que taes eraõ os conhecimentos geograficos da Nação, quando os Desembargadores, que passavaõ pelos sabios della, a sabiaõ deste modo.

Muitos outros estabelecimentos scientificos faltaõ ainda em Portugal, e hum muito necessario para a utilidade da Nação no adiantamento da agricultura, que he o ensino da arte veterinaria, mas o Reinado do Senhor Rei D. Jozé foi infelizmente mui curto, para providenciar tanta cousa, e os desgraçados acontecimentos dos tempos que se seguiraõ não tem dado lugar a cuidar-se de estabelecimentos taõ uteis.

§ 56.

Assignalada protecção do Senhor Rei D. Jozé a favor do Commercio, e sua severidade em reprimir o contrabando. Companhia das vinhas do Alto Douro.

Assim como o Senhor Rei D. Joze promoveo tanto o adiantamento das letras em Portugal, do mesmo modo levou o adiantamento do commercio ao auge, em que hoje se acha; e o seu Ministro, o Marquez de Pombal, conheceo tanto, que o commercio era hum dos primeiros mananciaes de riquezas, mórmente para hum Estado que possuia colonias taõ dilatadas, e ricas, que nada poupou para o tirar das mãos dos estrangeiros, e daquelle estado de anniquilação, e até de desprezo, a que se achava reduzido entre os nacionaes; por maneira que, se á sua sala concorriaõ Fidalgos, e Negociantes para lhe fallar em negocios, attendia primeiro a estes, dizendo, que o tempo lhes era muito precioso, e

que, geralmente fallando, vinhaõ trazer; entre tanto que aquelles vinhaõ commummente buscar; e tinhaõ pouco em que empregar o seu tempo. Do mesmo modo que honrava os commerciantes sem nota, era inexoravel na applicação das leis contra os que faziaõ contrabandos, fosse introduzindo fazendas prohibidas, ou fosse fraudando os direitos, que as admittidas deviaõ pagar. Duas grandes casas estrangeiras vi eu arruinadas, e extinctas por esta causa, a de Russillon, e Dabadie, inglezes, e a de Cambiazo, genovez; a primeira por huma tomadia que se lhe fez de sedas lavradas; e a segunda por huma partida de Coral, introduzida sem pagar direitos. Eu mesmo tive hum grande trabalho com huma caixa de galoens d'ouro destinada pelo carregador, ou dono, para Cadiz, a qual por equivocação se havia carregado no Havre de Grace para Lisboa, á consignaçaõ de pessoa residente em Cadiz, que depois, conhecido o erro, se me remetteo duplicado conhecimento, e ordem para retirar da Alfandega a dita caixa, e remette-la a Cadiz; e naõ obstante apresentar eu a propria carta com o conhecimento, e indicar, como prova, a existencia dos originaes ainda no Correio, me naõ foi concedido effeituvar aquella ordem; e a caixa passou para a casa das tomadias, aonde esteve alguns annos, ate que os donos a poderaõ obter, por empenho do Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos: tanto este Ministro conhecia, que hum dos primeiros meios de promover o commercio nacional, está em evitar os contrabandos.

Entre muitos ramos de industria nacional que se achavaõ em decadencia, quando o Snr. Rei D. Jozé subio ao trono, eraõ os vinhos do Alto Douro; e por isso o mesmo Senhor

foi servido crear huma companhia, com o titulo de Companhia da Cultura das Vinhas do Alto Douro, e não de Companhia dos Vinhos do Porto, como abusivamente a denominaõ em Inglaterra, e mesmo muitos Portuguezes. O seu verdadeiro nome mostra qual foi o seu destino. Na Collecção das leis Josephinas se acha a da creação, e estatutos da dita Companhia: no preambulo da qual se declaraõ os motivos, que induziraõ o Governo a tomar huma tal medida; e se bem me lembro, foi a penuria a que tinhaõ chegado os proprietarios daquelles districtos, causada pela decadencia progressiva dos preços dos seus vinhos: decadencia proveniente em parte do conloio entre os compradores exportadores, e em parte das falsificaçoens, ou errados temperos que os lavradores faziaõ aos seus vinhos, tanto no augmento da quantidade, depois de exprimida a uva nos lagares, como no augmento da cor artificial com drogas estranhas á sua natureza. E vendo o Governo que este manancial de riqueza nacional, que merecera tanta contemplação no tratado de Methuen, em 1703, ao ponto de se admittirem os lanifícios d'Inglaterra, a troco da importação dos vinhos de Portugal naquelle paiz com o favor no direito de entrada de hum terço menor que sobre os de França: vendo, outra vez digo, que este manancial se hia rapidamente a perder de todo; e que aquelles terrenos não admittiaõ a cultura de outras produçoens, se resolveo a crear a referida companhia; devendo se este estabelecimento a hum Hespanhol biscainho, negociante de vinhos na Cidade do Porto, chamado D. Bartholomeo de Pancorvo, o qual se correspondia, por via de meu tio Jacome Bellon, com meu Pai, a quem consignou 200 pipas de vinho, para se venderem por sua conta. Ouvi

naquelle tempo que, o dito Pancorvo traçára o plano da companhia, e o conferira com a Padre Frey Jozé de Mansilha, Dominico conventual naquelle Cidade, cujo Padre o viéra propor a Sebastião Jozé de Carvalho, o qual depois de o examinar cuidadosamente, e conhecer a sua utilidade, formalizou sobre elle a lei da creação, e estatutos da companhia, por cujo motivo ficou o dito Padre em Lisboa, feito Procurador da companhia em quanto viveo. Era homem vivo, e ambicioso de representação; e por aquelle seu cargo teve sempre entrada franca em casa do Ministro; e nenhuma duvida tenho que elle extorquisse obrepticiamente do mesmo Ministro algumas providencias favoraveis á Companhia, e contrarias ao fim da sua instituição; fosse suggerido pelos Directores de quem elle era o apoio, e dominador; fosse por interesses particulares, para manter a sua representação: achague que depois continuou durante o Reinado da Rainha Nossa Senhora nos successores de Mansilha, cujos resultados são bem dignos da consideração de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, a Quem unicamente compete providenciallos, depois de todas as devidas, e fieis informações sobre objecto de tanta importancia.

Destituído, como estou, de toda a qualidade de soccorros, alem de minha memoria que hé mui fallivel, e do meu curto entendimento, para fallar com acerto em materia ja discutida por muitos, em rasão das consequencias do tratado de commercio de Fevereiro de 1810, só me compete expôr, nesta obra de pouca monta, as ideas que ha muito tempo tenho concebido sobre esta materia. Em 1. lugar foi aquelle estabelecimento unicamente destinado a melhorar a cultura das Vinhas do Alto Douro, para maior producção, e melhor

qualidade dos vinhos, em beneficio dos proprietarios daquelles terrenos, e do Estado em geral, pelo augmento do valor numerario dos vinhos exportados. Em 2. lugar, a restaurar a reputação ja merecida da qualidade de vinho, chamado de *Feitoria*, impedindo que, á sombra deste se introduza outro de inferior qualidade, ou se falsifique com materias estranhas, debaixo do pretexto de lhe augmentar a cor, e força: cousas na verdade nocivas á sua reputação, á saude de quem o bebe, e finalmente á extracção, e preço. Sendo pois estes os unicos pontos que os Soberanos tem tido em vista, quando sancionaraõ este estabelecimento, e subseqüentes providencias, todas as que não coincidirem com os ditos pontos se devem reputar consequencias de enganosas representaçoens. Foi para preencher estes pontos que o Soberano julgou necessario crear hum corpo politico, interessado no melhoramento, e com fundos, que podesse adiantar dinheiro aos lavradores, que o necessitassem para a boa cultura, e plantação das suas vinhas; e isto sobre a hipoteca do producto dos seus futuros vinhos, e com hum modico juro. He por tanto a Companhia este corpo politico, representado pelos Deputados administradores della, que deviaõ ser livremente eleitos, por hum tempo determinado, á pluralidade de votos dos accionistas, sobre os habilitados, e no numero que prescreve o estatuto, relativamente a cada huma das classes de negociantes, e lavradores. Estes Deputados em corpo de junta administrativa tem a seu cargo observar e fazer observar tudo quanto determina a lei a respeito da pureza do vinho, tomar conhecimento das quantidades recolhidas para o arbitramento equitativo a respeito do preço geral de cada anno, assim como tambem de fixar o dia da

abertura das vendas a que possam concorrer os compradores na ordem prescripta no estatuto, que, segundo minha lembrança, tem por fim embaraçar que hajaõ monopolistas, ou atravessadores. Por isso primeiro, torno a dizer se bem me lembro, saõ preferidos no primeiro Estatuto os negociantes exportadores, á propria companhia, para fazerem as suas compras; seguindo-se depois em concurso da companhia os particulares naõ exportadores, que como a mesma Companhia formem depositos, em que os beneficiem para depois os venderem aos particulares exportadores, que delles necessitem, ou exportallos para onde quizerem, excepto para os portos do Brazil, que foraõ reservados á companhia. Este he o pé em que cuido, que a Companhia foi instituida, mas por humprazo determinado de annos, o qual a instancias de sua junta administrativa, e habilitade de seus agentes junto ao Governo, se foi por vezes renovando, sem que nisso interviesses os votos dos accionistas, nem se tomassem aquelles dos lavradores, naõ obstante os clamores dos commerciantes do genero pelos vexames, que experimentaraõ da parte daquella junta administrativa, cujos membros se podéraõ perpetuar, contra o plano da instituição, e interesses dos mais accionistas.

Com o fim de segurar lucros á Companhia, que a indemnizassem das despesas a que se sujeitou na inspecção das vinhas, e preservação da qualidade do vinho, hé que se lhe concederaõ tres privilegios exclusivos, cada hum dos quaes me parece merecer hum exame particular. O primeiro e o mais importante, ainda que o ultimo concedido, foi a fabricação das agoas-ardentes em certos districtos; e mesmo a introducção, e venda deste genero, com o pretexto de o

segurar em quantidade, e qualidade competente, para beneficiar os vinhos chamados de feitoria. O segundo foi poder ella sómente importar vinhos do Alto Douro em certos portos do Brazil, o que, a meu ver, teve por fim poder ella por aquella via dar sahida aos vinhos de segunda qualidade, que era obrigada a comprar. O terceiro finalmente foi a venda exclusiva a retalho de todo o vinho, chamado de ramo, que se consome na Cidade do Porto, e humas tantas legoas em torno della.

Foi em consequencia deste privilegio exclusivo, seguido de augmento no preço, e qualidade arbitraria dos vinhos aquartilhados, que no principio houve hum certa agitação no povo baixo da Cidade do Porto, correndo em bandos pelas ruas, e gritando *abaixo a Companhia*; mas sem commeterem nenhuma violencia, segundo me informaraõ pessoas de credito, quando estive naquella cidade no fim do anno 1757, cuja agitação, a que deraõ o nome de levantamento do Porto, foi logo applicada pelas sabias providencias do Governador das armas, Joaõ d'Almada, que ao mesmo tempo fazia de chanceler da Relação. Porem este acontecimento foi olhado na Corte, segundo as primeiras, e indiscretas informaçoes, como hum levantamento formal; e logo se mandaraõ tropas, e os dous Magistrados Mascarenhas pay, e filho, com todos os poderes sobre o civil, e militar. O Dezembargador filho, homem ambicioso de poder, e de character perverso, assumio a si toda a autoridade, naõ obstante ter ido em qualidade de ajudante de seu pay, que tinha reputação de douto, e bom; mas de idade avançada, e doente. Encheo o tal filho de medo, e afflicção a todos os moradores do Porto; andava com huma guarda de cavallaria a traz de

si; abriu huma devassa, na qual mostrava todo o empenho de involver pessoas graudas, para persuadir ao Governo que tinha applacado huma rebellião formal; mas, se implicou algumas, era a opinião geral ser com falsidade. Houveraõ alguns individuos condemnados a pena ultima, e outros a açoutes, &c. &c.; fazendo-os primeiro andar pelas ruas em gargalheira, o que encheo aquella Cidade de luto, e fez de huma insignificante agitação hum caso de muito estrondo, com o fim de merecer premios, e os teve; porque chegando a verdade ao Trono, foi o dito Mascarenhas filho enviado ao Rio de Janeiro, creio que no Vice-reinado do Marquez de Lavradio, como encarregado de huma importante commissão, a qual alli lhe seria participada pelo dito Vice-rei; e este o encarregou de passar á Ilha de Santa Catharina, e lá apromptar huma prisão, digna de hum homem que tinha abusado, em prejuizo dos povos, da autoridade, que o Soberano lhe tinha conferido; o que elle promptamente cumprio, segundo a maldade do seu coração; e depois se lhe ordenou que entrasse para ella, na qual jazeo até que sahio pelo perdaõ geral concedido na occasião da Exaltação da Rainha Que Deos Guarde ao Trono.

Passando pois a examinar o primeiro dos tres privilegios exclusivos que no principio parece, bem fundado, mostrou a experiencia que a Junta administrativa da Companhia o convertera, de hum modo vexativo, em fins bem differentes do objecto da instituição, faltando, o mais do tempo, nos seus armazens o provimento necessario de agoa ardente, ou tomando commummente a falta por pretexto, para regatear aos negociantes exportadores, e especuladores, no tempo proprio, as quantidades de que elles precisaõ para beneficiar

os seus vinhos; do que se lhes seguem gravissimos prejuizos e muito interesse á Companhia; pois que podendo esta beneficiar os seus vinhos, não podem os outros negociantes competir com ella. Por outro lado, em annos de falta real de agoa-ardente, aquella Junta improvidente, em lugar de animar a introducção necessaria da de fora por particulares, a embaraça; e aproveitando-se do seu privilegio obriga os importadores della, negociantes exportadores de vinho a venderem-lha toda pelo preço que quer; e se estes mesmos precisaõ d'ella, para beneficiar os seus proprios vinhos, saõ obrigados a compralla á Companhia, que só se digna largar-lhes diminutas porçoens, por hum exorbitante preço, não obstante não ter corrido risco algum na importação, nem feito desembolço; e se achar desprovida daquelle genero contra a sua obrigação: porem o que hé ainda mais duro, hé que a Companhia obtivesse hum privilegio exclusivo sobre hum genero que não possui, e que para o possuir, sejaõ privados os lavradores daquelle parte de Portugal a mais productora de vinhos, de distillar, e negociar em agoas ardentes: sendo só a mesma Companhia a que em aquelles especificados districtos pode ter alambiques, comprar e vender este genero: abusos estes que deveraõ continuar em quanto durar o dito privilegio exclusivo, e for permittido á Companhia o concorrer nas compras, e exportações para os portos estrangeiros com os commerciantes particulares.

Se me he permittido entrepôr aqui o meu parecer, direi que, a não ser abolida a Companhia, se deve precisamente abolir este exclusivo para utilidade geral, deixando aos proprios lavradores, e a quem quizer, a liberdade de ter alambiques, e fabricar agoa-ardente, assim dentro, como fora da

demarcação; e que em Villanova de Gaia haja hum armazem que sirva de deposito á agoa-ardente fabricada em qualquer parte do Reino; e isto debaixo da inspecção, e responsabilidade de pessoas nomeadas a contento da Companhia, e negociantes exportadores, em cujo deposito possaõ os donos, ou negociantes do genero vendello livremente a quem delle precisar, e pelo preço que lhes fizer conta. Vindo este deposito a ser hum mercado publico de agoas-ardentes, a bem reciproco dos vendedores, e compradores, de cujo concurso livre deverá rezultar a possivel abundancia, e melhoria de qualidade com a uniformidade de preço proporcionado ás circumstancias, sem que ninguem tenha de que formar queixas, o que não poderia deixar de promover a distillação no Reino, cessando a necessidade de se importar este genero de fora; e assim acabaria por este lado hum monopolio, que faz taõ odiosa a Companhia.

Quanto aos dous outros privilegios exclusivos, com os quaes a Companhia foi instituida, direi, que na instituição o foraõ com o fim de attrahir accionistas, e indemnisar aquelle corpo politico dos avanços que era obrigado a fazer, para a cultura das vinhas, e preservação da qualidade, e reputação dos vinhos. Mas com o lapso do tempo, e interesses particulares não duvido, que se tenhaõ introzudido abusos que tem desviado muito a Companhia dos dous fins para que foi creada; por que suponho serem poucos os avanços que tem feito; e se alguns fez para a cultura das vinhas nada tem despendido com o melhoramento dos vinhos; porque bem longe de lhes preservar essa chamada boa qualidade só tem concorrido pelo contrario, a destruilla, dificultando as agoas ardentes aos exportadores, como assim fica dito, que pre-

cisaõ beneficiar os seusinhos. O que tem sido causa, segundo ouvi dizer, de se perderem adegas, e de se exportarem vinhos, que por tal falta perderaõ a sua primeira qualidade. Por outro lado, ao mesmo tempo que a Companhia foi deixando de preencher os ditos dous fins, foi augmentando quanto pôde os interesses que podia tirar dos privilegios exclusivos; naõ só como lhe foraõ originariamente concedidos, mas augmentando o preço dos vinhos de ramo, que só ella podia vender aquartilhado na Cidade, e em certa distancia á roda desta, ampliando estes limites em rasaõ de novas concessões astuciosamente solicitadas, com gravissimo prejuizo dos habitantes, dos proprietarios das vinhas, e dos commerciantes particulares no genero de vinhos.

Quanto ao terceiro privilegio exclusivo de só ella poder importar vinhos do Porto em certos portos do Brazil; naõ ha duvida que faz com que os habitantes destes portos tenham aquelle genero mais caro, e talvez de peor qualidade pela falta de concorrência; e que o commercio soffra hum damno consideravel; por quanto vendendo ella estes seus vinhos a dinheiro de contado, priva os habitantes da possibilidade de os pagarem com generos, impedindo assim huma boa parte da cultura dos productos coloniaes; e occasionando de mais a mais hum desfalque consideravel nos direitos Reaes de exportação, que os ditos productos deveriaõ precisamente pagar.

A vista do que fica exposto facil hé decidir-se se a Companhia hé util, ou naõ hé util; e para que o Governo se inteire cabalmente das vantagens, e danos que a Companhia causa ao paiz, será conveniente; em primeiro lugar, mandar tirar mappas dos Registros da Alfandega do Porto

sobre a quantidade das pipas de vinho exportadas para paizes estrangeiros nos dez annos, que precederaõ ao estabelecimento da Companhia, assim como tambem sobre a quantidade que depois se tem exportado cada anno até 1806, com o preço medio dos embarques, se for possivel descubrillos; em 2. lugar informar-se por pessoas sensatas, e imparciaes, até que ponto a Companhia preenche, ou deixa de preencher os fins da sua instituição: averiguação esta que me parece deveria ser commetida pelo Soberano ao Tribunal da Real Junta do Commercio, com ordem de fazer subir o seu parecer, em Consulta, á Real Presença: parecer, que não obstante reconhecer-se o grande bem, que resultou ao Paiz da instituição da Companhia, será julgo eu, precisamente a sua abolição como corpo politico e privilegiado, findo que seja o seu prazo; mas ficando a liberdade aos accionistas que quizerem conservar unidas as suas acções de formarem huma nova associação para continuarem o commercio dos vinhos e aguardentes debaixo das condições e administração economica que entre si convencionarem, o que lhes daria huma occasião de aproveitarem utilmente os enseres da Companhia; e por effeito da maioria do Capital terem huma grande vantagem sobre os commerciantes particulares seus concurrentes, em tudo e por tudo, no mesmo commercio, seguindo-se disto hum grande beneficio aos proprietarios das vinhas, e por consequencia ao Reino.

§ 57.

Companhia do Gram-Pará, e Maranhão.

O pouco commercio que havia nas colonias chamadas Gram-Para, e Maranhão, em consequencia dos seus poucos productos, e os grandes interesses de que eraõ capazes, animando-se a sua cultura, não escaparaõ ao vigilante cuidado do Senhor Rei D. Joze; e vendo que só por meio de huma Companhia o podia fazer, Foi servido crealla sómente por 20 annos; findos os quaes, ja quasi no fim de seu Reinado, não lhe renovou os privilegios: e com effeito a dita Companhia, apesar de seus administradores se não descuidarem dos seus interesses particulares, talvez mais do que dos da Companhia, não deixou de ser de grandissima utilidade para aquellas colonias. Ella empregou grande parte do seu capital na construcção de navios para seu uso, e conducção de escravos, principalmente de Bissáo, e Cacheo, dos quaes havia muita falta para a cultura; servindo-se até entãõ os poucos europeos residentes nas ditas colonias dos gentios mansos naturaes do paiz, a titulo de escravos, os quaes, no tempo em que Francisco Xavier de Mendoça governava o Pará, foraõ, por huma lei, declarados livres, e aptos para adquirir, possuir, e transferir propriedades a seu arbitrio. Fazia-se o commercio, no principio fiado, e a troco das produçoens espontaneas do paiz; como, cacáo, salsaparilha, oleo de copaiva, cravo, e canella do mato, que alli crescem sem cultura, e algum Arroz, e Algodaõ; e a differença dos saldos se fazia por meio de novellos de algodaõ, grosseiramente fiado pelos gentios, cujos novellos eraõ empregados

em Portugal para torcidas de candieiros. Porem a Companhia promoveo a cultura destes dous ultimos objectos, recebendo progressivamente maiores quantidades, particularmente do Maranhão, o que depois o fez florescer ao ponto que todos hojé sabem.

As principaes casas, e familias que hoje tem representação no Maranhão, oriundas de Lourenço Belfort, de nação Irlan-deza, e de Lâmaignere, de Nação Franceza, que antes do estabelecimento da Companhia alli se achavaõ com mais conhecimentos do que fortuna, a ella devem a prosperidade a que chegaraõ, assim como todos os outros colonos; por quanto no seu tempo tinhaõ a liberdade de remetter, por via della, os seus proprios effeitos, e serem vendidos pela mesma Companhia promiscuamente em leitaõ com os seus. Foi o dito Belfort quem alli formou hum estabelecimento de cortimento de sola, o primeiro que houve naquella Colonia. A pesar das malversaçoes, e erros commettidos pelos administradores da Companhia; com tudo fazia esta rateios annualmente, aos accionistas, de 10 a 11 por cento sobre o capital de 400,000 reis de suas açoes; por maneira que os ditos accionistas, alem do juro, receberaõ trinta a quarenta por cento de ganho; e a muito mais subiria, se não houvessem tantas dividas perdidas, cuja cobrança por execuções o Governo sabiamente impedio, por ser o seu objecto favorecer, e não arruinar colonos.

Entre os primeiros Deputados Directores desta Companhia foi Domingos de Bastos Vianna, fallecido, ha poucos annos, em Corretor da Real Fazenda, o qual tinha sido guarda livros da grossa casa de Estevaõ Martins Torres, e passava por habil professor Portuguez na escripturação dos

livros em partidas dobradas: escripturação então pouco conhecida entre os negociantes Portuguezes; por cujo motivo foi admittido por primeiro guarda livros da mesma Companhia hum francez, chamado Darnaud; e este ensinou os nacionaes, que lhe succederao por seu fallecimento. Foi esta Companhia a que, em 1759; pouco mais ou menos, mandou o primeiro navio de Lisboa á China, por sua propria conta, creio que com o objecto de empregar os seus fundos, cujo navio foi commandado pelo Capitão da Marinha Real, estevaõ Jozé d'Almeida.

No segundo triennio da administração desta Companhia, entrou para Provedor, Jozé Francisco da Cruz, inculcado por seu irmão, o Padre Antonio Jozé, da Congregação do Oratorio, a Sebastião Jozé de Carvalho.

Na venda publica que, nos fins de 1762 fez a Companhia dos seus effeitos, havia humas trezentas sacas de algodão, producto daquelle anno, dos quaes eu fui arrematante, a preço de 300 reis por arratel, em desconto do que a Companhia me devia de fazendas, que me tinha comprado, cujos algodoens mandei para Rouen, e me causaraõ grande prejuizo em consequencia da paz de 1763. Era então aquella praça o unico mercado publico deste genero, que ainda se não pedia para Inglaterra. Na successiva venda feita pela Companhia, ja havia maior quantidade de algodão; e por não haver quem affrontasse o preço no leilão, repartiraõ-no entre si os administradores, a razão de 160 reis; e ainda perderaõ. Mas depois desta epoca, principiou este genero a ter tal extracção, que tem contribuido, em grande parte, para a prosperidade em que hoje observamos aquellas colonias; por maneira que no presente tempo ja hé preciso

mandar dinheiro do Reino para se fazerem as compras. Foi do Maranhão que a cultura do algodão se introduziu em Pernambuco.

§ 58.

Companhia de Pernambuco, e Paraiba.

A Capitania de Pernambuco achava-se em melhor estado de cultura, e commercio do que as do Pará, e Maranhão; mas não obstante o dito estado, o Governo creou tambem huma Companhia, com o titulo de Pernambuco, e Paraiba, a qual durou tambem 20 annos; e o seu capital foi muito maior, em rasão do maior numero de acçoens, igualmente de 400,000-reis cada huma, admittindo-se fazendas como dinheiro, para facilitar mais as entradas dos accionistas. Esta Companhia vendia fiado, e não vexava os devedorse morosos; por maneira que a riqueza do paiz augmentou consideravelmente durante a sua existencia: creou esta muitos engenhos de assucar, alem dos que ja havia: augmentou o numero dos escravos; e fez construir muitos, e grandes navios para o seu serviço, em que empregou hum grosso cabedal, do qual perdeu muito, por não poder vender os navios logo que findou o seu privilegio; concorrendo muito para isto a teima do Ministro de Estado, Martinho de Mello, que se oppôz á venda dos ditos navios, na esperanza de servirem para crear, e formar huma nova companhia para os portos da Asia, ajuntando a este fundo os restos, que havia a liquidar, e novas acçoens. Mas só pôde conseguir, mediante, a sua authoridade, mandar, com aquelles fundos manejados por Mauricio Jozé Crammer, fazer algumas via-

gens soltas; e isto contra a manifesta vontade dos accionistas, o que fez com que muitos pedissem huma prompta liquidação, e rateio dos seus fundos, que lhes não foi concedido; e não sei que foi feito destes fundos; porque muitos annos ha, que me desfiz das minhas acçoens: só sei que o dito Mauricio Jozé Crammer falleceo sem declarar aos interessados o estado em que se achavaõ os ditos fundos, que deviaõ ainda ser grandes; e os que lhe succederaõ, nomeados por authoridade superior, sem intervirem os proprietarios para a dita liquidação, ainda me não consta, que a tenhaõ concluido. Tambem sei que dos restos desta Companhia, assim como da do Pará, e Maranhão tem sahido parcellas avultadas para diversas contribuiçoens; não chegando mesmo a primeira a embolsar se do seu capital, apesar de serem passados 30 annos que findou o seu privilegio. Hé de notar que a cultura do algodão não principiou nesta Capitania, senão depois de findo o privilegio da Companhia; porque não me constou que nas listas dos seus leilões entrasse este genero, o qual depois veio a ser immenso, e de muitissimo proveito para aquella colonia, e commercio, por ser de superior qualidade.

§ 59.

Companhia, ou contracto da pesca das Baléas nas costas do Brazil, e Contracto do Sal.

Pouco depois do terramoto de 1755, creou o Góverno em Lisboa, huma Companhia para a pesca da Baléa, nas costas do Brazil, sobre hum certo fundo que ja existia, cuja origem ignoro; mas sei que a principal parte pertencia a

Peres, tio de dous outros Peres, donos das propriedades de casas, que conservão estes nomes, huma junto a S. Pedro d'Alcantara, e outra de frente da Igreja dos Martires, os quaes passaraõ a ser interessados na dita nova Companhia, que deo grandes lucros; e por ella se enriqueceraõ ainda aquelles que tinhaõ entrado com pequenos fundos; e rejeitando o defuncto Paulo Jorge ser caixa, e administrador daquella Companhia, aceitou este lugar Ignacio Pedro Quintella, tio do actual Baraõ deste nome, por comprazer com o Marquez de Pombal, e familia dos Cruzes, com o ordenando de 16,000 cruzados. Ignoro quaes foraõ as condiçoens deste contracto, e de quanto era o fundo da Companhia, assim como tambem o motivo de se naõ ter continuado, abandonando este importante ramo aos Inglezes, e aos habitantes dos Estados Unidos da America, que naõ tem cessado de o desfrutar. Havia pela Companhia armaçoens nas costas da Bahia de todos os Santos, nas do Rio de Janeiro, e principalmente na Ilha de S^a. Catharina, que juntos com os grandes armazens, e caldeiras de algum custo fazem a principal despeza deste estabelecimento, que cuido se deixou perder; vendo-se a Nação na necessidade de comprar o azeite aos estrangeiros, para a Marinha Real, para a do commercio, e illuminação, &c.; e deste mesmo se poderia fazer o sabaõ, pois que aquelle que os contractadores introduzem em Portugal, comprado em Inglaterra, hé feito com este azeite: ao mesmo tempo que durante a Companhia tinha a Nação azeite de sobejo para o seu consumo, e para exportar annualmente milheiros de pipas, e grande quantidade de barba de balea, o que tudo hoje compra aos estrangeiros, para o consumo em Portugal, e talvez no Brazil;

sem fallar do Espermaceti, producto muito attendivel para a fabricaçãõ de velas como já se praticou pela administraçãõ do Baraõ de Quintella durante aquella Companhia.

A esta mesma Companhia passou o contracto do Sal, que até entãõ andava em Jozé Alves de Mira, que me parece ter sido o ultimo que o trouxe antes de Ignacio Pedro Quintella, em cuja casa se conservou até que, no Ministerio de D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi abolido, em consequencia de huma excellente Memoria, publicada por D. Jozé Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, Bispo que foi de Pernambuco, e hoje de Elvas, na qual mostrou os gravissimos inconvenientes, que resultavaõ de tal contracto, sobre o Estado do Brazil, e mesmo a toda a Naçaõ. Andava o tal privilegio exclusivo por 60 contos de reis annuaes, que recebia o Real Erario, se bem me lembro, dos quaes ficou bem indemnizado, depois da aboliçaõ pelo direito de 1600 reis em cada moio exportado para os portos do Brazil, ficando livre para todos esta exportaçãõ; e assim acabou o vexame que antes soffriaõ os navios, obrigados a transportar este genero por limitado preço no frete, e responsaveis pela medida; e por outro lado ficou o Estado do Brazil abundantemente provido deste genero de primeira necessidade; para os homens, para os animaes, e para todas as salgaçoens de peixe, carnes, couros, &c. Era o consumo deste genero no Brazil, como o ouvi dizer aos proprios contractadores, para cima de 20,000 moios, ficando fora deste exclusivo o Pará, Maranhãõ, Pernambuco, e Paraiba, em rasaõ das Companhias, que nestas se estabeleceraõ. Hoje em dia persuado-me ser a exportaçãõ dobrada, naõ obstante ter cessado a pescaria da baleia, com a qual ouvi, que se fazia hum grande consumo

de Sal. Ignoro se deste artigo usaõ as outras naçoens, que fazem esta pescaria; mas persuado-me que não; porque logo que pescaõ as Baleias, fazem o azeite, e o envasilhaõ para o purificarem em terra: operação que a Companhia Portugueza não praticava, talvez por ignorancia; e esta culpavel, por não procurarem sahir della, o que era mui facil, empregando no seu serviço pessoas, que tivessem algum conhecimento deste processo; por quanto era costume, do qual nunca sahiraõ, pescar as Baleias, reduzillas a pedaços, salga-os, e hir fazer o azeite em terra. Esta pescaria, e talvez muitas outras, são objecto bem digno da consideração do Governo, para se restaurar, quanto antes, seja por Companhias seja por sociedades avulsas, preferindo, quanto a mim, estas ultimas; e animando-se, quanto couber, na possibilidade do mesmo Governo, principalmente com isenção de direitos, apenaçoens de qualquer natureza que sejaõ, e gratificações a os que se distinguirem, com premios honorificos.

Toda a Inglaterra se serve do azeite de balea purificado para allumiar as ruas, loges de venda, que se conservaõ abertas ate as 10 e 11 horas da noite, e mesmo as casas; sem que se perceba cheiro algum do dito azeite, por fazerem uso geral de candieros de corrente de ar, nos quaes não só se queima o fumo, mas se augmenta consideravelmente a luz. Julgo que se poderia praticar o mesmo, em Portugal, e no Brazil, com azeite de sua propria pesca, que lhe sahiria incomparavelmente mais barato; e se seguiriaõ outros resultados mui vantajosos, como; 1. não ser a Nação tributaria a outras pela compra de hum genero, que pode obter com mais facilidade, e menos despeza: 2. que dado o caso da abundancia, e bem purificado supprirá em grande parte o

consumo, que em Portugal se faz do azeite doce nas luzes, saboarias, e outras artes, podendo entãõ exportar-se o sobre-cellente deste ultimo, sem fazer falta, e com grandes interesses, huma vez que o fabriquem de modo que elle possa igualar o de Florença, e de Provença. Para chegar áquelle ponto de perfeiçaõ, que só se deve ao methodo de o extrahir da azeitona, bastará pôr em pratica o que a este respeito publicou, em huma Memoria, o Dr. Dalabella, Lente Jubilado de Physica na universidade de Coimbra, cuja memoria vale bem a pena de se fazer reimprimir e distribuir pelas Camaras do Reino, com recommendaçãõ aos Parochos, e juizes de fora, que promovaõ, quanto possivel for, a observancia do que na dita memoria se acha escrito. Mas muito mais necessario se faz remover certos entraves que tanto embaraçaõ a cultura, e perfeiçaõ deste genero: como o privilegio exclusivo concedido, nos seculos da ignorancia, contra o sagrado direito da propriedade, e interesses do Estado, a pessoas poderosas, e corporaçõens influentes de que só estas pessoas possaõ ter lagares d'azeite. Eu mesmo, em Thomar, foi testemunha ocular de tulhas, e tulhas de azeitona, colhida nos mezes de Novembro, e Dezembro, que á espera de vez, só pôde ser moida no mez de Maio!!! Quando ja se achava podre, exhalando hum fedor insupportavel de ranço, e o chaõ alagado de azeite com a agoa russa: o que certamente não aconteceria se fosse livre a cada hum ter lagares de azeite, e não serem obrigados a mandar moer a sua azeitona nos lagares dos Padres de Christo, e do Alcaide mór.

Tambem me parece que o Estado interessaria muito em estabelecer hum avultado premio a quem descobrisse hum remedio, que curasse hum mal, que ha annos atacou as

oliveiras em Portugal, chamado vulgarmente ferrugem; visto que os premios até aqui promettidos são tão diminutos, que nem despertaõ a curiosidade, nem satisfazem a conveniencia, aqual tem sido sempre o mobil das grandes descobertas. Persuadindo-me outro sim que, por mais avultado, que fosse o premio pela descoberta do remedio, seria o Erario Regio bem depressa indemnizado pela maioria dos direitos resultantes.

§ 6o.

*Companhia da Pescaria do Atum e Sardinha
nas Costas do Algarve.*

Outra Companhia creada no Reinado do Senhor Rei D. Jozé foi a do atum, no Algarve, que ainda se conserva; e ouvi que tinha dado muitos lucros, que, he facil de crer pela qualidade e valimento dos Directores que havia em Lisboa quando eu fui deportado; mas ignoro o seu estado presente, e só me lembro o ter ouvido algumas queixas sobre haver maior numero de accionistas, e directores de Lisboa, do que do proprio Algarve, como pareceria natural, que fossem, mórmente e limitando-se esta Companhia á pesca do atum, que ja de tempo immemorial se pescava naquelles mares; e talvez não empregando nisto o competente numero de armaçoens; e privando pelo seu exclusivo os habitantes do paiz de se darem a este ramo de industria nacional. Tambem me parece que a mesma Companhia não tem desempenhado o principal fim para que foi creada, isto hé, a pesca, e salgação da Sardinha, para cujo fim se creou a nova Villa de S. Antonio de Arnil, na embocadura do Guadiana, e se

prohibio a importação da Sardinha salgada, que vinha de Galiza para Portugal: em consequencia do que a Corte de Madrid prohibio a entrada dos Chapeos de Braga em Hespanha, os quaes até então tinham hum grande consumo em Galiza. Ignoro qual seja o motivo da decadencia da pesca, e salgação da Sardinha; mas sei que há grande falta deste genero em Lisboa, e em todas as partes do Reino.

Este objecto deve merecer bem a contemplação do Governo, informando-se exactamente do estado em que se acha a referida pesca, para providenciar o que for mais conveniente a bem da Nação, e habitantes daquelle Reino, em cujas costas se pode pescar tanto peixe, que reduzido a escallado, todo o Portugal teria, por preço modico, abundante peixe, de que fizesse uso em lugar de Bacalhão, que vem de fora, e que custa tão caro. Persuado-me, que só pela abolição do exclusivo da Companhia; e premios honorificos aos que mais se distinguirem neste ramo de industria, hé que se pode conseguir o adiantamento de hum objecto tão interessante, não só para o consumo interior, mas para a exportação; alem de se obter por este modo hum inexgotavel viveiro de marinheiros para as precisoens do estado, e commercio. Igualmente me persuado que este ramo de industria se pode promover em outros lugares das costas de Portugal, particularmente a respeito da pesca, e salgação da sardinha, e mesmo do azeite extrahido desta; pois me lembro de hum Veneziano, chamado João Baptista Locatelli, bem conhecido em Lisboa por huma fabrica de tecidos de algodão, e algodão e seda, junto a S. Pedro d'Alcantara, o qual, em Aveiro, teve hum estabelecimento de salgação de sardinha, e de azeite desta, tão util como o de Balea; e que, em Ovar, viveo

muitos annos, e talvez ainda exista, hum francez, chamado Minjoul, que por muitos annos, e mais em grosso teve hum semelhante estabelecimento. Não he cousa desconhecida, que os meios mais seguros de promover semelhantes ramos de industria consistem na isenção de direitos, e animação com premios honorificos ás pessoas, que possuem cabedaes, e que os querem empregar nestes objectos em grande, e concederem-se privilegios exclusivos somente para cousas novas em prazos determinados.

§ 61.

Estabelecimento da Aula do Commercio, necessidade que della havia, e proveitos que produziu.

Proximo á memoravel epoca do terra-moto, hé que se viraõ nascer em Portugal as Companhias de que tenho fallado: Mas o Senhor Rei D. Jozé conheceo bem que era necessario lançar outros fundamentos ao commercio nacional, e estabeleceo a Aula do commercio, na qual se ensinassem os elementos até entãõ ignorados pela maior parte dos nacionaes, que sómente praticavaõ o commercio no interior do Reino, e suas colonias, e não se conheciaõ suas firmas nas praças estrangeiras; contando-se apenas tres casas, de que eu me lembro, cujos nomes se achavaõ unidos a outros estrangeiros, taes como, *Bandeira* e *Bacigalupo*: Bom e *Ferreira*: *Emeretz* e *Brito*. A fora estes se não conhecia nenhum nacional, que tivesse pratica da escripturação dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pezos, medidas, e moedas, estrangeiras, dos cambios, e suas combinaçoens; porque os Jorges, Pa-

lyarts, Despies, Vanzelleres, Crammer, Vanpraetz, Clamouses, todos eraõ filhos de paes estrangeiros que os haviaõ mandado educar fora. Este Bandeira chamava-se Jozé Rodriguez Bandeira, foi o primeiro provedor da junta do commercio, e tambem da 1. direcção da Companhia de Pernambuco, e não tinha parentesco algum com Jacinto Fernandez Bandeira que morreo *Baraõ*. Antonio Caetano Ferreira, que foi Contador do Erario he de differente familia do actual Ferreira, e Luiz Jozé de Brito foi outro Contador do Erario, e Director da Real fabrica da seda. Foi taõ util o estabelecimento da Aula do commercio, e aproveitou tanto á Nação, pelos alumnos que della tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colonias, se tem servido delles, mas até os escritorios dos negociantes; devendo-se-lhe igualmente a generalisação de boa letra que o Governo recommendava muito, e a da lingua Franceza; pois que o mesmo Governo lhe tinha ajuntado hum mestre de francez. Faltou-lhe com tudo o ensino da Geographia, talvez mais necessario; e para supprir esta falta, e inspirar nos alumnos o desejo de a estudarem, hé que eu, quando entrei na Real Junta do commercio propuz áquelle Tribunal, que se mandassem vir de Inglaterra huma collecção de Mappas geographicos, e sendo acceita a minha proposta, os mandei vir, preparar, e collocar nas paredes da dita Aula.

Acha-se a dita Aula debaixo da inspecção da Real Junta do commercio; e os Professores pagos pelo Erario Regio do cofre do subsidio literario, cujos ordenados saõ na verdade diminutos; e duvido que faltando os actuaes professores, hajaõ outros benemeritos, que queiraõ taes lugares; pelo

que, ou se lhes devem dobrar os ordenados, ou mandar-se, que os alumnos contribuaõ com 10, ou 12,000 reis annuaes, cada hum, para a subsistencia dos ditos professores; e ninguem pode avaliar melhor esta minha reflexaõ, do que o actual Presidente da junta; por ter sido alumno da mesma Aula.

Teve esta Aula por primeiro Lente, o habil Joaõ Henrique de Souza, que tendo ali feito conhecer o seu prestimo, foi chamado pelo Marquez de Pombal para organizar o plano do Real Erario, do qual foi nomeado escriptaõ, com o ordenado, se bem me lembro, de 1,800,000 reis. Succedeo-lhe em Lente da Aula do commercio, Alberto Jacqueri de Salles, Suisso de naçaõ, o qual, pouco tempo antes, tinha sido denunciante de huma partida de sedas lavradas de França, achadas, e tomadas na casa de Roussillon, seu patricio, amigo e patraõ!!!; e tendo depois o mesmo Alberto abjurado a religiaõ de seus pais para se fazer catholico, foi promovido ao dito lugar, e tambem de Director da Real fabrica da seda: o primeiro lugar com tres mil cruzados de ordenado, que supponho extraordinario: e o ultimo com metade desta soma, alem da Mercê do Habito de Christo. Elle tinha instrucçaõ, e possuia os elementos da Sciencia do commercio; como se prova pelas postillas de que se servia na sua aula, cuja collecçaõ faz honra á sua memoria, merecendo bem, que o Governo as mandasse imprimir, fazendo-se-lhes o addicionamento por tabellas, das relaçoens dos prezos, medidas, e moedas entre os differentes paizes da Europa, segundo as alteraçoens, que tem occorrido. Seria huma bella obra, classica no seu genero, util a todos os commerciantes, e indispensavel aos Mestres, e alumnos da

Aula do commercio, para não perderem tempo, huns a dictar as liçoens, e outros a copia-las. O mesmo Jacqueri traduzio em Portuguez o Dictionario do commercio de Savary, appropriado ao paiz, e seria de grande utilidade imprimir-se, com os mesmos addicionamentos, ou correção que indiquei, para as postillas; e havendo-só quatro manuscritos desta obra em Lisboa, dos quaes eu possuo hum, o offereço de mui boa vontade á Real Junta, com tanto que seja para se imprimir: o que eu propuz muitas vezes ao mesmo Tribunal, persuadido, de que a despeza que fizesse com a impressão, seria bem depressa resarcida com a venda. Esta minha proposta foi acceita a respeito das postillas; e o author ja aposentado, foi encarregado de rever a sua obra; para o que pèdio hum amanuense que a escrevesse, ao qual se pagaraõ creio que 200,000 reis, e ao autor huma gratificação. Completa a obra, e prompta para se dar ao prelo, foi pela Real Junta mandada aos Lentes da Aula da Marinha, no Real Collegio dos Nobres, para reverem a materia do calculo: os quaes, depois de hum anno, responderaõ á junta, desapprovando todo o calculo; mas ficaraõ com a obra: e mais se não proseguio nesta materia. Esta resposta vinha, se bem me lembro, assignada pelo Coronel Antonio Garção Stockler; e não duvido que os Lentes tivessem razão; mas quem a não teve foi o Tribunal em lhes remetter a obra; por isso que os calculos que hiaõ a rever, se limitavaõ ao que hé necessario na pratica a hum negociante, e não era para formar Geometras, nem Engenheiros. Vendo eu malograda a minha proposta pela ignorancia pratica, ou indifferença da maior parte dos vogaes da junta, assim como pela persuasão dos ditos Lentes, assentando que era preciso a

hum negociante o mesmo conhecimento de calculo que elles possuiaõ, convidei por muitas vezes ao actual lente, Jozé Luis da Silva, do que elle estará bem lembrado, qué fizesse a impressaõ da dita obra; mas naõ assentindo elle a isto, tomei a resoluçaõ de fazer a impressaõ á minha custa; para o que fiz hum requerimento pedindo, que se me entregasse o manuscrito para lhe fazer os addicionamentos referidos, e o publicar, como simplez editor: o que me naõ foi concedido! Com pena o digo em memoria dos meus companheiros, e o faço com a esperanza de que essa omisssaõ será em breve reparada pela influencia do actual Prezidente da Real Junta, o qual naõ pode deixar de julgar muito util a sua publicação, por ter sido alumno da propria Aula do Commercio; e por isso saberá dar a esta obra o valor que ella merece.

Era tal o apreço que o Snr. Rei D. Jozé fazia desta Aula, que muitas vezes foi assistir aos exames dos alumnos com toda a sua Corte; para o que se construiu de proposito a tribuna que lá existe; e quando naõ hia, poucas vezes faltava o seu Ministro, o Marquez de Pombal.

Nõ tempo em que o Conde de Villaverde foi Presidente da Real Junta, elegeo para especial Inspector da dita Aula o Desembargador Thomas Antonio de Villa nova Portugal, Deputado da Real Junta, Director da fabrica Real da seda, e obras das Agoas livres, e encarregado tambem das Minas do Reino: mais huma prova de que hum homem graduado em leis, hé reputado, em Portugal, apto para tudo.

§ 62.

Junta do Commercio; Sua Creação: suas attribuições, ou encargos; seus Provedores, e secretarios, qualidades destes, e dos Deputados; sua erecção pela Rainha Q. D. G. em Tribunal Supremo com a denominação de Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação, &c. &c.

Pouco antes do Estabelecimento da Aula do Commercio tinha o Snr. Rei D. Jozé creado huma Junta do commercio, em lugar de huma corporação, em forma de irmandade, a qual tinha por objecto, e denominação, o bem commum do commercio. Ignoro a sua origem, e estatutos, se os teve; por serem cousas muito anteriores ao meu tempo. Esta irmandade tinha por orago o Espirito Santo, em cuja igreja festejavão, como depois a Junta tem continuado a festejar o dia de Pentecostês; por ter herdado alguns bens, e cargos da dita Irmandade. Na collecção das leis Josephinas se achão os estatutos desta Junta; e até o meado do anno de 1788, todos os seus membros eraõ tirados do corpo do commercio, outo em numero, com a denominação de Deputados, inclusivé o Secretario, e o Provedor, que os presidia. Na primeira criação foraõ todos nomeados pelo Soberano; e dahi por diante propunha a Junta tres individuos para cada lugar, a fim de se formar a nova meza, tambem triennal; no numero dos quaes podiaõ ficar reconduzidos alguns dos precedentes, conforme ao agrado do Soberano. Desde a criação da Junta até a referida epoca, houveraõ, se bem me lembro, tres Secretarios, a saber: Joaõ Luiz de Souza Sayaõ, Francisco Nicoláo Roncon, e Theotonio Gomes de Carvalho; e

Provedores sete, a saber, Jozé Rodrigues Bandeira, Jozé Francisco da Cruz, e seus dous irmãos, Joaquim Ignacio, e Anselmo Jozé da Cruz, Ignacio Pedro Quintella, Policarpo Jozé Machado, e Joaõ Henriquez de Souza; e apesar de todos estes, assim como os outros Deputados, não passarem por muito intelligentes na theoria, e pratica do commercio externo; com tudo a selecção judiciosamente feita de suas consultas, e Resoluções Regias que com as mesmas baixaraõ fazem honra áquelle tempo; e seriaõ bem dignas de se publicarem pela imprensa, para se governarem os actuaes em materias identicas, e chegar ao conhecimento dos commerciantes, advogados, e julgadores, que tantas, e taõ repetidas vezes variaõ nas suas decisoes; por ignorarem o que se tem praticado. Vindo nestas publicações, e nas mais de que tenho fallado, a utilisar muito a Nação: pois que hé pela publicação das produções litterarias, e systemas de administração, que as nações adquirem reputação, e credito; o que falta á Portugueza para se igualar com as outras.

Como por effeito da minha deportação me faltaõ os estatutos da creação da Junta, direi sómente o que me for lembrando sobre os encargos, e jurisdicções da mesma Junta com as reflexoes que me occorrerem.

Quanto aos encargos saõ: 1. Admittir nos seus registros a matricula dos negociantes que isto lhe requererem.

2. Conhecer da boa ou má fé dos negociantes, que a ella se apresentaõ por fallidos; e como taes os julgar por sentença, com assistencia do Juiz privativo, Ministro togado, e adjunto á meza, o qual pode vir a ella tendo que propôr materia da sua repartição; e o deve fazer todas as vezes, que o Secretario da Junta lho requer em nome desta. Elle

hé com o seu escrivão o competente Ministro que tira a devassa, forma o processo a respeito dos fallidos, e o vem propôr em meza, na qual se lhes dá a sentença.

3. Tomar conta, e administrar os bens dos fallidos, liquidallos, e ratear o producto pelos credores, que perante a mesma Junta tiverem justificado os seus creditos, ficando com tres por cento sobre o dito producto, a titulo de administração, para as despesas juridicas, contadoria, procurador, e solicitador, o que a Junta hé obrigada a pagar.

4. O objecto dos contrabandos, guarda, e arrecadação das tomadias, queima publica das fazendas, que não são de lei, venda publica das extraviadas aos direitos, cujo processo pertence a outro magistrado togado adjuncto, chamado Juiz dos contrabandos, cujas sentenças são dadas na casa da supplicação, com assistencia do Juiz conservador dos privilegios do commercio, o Juiz dos fallidos, ou do Fiscal da Junta.

5. A legitimação das fazendas admissiveis, ou prohibidas nas Alfandegas, assim como tambem das privilegiadas, e isentas de direitos; por serem manufacturadas no Reino; e isto hé feito por officiaes nomeados, e pagos pela Junta, os quaes assistem aos despachos nas mesmas Alfandegas.

6. A Inspecção immediata sobre todas as companhias de mariolas empregados na Alfandega grande de Lisboa para a descarga, arrumação, abertura, pôr-fora, e embarque das fazendas, cujos membros, e seus capatazes servem com provimento annual, e nomeação da Junta.

7. A nomeação e provimento dos busca-caixas, e seus ajudantes, dos quaes o primeiro busca caixas recebe da Junta 60,000 reis de ordenado.

8. A nomeação e provimento dos procuradores dos navios,

em cada humas das Alfandegas de Lisboa, a saber: na grande, na do Tabaco, e casa da India; os quaes tambem recebem ordenado da Junta.

9. A nomeação, e provimento dos guardas de navios respectivos á Alfandega de Belem.

10. A matricula da equipagem dos navios mercantes Portuguezes destinados para os portos estrangeiros, e do ultramar.

11. A administração dos Faroes, e cobrança da respectiva contribuição.

12. A inspecção da Aula do commercio, matricula dos alumnos, seus provimentos, e cartas do gráo de approvação.

13. A inspecção sobre a meza das classes de retalho.

14. A administração do cofre do donativo dos quatro por cento de direitos de entrada nas Alfandegas, offerecido para a re-edificação das Alfandegas, Praça do commercio, Tribunaes, e manutenção das obras confiadas pelo Governo ao cuidado da Junta.

15. A inspecção, policia, e conservação da casa que serve de praça do commercio, e seguros, aonde se ajuntão os negociantes.

16. A habilitação dos negociantes estrangeiros para sua naturalisação Portugueza pela meza do Desembargo do Paço.

17. Consultar o Soberano sobre os requerimentos das partes que pertendem privilegios exclusivos em materia de fabricas, ou de novos inventos, assim como tambem sobre a isenção de direitos de entrada, e de sahida relativamente ás suas materias, e manufacturas.

18. Passar provisoens a favor das fabricas privilegiadas para a livre entrada, ou sahida sem pagar direitos.

19. Julgar definitivamente com a assistencia dos seus adjunctos togados as causas de commercio, que as partes interessadas tem mettido na Junta.

20. Autorisar por sua approvaçãõ, ou reprovaçãõ louvamentos extrajudiciaes em materias de commercio, quando as partes o requerem á Junta.

21. Passar os provimentos aos mercadores das classes, depois de legalmente habilitados pela sua respectiva meza, para poderem abrir loja.

22. Matricular os caixeiros, tanto das casas dos negociantes, como dos mercadores das classes de retalho.

23. Eleger hum dos tres individuos que lhe são propostos, segundo a lei, pela meza do bem commum das classes de retalho, para Intendente, Vice-Intendente, e Procurador de cada huma das classes, e passar-lhes os seus respectivos provimentos.

24. Propór ao Soberano, por meio de consultas, quanto se lhe offerecer de novo, em utilidade do commercio, e bem do Estado.

25. A habilitaçãõ dos navios que se destinãõ para os portos da Asia.

26. A inspecçãõ que depois lhe foi commettida sobre a liquidaçãõ das contas das administraçoens particulares que na casa-da India se nomearaõ por authoridade superior a varias negociaçoens de muitos interessados, relativas aos portos da Asia.

27. A creaçãõ, custeamento, e administraçãõ das fabricas de lanificios da Covilhaã, Fundaõ, e Portalegre, de que fõi tambem depois encarregada, e em que despendeo hum grosso capital do cofre do donativo dos 4 por cento.

28. A cobrança de hum tanto por barril, caixa, ou fardo entrados nas Alfandegas do Reino, feita pelos seus agentes, e estabelecida para todas as despesas, e ordenados da Junta.

Quando esta Junta se creou estabeleceraõ-se ordenados assaz diminutos naquelle tempo, e com particularidade o de 600,000 reis aos Deputados, que sendo negociantes, e empregando o seu tempo no serviço da junta, o roubavaõ precisamente ao seu commercio. Mas como este exercicio era triennial, o prejuizo era menos pezado. Alem, disto pela occasiaõ de ficarem as fabricas de lanificios debaixo da inspecção da Junta lhes accresceo a commissão sobre a venda dos lanificios manufacturados, que ouvi a hum Deputado daquelle tempo, que tocava o cada hum cousa de 4,000 cruzados: emolumentos que juntos com os 600,000 reis de ordenado, ja recompensavaõ o trabalho que elles tinhaõ, mórmente em tempos, em que tudo era mais barato. Ignoro se havia alguma differença de ordenado a favor do Provedor; e cuido que o Secretario vencia 2,000 cruzados, alem do rendimento particular da Secretaria pelos papeis do expediente, cujos emolumentos naõ podiaõ deixar de ser de bastante consideração, attendendo á grande quantidade; e fazer a Junta todas as despesas da Secretaria, inclusive os ordenados dos officiaes. Tambem ignoro se o Secretario tinha voto nas deliberaçoens da Junta.

A falta de nacionaes habeis na escripturação de livros em partidas dobradas, para huma contadoria tao grande, e taõ interessante, como a da Junta naquelle tempo, obrigou a admitir-se para o lugar de contador geral pessoas estrangeiras; sendo o primeiro I. Nanceti, negociante italiano que o terramoto de 1755 tinha arruinado; e por fallecimento

delle, entrou outro italiano, chamado Avondano, que tambem o foi no meu tempo de Deputado na Real Junta; e tendo este fallecido entrou o actual João Bernardo Monteiro, alumno da Aula do commercio, como creio que o são todos os seus officiaes, e escripturarios. Esta repartição acha-se debaixo da inspecção de hum dos Deputados, e costuma ser o mais antigo. Não me consta, que pelo expediente desta repartição se receba emolumento algum das partes.

Huma prova mais, de que os negociantes Portuguezes tinhaõ poucas relações com os paizes estrangeiros, hé que na creação da Junta, composta toda de negociantes, lhes não era incommodo fazer as suas sessoens na 2.^a. e 3.^a. feira, a horas em que os negociantes, que tem taes relações se não podem dispensar de hirem á praça, ou de ficarem no seu escritorio; pois que na 2.^a. feira, a horas de praça, era que se regulavaõ os preços dos cambios, e se negoceavaõ as letras com as praças estrangeiras; e na 3.^a. feira até as tres horas da tarde, hé que se lançavaõ no correio geral as cartas, via de terra, para o Norte, e Italia, como modernamente se pratica e tambem nas sextas feiras e sabados.

Quando a Junta foi encarregada do estabelecimento das fabricas de lanificios, foi obrigada a servir-se, por falta de quem soubesse de partidas dobradas, de outro negociante italiano, chamado Lombardi, para administrador da Real fabrica da Covilhaã, e mandou vir defora certo numero de operarios estrangeiros para serem empregados nos diversos ramos da fabricação dos lanificios. Para a da Covilhaã veio hum habil tintureiro Francez, cujo nome me não lembra; e para a de Portalegre se empregou outro tintureiro Francez, chamado Larcher. Tambem no estabelecimento desta mesma

fabrica se empregou Francisco Mailhol, Francez de nação; o qual ja em sociedade com Manoel Pereira Guimaraens, mercador na rua Augusta, tinhaõ creado huma fabrica de lanificios em Cascaes. Ignoro que interesses tirou dessas fabricas a Fazenda Real, por não ser do meu tempo, mas posso dizer que ellas eraõ muito uteis ao paiz, não só pelo grande numero de pessoas que nellas se empregavaõ, como por diminuirem o consumo dos lanificios estrangeiros, sendo muito attendivel o consumo dos que se empregavaõ no fardamento da Tropa, e dos criados da Casa Real: consumo que por motivo nenhum o Governo deve deixar de fazer das fabricas nacionaes, como esteve a ponto de o não fazer o Marquez d'Angeja, Ministro da Fazenda, só porque se lhe offerencia panno estrangeiro qualquer cousa mais barato; mas muito inferior em qualidade.

Com o lapso do tempo, e interesses particulares de individuos, se deixou de observar a formalidade da renovação dos membros da Junta; por maneira que pelos annos de 1787, estava a Junta reduzida a tres membros, que eraõ dous Deputados, Francisco José Lopes, e Jacinto Fernandez Bandeira, e o Secretario Theotonio Gomes de Carvalho. Em cuja epoca, creio que por influencia de João Ferreira, com o Arcebispo de Thessalonica, confessor da Rainha Que Deos Guarde, Foi a Mesma Senhora Servida transferir, aos socios João Ferreira, Joaquim Pedro Quintella, Jacinto Fernandez Bandeira, Antonio Francisco Machado, e Doutor Joaquim Machado, as Reaes fabricas da Covilhaã, e Fundaõ com todos os seus privilegios, inclusive o do fardamento da Tropa, e Criados da Casa Real, e tudo quanto nellas havia á excepção dos edificios; e isto pelos preços, que avaliassem

os louvados nomeados pela Junta, e pela sociedade, segundo hum inventario, com obrigação á mesma sociedade de pagar no Erario Regio a importancia do inventario em prazos determinados: e por qualquer caso que tornassem a passar á Real Fazenda, seria tudo avaliado de novo, para se lhes levarem em conta todas as bemfeitorias, e acrescentamentos, que houvesse feito.

Pouco depois do tranferimento das duas fabricas acima ditas, se transferio tambem a de Portalegre com as mesmas condiçoens, a Anselmo Jozé da Cruz, e seu genro Gerardo Venceslaõ Braancamp, os quaes, passados alguns annos, a transferiraõ com Autoridade Regia á mesma sociedade, que ja possuia as da Covilhaã, e Fundaõ, cuja sociedade reduzida a tres membros, a saber, Ferreira, Quintella, e Bandeira quizeraõ tambem apoderar-se da fabrica de Cascaes, o que se não verificou.

Estes homens, riquissimos por heranças, e por contractos Reaes, particularmente o do Tabaco, e Saboarias, tratavaõ de resto as fabricas de lanificios, como objectos de pouca monta; e não me consta, nem que as fossem visitar, nem que as melhorassem, ou augmentassem a fabricação: contentando-se com o lucro certo no monopolio do fornecimento dos pannos para a Tropa, de cuja importancia se tem podido pagar por suas mãos, deduzindo-a dos quarteis com que deviaõ entrar no Real Erario pelo contracto do Tabaco.

Parece-me, que particulares de mediana fortuna, a que bastasse para o devido costeamento, e que da prosperidade destas fabricas tirassem o seu interesse, teriaõ sem duvida augmentado, e melhorado este ramo de industria, talvez a unica, em Portugal, susceptivel de grande melhoramento, e

que possa resistir ao tratado de 1810, em rasão das muitas e excellentes laãs em que abunda o paiz, mórmente continuando o Governo no systema estabelecido de franquear de Direitos de entrada no Reino todas as materias primas necessarias, e sobre as manufacturas a mesma isenção, assim de sahida, como de entrada em todos os Portos dos Dominios ultramarinos; franqueando, e auxiliando ao mesmo tempo o estabelecimento de novas fabricas a todos os que a isto se propuzerem, na certeza de que a rivalidade, e competencia são os incentivos, que leuão tudo á maior perfeição.

Pouco depois do fallecimento do Senhor Rei D. Jozé, sendo Presidente do Real Erario o Marquez d'Angeja, Mandou a Rainha Que Deos Guarde chamar para o Real Erario o donativo de quatro por cento, que por occasiaõ do terramoto, tinha o commercio offerecido para a reedificação das Alfandegas, e praça do Commercio, cujo cofre até entãõ se achava debaixo da administração da Junta.

Em quanto viveo o Senhor Rei D. Jozé, eraõ as fazendas de contrabando queimadas em praça publica pelo carrasco, segundo a disposição dos Estatutos; mas houve quem persuadisse ao Governo que seria melhor, em lugar de as queimar, venderem-se e empregar-se o seu producto em obras pias. Porem esta medida bem longe de corresponder ás louuaveis intençoens do Soberano, veio a ser hum manancial de riqueza para muitas pessoas que tiveraõ o manejo deste negocio, e huma porta aberta para mais contrabandos. Toda a gente sabe que, pela protecção do Arcebispo de Thessalonica, se mandaraõ logo, e por muitos annos, entregar as tomadias de contrabando a Joaõ Ferreira, herança que depois passou a seu irmão Antonio Jozé Ferreira.

Pagavaõ estas fazendas pelo preço da avaliação feita pelos mercadores das classes; mas que avaliação!!! Avaliação feita á revelia da parte, e por pessoas dependentes que pretendiaõ agradar ao comprador: pessoa em valimento. Estas fazendas deviaõ ser exportadas para fora do Reino; e cuido que nesta conta entravaõ os portos do Brazil; porque para lá hia a maior parte, o que deo immensos lucros aos interessados. Houve depois pessoas que alcançaraõ a compra exclusiva de taes fazendas, igualmente pelos preços da avaliação, e com a mesma obrigação de as exportar, obtendo hum armazem de deposito na propria Alfandega no qual as vendiaõ com a mesma franqueza, com que o fariaõ em suas proprias casas, suppostos, ou verdadeiros contrabandistas Hespanhoes, que dalli as tiravaõ com guias, não sei de quem, para as levarem para Hespanha; mas como de lá não eraõ obrigados a apresentar certidoens de entrada, podiaõ deixalas aonde bem lhes conviesse, o que chegando á noticia do Embaixador de Hespanha, o Conde de Campo Alange, foi elle mesmo, disfarçado em comprador ao dito armazem certificar-se de huma cousa que elle não podia accreditar; e achando-a verdadeira, fez representaçoens ao Governo Portuguez que foraõ attendidas, e não sei que volta se lhe deo.

Não obstante estas alternativas do fim que tinhaõ os contrabandos, existitio sempre do mesmo modo o lucroso emprego de superintendente dos contrabandos, seu respectivo Escrivaõ, officiaes, e contadoria, todos pagos aos quartéis, pelas folhas da Junta, e com o dinheiro do seu cofre, quando o não havia no cofre dos contrabandos; como, com effeito, o não houve durante o tempo em que estes se queimavaõ, a menos que se lhe conhecesse o dono, obrigado o pagar q

tresbordo, na forma da lei, e de mais a mais eraõ as fazendas avaliadas antes de se queimarem, para se pagar a parte pertencente aos officiaes, e denunciantes, se os havia, e na falta de dinheiro do respectivo cofre, suppria, como ja disse, o cofre da Junta. Não me consta que depois do fallecimento do Senhor Rei D. Jozé, se descobrisse ja mais o dono das tomadias, ou se obrigasse a pagar o tresdobro; mas sei que, durante o meu tempo na Real Junta, todas as tomadias, que se fizeraõ, foraõ sempre liquidadas como feitas por denuncia em segredo, e retida a terça parte do producto da avaliação a favor de hum supposto, ou verdadeiro denunciante, que se pagava por mandado do superintendente; e tudo isto fez com que o cofre dos contrabandos estivesse sempre em grande divida para com o cofre da Junta.

Para atalhar taes abusos taõ nocivos aos interesses do Estado, como ao adiantamento da industria nacional, propuz muitas vezes em Junta, e foi apoiado por alguns collegas, mas inutilmente, que logo que entrassem para poder da Real Junta as tomadias, se inventariassem, e se fizessem listas impressas, pelas quaes se vendessem em leilão publico as fazendas, em dias e horas determinadas, com assistencia de alguns Deputados da mesma Junta, concedendo esta aos compradores prazos determinados para o pagamento em letras de cambio; e depois de julgada a tomadia, dispôr-se do producto na conformidade da lei. Tambem me occorreo outro meio; e hé o de fazer marcar as fazendas das tomadias com huma marca especial da Junta, para se conhecer a origem destas, e se poderem vender publicamente dentro do Reino, ou levarem-se para as colonias: vindo deste modo o producto a ser humas poucas de vezes maior em beneficio

do Estado que, se não perde tudo, perde quasi tudo pela segunda malversação por que passam taes fazendas, cujo producto liquido das despezas fosse reservado em cofre, e applicado em premios pela mesma Junta, com approvação Regia, para os que fomentassem as artes fabris, ou cultura de cousas de que o Reino tenha necessidade, tornando deste modo em utilidade publica os effeitos de hum delicto, que em si mesmo hé damnoso ao paiz em que se pratica.

Achava-se pois a Junta do Commercio, como ja disse, reduzida a dous Deputados, e hum Secretario, por se não ter renovado na forma dos estatutos depois do fallecimento do Senhor Rei D. Jozé em 1777, até 1788, em cujo anno Foi A. Rainha Nossa Senhora servida erigi-la em Tribunal, com o pomposo nome de Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes Reinos e Seus Dominios, dando-lhe hum Presidente da classe da Nobreza e sempre o Prezidente do Real Erario em lugar de hum Provedor da classe do Commercio. Esta mudança da Junta em Tribunal attribue-se á influencia do Secretario, Theotonio Gomes de Carvalho, para com o Arcebispo Confessor, a quem fôra apresentado, e recommendado por Joaõ Ferreira, algum tempo antes; e foi obra de poucos dias, que o dito Secretario se demorou no sitio das Caldas da Rainha, aonde se achava a Soberana, não lhe cabendo no tempo formalisar os Estatutos, que deixou para mais de vagar. Mas como se visse nomeado Deputado, e Secretario, cujo rendimento conhecia perfeitamente, não tratou mais da organização dos estatutos, por não esperar melhoramento nos seus interesses; e para os segurar mais cessaram os lugares de Deputados de ser trienaes. Era então Presidente dô Real Erario, que

tambem o ficou sendo da Real Junta, o Marquez de Ponte de Lima, sobre o qual adquirio o dito Theotonio Gomes de Carvalho huma decidida influencia ao ponto de que sendo Deputado, e Secretario da Junta, e mesmo presidindo como Deputado mais antigo, nas faltas do Presidente, foi desde logo nomeado primeiro Director da Real Fabrica da Seda e Obras das Aguas livres, a que se seguio a administração arbitraria do Porto franco, depois a das Sette casas, e finalmente o lugar de Conselheiro da Fazenda do Ultramar. Julgue o meu leitor como seriaõ desempenhados os empregos de que este homem se achava encarregado, e se convem ao Soberano permittir taes cousas nas administraçoens Publicas, e de Justiça; julgue mais o leitor como andariaõ os negocios da Real Junta com hum Secretario, Deputado, e o mais do tempo Presidente, possuidor de todos os papeis do expediente, que propunha, e não propunha como, e quando bem lhe parecia: daqui rezultou ficar com immensos papeis em casa, sem que, depois do seu fallecimento, se pudesse pedir conta delles a seus herdeiros, recebendo sómente o seu successor aquelles que se lhe quizeraõ entregar. Foi por isto que não appareceraõ muitos feitos por mim que apresentei á Real Junta, como o da Estatistica do Reino, o do Porto-franco, e outros. Não sei se me engano; mas parece-me que ao Secretario de qualquer repartição lhe deve sómente competir o propôr, debater, e argumentar sobre qualquer ponto; mas nunca ser admittido a votar, e menos a presidir; porque do contrario vem a ser o arbitro de todas as decisoens como e quando lhe praz.

Não obstante a pomposa denominação de Real Junta inculcando taõ importantes attribuiçoens, não passou de

exercitar as mesmas, que tinha tido com a simples denominação de Junta do Commercio, e regular-se pelos mesmos estatutos. Mas como teve hum Presidente, Ministro de Estado, em lugar de hum Provedor, homem de negocio, intitolou-se Tribunal Supremo, e seus membros foraõ obrigados a apparecer nas conferencias de Capa, e Volta, e por tanto necessitados de hir de carruagem; quando na antiga Junta podiaõ hir a pé, e de casaca; e acabadas as sessoens, cuidar em seus negocios. E o mais hé, que tendo a Real Junta cessado de administrar os bens dos fallidos pelos deixar ao cuidado dos respectivos credores, como unicas partes interessadas, e tendo-se lhe desanexado a administração das fabricas de lanificios, e a dos quatro por cento, como ja disse; com tudo a sua contadoria, e secretaria continuaraõ a ter o mesmo numero de empregados; e bem longe de se diminuirem, como muitas vezes propuz, e que se empregassem em outras repartiçoens da Real Fazenda, se lhes augmentaraõ os ordenados: cousa bem justa para aquelle numero que fosse necessario; mas muito pesada ao Estado pela multiplicidade de individuos superfluos; por quanto a dita Contadoria só conserva: 1. a escripturação dos rendimentos que desde a creação da Junta lhe saõ affectos nas contribuiçoens, que se recebem por seus delegados: 2. a factura das folhas dos ordenados em cada quartel, lançados em sahida da caixa no debito de cada repartição: 3. a escripturação respectiva á receita da contribuição dos faroes, e suas despesas: 4. a escripturação respectiva ás tomadias dos contrabandos, guarda, e disposição dos mesmos, ou arrecadação do seu producto na forma da lei, e ordens especiaes do Governo: 5. a escripturação da Ballança do Commercio.

Havera talvez algumas cousas, que por insignificantes, ou por terem passado por mim accidentalmente, me parece não valerem a pena de se referirem.

Á vista do que tenho dito, isto hé, de que o Estado, e os mesmos membros da Junta nada utilisaraõ em esta se erigir em Tribunal, e terem-se-lhe desannexado tantas cousas, parece-me que seria muito melhor restituillo ao pé da sua primeira creação, composta de nove Deputados commerciantes, triennaes, entrando tres cada anno, e sahindo igual numero, segundo as suas antiguidades; devendo a Junta propor annualmente, em epoca determinada ao Governo tres individuos, para cada lugar que deve vagar, a fim de que o Soberano possa escolher destes aquelles que bem lhe parecer; não podendo com tudo propôr nenhum dos que tem servido, senaõ passado hum triennio. Quanto a ordenados, talvez fosse melhor, para o serviço, que recibessem em cada conferencia a que assistissem huma determinada retribuição, de que passassem recibo; porque do contrario, vaõ, ou não vaõ, e sempre recebem o mesmo ordenado. Tambem me parece que deveriaõ ter a sua quota parte, no fim de cada mez, do producto dos emolumentos, como se pratica nos outros Tribunaes; e não ficarem estes exclusivamente para o secretario, evitando-se deste modo os abusos que poderá haver em materia de emolumentos. Será igualmente muito util aos Deputados a dispensa do uso de Capa e Volta, para não serem obrigados a hir de carruagem, e poderem ao sahir das conferencias hir cuidar nos seus negocios, como bem lhes convier. Quanto ao Presidente, não acho inconveniente antes vantajoso que seja huma pessoa de maior graduação e principalmente hum Secretario de Estado, para respeito e

decoro da Junta, e mais prompta expedição dos seus negocios. Devendo o Presidente visitar a fabrica da seda, quantas vezes lhe parecer, em todas as suas repartições, mas não hir presidir a direcção da dita fabrica, fazendo-a deste modo hum corpo independente da Real Junta, contrario ao que determina o Alvará da creação desta em 1788, que poem aquella Direcção debaixo da sua inspecção, e á qual deve dar conta. Tambem não deve consentir que Deputado algum da Junta seja ao mesmo tempo Director da fabrica, como em meu tempo aconteceo, havendo tres; pois he diametralmente opposto a toda a boa razão que quem hade dar conta por huma repartição seja quem, pela outra, a deve tomar.

Quando a Junta foi erigida em Tribunal continuaraõ os tres membros, a que se achava reduzida, e foraõ nomeados de novo o Dr. Domingos Vandelli, Girardo Venceslaõ Brauncamp de Almeida Castello branco, o Dr. Joaquim Machado, Joaõ Roque Jorge, e eu Jacome Ratton. Depois por successivos fallecimentos de Francisco Jozé Lopez, Dr. Joaquim Machado, Theotonio Gomes de Carvalho, Joaõ Roque Jorge, e Jacinto Fernandes Bandeira, entraraõ 1. Francisco Soares de Araujo Silva, nas vistas de ser secretario, como com effeito o foi, pelo fallecimento de Theotonio Gomes de Carvalho: 2. o Dezembargador Thomas Antonio de Villanova Portugal: 2. o Dezembargador Manoel de Magalhaens Pinto de Avelar: 4. Leonardo Pinheiro de Vasconcellos: 5. Joaõ Pereira Caldas. E como pela retirada da Corte para o Brazil, se retirasse tambem o Excellentissimo Presidente, e os Deputados Thomas Antonio de Villanova, e Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, assim como tambem Joaõ Pereira Caldas, alguns mezes depois para Inglaterra, ficou o Tri-

bunal reduzido unicamente a quatro, presididos pelo mais autorizado em rasaõ da Carta de Conselho, Girardo Venceslaõ Braancamp, o qual servindo com toda a assiduidade durante a infeliz estada dos invasores, e dando-se com muito zelo ao grande trabalho da repartiçaõ, e cobrança daquella parte que tocou ao commercio Portuguez dos 40 milhoens de contribuiçaõ exigida pelo invasor, deo-se por doente depois da feliz restauraçãõ; e poucas, ou nenhuma vez appareceo mais no Tribunal, conservando com tudo a chave do cofre, e continuando a inspecçaõ sobre os mariolas da Alfandega, e guardas de navios respectivos á Alfandega de Belem; sobre cujos objectos houveraõ requerimentos de queixosos á Real Junta, cujas decisoens aconteeo serem contrarias ao que elle havia determinado contra alguns Criados de S. A. R. o Principe Regente, que o tinhaõ acompanhado, os quaes o Tribunal julgou dever conservar nos seus lugares; e creio que offendido por estes procedimentos, pedio, e obteve a sua demissaõ no Rio de Janeiro, donde veio a nomeaçãõ de novo Presidente, e dos Deputados Jozé Acurcio das Neves, Manoel da Silva Franco, e Antonio Francisco Machado. Tal era o estado da Junta na epoca da minha deportaçãõ.

§ 63.

- *Bacia de Paço d'Arcos, e outra que houve projecto de se formar na foz do Rio de Oeiras.*

Para o Snr. Rei D. Jozé favorecer em tudo o commercio, e vendo, que na Barra de Lisboa naufragavaõ annualmente alguns navios, tanto nacionaes, como estrangeiros, por falta

de promptos socorros, mandou construir a dispendiosa bacia de Paço d'Arcos destinada a servir de abrigo a barcas, que alli estivessem sempre promptas com gente, cabos, e ancoras, a fim de acodir aos navios, que estivessem em perigo na passagem da Barra. E quanto esta providencia tinha de util se tem perdido, há annos á esta parte, pelo errado plano da collocação da bacia, que se tem entulhado de areas, sem que se conheça meio algum, que possa prevenir este defeito, por cujo motivo se tratava, no Ministerio do Excellentissimo Antonio de Araujo de se construir huma nova bacia na foz do Rio de Oeiras, a qual abrigada pelos montes lateraes, que tambem forneciaõ a pedra necessaria com pouco custò, ficava muito mais proxima da Barra, para acudir melhor aos navios, que estivessem em perigo; e podendo esta conservar-se sempre desentulhada huma vez que se fizesse a entrada na mesma direcção da embocadura do rio, e que se estabelecessem portas de varrer, para que as agoas levassem as areas ao mar, e existisse sempre a passagem necessaria para a entrada e sahida das barcas, e escaleres. Ja na Real Junta do commercio, durante a Presidencia do referido Ministro, se tratou dos meios de haver os fundos necessarios para a construcção desta obra; e como huma tal providencia era de reconhecida utilidade para todas as embarcaçoens, que entraõ, e sahem pela foz do Tejo, pareceo que deviaõ ser estas as que deviaõ contribuir com as subseqüentes despesas, como se pratica a respeito dos faroes; pelo que lembrou huma igual contribuição á destes, sobre cuja hypotheca não faltaria quem adiantasse os fundos necessarios, até se reembolsar do capital e juros, ficando a mesma Junta encarregada da execução do plano depois de feito e approvedo

pelo Governo, assim como tambem do costeamento de todas as despezas necessarias para a manutenção, e conservação deste util estabelecimento; mas a infausta invasão não deo lugar a realizar-se este projecto.

§ 64.

*Real Erario, sua creação, primeiros empregados,
Ordenados, &c.*

A creação do Real Erario que me parece ter sido em 1761, hé hum monumento que por si só bastaria para eternisar a memoria deste grande Monarca. Não havia em Portugal, até o seu tempo, ponto central de arrecadação, nem de pagamento: cada repartição de almoxarifados, ou outras quaesquer, lhes eraõ tomadas as contas por huma repartição, chamada dos contos, a qual approvava, ou desapprovava as contas que se lhe apresentavaõ. Diversos thesoureiros de receita, e outros de pagamento formavaõ hum cahos mui prejudicial á Real Fazenda, e util só aos empregados, a cujo cahos pôz termo o estabelecimento central, e comprehensivo do Erario Regio; por effeito do qual ficou abolida a casa dos contos. Não hé preciso dizer-se que, nesta nova reforma de arrecadação, e distribuição das Rendas Reaes, houveraõ muitos descontentes, como sempre os ha, quando se cortaõ abusos; mas a todos os empregados se conservaraõ os ordenados, em quanto não foraõ providos em outros lugares, e se indemnisaraõ alguns, que na casa dos contos tinhaõ officios de propriedade, como o contador mor: officios comprados por elles, ou por seus antepassados, como naquelle tempo

havia muitos em todas as repartiçoens; taes eraõ o Secretario do Conselho ultramarino, Lavra; o Provedor dos Armazens, Larra; o Tenente General do Arsenal do Exercito, Carvalho; o Secretario da Meza da Consciencia, Bandeira, Correio Môr e alguns que ainda existem na Caza da India, e na Alfandega grande; e me parece, que estes lugares foraõ vendidos no tempo d'El Rei D. João IV., para supprir ás despezas da guerra seguida á feliz restauraçã: expediente este, que, ainda que pareça contrario aos bons principios de administração publica, com tudo foi util em lugar de prejudicial, por serem os lugares comprados por pessoas ricas, e por tanto independentes.

Foi Inspector deste novo Estabelecimento o Marquez de Pombal, sem ordenado por esta repartição, segundo ouvi dizer; por que o tinha pela Secretaria de Estado; Thesoureiro môr Joze Francisco da Cruz Alagoa; e Escrevaõ João Henrique de Souza, Lente, que era da Aula do commercio, desde a creação desta, o qual fez o plano da manutenção, e escripturação do Erario Regio no estilo, e forma mercantil de huma grande casa de commercio, e de partidas dobradas. Crearaõ-se unicamente quatro contadorias, separadas, e distinctas, como se cada huma porsí tivesse cofres separados. Em cada contadoria, composta de hum chefe, chamado contador, e de hum certo numero de officiaes, se fazia, todos os sabbados, hum resumo da entrada, e sahida semanal, que o respectivo contador apresentava ao Thesoureiro môr; e mandando este fazer pelo escrevaõ hum resumo das quatro, o entregava, no mesmo sabbado á noite, ao Inspector, que o apresentava ao Soberano. Era prohibido debaixo de Jramento aos Contadores, e aos seus officiaes revelarem, huns

aos outros, estes resumos, assim como os outros balanços geraes: ficando deste modo cada contadoria na ignorancia do que se passava nas outras. Havia balanços geraes todos os seis mezes, que se faziaõ no dia 5 ou 6 do seguinte semestre, com assistencia do Inspector, o qual, verificada a existencia do dinheiro nos cofres, com os livros da caixa, approvava o balanço, e o assignava com o Thesoureiro mór, e Escrevaõ, para ser presente a Sua Magestade: unicas quatro pessoas que sabiaõ do Estado total do Erario. Todas as 6^{as}. feiras de manhã, se faziaõ conferencias, em casa do Marquez Inspector, sobre os negocios relativos á Real Fazenda, ás quaes assistiaõ o Thesoureiro mór, o Procurador Fiscal da Fazenda, e não sei se tambem o Procurador da Coroa, para nestas se propôr, ventilar, e resolver os casos, e negocios do expediente, assim como tambem aquelles que necessitavaõ de novas providencias do Soberano.

A falta de pessoas instruidas na escripturação em partidas dobradas fez com que se nomeassem para contadores quatro negociantes, a saber, Antonio Caetano Ferreira, Luiz Jozé de Brito, Manoel Pereira de Faria, e Balthazar Pinto de Miranda, os quaes ficaraõ continuando o commercio que tinhaõ com as colonias por caixeiros; por quanto o ordenado de 4,000 cruzados lhes não podia bastar para viver com a decencia que pedia o lugar; e ainda assim deixaraõ poucos bens por seu fallecimento; mas deixaraõ hum exemplo bem digno de ser imitado por todos os seus successores.

No lugar de Inspector do Real Erario, que occupára o Marquez de Pombal, succedeo o Marquez d'Angeja com o titulo de Presidente; e depois deste, entraraõ successiva-

mente o Marquez de Ponte de Lima, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Luiz de Vasconcellos, e o Conde de Redondo.

Tambem ha poucos annos que no Real Erario se creou hum lugar de Fiscal, occupado pelo Dezembargador Thomas Antonio de Villanova Portugal. Ignoro as obrigaçoens deste emprego, por ser muito moderno, a menos que não fosse para examinar se todos os titulos de pagamento eraõ conformes com as formulas da instituição, antes da ordem, ou decreto que manda pagar.

Quanto este estabelecimento tem sido util na arrecadação e distribuição das Rendas Reaes, todo o mundo o sabe; mas succedendo, que com o lapso do tempo, se tenham introduzido abusos, pelos quaes se tem negligenciado a cobrança dos dividas activas da Real Fazenda, são com tudo abusos facilimos de remediar, e o devem ser quanto antes; mórmente em tempos de tanta penuria, em que o Estado precisa lançar mão de todos os recursos, para supprir as despezas que foi, e hé obrigado a fazer. Tambem me persuado, que, se no Real Erario se examinarem as folhas de todas as repartiçoens, se acharia hum grande excesso na somma total dos ordenados, pela multiplicidade dos aselariados, não só inuteis, mas talvez nocivos, pela simples rasaõ, de que quanto maior hé o numero dos empregados, tanto menos se trabalha. A separação de todos os negocios ultramarinos para os Tribunaes estabelecidos na Corte, e Capitancias do Brazil, deve precisamente diminuir o trabalho dos empregados nos Tribunaes do Reino; e por consequencia a necessidade de taõ grande numero, em quanto durar esta separação, que Deos permitta não seja mui longa.

Igualmente me parece, que a arrecadação dos Direitos,

e Tributos por todas, ou quasi todas as repartiçoens hé complicada, e sujeita a fraudes, que, não só expõem a fazenda Real a prejuizos irreparaveis, mas concorrem para a perdição de vassallos, que por pouco abastados, e tendo em seu poder os dinheiros Reaes, não resistem á tentação de os gastar, sem terem donde lhes venha com que os supprir. Tem sido assaz notorio as grandes perdas, porque tem passado a Real fazenda por falta de exacção; sobre o que, bastara notar-se o descaminho que algumas vezes tem tido os dinheiros da bulla, e das decimas.

Hé cousa sabida por todos a facilidade com que se dão as Thesourarias da bulla; e tambem se não ignora, que muitos dos individuos, aquem se conferem, abusando do dinheiro, que não hé seu, e não se lhes tomando contas com aquella exacção, que pede huma boa arrecadação das rendas Reaes, se achão alcançados, no fim de alguns annos, em sommas, que não podem pagar, resultando disto, e da mal entendida compaixão d'elles, huma decidida perda da Fazenda Real, que hé impossivel resarcir por mais sequestros a que se proceda; quando se lhe não admitta pagarem por prestaçoens, as quaes muitas vezes não igualaõ ao juro do dinheiro extraviado. Muitos podem ser os meios de evitar semelhantes descaminhos; mas, se me hé licito dar o meu parecer, direi, que o mais simples, e obvio, hé o de entrarem sempre, e de antemão os Thesoureiros nomeados, com hum deposito no Real Erario, que equivalha, pouco mais ou menos, ao rendimento annuaal da respectiva Thesouraria, calculado por approximação sobre o rendimento dos annos antecedentes, devendo a importancia dos depositos vencer o juro de seis por cento, assim como os vence o papel-moeda.

Quanto ao dinheiro das decimas, não me parece proprio, que passe á mão dos Magistrados; mas que estes sejam unicamente encarregados do lançamento da decima, e de fazer extrahir duas copias do Registro do dito lançamento, assignadas pelo seu escriptão, e louvados huma para remetter a quem for incumbido da cobrança, com os conhecimentos individuaes, assignados, e promptos, dos quaes cobrará recibo; e outra para remetter ao Real Erario, com a copia do recibo acima dito, acabando nisto a funcção do Magistrado, excepto nos casos, em que seja preciso obrigar judicialmente os individuos a pagar o que lhes toca, ou mostrar legalmente os embaraços, para descãrga do recebedor. Compete pois ao Real Erario nomear, e autorisar o Recebedor, ou Thesoureiro, unico responsavel pela quantia de que trataõ os conhecimentos, que lhe foraõ entregues, havendo em cada Termo hum destes Thesoueiros, ou Recebedores, que tenha dantemaõ, entrado no Real Erario com hum deposito equivalente aos dinheiros que, por calculo approximativo, devem cada anno passar por suas mãos, vencendo o dito deposito o juro de seis por cento. Podem estes Thesoueiros, ou Recebedores da decima, e mais Direitos Reaes, ser aquelles mesmos empregados nas sizas, por se escolherem commummente as pessoas abonadas da terra; vencendo mais a cargo dos contribuentes cinco por cento de sua commissão, em rasaõ do seu trabalho, responsabilidade, e mais despesas. E como o Real Erario tem o conhecimento das somas annuaes, que paraõ na mão destes Thesoueiros, pode, em lugar de fazer vir o dinheiro das Provincias adoptar o systema de sacar letras de cambio sobre elles pagaveis em epochas certas, com as quaes pode fazer pagamentos com dinheiro de con-

tado, descontando o juro do tempo a correr até ao vencimento, por cujo expediente salvaria o Erario riscos, e despesas, adquirindo meios de ser mais punctual; e por isso de pagar por menor preço quanto necessitasse comprar; com tanto que promptamente pagasse qualquer destas letras, que apparecesse protestada, para que o portador não soffresse inconveniente algum no seu prompto reembolso: e eis aqui para que servem os depositos, com preferencia aos mais abonados fiadores: sendo desnecessario advertir que nem o Erario deve sacar letras, que excedaõ a receita annual de cada Thesoureiro, nem consentir de modo algum que, no fim do anno, fiquem remanescentes em seu poder, nem o Real Erario reter o depozito, logo que por fallecimento, ou removimento do dono, este sahir do lugar.

Esta materia necessitaria de huma discussaõ mais miuda; porem não hé meu fim senaõ dar ideas geraes, que tomadas em consideraçaõ por pessoas mais entendidas do que eu, possaõ servir de alguma utilidade.

§ 65.

Serie dos Architectos da Cidade, e do Governo.

Entre tantos monumentos que ficaraõ á posteridade do feliz Reinado do Senhor Rei D. Jozé, hé sem duvida alguma hum dos maiores a reedificaçaõ da Cidade de Lisboa depois do terramoto de 1755, a qual antes se reduzia a hum recinto, que abrangia o Bairro d'Alfama, Bairro do Castello, Mouraria, Rua nova, Rocio, Bairro alto, Mocambo, Andaluz, Anjos, e Remulares. Toda a mais extensaõ, que hoje se

acha convertida em Cidade, como Campo de St^a. Clara, e suas visinhanças, Campo de St^a. Anna, Salitre, Cotovia debaixo, e de cima, Boa morte, e Alcantara, apenas tinhaõ algumas casas, aqui, e acolá, á borda de caminhos que atravessavaõ por terras cultivadas. E qual era a edificação da Cidade, e qual depois se tornou, pode julgar-se pela comparação d'Alfama Mocambo, Bairro alto, e Mouraria, que escapavaõ ao terramoto, com a nova Cidade que se reedificou sobre as ruínas da antiga. Já fallei das providencias que se deraõ para a reedificação da Cidade, e se podem ver na collecção das leis Jozephinas. A planta, e prospecto foi dado pelo primeiro architecto da Cidade, chamado Eugenio dos Santos, da escola das obras de Mafra. Nesta planta se conserváraõ as praças, e largos, quasi com as mesmas dimensoens que dantes tinhaõ, alargando-se, e em direitando-se as ruas que eraõ nimiamente estreitas, e tortuosas; e nestas se assignou, quanto possivel foi, o chaõ de cada proprietario, para edificarem, dentro em prazos determinados, por si, ou por outrem, sobpena de os perderem; prazos que se foraõ prorogando; por maneira que me naõ consta, que alguém perdesse o seu terreno. A Inspeccão taxou o preço de cada palmo de frontaria, conforme a situação das ruas, para que naõ querendo, ou naõ podendo o proprio dono do chaõ edificar, podesse qualquer outro edificador comprallo á Inspeccão, a qual entregava o dinheiro da compra ao dono do chaõ.

Ouvi que fôra o projecto de se naõ consentir, em rasoã dos terramotos, que as casas da Cidade nova tivessem mais do que lojas, e dous andares; mas que em attençaõ ás representaçoens dos edificantes, que naõ podiaõ ter interesse

algun em edificar casas de tão poucos andares, veio o Governo a consentir que se edificassem de tres, e agoas furtadas: e então se principiou a edificar segundo o prospecto que dera Eugenio dos Santos, consistindo em 1º. andar de sacadas, 2º, e 3º, e agoas furtadas de janellas de peito; á excepção das casas da praça do Rocio, as quaes tem, não sei porque, no 1º. andar janellas alternadas de sacada, e de peito, o que faz com que esta praça perca hum grande parte da belleza que podia ter. As agoas dos telhados eraõ recebidas em meios canaes praticados no cimo das paredes, e conduzidas á rua por canaes praticados nestas, o que dava hum ar de nobreza ás frontarias, não se vendo as biqueiras; e muito commodo aos viandantes. Este risco veio depois a alterar-se no successivo reinado, não só praticando-se 4ºs. e 5ºs. andares sem sacadas, ou com sacadas em todos elles, mas deixando-se cahir por biqueiras as ágoas á rua; e para mais depravado gosto, estabeleceraõ varandas, e sobre varandas nos 4ºs. e 5ºs. andares, cuja enxelharia hé lavrada a maneira de telha, e pintada da mesma cor. Parece impossivel que tal reedificação viesse á lembrança dos habitantes de hum Cidade, sujeita, a terramotos, e que tinha soffrido os effeitos do de 1755. Hé verdade que as casas construidas de madeira do 1º. andar para cima, crescendo depois as paredes de pedra e cal, como accessorias, saõ hum abrigo aos desastres, que podem resultar de hum terramoto, para as pessoas que se acharem dentro dellas, e não tiverem o desacordo de sahir para a rua; mas desgraçados dos que se acharem nas ruas, se o abalo derrubar as paredes; porque a enxelharia dos 4ºs. e 5ºs. andares não deixará nenhum vivo.

Ao primeiro risco da Cidade baixa, e ruas principaes ajuntou o architecto os necessarios, e utilissimos passeios; e não sei por que fatalidade deixa de os haver na maior parte das ruas de Lisboa que os podem admittir; com tudo não lhe louvo a bordadura dos colonellos, que alem da despeza, e extravagante configuração, occupaõ hum lugar nos passeios tirado aos viandantes, devendo só existir nas esquinas, para impedir, que os carros, e carruagens passem, ao voltar, por cima dos pavimentos. Mas o que hé imperdoavel nesta nova reedificação, hé que todas as ruas não tenhaõ canos, e todas as casas, cloacas, para o despejo das primeiras immundicias; he verdade que o dito architecto deo o risco dos canos, que se achaõ em algumas ruas da Cidade nova; mas taõ dispendiosos pela pedra lavrada, que nelles se empregou, que julgo ser esta a causa de os não haver nas mais ruas; e taõ defeituosos na sua configuração que não preenchem, ou preenchem mui mal os fins para que são destinados. Primeiramente por terem pavimentos chatos subindo as paredes lateraes em anglos rectos, nos quaes se depoem as immundicias; e em segundo lugar por darem entrada ás agoas da maré, diffundindo-se nas casas hum fedor tal, que as torna quasi inhabitaveis, o que tudo se pode emendar em aquelles que de novo se fizerem: 1.º construindo-se de tijolo, por ser mais barato; e em forma elliptica para se não estagnarem as immundicias: 2.º ficando suas desembocaduras superiores ás agoas das enchentes do tejo; 3.º encanando-se-lhes as agoas dos telhados ruas, e cozinhas, para os conservar sempre lavados; providencias que se devem igualmente estender a toda a Cidade velha, e sem as quaes a fedorenta Cidade de Lisboa será sempre hum manancial de molestias,

a vergonha da Nação, e hum objecto ascaroso pelos montões de immundicias accumuladas nas ruas, por effeito do descuido inveterado de se não varrerem, e se não tirarem com a devida regularidade, não obstante as rendas que há destinadas para isso.

Toda a gente, que conheceo a Cidade de Lisboa antes do terra-moto de 1755, sabe que o despejo das primeiras immundicias se fazia por pretas, que as conduziaõ á praia em vasos proprios; porem este mesmo objecto meio veio a acabar pela falta de pretas, em consequencia da providente lei do Senhor Rei D. Jozé, que declarou livres todos os escravos, que entrassem no Reino; e entãõ os moradores de Lisboa se viraõ obrigados a fazer o despejo das immundicias nas ruas: abuso, que sómente, se pode evitar construindo-se nas casas cloacas, que por meio de pequenos canos, conduzaõ as ditas immundicias aos canos geraes das ruas, construidos como acima fica dito. Muitos podem ser os modelos destas cloacas, e differentes as suas collocaçoens, podendo empregar-se para aceio destas, as frequentes lavagens com agoa conservada em hum deposito que lhes fique superior, cujo modeló poderaõ os artistas achar nas casas da minha residencia na rua formosa, Calvario, e Barroca d'Alva. Sendo alias defendido com penas pecuniarias, depois de taes providencias, que nas ruas se deite cousa alguma, havendo carros de limpeza que venhaõ em epochas determinadas tirar o lixo das casas.

Depois de reduzida a Cidade de Lisboa a este estado de limpeza, que julgo de absoluta necessidade, poderia entãõ tratar-se de a embellecer com algumas ruas novas, passeios agradaveis, e estradas commodas para a gente de pé, até

certos logradouros que ha em torno desta Cidade; como por exemplo, construir-se huma rua direita desde a Moeda até a calçada do Marquez d'Abrantes, reduzir-se o Campo de Santa Anna a hum passeio publico de arvoredô, e deste campo continuar pela carreira dos cavallos huma estrada bordada tambem de arvoredô, com passeios para a gente de pé, até o arco do cego, e dalli até os Campos pequeno, e grande, para que os moradores de Lisboa podessem hir commodamente de pé ou carruagem gozar do passeio do Campo grande &c. &c. &c.

Succedeo a Eugenio dos Santos hum architecto allemaõ, chamado Carlos Mardel, o qual seguio o mesmo plano do seu antecessor para a reedificação da Cidade. Ignoro se foi por algum destes, ou por ambos suggerida a idea de se construir o Palacio Real no sitio do Campo d'Ourique; mas sei que foi no tempo de Mardel que se levantou a planta, e se collocaraõ os marcos, dos quaes ainda existem alguns, junto á Igreja de St. Isabel, Fonte Santa, Prazeres, e S. Joaõ dos bem casados. Muito tempo se trabalhou nos desenhos, e cuidou que ainda existem na casa do risco. Entrava tambem no projecto fazer-se navegavel o rio d'Alcantara para nelle entrarem os Escaleres Reaes até o Palacio; mas depois do fallecimento do Senhor Rei D. Jozé naõ se cuidou mais neste projecto, e depois do incendio do Palacio da Ajuda, se adoptou aquelle sitio para a construcção de hum novo Palacio.

A Carlos Mardel succedeo Reinaldo Manoel, e destes naõ sei cousa notavel, a naõ ser o desenho e estabelecimento do passeio publico em 1764, sobre humas hortas, que alli existiaõ, chamadas as hortas da cera, nas quaes se deitaraõ

os entulhos das ruínas da Cidade baixa; e fui eu que dos meus viveiros da Barroca d'Alva dei todas as arvores freixos, que se achão no dito passeio.

Este passeio hé o unico refugio que tem os habitantes de Lisboa para pássearem livres de lama; mas costuma estar fechado a horas em que deveria estar aberto: pouca gente o frequenta, talvez por ser prohibido aos homens de capote, oxalá que o fosse tambem para as mulheres de capa, e que se podesse entrar e sahir por qualquer de suas duas portas, para commomodidade do publico. Hé pena que nas principaes ruas se decepem os ramos das arvores, que as devião tornar sombrias, e frescas no tempo da calma; e que esta póda as venha a destruir em pouco tempo, como he de recear.

A Reinaldo Manoel succedeo em architecto da Cidade, e da Casa Real, Manoel Caetano, se me não engano, que ouvi ter sido canteiro; e tinha algumas luzes de dezenho, sem com tudo possuir os estudos da arte de architectura, nem a disposiçaõ natural para isso, como provaõ as obras, que dirigio como architecto; entre as quaes especificarei a Igreja da Incarnaçaõ de fronte do Loreto; obra de muito custo, mas de nenhum gosto, nem ordem alguma de architectura; a casa do Mantegueiro na rua da Horta seca, chamada por seu dono Domingos Mendes, Palacete; e a sua propria casa edificada no sitio que se destinou para o Erario novo, a qual era mui parecida com a torre que o tendeiro da Esperança mandára construir junto á rua da Procissaõ, na Cotovia de cima. Esta casa foi demolida e paga pelo Governo, ficando ao architecto os materiaes, e dando-lhe o mesmo Governo hum chaõ de fronte da Fabrica da seda,

onde construiu huma nova casa excessivamente maior do que a primeira, mas tão destituida de ordem, e gosto, que basta olhar para ella para se julgar do merecimento do author. Penso ter sido elle o introductor da moda de figurar andares de casas sobre telhados contra todo o senso commum. Tambem julgo ter tido parte na planta do Palacio novo da Ajuda, que pouco depois se confiou aos dous architectos de profissão Jozé da Costa e Silva, e Francisco Xavier Fabri: o primeiro Portuguez, o qual aprendeo em Roma, e deo provas do seu talento na construcção do theatro de S. Carlos em Lisboa, e na do hospital de Runna mandado construir por Sua Alteza Real a Serenissima Princeza do Brazil viuva: o segundo Italiano de nação, que fez a planta pela qual se construiu o Porto franco; e que supponho ficou com aquella que eu fiz, de que ja fallei. Tambem no Ministerio do Conde de Linhares dirigio o accrescentamento que se fez na cordoaria para accommodação de tiars de lonas, e segundo ouvi foi quem fez o risco, e dirigio a construcção do palacio do Marquez de Castello melhor, junto ao passeio publico.

Se pelas obras, que os architectos edificão para sua propria habitação, escolhendo a localidade, e sem outra sujeição que as suas forças, se pode julgar do seu merito, indicarei as que entraõ neste caso relativas aos quatro architectos do meu tempo, empregados pelo Governo. João Pedro Ludovici, que ja era architecto no Reinado do Senhor Rei D. João V., e o continuou a ser até depois do terramoto de 1755, construiu para sua morada aquella barraca, na calçada da Ajuda, aonde assistio Martinho de Mello e Castro, e edificou huma casa de frente da torre de S. Roque que tem todo o ar de nobre; e creio que em rasaõ desta obra se

construiu a muralha de S. Pedro d'Alcantara com o pretexto de se fazer alli hum passeio, o qual se não chegou a realisar; mas que seria bem util pelo ponto de vista que offerece. Tambem supponho que foi este architecto quem projctou, e deo o plano das obras dos arcos das agoas livres; mas se não foi elle, foi pelo menos o que as continuou. Eugenio dos Santos que deo a planta da reedificação da Cidade construiu humas grandes casas ao cimo da calçada da Estrella, com muito ma serventia para carruagens, e sem outra luz na escada que a que entra pelas sobre portas. Carlos Mardel edificou para a sua habitação aquella casa que se acha ao lado oriental da Igreja de Sta. Isabel, junto ao cimiterio, e por baixo da torre dos Sinos. Manoel Caetano edificou as de que ja fallei. A vista do que todos convirão comigo, que o que tinha melhor tino era Joaõ Pedro Ludovici.

§ 66.

Sobre o Arruamento das classes de Mercadores em Lisboa.

Entre as providencias, que no reinado do Senhor Rei D. Jozé, se tomaraõ, para accelerar a reedificação da Cidade, sem fallar de livrar de direitos os materiaes para isso necessarios, e de apenaçoens de barcos, carros, bestas, e pessoas destinadas ao mesmo fim, houve a lei, que tem por objecto o arruamento das differentes classes de mercadores, para que os edificantes em taes ruas tivessem promptos alugadores; e assim aconteeo; porque foraõ as primeiras ruas que se edificaraõ. He verdade que antes do terramoto era a Cidade muito comprehensivel, e as classes se achavaõ

arruadas, havendo mui poucas lojas dispersas pela Cidade: daqui vem que quasi todos os mercadores de pannos, e sedas se achavaõ nas duas ruas principaes chamadas rua nova do Ferro, e rua dos Escudeiros: a primeira achava-se quasi no mesmo lugar e direcção da actual rua da Princeza, a qual pelo lado do sul constava de huma arcada estreita e continuada, debaixo da qual estavaõ as ditas lojas, e as dos retrozeiros: a segunda partia desta obliquamente para o Rocio. Os fanqueiros tinhaõ as suas lojas em rodã da praça do Pelourinho, a qual se achava no extremo oriental da rua nova do Ferro. Hum pouco mais adiante, proximo á Ribeira velha, se achava a Igreja da Conceição dos Freires pegada com a casa da Misericordia; e defronte desta, onde hoje se achaõ os lugares das colarejas, estavaõ lojas de mercadores, cuja classe recebeu o nome do sitio; e por isso se chama classe da misericordia. Lojas deste mesmo ramo occupavaõ as arcadas gothicas do Rocio, debaixo das quaes os mercadores tinhaõ as suas fazendas em armarios e balcoens fechados, o que lhes dava a forma de arrayal, e não de lojas; e creio que pagavaõ renda ao Hospital Real de todos os Santos, que alli se achava pegado com o convento de S. Domingos. Quanto á repartição de capellistas, achavaõ-se os seus armarios, e balcoens do mesmo modo que no Rocio debaixo das arcadas do Palacio Real, junto á Capella que naquelle tempo servia de Patriarchal, cuja frente deitava para a praça que hoje se chama do Pelourinho, subindo-se para ella por huma formosa escadaria de duas rampas; e communicava com o Paço por dous arcos sobre a rua, que hoje se chama do Arcenal; e o nome de capellistas, assim como o da fazenda que vendem, dêriva da localidade, em

que tinhaõ as suas lojas junto á dita Capella, por dentro, e por fora das arcadas.

A providencia, por tanto, dos arruamentos, que foi necessaria para accelerar a reedificação da Cidade, vem a ser hoje em dia de gravissimo prejuizo para o Publico, vista a grande extensaõ a que tem chegado a Cidade de Lisboa; porque nada ha mais incommodo, e mesmo dispendioso, do que terem os moradores d'Alcantara, da Madre de Deos, de S. Sebastião da Pedreira, Arroyos, &c. &c. &c. de mandar buscar meio covado de baeta, ou meia oitava de retroz aos arruamentos, em que se achaõ taes couzas. Por tanto deixe-se a cada individuo das classes pôr as suas lojas nos bairros, e ruas onde lhes fizer arranjo e conveniencia, debaixo das formalidades dos seus respectivos regulamentos; porque deste modo ficará o Publico bem servido, acabará a necessidade dos vendilhoens pelas ruas e portas, e as lojas e casas occupadas por toda a parte pelos mercadores das diversas classes passaraõ a valer muito mais do que actualmente valẽm.

§ 67.

*Sobre o Monumento da Estatua Equestre
do Snr. Rei D. Jozé em Lisboa.*

De todos os Monarcas Portuguezes, que por seus grandes feitos tem merecido immortalisar-se na historia, nenhum será mais celebrado, quando esta, amortisadas as cegas paixoens de huns, e extinctos os resentimentos de outros, se escrever sem parcialidade, e offerecer á posteridade o verdadeiro quadro do feliz Reinado do Snr. Rei D. Jozé. Naõ

era preciso á vista de tantos monumentos, como os de que aqui tenho tratado, mais indeleveis ainda do que os de bronze, e marmore, eternisar a memoria deste Soberano com a Estatua equestre que se lhe levantou na praça do Commercio; mas hum monumento deste genero, o primeiro erigido a Monarcas Portuguezes, mostra; por huma parte a gratidaõ dos seus povos por tantos beneficios recebidos; e por outra parte a munificencia do Soberano que os concedeo; tendo de mais a mais este monumento a singularidade de ser todo obra dos nacionaes: invençaõ, desenho, modelo, fundiçaõ, conducçaõ, e collocaçaõ, tudo lhes pertence, e mostra o adiantamento e perfeiçaõ a que se achavaõ elevadas as artes, que se empregaraõ na formaçaõ daquelle monumento. Deve-se a invençaõ, desenho, e modelo ao habil escultor Joaquim Machado de Castro. As figuras e ornatos do Pedestal em marmore saõ na verdade hum primor da arte. A fundiçaõ da estatua equestre de hum só jacto foi dirigida pelo celebre fundidor do Arcenal Real do Exercito Bartholomeo da Costa, que naquelle exercicio de fundidor chegou a ter a patente de Tenente General. Elle mesmo deo a engenhosa direcçaõ para se tirar a estatua da cova em que fora fundida, assim como tambem para ser conduzida até Junto do Pedestal, sobre o qual foi collocada pelo bem dirigido apparelho que a mestrança da ribeira das naus tinha preparado. He muito para sentir que os nomes de tantas gentes habeis, quantas se empregaraõ no complemento desta grande obra, fiquem para sempre no esquecimento, por se naõ terem publicado pela imprensa; descuido mui trivial entre os Portuguezes; e por isso morre com elles a sua fama. O contrario aconteceu em Paris com a Estatua

equestre de Luiz XV.; porque se publicou pela imprensa huma relação circumstanciada de todo o processo, ajuntando-se-lhe estampas, o que tudo forma hum grande Atlas, e servio de guia ao dito Bartholomeo da Costa, o qual teve tambem a felicidade de achar ja no Arcenal Real do exercito hum forno de reverbero, e de sufficiente capacidade, construido em 1761, ou 1762, por hum Francez chamado Drouet, que por ordem do Governo tinha andado pelas provincias em busca de argila refractaria até então desconhecida no Reino; pois que se usava dos tijolos ordinarios na construcção dos fornos de fundição, com o inconveniente de ser preciso hum novo forno para cada fundição. Esta argila foi descuberta junto do Rio Vouga nas visinhanças de Aveiro; e alli estabeleceo o dito Drouet fornos e fabrica do tijolos refractarios, que ja não existe, nem talvez nenhuma das pessoas que nisso foraõ empregadas, pelo muito tempo que tem decorrido. Eu mesmo mandei vir para meu uso daquelle barro, e achei que dava exactamente os mesmos resultados. Foi o dito Drouet author de muitos inventos naquelle Arcenal, como tornos para brocar, e tornear as peças horizontalmente, carros rodando sobre vigas horizontaes, e levantadas acima do chaõ, por meio dos quaes se tiravaõ as peças das covas, e se transportavaõ a outros lugares, de cujos inventos se aproveitou Bartholomeo da Costa, para tirar, e transportar a estatua fora do Arcenal; mas intrigas entre Bartholomeo da Costa e o dito Drouet desgostaraõ este ultimo ao ponto de se retirar para Veneza. Eu tive occasiaõ de entrar na officina de Joaquim Machado quando se trabalhava no dito monumento, e vendo o modelo em cera lhe notei a estranheza que me fazia ver a figura do Rei com os atavios de Caval-

leiro da Ordem de Christo, e o Cavallo ricamente ajeazado; o que daria por tempo lugar á critica, por não ser costume decorarem-se os estatuas de taes monumentos com semelhantes atavios: e convindo comigo este habil esculptor, me respondeo que tivera ordem positiva de se conformar aos preceitos que lhe desse o Estribeiro Mór, avô do actual Marquez de Marialva. He cousa digna de se notar que pertencendo a Joaquim Machado a invenção, desenho, modelo em pequeno, e em grande da dita estatua, e a Bartholomeo somente a fundição em que foi feliz, recahisse toda a gloria, e até recompensas neste ultimo, como se vê da inscripção que se acha no Pedestal. He como quasi sempre se regulaõ as cousas neste mundo: huns tem o trabalho, e outros o proveito. Mas como as letras da inscripção em lugar de serem feitas de metal dourado, e embutidas no marmore, foraõ feitas de massa preta que o tempo gastou, e ja se não podem ler bem; huma nova inscripção devera dar a cada hum o que lhe pertence. O Senado da Camera distribuiu pela inauguração da estatua huma bella estampa deste monumento gravado com todo o primor pelo habil artista Portuguez Joaquim Carneiro, pensionado por El Rei, como o era Joaquim Machado. Em a face do Pedestal que olha para o mar havia hum medalhão com a effigie do Marquez de Pombal, que depois da morte do Snr. Rei D. Jozé foi substituido por outro com as armas da Cidade, talvez nas vistas de fazer esquecer a memoria deste grande Ministro; mas se este foi o motivo nada conseguiraõ; porque ficaraõ monumentos d'elle na re-edificação da Cidade de Lisboa, regeneração das artes e letras, e prosperidade do commercio, que transmittiraõ o seu nome junto com o de seu Amo á todas as idades.

§ 68.

*Sobre Joze de Seabra da Silva,
Ministro e Secretario de Estado.*

Achava-se Joze de Seabra da Silva, nos empregos de Procurador da Coroa, e Guarda mór da Torre do Tombo quando o Marquez de Pombal o pedio a El Rei para seu ajudante na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino. Ja a este tempo se lhe tinha feito a mercé da Casa e Quinta, que pertencia á Coroa, situada entre muros Junto a S. Sebastião da Pedreira; e se achava casado com D. Anna Felicia, herdeira muito illustre, e rica da casa dos Coutinhos de Coimbra, e tudo por influencia do Marquez de Pombal. Creado assim Ajudante da Secretaria de Estado foi morar no sitio da Ajuda em duas barracas que comprou, e unio por meio de hum passadiço sobre a rua que as separava; e alli se conservou até o seu degredo com o qual finalisou o seu 1.^o Ministerio, cujas funcçoens exercitava como se tivesse sido proprietario do lugar e não ajudante. Costumava este acompanhar a Corte nas suas jornadas a Salvaterra, Samora, e Pancas; mas não foi assim na jornada, que precedeo á sua desgraça; porque tendo vindo Suas Magestades assistir á funcção do desagravo de Santa Engracia, em N. S. da Ajuda, e estando de volta para embarcar no caes de Belem, Seabra que até alli tinha acompanhado o Soberano, beijou-lhe a mão, e pedio lhe as suas ordens: ao que El Rei respondeo, que as fosse receber do Marquez de Pombal, a quem as tinha deixado, o que elle immediatamente fez, e foi recebido pelo Marquez, como dantes, com o tratamento

de Excellencia; mas logo foi tratado por Vossa Merce, dizendo lhe o mesmo Marquez *como o Snr. Doutor Joze de Seabra da Silva foi traidor a El Rei, Manda o Mesmo Senhor que Vossa Merce em 24 horas sahia de Lisboa e se retire para a sua Quinta do Canal*, (de que El Rei lhe tinha feito mercê,) *aonde esperará novas ordens*. Assim o cumprio levando com sigo sua mulher, da qual ainda não tinha filhos. Pouco tempo depois foi levado por hum escolta para o forte de S. João da Foz, na barra do Porto, e de lá embarcou degradado por toda a vida para as Pedras negras dentro do Sertão de Angola. Divulgou-se naquelle tempo, que o motivo da desgraça de Joze de Seabra fora ter communicado á Rainha hum projecto de que só El Rei, o Marquez de Pombal, e elle Scabra sabiaõ, e vindo El Rei a saber pela propria boca da Rainha, que Ella estava inteirada do projecto, dice ao Marquez de Pombal, que havia traidor no seu serviço: assustou-se hum pouco o Marquez em quanto El Rei lhe não explicou, em que consistia a traiçaõ, e quem era o traidor; e entãõ deo El Rei ao Marquez as suas ultiores ordens para serem executadas. Mas em consequencia do Perdaõ geral que a Rainha Nossa Senhora concedeo a todos os prezos de Estado, quando subio ao trono, voltou Seabra para Lisboa, e foi viver na sua casa entre muros com sua mulher que até entãõ tinha estado na Quinta do Canal, e houve dous filhos, dos quaes o primogenito, hoje Visconde da Bahia, veio a casar com hum neta do dito Marquez de Pombal, filha do Conde de Rio maior. Poucos dias depois do falecimento do Arcebispo de Thessalonica hé que José de Seabra da Silva foi nomeado pela Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Reino.

Durante o segundo Ministerio de Joze de Seabra, se fez a nova estrada de Lisboa até Coimbra passando por Leiria. Esta estrada absorveo, pela sua sumptuosidade desnecessaria, somas com as quaes se poderia ter construido até a Cidade do Porto; e então haveria viandantes em grande numero; visto as muitas relaçoens, que ha entre Porto, e Lisboa, devendo, depois de fixada a direcção, principiar a construcção da nova estrada nos pontos mais intransitaveis, e passar destes gradualmente para os outros até se acabar de todo, dando-se-lhe huma largura de 40 a 45 palmos quando muito, para caberem tres carruagens emparelhadas, e ficar hum caminho alguma cousa mais elevado em hum dos lados, para a gente de pé; devendo igualmente distribuir-se a construcção em porçoens separadas, e dadas por arrematação a quem mais barato as fizesse conforme o plano feito por hum Engenheiro perito, e debaixo da sua inspecção, respondendo este por toda a fraude, que na execucao podesse haver; porque só deste modo hé que se podem evitar excesso de jornaleiros, grandes jornaes, e outros descaminhos, que dobrao, e tresdobrao as despesas, quando taes obras saõ feitas por conta do Estado, e administradas por pessoas estranhas na materia, que por mais zelosas, e infatigaveis, que sejaõ no serviço, nunca podem desempenhar bem os objectos alheios dos seus estudos, como justamente aconteeo com esta, fazendo-se na verdade bem feita, mas taõ larga e sumptuosa, que limitando-se ao que era preciso teria talvez chegado até o Porto.

Tambem não posso deixar de notar aqui a desnecessaria sumptuosidade dos marcos das legoas: tratou-se de marcar as legoas, couza absolutamente necessaria; mas em lugar de

se marcarem com hum marco de pedra, que enterrado dous ou tres palmos no chaõ, sobre sahisse tres ou quatro, e com hum letreiro que indicasse simplesmente o N^o. das legoas è o lugar donde partia a estrada, e para onde se dirigia, ou este letreiro fosse pintado a oleo, ou gravado na pedra, fizeram-se huns magnificos obeliscos, que só a despeza de hum dava para se marcarem todas as estradas; por quanto consistiaõ estes obeliscos em hum pedestal, huma columna piramidal com hum globo no apice, tudo de pedra lavrada, e hum relógio de sol no dito globo; e de mais a mais trabalhados em Lisboa, para dalli serem conduzidos aos seus destinos onde cuido que a maior parte estaõ por collocar; e hum que vi collocado na castanheira achava-se á sombra de huma arvore que inutilisa o relógio do Sol. Com tudo ouvi que a estrada das Caldas da Rainha tem as legoas marcadas pelos pedestaes dos obeliscos, sem mais cousa alguma: e isto ja não hé tão máo.

Quando no anno de 1793 estive na Marinha grande hospede de Guilherme Stephens proprietario da fabrica de vidros, observei huma estrada, que este mandára fazer, da extensaõ de mais de huma legoa, para a communicaçãõ da sua fabrica com a estrada nova, cuja estrada lhe havia custado mui pouco, como elle me dice; e era feita á maneira das que se praticaõ em Inglaterra, a qual pode certamente servir de modelo aos incumbidos de fazer estradas.

No mesmo Ministerio de Joze de Seabra houve o projecto de se fazer huma nova estrada de Lisboa a Sacavem, pela-margem do Tejo, a qual incurtava a distancia, e ficava livre das subidas e descidas, que se encontraõ na estrada da Portella; entrando igualmente neste projecto a construcção

de huma ponte sobre o rio de Sacavem, para o que se mandou vir de Vianna do Minho o Engenheiro Francez Jozé Auffdiener, o qual fez a planta, desenho, e hum modelo de páo de huma ponte com tres arcos; o do meio para a passagem do rio; e os dous lateraes sobre as estradas, que vão ao longo do mesmo rio, cuja ponte, atravessando do alto da porta da Igreja das Freiras até a parte opposta, evitava a aspereza das rampas que ali se achão. Este mesmo Engenheiro orçou a despeza, a que poderia chegar a ponte em 300,000 cruzados; outros a avaliaraõ em 500,000. Seja como for, o mal hé que a ponte não se fez; e que tudo ficou em projecto, podendo construir-se a ponte, ainda que importasse em hum milhaõ, sem o Estado gastar nem hum real, mas unicamente apromptar o dinheiro, ou por si, ou por accionistas, para vir a ser reembulsado por huma contribuição suave sobre os viandantes até á extincção da divida, como se fazem quasi todas as obras publicas em outros paizes.

Outro projecto houve de se construir a mesma ponte com arcos de ferro; e o meu amigo o Capitão engenheiro de minas, addito então ás de ferro de Figueiro dos Vinhos, me communicou este projecto, e que ja nas ditas minas de Figueiro se tinhaõ principiado algumas fôrmas debaixo da sua direcção; mas a infausta invasão embaraçou a execução deste novo projecto, cujo custo seria incomparavelmente menor.

Todo o mundo sabe que sem estradas não se pode fazer o commercio interior de hum paiz; a agricultura soffre consideravelmente pela difficuldade dos transportes das produções; ha poucos viandantes, e por consequencia as estala-

gens são poucas, e pessimas; não pode haver carruagens de posta; e em huma palavra, sem estradas existe cada povoação como isolada, e seus habitantes pela maior parte no estado de miseria; por tanto vem a ser em Portugal hum objecto de primeira necessidade a construcção de estradas, que estabeleça huma facil communição entre a Capital, e Provincias, e então se verá prosperar a Agricultura, e o Commercio.

Logo que se acabou a estrada nova de Lisboa até Coimbra, se estabeleceraõ carruagens de posta, a que chamaraõ *diligencias*, por meio das quaes, com modica despeza, e muita commodidade podiaõ hir quatro pessoas de Lisboa a Coimbra em dous dias; mas como as relações entre Coimbra, e Lisboa não são de grande monta, havia poucos passageiros que cubrissem a despeza que se fazia com as taes diligencias. o que não teria acontecido se a estrada chegasse ao Porto; por quanto as relações da segunda Cidade do Reino com a Capital são incomparavelmente maiores, e nunca faltariaõ passageiros. Alem disto o estabelecimento destas Diligencias foi tão mal calculado; que, ainda que houvessem passageiros, deveria precisamente acabar como acabou em pouco tempo; porque as carruagens eraõ mui pesadas, e grosseiras; levavaõ só quatro pessoas; e as mudas eraõ tão distantes humas das outras, que as bestas destinadas para este serviço se estafaraõ em pouco tempo, o que se teria evitado se, em lugar de se fazer este costeamento por conta do Estado, se entregasse a particulares, que pelo seu proprio interesse cuidassem melhor na conservação das bestas, como se faz em todas as partes, pagando lhes o Estado hum tanto cada anno pelo transporte das malas das cartas: objecto, que em todos os paizes he tão rendoso, e que em Portugal, por falta de

arranjo, e ordem, chega apenas para os empregados; porque alem destes serem muitos, e huma grande parte inuteis, pagão os recebedores as cartas, em lugar de as pagarem os que as remettem, vindo assim aperder-se o porte de huma grande quantidade, que ficaõ no correio.

Durante o mesmo Ministerio ultimo de Jozé de Seabra da Silva se fez a utilissima estrada da Cidade do Porto para a Foz do Douro, debaixo da direcção do Engenheiro Francez Reinaldo Oudinot, com o fim de se desobstruir a dita Foz do banco de area que a damnificava, o que se conseguiu estreitando-se o alveo do rio Douro, e pondo-se em estado de se não tornar a entupir; bem como o mesmo Engenheiro tinha feito no alveo e barra do rio Vieira no grande campo de Leiria, pertencente á casa do Infantado, no tempo do Snr. Rei D. Pedro. O credito que estas obras deraõ a Oudinot fez com que D. Rodrigo de Souza Coutinho o encarregasse da abertura da barra de Aveiro dando-lhe por ajudante seu genro Luiz Gomes Carvalho: o qual continuou, e completou maravilhosamente a obra segundo os planos do sogro, em rasão deste ter sido mandado para a Ilha da Madeira, julgo que a importante commissão, onde faleceo em 1807 com a patente de Brigadeiro. Hé para sentir que o encanamento do Mondego se não encarregasse á direcção deste habil engenheiro, que, he provavel, se achasse concluido, e talvez com menos despeza, e aproveitamento do paiz, que segundo tenho ouvido, pouco tem utilizado das despezas, que para este fim se tem feito: o mesmo teria acontecido a respeito dô grande Paul da Comporta adiante de Setubal, bastando talvez que outros engenheiros executassem os planos dados por Oudinot, e não se entre-

garem taes obras a Magistrados; poisque o estudo das leis hé bem alheio dos conhecimentos precisos para taes obras. Tambem durante o mesmo Ministerio se fez a estrada do Alto Douro debaixo da direcção do engenheiro Auffdiener, o qual foi mandado vir de França por Ordem da Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde, pelo Visconde de Balsemao, e escolhido por Mr. Perronet chefe do corpo das Pontes e Calçadas, vencendo de ordenado quatro mil cruzados pagos pela Companhia do Alto Douro, alem do soldo da sua patente no corpo dos engenheiros em Portugal. Este infeliz homem foi prezo em Lisboa, depois da restauração como Francez; e mandado sahir para Inglaterra, aonde não se lhe permittindo desembarcar por informalidade de Passaporte, voltou para Portugal, e munido deste veio segunda vez a Inglaterra, desembarcou em Portsmouth ja tão doente que alli falleceo, deixando tres filhas e dous filhos menores ao desamparo.

§ 69.

Do Cardeal da Cunha.

O Cardeal da Cunha da familia dos Tavoras principiou por ser conego regular da Ordem de S. Agostinho; e achava-se Bispo de Leiria quando aconteceu o infeliz attentado contra a vida do Senhor Rei D. Jozé; e em huma justificação, que fez, mostrou não ser cumplice no delicto de seus parentes; e o fez com tanta sagacidade, ou alguem por elle, que granjeou a affeição não só d'El Rei, mas do Marquez de Pombal, do que lhe resultou ser promovido o Arcebispo de Evora, e successivamente Inquisidor Geral, Regedor das Justiças,

Ministro Assistente ao despacho, e ultimamente elevado á dignidade de Cardeal. Veio para Lisboa residir no Palacio da Inquisição, logo que este se edificou, no próprio lugar, onde era a Inquisição antes do terramoto de 1755. Não será preciso dizer, que este homem, que todo o mundo conheceo por pouco instruido, era bastantemente astucioso para se saber insinuar com o Marquez de Pombal ao ponto, que este fizesse propôr os negocios, e dar os seus pareceres na presença do Soberano, como lembranças proprias d'elle Cardeal, e confiar-lhe o ser informado por elle de tudo quanto se passava em a Real Presença no despacho dos outros Ministros, a que o dito Marquez não tivesse assistido. Se com tudo o dito Cardeal não era homem de letras, teve pelo menos huma escolhida e numerosa livraria, que se dizia deitar a onze mil volumes, que pelos conservar intactos lhe deo o Conde da Ponte, homem de juizo e bons ditos, o nome das onze mil virgens, quando da dita livraria se fallou diante de huma numerosa companhia á meza do Marquez de Pombal.

Foi em nome deste Cardeal que se fez, em 1774, hum novo regimento da Inquisição, e o primeiro, que desde o estabelecimento deste tribunal no Reino de Portugal, se remetteo com approvação do Soberano a algumas autoridades constituídas. O preambulo deste regimento, e o Alvará, que o manda cumprir; e erige a Inquisição em Tribunal Regio, são duas peças, que me foraõ mui gabadas pelo official da Secretaria de Estado, que as escreveo debaixo da dicção do Marquez de Pombal, as quaes agora juntas com o regimento se podem ver em huma publicação impressa em Londres em 1811.

Pela reuniaõ de tantos empregos se pode julgar a consi-

deração e influencia, que teve este individuo, desde que entrou no Ministerio até o fallecimento do Senhor Rei D. Jozé, valimento devido ao seu *Mecenas* Marquez de Pombal, a quem foi sobremaneira ingrato; poisque achando se no Real Palacio, quando o Senhor Rei D. Jozé adoeceo, e perdeu a falla, teve a animosidade de sahir ao encontro do Marquez de Pombal, que entrava no Paço, e intimar-lhe a ordem de se retirar; por que ja alli não tinha que fazer, e estavaõ acabadas as suas funcçoens. Não foi só nisto que elle mostrou a sua ingratidão, para com o seu bemfeitor; accusou-o de ter votado de morte contra os Senhores de Palhavaã, sendo alias elle, quem tinha dado este voto: tambem lhe quiz imputar o descaminho da baixela confiscada ao infeliz Duque de Aveiro, sendo elle Cardeal aquelle que a havia comprado ao Real Erario a prazos determinados que não tinha satisfeito. Estes e outros semelhantes procedimentos vindo a ser notorios a Suas Magestades a Rainha Nossa Senhora, e El Rei D. Pedro Que Deos haja, motivaraõ o seu desagrado, do qual parece ter resultado huma paixão, que conluio em breve os dias deste Prelado. Creio que foi pela influencia do Cardeal da Cunha, que o Conde de S. Vicente seu sobrinho casou com huma Irmaõ do Duque de Cadaval: tambem me parece que elle influio na venda de algumas propriedades pertencentes aos Conegos Regrantes de S. Agostinho, cujo producto se empregou na construcção daquelle quarteiraõ de casas que elles possuem no Rocio: igualmente se attribuiu a elle a mudança dos P. P. Vicentes para Mafra, e da Patriarchal para a Igreja de S. Vicente: tambem concorreo para que os P. P. de S. Domingos vendessem alguns dos seus conventos para o producto destas

vendas ser empregado na re-edificação do convento e Igreja dos ditos P. P., no Rocio de Lisboa. Hé de suppor que o Marquez de Pombal se servio da auctoridade ecclesiastica deste Cardeal, para abonar as resoluções, que no seu Ministerio tiveram lugar a respeito de materias ecclesiasticas, como o que se passou a respeito dos Jesuitas, a prohibição ás Religioens de tomar noviços, e ao Ordinario de se darem ordens sacras sem licença Regia, assim como tambem prohibir aos Regulares novas acquisições por compras, e disposições testamentarias a bem das almas dos testadores; e finalmente a reuniaão das tres autoridades Inquisição, Desembargo do Paço, e Ordinario em hum só tribunal com o titulo de Meza Censoria, para o exame dos livros.

§ 70.

De Martinho de Mello e Castro.

Martinho de Mello e Castro, que de Monsenhor da Patriarchal foi mandado pelo Senhor Rey D. Joze Enviado á Corte de Londres, foi pelo mesmo Soberano nomeado Secretario de Estado da repartição da Marinha e Ultramar, por falecimento de Francisco Xavier de Mendonça. Serviu pois Martinho de Mello o seu lugar com grande actividade, zelo, e independencia, e neste lugar continuou em quanto vivo foi. Á este Ministro se deve, durante o Reinado da Rainha Nossa Senhora Q. Deos Guarde, o bello estabelecimento da Cordoaria no sitio da Junqueira, e o Dique da Ribeira das Náos construidas estas duas obras, segundo ouvi, com o producto do rendimento da Real fabrica da pol-

vora, e da venda das madeiras do pinhal d'El Rey, cujas administraçoens eram annexas aquella Secretaria. Foi Martinho de Mello e Castro o que sollicitou na Corte de Londres a hida do contingente de tropas britannicas, estipulado nos tratados entre as duas naçoens, a titulo de auxiliares na guerra não provocada, em 1762, que a Hespanha, no principio do Reinado de Carlos III, unida com a França declarou a Portugal. Por esta occasião foi chamado a Portugal o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe para commandar todas as tropas com a patente de Marechal General.

Achava-se neste tempo Portugal desprovido de tropas, e quasi de toda a qualidade de armamentos, e muniçoens de guerra; e sendo necessario haver tudo de repente, veio de Inglaterra quanto faltava, no que se despenderaõ somas immensas, que depois se pagaraõ. Tambem assoldadou em Londres muitos officiaes, e tropas Suissas, das quaes se formaraõ em Portugal tres Regimentos. Este mesmo Ministro foi depois mandado Plenipotenciario de Portugal para tratar da paz que se ajustou em Paris no fim do anno de 1763. Naquelle tempo ouvi sempre, que o Senhor Rei D. Joze fazia de Martinho de Mello hum grande conceito, e que o quizera deixar ficar em Lisboa na sua volta de Paris; mas o Marquez de Pombal representou, que a sua residencia junto ao Gabinete Britannico era ainda muito necessaria, e com este pretexto o affastou da Corte, até que foi chamado para Ministro de Estado. Também ouvi que durante o Ministerio do Marquez de Angeja houveraõ desavenças entre ambos, cujos motivos ignoro: mas sei que Martinho de Mello acabou a sua gloriosa carreira sem ajuntar riqueza alguma.

Por occasião do estabelecimento da fabrica de fiação em Thomar, me foi necessario procurar este Ministro para elle ordenar ao Administrador do Pinhal d'El Rei a entrega dos paós, de que lhe apresentei o Rol, e que o Marquez de Ponte de Lima me tinha mandado dar gratuitamente, attendendo aos prejuizos, que eu tinha soffrido no principio desta empreza, ao que elle Martinho de Mello assentio, dando-me huma simples ordem, sem declaração sobre o gatuuto, para se me entregarem os ditos páos, como com effeito se me entregaraõ. Porem depois da feliz Restauração do Reino, tendo passado quatorze annos, se me pedio a importancia deste objecto, que fui obrigado a pagar por falta de explicação na ordem, e serem finados os dous Ministros.

Este Ministro, posto que inteiro, era com tudo vagaroso no Expediente da sua Secretaria, e mui aferrado ás suas opinioens, por maneira que era difficuloso attender á rasaõ, quando esta se lhe queria mostrar, partindo algumas vezes contra os pertendentes de hum modo pouco decoroso. A predilecção que este Ministro tinha pelos Inglezes lhe fez commetter alguns erros politicos, como o de aconselhar á Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde de acceder ás instancias de hum Commandante Britannico, o qual arribando ao porto de Lisboa com hum grande numero de transportes debaixo do seu comboi, para o Mediterraneo, pretextou ser o seu destino contra o inimigo commum, e que não devia pagar estipendio algum estabelecido para os Faroes. Sobre o que baixou hum Aviso á Real Junta do Commercio, para que se não exigisse aquelle direito, o que ficou servindo de regra daquelle tempo por diante, com gravissimo prejuizo daquella repartição, a qual sómente se pode conservar rece-

bendo este direito sem excepção alguma, como determina a lei do seu estabelecimento; visto que na conservação dos Faroes interessão os navios de todas as nadoens, que navegaõ por aquellas paragens. E tanto he assim que em 1809 o Almirante Berkeley estacionado Commandante Geral da Marinha das duas naçoens no porto de Lisboa, fez hum officio aos Senhores Governadores do Reino, queixando-se da negligencia dos faroleiros, que não conservavaõ os Faroes bem allumiados; por effeito do qual officio baixou á Real Junta do Commercio, incumbida daquella administração, hum Aviso do Governo, para que esta providenciasse quanto antes a dita negligencia. Este Tribunal, de que eu tinha a infelicidade de ser membro, assim como o meu companheiro de proscricção o Dr. Domingos Vandelli, nos encarregou daquella commissão; a qual immediatamente cumprimos, principiando pelo Farol de S. Juliaõ da Barra, substituindo aos lampioens antigos outros de corrente de ar, cuja luz, segundo a nossa propria experiencia he muito mais forte, e não dá fumo que offusque os vidros dos lampioens. Outros projectos tinhamos nós a respeito do melhoramento da illuminação dos Faroes; mas a nossa deportação impedio a execução dos ditos projectos, e até se nos não permittio ver o effeito, que produzia a nova illuminação no Farol de S. Juliaõ, quando alli fomos conduzidos para sermos deportados.

Hé bem para admirar, que tendo residido Martinho de Mello tantos annos na Corte de Londres se esquecesse de que a Gram Bretanha por nenhum caso particular altera o que se acha estabelecido por lei, e muito menos isençoens a favor de estranhos, das quaes não gozem os naturaes.

§ 71.

Marquez de Angeja Presidente do Real Erario.

Posto que o Senhor Rei D. Joze fosse pessoalmente amigo do Marquez de Angeja, Pai do que accompanhou a Familia Real para o Rio de Janeiro, e Avô do actual Marquez; com tudo não me lembro que fosse occupado em cousa alguma do Ministerio, durante a vida daquelle Soberano, sendo unicamente Gentilhomem da Camara. Porem logo que a Rainha Nossa Senhora subio ao trono o nomeou Presidente do Real Erario, percebendo os 24,000 cruzados, que o Marquez de Pombal não recebia occupando o mesmo lugar com o nome de Inspector. Foi durante a sua presidencia, que se incorporou no patrimonio da Coroa o Donativo dos quatro por cento, que o corpo do commercio tinha offerecido para bem differentes fins, e a Real Junta administrava, como ja mostrei. Não me consta, que durante a administração do Marquez d'Angeja houvesse melhoramento algum na arrecadação das rendas Reaes, antes foi vóz publica, que depois do seu falecimento, o Erario se achava bem desfalcado nas somas, que deixara o seu antecessor.

§ 72.

*Visconde de Villanova da Cerveira
depois Marquez de Ponte de Lima.*

O Visconde de Villanova dá Cerveira depois Marquez de de Ponte de Lima era homem de grande erudição em sciencias

theologicas, muito timorato, incapaz de fazer mal com conhecimento de causa, extremamente devoto, ainda que mui inchado da sua fidalguia e puritanismo, mas pouco, ou nada instruido em materias politicas, economicas, e de hum character taõ irresoluto que naõ era capaz por si só de deliberar cousa alguma, deixando-se levar das opinioens daquelle que mais decididamente lhe fallava, fossem, ou naõ bem acertadas, em quanto outras opinioens contrarias o naõ reconduziaõ á sua natural irrezoluçaõ, resultando disto gastar-se o tempo em exames e contra-exames, e ficarem quasi sempre os negocios por decidir. Daqui vem que a Viscondessa sua mulher obteve da Meza do Desembargo do Paço, segundo foi voz constante em Lisboa, huma provisao para administrar a casa e bens de seu marido, o que naõ obstante, achou-se o Marquez com forças sufficientes para dirigir os negocios do Estado na principal repartiçaõ, qual hé a dos Negocios do Reino. Por falecimento do Marquez d'Angeja, passou dos Negocios do Reino para os da Fazenda, sendo nomeado Ministro assistente ao despacho do Gabinete, Presidante do Real Erario, e do Conselho da Fazenda, vindo assim a ter no Ministerio a mesma influencia, e graduacaõ que tivera o Marquez de Pombal. Por esta occasiao entrou Joze de Seabra na Secretaria dos Negocios do Reino, e Luiz Pinto de Souza, depois Visconde de Balsemaõ, na Secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, por se achar vago tambem este lugar pelo falecimento de Ayres de Sá.

Durante o Ministerio do Marquez de Ponte de Lima em os Negocios do Reino, lhe mereceraõ grande cuidado as distincöens de cores nas fitas das tres Ordens Militares de Christo, d'Aviz, e de Santyago da Espada, assim com-tambem

as classes de pessoas, tanto nas armas, como nas letras, que deverião ser gratificadas com as ditas cores, e mais que tudo a creação de certo numero de Gramcruzes para cada ordem: e por occasião daquelle regulamento, ficou tambem a placa reservada exclusivamente para os Commendadores, cujo numero sendo maior o que do das commendas da primeira instituição, foi preciso o augmento successivo de muitas insignificantes, que tornaõ as placas unicamente em hum signal honorifico.

Logo que o Marquez de Ponte de Lima entrou na administração das rendas Reaes, se exaurio de todo o Erario do tal, ou qual sobre excellente, que ficou por morte do Marquez d'Angeja. Não he que este Ministro se aproveitasse de cousa alguma; por quanto persuado-me, que ninguem o excedeo em probidade, boa fé e desinteresse, e tanto que nunca recebeo o Ordenado de Presidente da Junta do Commercio, e ouvi, que nem o de Presidente do Real Erario, satisfazendo-se com o da Secretaria de Estado, seguindo nisso o exemplo do Marquez de Pombal; mas estas boas qualidades, que lhe grangearão a confiança da Soberana para o promover a taõ arduos empregos, não eraõ bastantes para o seu desempenho; porque a sua super-abundante boa fé dava lugar, a que os astuciosos o enganassem, vindo deste modo a negligenciar por huma parte a arrecadação das rendas Reaes, e por outra a secar algumas das fontes dos fundos do Erario, como as grandes commendas, que tinhaõ sido incorporadas na Meza Mestral em o antecedente Reinado, e que se tornaraõ a dar até com os cahidos de todo o tempo da incorporação, o que na verdade importou huma grande soma extrahida do Erario: a construcção de hum Erario

novo, que, ainda que pouco sahido dos alicerces, occasionou huma despeza enorme; por ser preciso fazer-se huma pedreira artificial no máo sitio, que se tinha escolhido, e que a continuar-se esta obra seria tal o seu custo que ficaria inutil, por não sobejar dinheiro que alli se guardasse.

A estes desperdicios accrescerão despezas talvez inevitaveis, que Portugal foi obrigado a fazer em consequencia da Revolução de França como enviar huma esquadra á Inglaterra, hum exercito auxiliar ao Roussillon, outra esquadra ao Mediterraneo commandada pelo Marquez de Nisa, a Embaixada deste mesmo Marquez á Russia, a Paz de Badajoz, a de Madrid, o Tratado de neutralidade de Portugal durante a nova guerra, &c. &c. &c. E como fosse impossivel, que o Erario resistisse a tantos golpes, houve-se recurso a emprestimos no Reino e forã do Reino, e á lamentavel creação do Papel-moeda. Neste estado de cousas passou o Ministerio da Fazenda ao Conde de Linhares, o qual, a pesar de ter mais habilidade, mais actividade, e não menos inteireza, do que o seu antecessor, pouco ou nada valeo, como ja se dice.

§ 73.

Luiz Pinto de Souza depois Visconde de Balsemao.

Luiz Pinto de Souza depois Visconde de Balsemao com honras de Grande, era Tenente-Coronel do Regimento de Artilharia do Porto estacionado em Valença do Minho, quando foi nomeado, pelo Senhor Rei Jozé, Capitao General e Governador da Capitania de Mato Grosso, aonde foi attacado de ophtalmia, que o obrigou a pedir a sua demissaõ, e

voltar para o Reino; e alli se restabeleceo pouco antes da desgraça de Jozé de Seabra da Silva, do qual era hospede no sitio da Ajuda, e o deixou encarregado, quando sahio de casa, da chave do seu gabinete, para a entregar ao Marquez de Pombal; e este o incumbio da conducção de todos os papeis do dito Gabinete para a Secretaria dos Negocios do Reino. Foi pouco depois nomeado Ministro Plenipotenciario para a Corte de Londres, em cujo lugar succedeo a Martinho de Mello e Castro ja então nomeado Secretario de Estado da repartição da Marinha, e Ultramar. Continuou Luiz Pinto no lugar de Ministro em Londres até 1788; em cuja epoca voltou para Lisboa com toda a sua familia, chamado, ou sómente com licença; e no mesmo dia em que Jozé de Seabra entrou na Secretaria dos Negocios do Reino, entrou Luiz Pinto na dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e nesta se conservou até que o Principe Regente Nosso Senhor o encarregou da Secretaria dos Negocios do Reino por occasião da nova queda de Jozé de Seabra.

Este Ministro era modesto, affavel, de facil accesso, boas maneiras, e palavras polidas, de modo que o Conde de Nesselrode, primeiro Ministro, que houve da Russia junto á Corte de Portugal, e que me foi recommendado por Luiz Pinto, me dice, a primeira vez, que nos avistamos, que elle tinha concebido huma grande idea da Nação Portugueza pelo trato que tinha tido com Luiz Pinto em Londres. Porem a melhor qualidade que elle tinha era o disinteresse; pois que nunca ouvi, que de seu governo de Matto Grosso, nem dos seus dous Ministerios adquirisse cousa alguma, alem das graças que lhe fez o Soberano; huma das quaes foi o titulo de Visconde com a Grandeza. Com tudo foi assaz

condescendente com alguns individuos, que o rodeavaõ, os quaes, adquirindo grandes fortunas á Sombra deste Ministro, comprometteraõ de algum modo a reputação da integridade, que possuia.

Debaixo do seu Ministerio hé que, em 1790, se creou pela Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde a Academia Real de Fortificação, e que da Russia foi chamado o Coronel Engenheiro Geographo, e Abridor de Cartas Luiz André Dupuy, e o Tenente Coronel Jozé Auffdiener da Escola das Pontes e Calçadas de Paris para, a construcção das Estradas do Alto Douro.

§ 74.

Do Duque de Alafoens.

Este titulo foi dado pela Rainha Nossa Senhora no principio do seu Reinado a D. João de Bragança, logo que elle chegou a Lisboa de volta das suas viagens, por differentes partes da Europa, que principiou pouco depois do terramoto de 1755. Este Principe entrou voluntario no serviço da Austria, ignoro com que Patente; e sua Irmaã Donna Joanna Perpetua, a qual ficou administrando a casa por morte do Irmaõ primogenito, lhe fazia, segundo ouvi, as remessas, de que precisava, e que naõ deviaõ ser muito grandes pelo pequeno rendimento da casa, e lhe haverem tirado as Commendas, que nesta andavaõ. Com tudo naõ me consta que viesse empenhado. As commendas lhe foraõ restituídas, e ouvi até com os atrasados; e em attenção ao seu nascimento lhe fez a Rainha a merce de outras, e o nomeou Marechal General Junta á Real Pessoa. Depois da Sua Volta a Por-

tugal, posto que ja adiantado em annos, se conservou solteiro por mais sete ou oito, até que se resolveo a casar com hum Irmaõ do actual Marquez de Marialva, da qual houve hum filho e duas filhas. O filho teve o titulo de Duque de Miranda, e morreo de menor idade, ficando a filha mais velha herdeira da casa, e creio que com a mercê do titulo por haver ja falecido o seu pay.

Era o Duque muito civil e cortez para toda a qualidade de pessoa, e de hum extrema bondade. A elle se deve o estabelecimento da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da qual foi Presidente em quanto viveo; e neste estabelecimento foi muito ajudado pelo Abbade Jozé Correa da Serra, a quem protegia dando-lhe huma pensão, e hospedando-o no seu proprio palacio. Este Abbade Correa, homem de vasta erudição, eminente em historia natural, foi logo creado Secretario da Academia; lugar que sabiamente desempenhou até lhe chegar á noticia, que sua pessoa não estava segura no paiz. O que o obrigou a ausentar-se furtivamente, perdendo nella os seus compatriotas hum homem de tanto saber e merecimento, que em qualquer paiz faria falta.

Quanto aos talculos militares do Duque de Alafoens, e seus conhecimentos em economia politica, nada direi, por serem objectos alheios deste lugar, e pertencerem a quem escrever, em epocas mais remotas, a historia do tempo.

Por falecimento do Marquez de Ponte de Lima, foi o Duque de Alafoens nomeado Mordomo Mór, e Ministro assistente ao despacho. Porem depois da Companhia de 1801, não exercitou mais estes empregos.

§ 75.

Do Conde de Villaverde.

D. Diogo de Noronha, tio do actual Marquez de Angeja, e filho segundo do que foi Presidente do Real Erario, foi creado Conselheiro da Fazenda quando a Rainha Nossa Senhora subio ao trono; e depois foi nomeado successivamente Embaixador de Portugal na Corte de Roma, e na de Madrid. De volta destas Embaixadas obteve do Principe Regente Nosso Senhor a mercé do titulo de Conde de Villaverde, e por falecimento do Marquez de Ponte de Lima lhe foi dada a Presidencia da Real Junta do Commercio. Durante esta Presidencia nada me lembro que houvesse de extraordinaria, se não hum festa, que elle promoveo a Nossa Senhora da Guia, cuja igreja se acha adiante de Cascaes; e constou a dita festa de Missa com musica e sermao, afora hum somptuoso e delicado jantar, refrescos em abundancia, &c. &c. &c.; assistindo á esta festa a Real Junta, os Ministros de Estado, e muitos dos Grandes do Reino, pagando o Cofre do Tribunal as despesas, que, segundo ouvi, deitaraõ a 9 para 10,000 cruzados. Tambem foi Embaixador extraordinario á França; mas parece que a sua comissaõ não aproveitou. Foi depois nomeado Ministro assistente ao despacho, e por falecimento do Visconde de Balsemaõ incumbido da Secretaria dos negocios do Reino. Durante o seu Ministerio obtiveraõ os Contractadores do Tabaco a permissaõ de levantarem o preço do sabaõ em pedra de 140 a 200 reis o arratel. Era pessoa de mui boas qualidades, excellente coraçãõ; mas tinha o defeito de não houvir bem,

o que não deixava de ser hum inconveniente grande nas suas audiencias, por ouvirem huns pertendentes os negocios dos outros. Faleceo em Mafra. e no pouco tempo que esteve no Ministerio nada sei que se possa notar.

§ 76.

Do Visconde de Anadia.

Joaõ Rodrigo de Sá, Visconde de Anadia, filho unico de Ayres de Sá, por cujos serviços obteve a mercê do titulo; foi alumno do Collegio dos Nobres, e nomeado pelo Rainha Nossa Senhora Ministro Plenipotenciario na Corte de Berlim, da qual veio para Secretario de Estado da repartição da Marinha e Ultramar, na occasião em que o Conde de Linhares passou para os Negocios da Fazenda. Neste emprego se conservou com mui boa reputação, e accompanhou a Sua Alteza Real para o Rio de Janeiro, aonde obteve a mercê de Conde, e falleceo ainda moço, e sem deixar successão.

§ 77.

De Luiz de Vasconcellos e Souza.

Luiz de Vasconcelles e Souza terceiro filho da casa do Marquez de Castello melhor, e Irmaõ do primeiro Marquez de Bellas, seguiu a magistratura e foi nomeado Visorey para o Rio de Janeiro, aonde viveo com grande economia, e se dice ter ajuntado muita riqueza: mas esta nunca appareceu, nem antes, nem depois da sua morte. Foi Presidente do Desem-

bargo do Paço, e entrou em o Ministerio na repartição da Fazenda, e Presidencia do Real Erario, quando vagaraõ pela demissaõ que pedio D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois Conde de Linhares; e nestes empregos se conservou até a desgraçada invasaõ, naõ accompanhando S. A. R. para o Brazil por se achar doente.

§ 78.

Da familia dos Cruzes.

A influencia, que a familia dos Cruzes teve no estabelecimento de fabricas adiantamento do commercio, e mesmo a sua representação pelos empregos, que occuparaõ, me da lugar a dizer aqui, o que ouvi, e presenciei a respeito desta familia, durante o Ministerio do Marquez de Pombal, e os tres successivos. Sem fallar dos seus ascendentes, ouvi que eraõ naturaes de Lisboa; e seu pay se distinguio no officio de ensembrador, e deo aos filhos a melhor educação que pôde para os metter na carreira mercantil, excepto o primogenito chamado Antonio Joze, que entrou na congregação de S. Filippe Neri, em a qual adquirio amizades, que serviraõ de muita utilidade aos outros irmãos Joze Francisco da Cruz, Joaquim Ignacio da Cruz, e Anselmo Jozé da Cruz. Os bons officios feitos por este congregado á pessoa da Sebastiaõ Joze de Carvalho, quando este para chegar ao Ministerio frequentava outro Padre Congregado, chamado Domingos de Oliveira, entaõ valido d'El Rei, mereceraõ a gratidaõ do dito Sebastiaõ Jozé de Carvalho, quando depois entrou no Ministerio. Esta gratidaõ abrio a porta ao Padre Antonio

Joze da Cruz, para recommendar seus irmãos, segurando ao Ministro a probidade e zelo com que elles desempenhariaõ qualquer emprego, que fosse compativel com os seus conhecimentos mercantis: em consequencia do que foraõ admittidos Jozé Francisco da Cruz, na administração da Companhia do Gram-Pará e Maranhãõ, no lugar de Domingos de Bastos Vianna, que tinha desagradado ao Ministro; Anselmo Joze da Cruz em administrador do Tabaco, por falecimento de Duarte Lopez Roza; a Joaquim Ignacio em Thesoureiro da Meza da Misericordia, em cujo emprego grangeou conhecimentos, e intrôducção com os Grandes; e veio depois a ser nomeado serventuario em todos os lugares de seu Irmaõ Joze Francisco, quando este adoeceo, e por fim proprietario dos ditos lugares, quando o Irmaõ veio a falecer.

Sendo o dito Padre a primeira causa da fortuna, e elevação de seus irmãos, era considerado por elles como pai, e ponto central da familia, a quem todos davaõ conta do que faziaõ, e recebiaõ instrucçoens do que deviaõ fazer. Posto que Joaquim Ignacio colhesse o fruto de todos os lugares, que seu irmaõ Joze Francisco tinha adquirido, não sem bastantes despezas para a sua representação, e sem lucros anteriores, com tudo não se mostrou grato para com os dous filhos, e filha do referido Joze Francisco, cuja casa ficou pobre, deixando tudo o Anselmo Joze da Cruz ja bastante-mente rico pela parte que levava no contracto do Tabaco, em os annos que tinhaõ decorrido, e ainda mais rico pela parte que o defuncto Joze Francisco tinha no mesmo contracto, e que elle Anselmo denunciou, e obteve; por ser prohibido pela lei a qualquer Conselheiro effectivo da Real Fazenda, como era Joze Francisco, ter parte em contractos

Reaes; e como isto acontecesse ainda em vida do Padre Antonio Jozé da Cruz, veio este tambem a ter parte na justa censura do publico, visto a influencia, que elle tinha sobre os irmãos.

Jozé Francisco da Cruz passou de Deputado, a Provedor da Companhia do Gram-Pará e Maranhão a Provedor da Junta do Commercio; e tendo elle juntamente com Joaõ Henrique de Souza, debaixo da direcção do Marquez de Pombal, organizado o plano do Real Erario, El Rei o nomeou Conselheiro effectivo da Fazenda, e Thesoureiro Mór do Erario; e a Joaõ Henrique de Souza escrevaõ do mesmo, debaixo da Inspecção do Secretario do Estado Francisco Xavier de Mendonça. Dando lhe o Marquez esta noticia, a foi immediatamente participar ao irmão Padre, o qual conhecendo bem o genio arrebatado de Francisco Xavier, o obrigou a hir excusar-se no dia seguinte, com o pretexto de se não considerar com a capacidade necessaria para tal emprego; mas o Marquez alcançando qual era a verdadeira causa lhe declarou que elle mesmo seria o seu Inspector, e guia, o que com effeito se verificou; porque elle mesmo me confessou o pouco que sabia, quando entrou nos empregos, e que o Marquez o tinha sempre guiado, como pela mão, o que faz muita honra á memoria de ambos.

Por falecimento do Dezembargador Francisco Xavier Porcile, administrador da Alfandega grande, foi Joze Francisco da Cruz provido no lugar, em rasaõ de ser o Conselheiro da Fazenda mais moderno; e em todos estes lugares entrou Joaquim Ignacio, como serventuario, e depois proprietario, pelo falecimento do irmão, sem que até este tempo tivesse outro emprego, alem de Thesoureiro da meza da

Misericórdia, sendo com tudo já Morgado do Sobral de Monteagráo por ter comprado á Coroa aquelle Senhorio e fazenda, na comarca de Torres-Vedras que havia pertencido aos Padres Jesuitas. Alem de Conselheiro effectivo da Fazenda, em que substituiu, o irmão, obteve a mercê da Alcaidaria Mór de Freixo d'Espada a Cinta. A representação dos irmãos em Lisboa com os quaes se correspondia estando na Bahia, influio para elle casar com hum filha unica, e herdeira de grande riqueza. Depois deste casamento obteve o Padre hum Decreto d'El Rei, para seu irmão poder cobrar executivamente dos seus devedores, e da casa de sua mulher as dividas, que havia, e retirar-se para Lisboa; e foi depois desta vinda, que entrou nos lugares de que tenho fallado. Ficou tambem Joaquim Ignacio credor de grande soma á herança de seu defuncto irmão, para cujo pagamento se lhe adjudicaraõ varias propriedades de grande valor, com hum grande quinta e casas nobres no sitio de Carnide, e creio que muitas casas na praça do Pelourinho pertencentes hoje aos herdeiros de Joze Street, o qual havia casado com a viuva do dito Joaquim Ignacio, que não tendo filhos deixou todos os seus bens ao segundo marido: e os bens que pertenciaõ a Joaquim Ignacio passaraõ por seu falecimento a Anselmo Joze da Cruz, o qual teve hum renhida demanda com o seu proprio sobrinho o Morgado da Lagoa, filho de Joze Francisco, a respeito do Morgado do Sobral, que parecia pertencer lhe por ser filho do irmão mais velho; mas que a final se decidio á favor do dito Anselmo Joze da Cruz.

Em quanto o Padre Antonio Joze se conservou na Congregaçaõ sahia muita parte do anno a residir, ora em hum, ora em outra das quintas dos irmãos, promovendo o augmento

e cultura destas com muito mais cuidado, do que os proprios donos, podendo dizer-se affirmativamente, que foi elle quem as fez; e só depois do falecimento de Joze Francisco seu irmão, hé que sahio do convento das necessidades, feito Conego da Sé, vivendo deste tempo por diante na companhia de Joaquim Ignacio em Lisboa, e por morte deste na de Anselmo Joze da Cruz em quanto viveo. A este Conego se deveo a reparação da Sé, que havia sido muito arruinada pelo terramoto de 1756.

O irmão mais moço da familia, Anselmo Joze da Cruz Sobral, foi mandado por Joze Francisco a Genova para aprender a lingua Italiana e o commercio, donde voltou casado com hum Senhora chamada Maria Madalena Croca, a qual pela sua boa figura, juizo, polidez e bom comportamento soube grangear o respeito, e estimação de toda a familia, assim como de todas as pessoas, que a frequentavaõ.

Anselmo Joze da Cruz tinha viveza e sabia do Commercio; porem o que elle sabia melhor era distribuir dinheiro com liberalidade em todas as occasioens, que se lhe offereciaõ de promover o seu interesse: ja dice como elle entrou no contracto do Tabaco, conservando-se chefe do mesmo, em quanto vivo foi, naõ obstante ter sido obrigado, por vezes a largar quinhoens a outros validos, como Quintela, Joaõ Ferreira, e Jacinto Fernandez Bandeira; quinhoens, que estes dous ultimos transferiraõ a seus herdeiros, assim como Machado, e Caldas aos seus, e o mesmo Anselmo a seu genro Braancamp. Alem da administração do referido contracto do Tabaco, pelo qual lhe eraõ abonados annualmente para cima de 100,000 cruzados a titulo de despesas occultas, de que naõ era obrigado a dar conta, fazia hum grande com-

mercio particular, em quanto os irmãos estiveraõ no Erario, por meio de cuja influencia obtinha promptos pagamentos de tudo o que mettia por si, ou por entrepostas pessoas, nos Arsenaes Regios: e o mesmo lhe acontecia com os trigos, que mandava vir de fora, achando no Terreiro preferencia de lugares e mais prompta sahida.

Como por falecimento de Joaquim Ignacio recahisse a Inspecção das Obras publicas em Anselmo Joze da Cruz, veio este a ser encarregado da obra do Convento do Coração de Jesus no sitio da Estrella, que ouvi ter custado cinco milhoens de cruzados; e pelo zelo, que mostrou no desempenho desta obra lhe fez a Rainha Nossa Senhora a mercê de carta de conselho, e de todas as madeiras que ficaraõ, e haviaõ servido aos andames, e que eraõ tantas que no tempo se dice terem quasi chegado para a construcção das numerosas propriedades de casas que elle edificou, e formaõ o grande quadrado insolado, entre o Chiado, Rua de S. Francisco, e Rua nova do Almada. Em todas as occasioens de regojizo publico dava Anselmo Joze da Cruz funçoens, que mais pareciaõ de hum Principe, que de hum particular. O custo e bom gosto das illuminaçoens, das orchestras, a profusão e delicadeza dos refrescos, das mezas, em fim de tudo o que podia satisfazer, e agradar, aos concorrentes eraõ superiores á toda a exaggeração: e todos os annos festejava no Sobral o Orago daquelle Igreja com tanta somptuosidade, que alli accediaõ todas as gentes daquelles contornos, e muitos de Lisboa, aonde achavaõ camas e meza por muitos dias. Porem nada disto admira em hum homem que soube grangear com a sua liberalidade tantas fontes de riqueza.

Teve Anselmo Joze da Cruz hum filho, e huma filha; o

filho, chamado Sebastião Antonio da Cruz Sobral, seguiu a carreira da Magistratura, fos Desembargador; mas não gostava muito daquella vida. Por morte de seu pay foi incumbido da Inspecção das Obras publicas, no que desenvolveo muito zelo e actividade. A elle se deve a construcção do Theatro de S. Carlos, e foi incançavel no estabelecimento da fabrica de papel, em Alemquer, de que ja fallei, suprimdo em quanto viveo com o seu proprio dinheiro as despezas, para as quaes não podiaõ chegar as somas de alguns dos outros accionistas. Faleceo ainda moço e Solteiro, ficando toda a riqueza da caza á sua unica irmã Donna Joanna, casada com Giraldo Venceslaõ Braancamp, o qual em virtude deste casamento foi patrocinado pelo pai e tios da mulher, nomeado hum dos administradores da companhia de Pernambuco, Deputado da antigo e nova Junta do Commercio, e interessado no contracto do Tabaco, seguindo-se a tudo isto o ser Commendador, Conselheiro, Alcaide mór, e a final Baraõ do Sobral.

Esta familia dos Cruzes, taõ protegida pelo Marquez de Pombal, concorreo muito pelo seu valimento, para se introduzir entre as familias do commercio, e pessoas limpas, huma certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia, franqueando a sua casa ao concurso de familias conhecidas, ou por outras palavras introduzindo o uso das partidas, que se foi estendendo a quasi todo o corpo do commercio, e á imitação deste ás outras classes, o que tem contribuido muito o desterrar o resto de costumes mouriscos, que ainda se conservavaõ, e a pôr a nação ao nivel das mais polidas da Europa; e nisto seguiaõ os Cruzes o exemplo do Marquez de Pombal, que promoveo a mesma sociabilidade na ordem

superior, não esquecendo a este grande homem cousa alguma, que podesse concorrer para generalisar o espirito de convivencia, que tinha observado nos paizes estrangeiros.

§ 79.

Do meu comportamento durante a invasão e depois desta até a minha Deportação.

O amor que conservo á Patria, e Soberano que me adoptou, cuja prosperidade hé inherente á minha propria e de meus filhos, me levou a escrever o que sabia sobre os differentes objectos até aqui tratados, na persuasão de que as minhas ideas poderaõ produzir alguma utilidade, ou pelo menos abrir caminho a quem mais habilmente as possa ampliar, e rectificar. Agora passo a narrar fielmente o que se passou comigo durante a invasão, e depois desta até que fui preso e deportado.

No dia antecedente á chegada dos invasores a Lisboa, veio hum Ministro notificar-me da parte do Intendente Geral da Policia, Seabra, para que eu apromptasse em minha casa alojamento para o Chefe do Estado maior do Exercito Francez, que se esperava no dia seguinte; e admirando-me, que para taõ grande Patente houvesse lembrado a minha casa ao Intendente Geral da Policia, me dice o mesmo Ministro, que ja tinha vindo designada do Quartel General Francez em Abrantes, para o referido Chefe, assim como a de Bandeira, a do Excellentissimo Antonio de Araujo, para outros Generaes, e a do Baraõ de Quintella, para o General em Chefe, e se retirou. Ao outro dia, 2^a Feira 3o de Novembro

de 1807, appareceo com effeito pela manhã na minha casa hum dos Ajudantes de ordens do dito General a tomar possé della, e a escolher as accomodaçoens que bem lhe pareceo: e depois do meio dia, entrando o General, como por sua propria casa, teve com tudo a civilidade de me dizer que sentia muito ser obrigado a incommodar-me; porem que faria quanto nelle coubesse para alliviar o incommodo, que eu precisamente havia de ter com outros, talvez mais exigentes, do que elle. Estes comprimentos em taes casos obrigaõ a retribuir com outros, nos quaes todos sabem, que se faz da necessidade virtude. E como a lamentavel ausencia dos legitimos soberanos, e a entrada destes novos hospedes fossem objectos de tristeza e de luto para toda a naçaõ, e costumando na minha casa ajuntar-se companhia na terça-feira á noite, ordenei neste mesmo dia pela manhã ao guarda-portaõ que dicesse a todas as pessoas, que me procurassem que aquella casa ja não era minha, e que pertencia ao General Thiebault, julgando que toda a companhia, que me fazia favor se acharia igualmente consternada como eu, e muito indisposta para ter prazer na sociedade. Deste modo acabaraõ as partidas na minha casa durante todo o tempo, que os Francezes estiveraõ em Lisboa. Facto este que ninguem poderá contestar.

A sorte me favoreceo a respeito do aquartelado; porque de facto, em todo o tempo que estive na minha casa não deo occasiaõ, tanto a mim, como á minha familia de nos podermos queixar de ser exigente, ou incivil: contentava-se com a nossa meza. Offereceo com instancia para contribuir em parte com a despesa, o que se lhe não aceitou; e passados os primeiros dias, vinhaõ sómente á meza hum, ou dous de

seus Ajudantes, e por acaso algum official, que o procurava; mas nunca sem pedir licença á dona da casa, isto hé á minha neta e nora casada com o meu filho Diogo: e como estes convidados nos não pertenciaõ, nunca pagamos visitas a nenhum. Outro facto igualmente incontestavel. Toda a sua familia se reduzia a hum Guardaroupa, o qual comia com os nossos criados graves; e dos muitos officiaes de Secretaria, que tinha, só hum dormia em casa. Quanto aos criados da cavalharice, comiaõ estes as suas proprias raçoens, que se lhes preparavaõ em a nossa cozinha, por não haver outra chaminé; e nenhuma outra raçaõ entrava em nossa casa. Em todo o tempo, que este General esteve nella, e na sua retirada não nos faltou cousa alguma; fortuna que poucos tiveraõ; porque a quasi todos ouvi queixar de violencias e roubos, e talvez me tenha feito mal o não me queixar igualmente; mas eu não o podia fazer sem faltar á verdade do que se tinha passado comigo a respeito do meu alojado.

Muitas vezes fomos instados pelo Commissario Geral do Exercito Francez, para tomarmos o assento do Paõ e da Carne: o que sempre recusamos, não obstante o lucro, que isto promettia, só por não termos relações voluntarias com taes hospedes, o que outros acceitaraõ, sem com tudo virem a ser suspeitos, como eu fui, que nunca tive negocios directos, nem indirectos com os invasores. Hé verdade que naquelle tempo a minha casa mandou vir de França muitos Luizes, e Napoleões de ouro, pelos correios, para lucrar nos cambios, e empregar em Algodões que remetia por terra; mas isto foraõ objectos de especulação propria do officio de commerciante, qual hé o da minha casa, no que tambem erpecularaõ

muitas outras de Lisboa; e se por hum lado tivemos alguns lucros, tambem por outro lado perdemos nos roubos feitos pelas guerrilhas Hespanholas aos correios, e algodoens queimados, e extraviados. Estas especulaçoens nada tem de antipatriotico, antes pelo contrario permutando por ouro os generos do paiz, vendidos por bom preço promoverão a sua utilidade. No tempo da feliz expulsão do exercito invasor tínhamos ainda grandes partidas de algodoens extraviados por diversas partes da Hespanha, e dinheiro em especie, que os correios haviaão entregado em differentes mãos, por se não animarem a passar com elle a Portugal, o que nos obrigou a mandar hum nosso guarda livros reclamar tudo quanto pudesse, e achasse existente. Sua commissão durou quasi dous annos com muita despeza, e maior risco da sua pessoa, salvando alguma cousa e perdendo-se muito mais como hé de suppor.

Na manhaã do dia 3 de Dezembro de 1807, se bem me lembro, fui chamado com os principaes Negociantes nacionaes de Lisboa, em nome dos Governadores do Reino, á presença d'estes, junto aos quaes se achava sentado Mr. Herman, que antes havia sido Consul General de França em Portugal, e que o General Junot tinha adjuncto aos mesmos Governadores, e depois creou Ministro da Fazenda. Ali nos foi dito que eramos chamados para concordar entre nos em o meio de haver a titulo de emprestimo dous milhoens de cruzados em metal, para prover ás urgentes necessidades do Exercito Francez: cujos milhoens deveriaão irremissivelmente entrar na caixa do Pagador do mesmo Exercito dentro dos 12, 15, e 18 dias successivos sob pena de execuçaõ militar: declarando se nos que esta soma seria levada em conta no ultimo

pagamento da contribuição geral de 40 milhoens de cruzados que o Imperador dos Francezes exigia de Portugal. Ordenou-se nos outrosim da parte dos mesmos Governadores, que no quarto immediato conferenciassemos sobre a eleição de hum certo numero de Commissarios incumbidos desta diligencia em nome do proprio Governo, assim como tambem da escolha de hum lugar para as conferencias e recepção do dinheiro, e que voltassemos dentro a declarar o nome dos Commissarios, e lugar escolhido, para que logo se lavrassem as ordens, e autorisação necessarias. O que assim se effectuou, e ficaraõ eleitos para Commissarios.

O Baraõ de Quintela

Antonio Francisco Machado

Luiz Monteiro

Antonio Martins Pedra

Jacinto Fernandez da Costa Bandeira

Jacome Ratton

e Francisco Antonio Ferreira

cuja casa se escolheo para as conferencias e recepção do dinheiro, por ser a mais central. Naquelle mesmo tarde, e noite principiaraõ as conferencias, e continuaraõ quasi sem interrupção até se concluir tudo: fazendo-se hum mappa das pessoas que pareciaõ ter mais dinheiro disponivel, e a quem fosse menos pezado o desembolço: apontando a cada huma a quota parte com que poderiaõ entrar: e com effeito custou a completar-se o emprestimo dos dous milhoens em taõ curto espaço de tempo, sendo preciso carregar aos proprios Commissarios, e outras pessoas somas maiores do que na verdade deveriaõ ser se houvesse mais tempo. Esta comissaõ affectou bastante a minha saude, tanto pelo trabalho

aturado, como pela impressão que me faziaõ as lamentaçõens de quasi todos os infelizes que foi preciso incluir no mappa, e aos quaes se não podia dar outra consolação mais do que a fraca esperança de virem a ser re-embolçados do excesso que houvesse quando fossem quotados na contribuição geral dos quarenta milhoens de cruzados que se tinha annuciado. De tudo se deo conta aos Governadores, e penso que todos estes papeis se acharaõ nas Secretarias competentes, e na da Real Junta do commercio se acharaõ igualmente os mappas, approvados, pelo Governo de Entaõ, da repartição do que tocava à classe do commercio de todo o Reino para a contribuição dos 40 milhoens, assim como também as listas do que tocava a cada hum, e dos que ja tinhaõ pago.

Alem de hum ou dous convites formaes que me fez o General em chefe para bailes, aos quaes era tambem convidada toda a gente notavel de Lisboa, e a que temi faltar por não ser notado, e alem das vezes em que fui obrigado acompanhar a Real Junta do Commercio á casa de Junot, não haveria pessoa alguma que possa com verdade dizer que alli me vio entrar, nem associar com militares, ou empregados civis do exercito Francez.

Tambem pela occasiaõ em que o General em Chefe passou ordens para que a Corte e todos os Tribunaes se achassem em dia e hora determinada na Junta dos Tres Estados, recebeo a Real Junta do Commercio a mesma ordem; na conformidade da qual fui com os tres meus collegas em corpo de Tribunal á dita Junta dos tres Estados, aonde se nos declarou que eramos chamados para assinar o peditorio de hum Rei a Bonaparte. Qual fosse o sentimento

que teve cada hum em particular em semelhante occasiaõ pode mui bem julgar-se; mas a força o suffocou: e havendo a Corte, Clero e todos os Tribunaes assinado a seu pezar o referido peditorio, assinou o tambem a Junta do Commercio.

Devo tambem declarar que na occasiaõ em que Junot mandou hir á sua presença, em dia e hora assinalada, o Corpo do Commercio de Lisboa precedido da Real Junta, para o congratular, e achando-nos ja em presença do General, fui rogado e instado pelo Baraõ de Quintela para ler hum fallla escrita em Francez, e dirigida ao dito General em nome do Commercio Portuguez. Pensei entaõ que me encarregavaõ de ler esta fallla, da qual eu não tinha antecipado conhecimento, por ser escrita na minha lingua materna; e mostrando eu aquella repugnancia que hé natural em ler hum papel do qual não tinha idea alguma, com tudo as reiteradas instancias do Baraõ, e a Presença do General que de mui perto as observava me puzeraõ na obrigação de ler a tal fallla, como podem bem testemunhar todos os negociantes que alli se achavaõ. Acabado de ler o papel o entreguei ao General: e ao mesmo tempo o Deputado que fazia as vezes de Presidente da Real Junto por ter carta de Conselho deo a Junot hum estojo; o qual foi entregue a recebido sem se proferir palavra. Não entrei em duvida que o estojo continha hum presente de brilhantes: e como não tivesse pela Junta o menor conhecimento de semelhante presente, inferi, como era natural, que seria dadiva pessoal do dito Deputado, ou talvez de concerto com o Dono da casa por pertencerem ambos ao Contracto do Tabaco.

Ao sahir da cerimonia encontrei Mr. Dupuy cravador de

diamantes, e perguntando-lhe se sabia alguma cousa daquelle estojo, sem hesitar me respondeo que sim, e que continha a cifre do General em brilhantes, cujo valor andava por oitenta mil cruzados. No que me parece que se enganou, por quanto meu Collega o Dr. Domingos Vandelli que servio na Inspeccão da Contadoria da Real Junta, depois da feliz Restoração, supprindo o Deputado Conselheiro que não appareceo mais no Tribunal depois da expulsão dos Invasores, me dice na occasião da nossa deportação, haver visto no Livro de Sahida da Caixa da mesma Real Junta, a parcella de 40 contos de reis para o dito estojo. Qual fosse o motivo que houve para se fazer este grandioso presente não sei; mas sei com certeza, que nada concorri para isso; que não fui ouvido, nem achado em semelhante objecto, a pezar de hir regularmente ao Tribunal depois da ausencia de Nosso Augusta Soberano até a minha deportação, sendo muitas vezes o unico. Pelo que rogo aos actuaes membros da Real Junta, e nominativamente ao Excellentissimo Presidente, que tenhaõ a bondade de fazer apresentar o mencionado Livro da Caixa, com os despachos da Meza, para se ver quem mandou fazer, e abonar tal despesa, lembrando-lhes igualmente, que naquelle tempo eramos só quatro Deputados, inclusive o Secretario, a saber: Girardo Venceslaõ Braancamp, que fazia as vezes de Presidente, por ter carta de Conselho, o Dr. Domingos Vaudelli, Jacome Ratton, e Francisco Soares, Secretario; e que pela instituição da Real Junta nenhuma despesa se abona sem despacho.

Eisaqui as unicas relações, e todas obrigadas, que tive com o Exercito invasor, e seu chefe, por todo o tempo que se conservaraõ em Portugal; e não posso descobrir, á vista

deste meu comportamento, e não sendo Pedreiro-livre, qual fosse causa ou pretexto da minha deportação, e muito particularmente do não merecido Decreto de Junho de 1810; não pela demissão do lugar, porque já a havia supplicado, mas sim pelo theor do dito Decreto, quando eu me considerava credor de premios pelos meus serviços, durante mais de 22 annos. Não assentando pois a minha deportação, nem o referido Decreto em facto algum, que se me possa provar, posso dizer affirmativamente, que foraõ o resultado de calumnias levadas á Real presença do Soberano por pessoas minhas desaffeioadas, como o Collega de que fallei § 46, ao qual pesava o zelo, inteireza, e honra com que sempre desempenhei o lugar de Deputado na Real Junta, aproveitando-se taes pessoas das desgraçadas circumstancias, que para isso lhes abrião caminho; pois que nada he tão facil, como penetrar a calumnia Junto ao Trono, e surprehendendo, com falsas cores, o animo do Soberano, desvia-lo das suas rectas intençoens, o que não acontece facilmente quando as accusaçoens se fazem perrante os Tribunaes, que tendo formulas prescriptas pelas leis, para a indagação da verdade, assustaõ os calumniadores; e por isso estes procuraõ sempre caminhos occultos, e meios extraordinarios, para saciarem a sua maldade.

Eu posso por conhecimento proprio da minha consciencia asseverar, que as calumnias contra mim levadas ao Trono haõ de ser fundadas em factos da mesma natureza, dos que tem chegado á minha noticia e dos quaes vou dar alguns exemplos.

Primeiramente entenderaõ os meus inimigos, para me accusarem, que eu abusava do lugar de Deputado, e comettia

hum crime em ceder como por muitas vezes cedi a outras fabricas igualmente privilegiadas, como são todas as de chapéos finos, algumas porçoens de materiaes de fora, de que se achavaõ faltas, e as minhas abundantemente providas, ignorando, ou fingindo ignorar, que hé permittido a qualquer pessoa, que tem semelhantes fabricas mandár vir isentas de direitos grandes porçoens dos ditos materiaes, como pelles, pellos, drogas para tintas, &c. &c., e larga-las a outras fabricas identicas, sem que nisso haja alteraçãõ, ou fraude alguma nos Reaes Direitos; mas á vista do que exponho fica manifesto, que eu não fraudava os Reaes Direitos nos generos, que largava ás outras fabricas, pois que estes eraõ igualmente livres para estas.

Em 2º. lugar occorre-me, que tendo mandado vir de fora alguns arrateis de fio de ferro para cardas, destinado para a minha fabrica de cardas, e maquinismos, aconteceo cahir ao mar, por descuido dos mariolas, extruio-se, e ficou incapaz de servir para o dito fim; mas pude vendello e julguei me bem feliz em achar comprador, ainda que com bastante perda; com tudo não se poderá concluir desta casualidade, que a transacção do dito fio fosse huma fraude, aos Reaes Direitos; por que nem para estes podia chegar o producto da venda.

Em 3º lugar. Tinha eu despachado na Casa da India, em o mez de Dezembro de 1809, 150 Sacas d'Algodão em rama com provisãõ da Real Junta, para as isentar de direitos, em rasaõ de serem destinadas para a minha fabrica de fiação, de que ja fallei. Pouco depois da epocha da minha deportaçãõ, no tempo em que o Marechal Massena assustou a Capital pela sua appropriação ás linhas, aconteceo, que meu

filho no meio da confusão pegou de todas, ou parte destas sacas, por se acharem mais á mão, e as embarcou para Inglaterra com muitas outras; mas não todas, as que a minha casa tinha em ser; porque ainda ficaraõ muito maior quantidade, do que as 150 destinadas para a dita fiação; com tudo houveraõ espias, que tomando as marcas, e numeros das sacas embarcadas, e conferindo as com as despachadas pela Provisão da Real Junta, as denunciaraõ, como objecto criminoso da minha casa; pois que esta foi notificada por ordem do Erario Regio, para pagar os direitos de entrada das mencionadas sacas, como effectivamente pagou. Porem a minha casa se poderia bem eximir deste pagamento, provando contra a denuncia, e maledicencia de certos dos meus Collegas do proprio Tribunal, que nem mesmo naquelle precipitado embarque se fraudaraõ os Direitos Reaes; por quanto não sómente a minha casa tinha muito maior numero de sacas de algodão em rama, que tinhaõ pago os direitos, para substituir as embarcadas, que tinhaõ sido isentas; mas ja se tinha fiado do Algodão, que havia em casa huma quantidade mui superior ao das 150 sacas; visto que meu filho se achava com mais de 700 arrobas de fio em ser, e sem comprador, o que deo occasiaõ a apearem-se os teares. Ora todos sabem, que as sacas, humas por outras, contem cinco arrobas de algodão em bruto, as quaes depois de fiadas apenas produzem quatro arrobas e meia de fio: Logo as 150 sacas eraõ equivalentes a 750 arrobas em rama, que reduzidas a fio poderiaõ apenas produzir 675 arrobas, do que evidentemente se conclue, que o destino das 150 sacas isentas de direitos se pre-encheo sobremaneira; e não foraõ fraudados os Reaes Direitos.

Se houverem outras accusaçoens contrarias ao meu comportamento, tal qual nesta obra tenho a satisfação de apresentar ao meu Augusto Soberano, e ao Publico, não podem deixar de ser da mesma natureza das que ficam referidas e quando me sejam indicadas não arreceo responder a ellas, seja perante quem quer que for.

COLLECÇÃO DAS PROVAS.

No. I.

Requerimento de Jacome Ratton a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor remetido de Londres em 13 de Novembro 1810, pelo primeiro Paquete que foi para o Rio de Janeiro depois da sua chegada em Inglaterra, acompanhado de Documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Diz Jacome Ratton, sempre fiel vassallo de V. A. R. e de presente em Inglaterra, aonde foi conduzido por Mylord Guilherme Stuart, na fragata de S. M. B. a Lavinia que de Lisboa comboyou aquella de V. A. R. a Amazona, na qual o Supplicante com grande numero de outros infelizes, (talvez igualmente sem crime), foi conduzido prizoneiro de estado á Ilha Terceira, aonde desembarcado foi metido em huma Masmorra, na qual teria em breve sucombido ao pezo das subseqüentes angustias, se, por effeito do passaporte para Inglaterra, que lhe havia expedido em Lisboa o Ministro de S. M. B. o referido Mylord o não tivesse tomado a seu bordo.

Tal he, Augustissimo Senhor, a razaõ, e o meio por que o Supplicante se acha de prezente habitante de Londres, e ao abrigo das leis; terra que sempre dezejou vizitar para a sua propria instrucçaõ, mas que seu apego em cumprir com os deveres de pay de familia, e de seus varios estabelecimentos Fabriz, nunca antes havidos em Portugal, unido com o dezempenho de seu lugar de Deputado da Real Junta do Commercio, desde 1788 (nunca sollicitado) absorviaõ todo o seu tempo, e faculdades intellectuaes até a noite de 10 para 11 de Setembro ultimo, em que foi de tudo isto violentemente separado e arrancado dos braços de seus filhos, e conduzido, com grande acompanhamento de tropa e officiaes de justiça, para a Torre dè St. Juliaõ da Barra, em cuja prizaõ ficou enserrado, com mais outros, sem nenhuma communicacão para fora, athé o dia 16, em que com os mesmos, e maior estrondo de tropa, e caixa batente, foi pelo Juiz de fora de Oeyras conduzido em Barco para bordo da referida fragata a Amazona, que se achava defronte da Junqueira, a qual desferrou para seguir o referido destino, no dia 18, e chegou a 28 ás Aguas da Cidade de Angra, como de tudo V. A. R. haverá sido informado directamente pelos Governadores do Reino.

Somente depois de ter chegado a Inglaterra, hé que o Supplicante por cartas de seu filho ficado em Lisboa, a outro já aqui estabelecido, e pelos periodicos que diariamente se publicaõ, hé que pela primeira vez tem podido saber de que havia sido suspeito, ou accuzado, e motivado o arrebatado, e injusto procedimento do Governo á seu respeito: dos extractos aqui juntos copiados, e cottados No. 1 e 3, se vé com que expreçoens elle tem sido calumniado, o que lhe

motivou, para sua defeza, a inserção daquelles No. 2, 4, 5, que espera hajaõ de merecer a Real approvaçãõ de V. A. que teve por intençãõ respeitar nas pessoas dos Governadores, os quaes roborãõ quanto o Supplicante dice, e elles de seu motuo proprio, o mandaraõ publicar na sua Gazeta de 29 de Outubro, cujo artigo vai tambem adiente cottado No. 6.

Outro naõ menos perfido ataque á honra, e pessoa do Supplicante o leva aos Reaes Pez de V. A. a queixar-se, com o maior acatamento, de quem se atreveu a escrever, e a dizer couza alguma em desabono da sua moralidade no exercicio de suas funçoens publicas, costumes, ou fidelidade, que nunca deixou de professar a Seu Augusto Soberano. Reconhecem-se os effeitos da calumnia contra a sua pessoa no curto, e mortifero preambulo do Real Decreto de 15 de Junho ultimo, em que V. A. R. lhe dá por acabado o tempo de Deputado na Real Junta do Commercio. Expressoens bem differentes do outro decreto de 1803 pelo qual V. A. R. se dignou honra-lo com a mercé do foro de Fidalgo; Graça que o excitou a fazer-se merecedor de outras successivas. Sim, como tal recebe aquella da demissãõ de Deputado depois de vinte dois annos de exercicio, porque a havia pedido já em Abril deste mesmo anno, em requerimento que naõ foi apresentado, e que o será logo que V. A. R. o permita, e que se digne havello como fazendo parte deste mesmo, e tambem por magnanimidade Soberana, Se sirva de lhe deferir como no mesmo vai supplicado; tanto porque o Supplicante se considera havello merecido, e ser este o meio pelo qual, aos olhos do mundo fiquem confundidos os calumniadores do Supplicante. Do contrario Supplica que

se lhe faça o processo, e nomeando-se os accusadores, hajaõ estes de especificar, e provar quaes saõ os delictos de que o inculpaõ, para elle, sobre cada hum, se poder purificar, e receber o castigo quem o tiver incorrido.

Porem tanto fica o Supplicante indecizo sobre o seu ulterior domicilio, mas honrando-se sempre do titulo de fiel e humilde vassallo de Vossa Alteza Real.

P. a V. A. R. se digne de benignamente tomar na consideraçaõ que merecer o que assim a fica expellido.

E. R. M^{ce}.

PEÇAS ANNUNCIADAS NO REQUERIMENTO
QUE PRECEDE, E O ACCOMPANHARÃO.

No. 1. *Extracto do Morning Post, Londres, 5 Outubro, 1810. Traduzido, cujo titulo foi:*

(*Conspiração em Lisboa.*)

Transcripto de huma Carta de Lisboa de 15 de Setembro. — A mais atroz conspiração acaba de ser descoberta em terra, cujo objecto héra aquelle de assassinar a Regencia, os Magistrados, e todos aquelles suspeitos de afeição ao interesse Britanico, na caza Ratton se acharaõ tres mil fardas semelhantes aos regimentos Britanicos, que prezentemente estaõ, ou que recentemente estiveraõ em Lisboa, e igual numero de armas, principalmente das de cinta. Os conspiradores deviaõ practicar o seu horrivel projecto debaixo do

indicado vestuario, com o fim de fazer recahir o seu crime sobre a nação Inglesa, e excitar a vingança popular sobre a referida nação. Cumprindo-se o seu projecto na Capital, hera o outro de mandarem expressos ao exercito, e nas principaes cidades annunciando o assassinato commetido, na esperança de instigar semelhante successo por todo o país. Esperavaõ que os soldados Anglo-Portuguezes instantaneamente assassinassem os seus officiaes, e attacassem o Exercito de Lord Wellington, e que Massena participante do atroz projecto completaria a carnage. Todo o plano de operaçoens foi afortunadamente descoberto, e prezos os principaes conspiradores.

No. 2. *Reposta ao referido Artigo no mesmo Periodico em 2 de Novembro successivo.* Traducção:

Neste, e na maior parte das folhas de 5 do passado se transcreveu extractos de cartas de Lisboa de 15 e 18 de Setembro relativas ao infelis successo designado por Conspiração ali descoberta, nas quaes se deu o plano projectado a seguir-se na execução de tal horrendo objecto. O nome de Mr. Ratton hera especialmente nomeado, e 3 mil fardas semelhantes ás Inglezas, e igual quantia de armas de cinta se dizia haverem-se achado em sua caza, representou-se como sendo o seu fim o assassinio dos Governadores, e Magistrados, debaixo de taes fardas, e seus bemfeitores Inglezes, e por este meio pôr o paiz debaixo do jugo pezado do Tyrano Francez, já se nos dice que a primeira parte hé inteiramente falsa, e que foi cruel a allegação do suposto Author da dita carta em accuzar Mr. Ratton, homem respeitavel.

Por isso temos muita satisfação em podermos publicar a authentica declaração que segue em re-vendicação do character da referida pessoa offendida.

Mr. Ratton, fidalgo Portuguez, Membro do Tribunal da Real Junta do Commercio, e Agricultura de Lisboa, homem muito respeitavel, achava-se na noite de 10 para 11 de Setembro na mais perfeita tranquillidade, e pureza de alma, e foi arrancado dos braços da sua familia, e conduzido, como figurado reo d'estado a huma prizaõ, sem poder presumir qual seria o motivo, e as consequencias, mas seguro da sua innocencia a respeito de qualquer crime que se lhe podesse imputar, e de que lhe seria facil justificar-se quando se lhe declarasse, pois que somente podia ter origem em malevolencia, e inveja Durante o tempo que esteve na prizaõ se lhe examinaraõ os papeis, e se deu rigoroza busca na sua caza, armazens, e mais propriedades, na cidade, e no campo, sem que apparecessem armas, nem fardas, nem couza alguma que depoçõesse contra elle, mas sim muito em prova de seu patriotismo, e como fiel vassallo de seu Soberano o Principe Regente de Portugal.

He bem certo, e accreditavel que hum homem no declivio da vida, cuja conducta privada, e publica sempre fora hum testemunho da sua honra, e credito, por modo algum se prestaria a concorrer á ruína de hum Paiz que em todo o tempo da sua vida cuidou em bemfeitorizar por todos os meios que lhe foraõ possiveis.

Sem pertender conjecturar as razoes que moveraõ o Governo Portuguez a semelhante conducta a seu respeito, como a aquelle de muitas outras pessoas, temos aqui somente de destruir as ideas já suggeridas de que Mr. Ratton seja

criminozo do delicto que lhe tem sido imputado, ou de outro qualquer. Esta hé a pura verdade, que sobre a fé das pessoas que bem o conhecem podem as outras accreditar.

No. 3. *Extracto da mesma folha, Londres 7 do mesmo mez de Novembro, Carta de hum Anonimo que assignou Verdadeiro Luzitano.* Sua Traducção.

Senhor. — Como sendo hum seu constante leitor, e admirador com que o seu papel hé conduzido, vos me permitireis que desmanche alguns erros que commeteo o vosso correspondente no vosso Papel de hontem (2) respeito a hum dos Individuos que a Regencia de Portugal achou conveniente de deportar fora daquelle Paiz em consequencia, seja de facto implicado, ou somente suspeito de huma conspiração contra o dito Governo.

O Individuo de que tracto hé Jacome Ratton, que se qualifica de Portuguez, e Nobre, quando elle hé Francez, e nunca foi ennobrecido, nem em seu Seu Pays nem em Portugal, porem he verdade que foi naturalizado Portuguez, elle estava em Lisboa, com se dice, hum Negociante Francez, e seu principal Commercio hum Chapelleiro, que com effeito elle praticou assaz extensivamente. Em ordem aserdes convencido da verdade que agora vos communico, tendes unicamente de dirigir-vos a qualquer pessoa franca que tenha residido em Lisboa, dos quaes, e muito respeitaveis há actualmente grande numero nesta Cidade, que vos confirmaraõ o que aqui vos digo, e certamente não receberéis por tal via mais ampla informação do que aquella que vos dou, e vos posso dar: poderia ser que se inferisse que nisto obro por maldade,

vingança ou outro qualquer motivo, quando aquelle que tenho hé unicamente reevindicar a reputação dos meus compatriotas aos olhos de huma generosa, e benevolente Nação, por tanto espero que querereis dar hum lugar a este artigo no vosso respeitavel Papel, e nisso obrigareis o seu obediente Servidor,

(Assignado) O Verdadeiro Luzitano.

No. 4. *Extracto da mesma folha, da data de 10 de dito mez de Novembro, que desmente o calumniador que em No. 3. se intitidou por Verdadeiro Luzitano.* Traducção:

Em reposta á carta do Verdadeiro Luzitano inserta no nosso papel de 7 do Corrente, somos requeridos de dizer que ainda que Mr. Ratton seja nascido em França, tinha somente a idade de dez annos quando passou a Portugal, e que em 1762 hé que se naturalizou Portuguez; que em 1788 fora feito por S. M. a Rainha de Portugal Deputado do Tribunal Supremo da Real Junta do Commercio e Agricultura, em cujo Tribunal não podem ser admetidas pessoas supostas Estrangeiras, pois que juraõ fidelidade ao Soberano, cujo lugar hé conservado, e seus ordenados mandados pagar de futuro por ordem dos Governadores do Reino, os quaes ordenaraõ a sua deportação para salva-lo de alguma violencia do Povo amotinado, cazo sempre a rechar em circumstancias revolucionarias. E a respeito do ridiculo intnetadod de qualificar a Mr. Ratton, de Chapelleiro, hé materia excuzada; porque parte do Seu Commercio em Lisboa era aquelle de huma fabrica de chapos, a maior de Portugal.

O Instrumento assignado pelo Principe Regente de Por-

tugal, cujo theor hé o que vai fielmente copiado aqui abaixo, prova que Mr. Ratton hé Cavalleiro da Ordem de Christo, e Fidalgo Cavalleiro da Caza Real desde 13 de Abril, 1803.

No. 5. Foi artigo que se referio naquella data ao Correio de Londres, em Francez, e que se traduzia e se imprimia em Lisboa, e por isso se achava publico em Lisboa e Brazil.

No. 6. *Extracto da Gazeta official de Lisboa No. 259 de 29 de Outubro de 1810.*

Em consequencia das averiguaçoens da Policia se mostrou que a residencia de alguns Individuos neste Reino podia ser prejudicial ao Socego publico em huma conjunctura taõ delicada como a prezente; pelo que tomou o Governo a rezolução de os remover interinamente de Portugal: este procedimento se acha escandalosamente calumniado na Gazeta Ingleza denominada o Sol, de 2 do corrente, cujas asserçoens os Senhores Governadores do Reino mandaõ desmentir, fazendo saber que nem o Marechal General Lord Wellington, nem o Ministro Plenipotenciario de S. M. B., nem algum outro Individuo da dita Nação teve alguma parte no referido procedimento, nem conhecimento anticipado delle; por isso que o mesmo procedimento não foi mais que hum resultado das informaçøens, que foraõ communicadas pela Policia. As outras noticias absurdas sobre a conjuraçãõ, achados de Armas, &c. são taõ notoriamente falsas que não merecem refutaçãõ. Semelhantes delictos, se existissem, seriaõ castigados com penas mais graves, em observancia das Leis, e para escarmento dos culpados.

No. 2.

Petiçaõ. Diz Jacome Ratton, por seu filho, e bastante Procurador, que para bem de seus requerimentos necessita que na Secretaria de Estado se lhe passe por certidaõ o registro do Avizo, que no mez de Agosto se expediu ao Intendente Géral da Policia a respeito do Suplicante. E porque para isso hé necessario Despacho. — Pede a V. A. R. seja servido mandar que lhe passe.

E. R. Merce.

(Assim se lhe deferio por Despacho do Secretario respectivo, o Senhor Salter.)

Certidaõ) Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no Livro III. da Policia, a folhas tres se acha registado o Aviso dó Theor seguinte:

Para Jeronimo. Francisco Lobo.

O Principe Regente Nosso Senhor, manda remeter a Vossa Merce a Petiçaõ incluza de Jacome Ratton: e he servido que Vossa Merce lhe mande logo formar o Processo.

Deos Guarde a Vossa Merce.

Palacio do Governo am 8 de Julho, de 1811.

(Assignado) Joaõ Antonio Salter de Mendonça.

E naõ contem mais o referido registo, de que se passou a presente, para constar aonde convenha,

Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em 19 de Dezembro, 1811.

(Assignado) João da Silva Moreira Payzinho.

No. 3.

Já fica transcrito em No. 5. das provas que acompanharaõ o Requerimento supra No. 1.

No. 5.

A CONVENÇÃO NACIONAL DE FRANÇA

PELO ABAIXO ASSIGNADO JACOME RATTON,
NEGOCIANTE EM LISBOA.

MEMORIA que tem por objecto de obter promptamente da justiça do Corpo Legislativo de França a cassação do Accordo do Directorio do Departamento de Saone e Loire, que por denuncia da Junta de Soprevigilancia de Macon, mandou por em sequestro todos os bens do abaixo assignado com o fundamento de ser pessoa estrangeira; por se achar naturalizado em Portugal, e condecorado de huma das Reaes Ordens Militares de Portugal.

Porque:

A pezar da denuncia da referida Junta assentar sobre factos que o abaixo assignado confeça serem verdadeiros, tambem não he menos verdade, que o Accordo do directorio do Departamento deve ser cassado, e de nenhum effeito;

Pois que as premicias sobre que hé fundado não envolvem o sequestro ordenado, e posto em Outubro ultimo sobre os bens mencionados, que lhe pertencem, por ser o unico, e universal herdeiro da defunta. C. Francisca Bellon, Viuva Ratton, Sua May, falecida, abintestat, em Macon a 14 de Setembro, 1793.

Da dita denuncia senão podia seguir o mencionado Acordaõ do Directorio para o Sequestro, pois que do conhecimento do abaixo assignado, não há, nem se persuade, que já mais possa haver Decreto algum do Corpo legislativo, que indistinctamente, e em termos généricos, o ordene sobre os bens de todos os Estrangeiros. Porque seria contrario ás idéas de justiça que se espera da Convençaõ: O que por outra parte obrigaria a uzar de reprezalhas pelas outras Naçoens, ainda que em Paz com a França; Tal como Portugal, onde rezidem muitas Cazas de Commercio Francezas, gozando, como precedentemente, de toda a segurança, e protecçaõ em suas pessoas e propriedades moveis, e immoveis. No Porto de Lisboa se achão presentemente três Bastimentos mercantes francezes: Nelle, esta Bandeira nunca foi molestada; e podem frequentalo para o seu Commercio como qualquer outra Naçaõ. A Peça Cottada No. 1. aqui junta, provará que a detençaõ do Navio Francez o Commerçant, Capitaõ Joaõ Baptista Ferraud, de volta da Ilha de França, não hé mais que objecto de precaucaõ e segurança em quanto a Naçaõ Franceza não tenha indemnizado os Proprietarios Portuguezes dos prejuizos que estes receberaõ no mar por Corsarios Francezes. O Governo Portuguez não tem praticado acçaõ alguma hostile contra a França. Todo, e qualquer Francez, ainda que não domiciliado em Portugal, póde

nelle possuir immoveis, colher-lhe os fructos ou renda; como tambem vir a elle perceber heranças, que por Direito se lhes tenhaõ devolvido. O abaixo assignado se persuade que se deve praticar o mesmo em França, a respeito dos Portuguezes, e assim tambem, que esta regra se conforma com os principios da nova legislaçaõ Franceza; e serem estes fundados sobre a mais exacta justiça, e reciproco interece das Naçoens.

Se o abaixo assignado fosse Portuguez de Origem, terminaria a sua defeza ao que ja se acha dito: porem sendo nacido Francez, e naturalizado em Portugal, pensa que a deve puxar mais adiante para de hum a vez afastar qualquer sinistra inducçaõ de malevolencia ou de zello indiscreto contra a sua pessoa, e intereces. Hé tanto mais bem fundado em assim o dizer, que narrando o mais succintamente que puder, os factos da sua vida dos quais a sua Patria original pôde ter interece em conhecer, o rezultado lhe dará direitos, a demonstraçoens de gratidãõ da mesma Patria por signalados, e gratuitos serviços que lhe fez em outros tempos, e da verdade dos quaes, a Convençaõ Nacional de França se poderá convencer mandando-os examinar, nas respectivas épocas, nas Secretarias de antaõ, tanto dos Negocios de Estado da Marinha, como em aquella dos Negocios Estrangeiros; e outro sim pela deposiçaõ do C. O Dunne, Ex-Embaixador de França em Portugal, e aquella do C. Semonin Ex-Consul, e depois guarda do deposito dos Negocios Estrangeiros, se ainda vivem; cazo que os tres documentos aqui juntos, e cottados No. 2. 3. 4. não sejaõ sufficientes. Os Originaes se conservãõ em poder do abaixo assignado. As suas copias se devem achar nos registros das respectivas Secretarias.

Entrando, pois, em a materia, declara o abaixo assignado, que tendo nacido em 1736, em Monnestier, Districto de Briançon, Departamento dos altos Alpes, de Jacome Ratton, e de Francisca Bellon, (que pouco depois vieraõ fundar huma Caza de Commercio em Portugal); no anno de 1747 veyo para Companhia delles em Lisboa, onde sempre continuou a rezidir. Em 1758 cazou com Anna de Clamouse, filha do Consul honorário de França na Cidade do Porto, da qual tem tido 8 filhos, metade de cada sexo. O primogenito dos Varoens morreo de 11 annos estando no Collegio em Tournus, os outros três, tambem educados em França, se achaõ em sua Companhia. As 4 filhas que de tenra Idade as mandou para França, lá cazaraõ, e três lá existem; a mais velha, que já hé morta, e tambem o marido em Lisboa, tendo deixado dois filhos debaixo da Tutella delle seu Avó, a filha se acha para a sua educação no Collegio das Inglezas em Paris, e o filho para o mesmo fim em Macon, em poder de seus Tios, e Tias.

Em 1759, havendo seus Pais retirado-se a Paris, e delá a Macon, donde adquiriraõ immoveis, elle, o unico filho que tiveraõ, ficou succedendo-lhe na Caza do Commercio que haviaõ creado, e que existia debaixo da bandeira França.

Em 1762, quando a França declarou a Guerra a Portugal o abaixo assignado, assim como todos os outros Commer-ciantes Francezes que nelle se achavaõ estabelecidos, se considerou muito feliz de que Sua Magestade Fedilissima, o o quizesse admetir por Vassallo seu, por effeito da Naturalicação, unico meyo que antaõ teve de por a salvo a sua fortuna, e aquella de Seus Credores a mayor parte delles em França. (Documento No. 5.)

Por effeito de gratidaõ, e reconhecimento deste beneficio

(ainda que naquelle tempo existia em França, a respeito de Portugal, aquele barbaro Direito de Aubaine), elle foi o unico que em 1764, depois da Paz, recusou uzar da faculdade, que a instancias da de França a Corte de Portugal, (por effeito de huma bondade que não tem exemplo em outra nenhuma Nação), concedeu a todos os Francezes, assim naturalizados de voltarem á sua primeira Bandeira.

Esta circumstancia seguida de huma conduta sempre regular da parte do abaixo assignado, lhe mereceraõ provas de confiança, e de consideração da parte de Sua Magestade Fidelissima honrando-o em 1788 com hum lugar de Deputado no seu Tribunal da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação.

Aqui se termina o que diz respeito ao estado da pessoa do abaixo assignado; resta-lhe lembrar á Convenção Nacional de França os serviços gratuitos, pelos quaes se considera crédor da gratidão da Patria, que o vio nacer, já enunciados acima, e de que os indicados documentos juntos cottados No. 2. 3. 4. são hum testemunho.

Desde principio de 1759 a 1762 inclusive, o tempo em que as finanças da França se achavaõ exauridas; que o Governo estava sem credito; que o Commercio da Nação era quazi nenhum; que mal appareciãõ os seus bastimentos mercantes, ou de Guerra no mar, eraõ quasi todos apreçados pelos Ingêzes, e muitos conduzidos aos Portos de Portugal, com as suas equipages, e guarniçoens; e que o Consul de antaõ, St. Jullien, sem meios proprios para envialos a França, e fornecer as despesas, o abaixo assignado se encarregou de os supprir dos seus proprios dinheiros de todo o necessario, sem esperanza de outra remuneração mais do que aquella

que cada hum sente na pratica das boas acçoens, apezar de não ter nenhuma certeza do seu embolço, e menos da época delle. Devia verificar-se por mandados da Secretaria da Marinha como o prova o Documento No. 2. A totalidade da somma foi grande, e foi paga muito tempo depois a instancias do C. O Dunne, como elle o poderá attestar.

Sem as ditas prestaçoens do abaixo assignado senão haveria verificado este importante serviço ao Estado; e a França teria perdido muitos dos seus Cidadãos que senão haveriaõ podido recolher a ella.

Nos fins de 1761, foi trazido ao Porto de Lisboa, como preza da Nau Bellona e de huma fragata Inglesa, a Nau de Guerra Franceza, o *Courageux* de 74 peças, com toda a sua equipagem, e guarnição, entre os quaes havia 124 feridos, todos foraõ postos em Terra, e entregues ao Consul St. Julien, que os teria abandonado á sua miseria se o abaixo assignado os não tivece tomado á sua propria conta, por ser na occasião, em que o Governo da França havia mandado suspender a conducta aos prizioneiros Francezes em Paizes estrangeiros, como o prova o documento cottado No. 3.

A urgencia maior era providenciar o sustento, e o curativo dos referidos 124 feridos; a isso logo acudio o abaixo assignado, tanto por officios pessoases, como pelos pecuniarior, estes chegaraõ a hum objecto de quatorze mil livras (2,300,000 reis) de que em breve foi embolçado: primeiro de quazi cinco mil livras (720,000 reis) de huma collecta que de seu proprio movimento fez na Praça de Lisboa: e de nove mil livras por Sua Magestade Fidelissima, logo que do successo teve noticia, manifestando a sua intenção de supprir ao curativo dos feridos, sustento, e remeça de toda

a Guarnição a França por Navios á sua custa fretados; despeza que havia calculado em livras 65,000 (10,000,000 reis) que logo mandou por á disposição do dito abaixo assignado; e que pelo Consul haver já enviado por Terra com o seu simples passaporte os que desembarcaraõ em saude, reduzio-se a indicada munificencia de Sua dita Magestade Fidelissima aos feridos, dos quais 118, se remeteraõ effectivamente por mar á sua patria. Os dois documentos cottados Nº. 2. 4. testemunháõ este facto.

O abaixo assignado abstendo-se de falar mais de si neste Negocio, não pode despençar-se de insistir e lembrar á Convenção Nacional de França o muito que hé relevante este rasgo de generozidade da Corte de Portugal a favor da Nação Franceza, que taõ mal lho reconheceu que pouco tempo depois, hé que a mesma Nação lhe declarou a Guerra sem outro motivo mais do que a esperanza de se lhe facilitar huma paz menos desaventajoz a com a Inglaterra, qual succedeo em 1763.

Outro, e muito moderno lance de generozidade a favor da Nação Franceza igualmente pouco uzado, mas proprio da Corte de Lisboa, foi a entrega pura, e simples do Navio Le Deziré, Capitaõ Mr. David Frayon do Cabo Frances, Ilha St. Domingos, para Marcelha, que havendo sido tomado no Mediterraneo em 1789 pelos Algerinos, foi retomado sobre estes pela Escoadra Portugueza na ultima expedição que fés contra aquella Regencia. Sua Magestade Fidelissima mandou entregar ao Consul de França em Lisboa, este Navio no Estado em que se achava, a beneficio de seus proprietarios de Marcelha, para onde foi remetido. (Documento No. 6.

O abaixo assignado deixa á sabedoria da Convenção Na-

cional de França o avaliâr, como merecem todos os mencionados rasgos de generosidade obrados pela Corte de Portugal a favor da Nação Franceza, assim como também os serviços que elle proprio, em sua qualidade de simples particular, fez á sua antiga Patria em quanto viveo debaixo da sua bandeira e protecção, sem que depois nada tenha obrado por onde desmerecese, como as pessoas já citadas, se vivas fôrem, o poderaõ attestar, e assim também hum dos membros da propria convenção (o C. Topsent) de quem hé particularmente conhecido, e de quem reclama testemunho.

Conclue esta Memoria supplicando á Convenção Nacional de França de lhe defferir promptamente na Justiça que sollicita por tantos fundamentos, Cassando o Accordaõ do Directorio do Departamento de Saone, e Loire, pelo qual os bens que lhe pertencem da Successão da sua defunta May C. Francisca Bellon Viuva Ratton, foraõ sequestrados, a fim que este sequestro se levante, e que a livre e inteira administração dos mesmos bens seja deixada aos seus Procuradores os C. C. Mure, e Aujas, seus Genros domiciliados na dita Cidade de Macon, para que elles se possaõ ocupar da conservação, cultura, e bem feitorização dos dittos bens, cobrança das dividas Activas, e satisfação das passivas, e de tudo darem conta ao abaixo assignado.

Estes saõ os unicos factos e fundamentos em que o dito abaixo assignado estabelece o Seu Direito na pertençaõ de que aqui trata, e que delles se valhaõ os seus Procuradores. Protesta contra o effeito que o possa prejudicar de qualquer outra exposiçaõ contraria que em seu nome e d'elles tenha sido feita em Juizo, ou fora d'elle, porque sendo assim, declara, que o fariaõ por ignorancia involuntaria da verdade,

que não podiaõ saber, e que a elle, nem a elles, se deve imputar a culpa.

Feito em Lisboa a 17 de Janeiro 1794.

JACOME RATTON.

No. 6.

Petiçoõ feita a S. M. F. requerendo o seu Real Beneplacito para poder uzar da Memoria Supra N^o. 5.

Senhora,

Diz Jacome Ratton, Homem de Negocio da Praça desta Cidade, e Deputado da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegaçaõ, que com a noticia de haver proximamente falecido sua May, já Viuva, na Cidade de Macon, Departamento de Saone, e Loire, em França, lhe consta que pelo fisco se sequestrou a caza, e todos os bens, que pelo dito falecimento, eraõ de Direito devolvidos ao Supplicante (seu unico, e univerçal herdeiro) debaixo do pretexto que elle hé Estrangeiro, por estar naturalizado em Portugal, e condecorado de huma das Reaes Ordems militares de Vossa Magestade.

E porque o apontado pretexto, em si verdadeiro, e objecto de vangloria no Supplicante, não legitima o ditto Sequestro por se não conhecer Ley que o authorize, nem que a possa haver sem offença da justiça, e do Direito Commum, persuade-se que lhe hé indispensavel recorrer á Convençaõ Nacional de França, para que esta reconhecendo-o assim, mande levantar o dito Sequestro, deixando-se aos Procuradores do Supplicante a livre administraçaõ dos ditos bens.

Porem, a pezar do muito valor dos dittos bens, e de quanto nelles intereça a Caza do Suplicante, nada quer elle obrar sobre tal materia sem que haja precedido a Real Approvação de Vossa Magestade; a cujo fim, e com o mais profundo respeito, offerece junto humá memoria, em lingoa Franceza e sua traducção na Portugueza, que tem concebido em projecto, para della sómente uzar, merecendo o Real Beneplacito de Vossa Magestade, e no Cazo contrario, ou anula-la, ou reforma-la nos termos que se dignar mandar-lho insinuar. Graça esta que o Suplicante já reputará como premicias da Real Protecção de Vossa Magestade, que para tudo a implora, e especialmente neste prezente muito importante Negocio, nos lances, e occasioens em que possa ter lugar; e em provas do seu reconhecimento continuará o Suplicante a forçar-se por se mostrar cada vez mais digno de tal Graça, domo fiel Vassallo que he de Vossa Magestade.

P. a Vossa Magestade se digne attender Suplicante na forma que requer.

E. R. Merce.

No. 7.

Authorização tacita pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em deferimento do Requerimento Supra Nº. 6.

Ao Senhor Jacome Ratton faz os seus cumprimentos Luiz Pinto de Souza, remetendo-lhe Junto a Memoria que lhe confiou para ver, o que fez com gosto, na qual nada acha que tirar nem que acrescentar, &c.

No. 8.

Senhor Jacome Ratton.

Meu Amigo e Senhor.

Achando-se o Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Martinho de Mello e Castro no Sitio de Pancas, tem feito algumas sahidas daquellas partes, sendo huma dellas á Barroca de Alva. Alli vio com grande gosto seu, o muito que Vossa Merce se tem empregado á custa da sua despeza em huma Agricultura, taõ util ao Bem Commum deste Reino, seguida por principios que obrigam ao mesmo Senhor a ter a curiosidade de ouvir a Vossa Merce sobre este particular. Por isso me Aviza diga a Vossa Merce (que sem seu mayor incommodo) queira passar ou á dita Barroca de Alva, ou a Pancas em quanto alli durar a assistencia de Sua Magestade, e o bom tempo que tem continuado, porque desta diligencia de Vossa Merce terá Sua Excellencia o mayor gosto, e eu o de participar a Vossa Merce o muito que estimo que o dito Senhor achasse nos seus laboriozos trabalhos a grande utilidade ao publico, de que se me aviza.

E para tudo o que for servir e dar gosto a Vossa Merece fico sempre como.

De Vossa Merce.

Muito Obrigadissimo Amigo e fiel Creado.

GASPAR DA COSTA POSSER.

Secretaria de Estado
em 7 de Dezembro, em 1775.

DOCUMENTO No. 10.

Suplica da Camara, Nobreza, e Povo da Villa de Alcochete a Sua Magestade a Rainha, em data de 7 de Novembro, de 1795, a respeito da Abertura do Rio das Enguias acompanhada de 3 documentos seus appendices.

Senhora,

A Vossa Magestade humildemente representa a Camara, Nobreza, e Povo da Villa de Alcoxete de Riba Tejo, Comarca de Setubal, que sendo pela natureza postos em situação de serem abastados e ricos, entre todos os Povos, que habitam as margens do dito Rio, são pelo contrario os mais pobres: não porque algum outro os exceda em actividade e industria, mas porque são obrigados a emprega-la em objectos de tão pouca conveniencia, que nas suas actuaes circumstancias hé o seu unico recurso para grangearem a vida o vencerem hum jornal tão limitado, qual o que lhes pode provir da rossadura de matos, cortes de lenhas, conducção destes generos para esta Capital, amanho de marinhas de Sal, e cultura de algumas vinhas, que por serem poucas, e lhes faltar os meios de as augmentar, apenas produzem quanto baste para o proprio consumo, chegando a sua miseria a ponto de necessitarem que lhes venha de fóra tudo quanto gastam no vestuario, e alimento, sem ter alias em que se occupar o sexo feminino.

Da certidão junta No. 1. consta que os sitios, e contornos dos espaçozos Terrenos, taes como Rilvas, Rego, Monte-rodrigo, Caparica, Barroca d'Alva, e annexas são tão doentios de Sezoens, por effeito maligno das aguas estagnadas,

que em nenhuma dessas, e outras Pavaçoens, que participaõ da indicada infecção, se não conhece individuo algum, que alli nascesse e persisti-se chegásse á idade de poder dar successão.

A grande extensão dos ditos Terrenos e as particulares causas porque se conservaõ no referido estado de perdição inutilizaõ a seu respeito, a providente, e bem avizada ordem circular dada a todas as Commarcas, em Maio ultimo pela Intendencia Géral da Policia da Corte, e Reino, que tambem consta da outra Certidaõ No. 2. Esta providencia ainda que inapplicavel para o curativo do mal que motiva a presente supplica, hé huã nova prova da incansavel sollicitude com que Vossa Magestade se digna occupar-se do bem dos seus fieis Vassallos. Nesta precioza qualidade, e despertados pelas Paternas Vozes de taõ Augusta Soberana, he que os Supplicantes humildemente prostrados aos Reaes Pés de Vossa Magestade se animaõ a expor-lhe o grande mal que afflige todo hum Povo, muito proximo da Capital; a declarar-lhe com verdade as causas de que procede, e a indicar-lhe com a mesma ingenuidade quaes saõ os meios de o remover descobrindo-lhe remedio taõ efficaz como prômpto, que com pouco custo, torne em estado prospero a actual infeliz sorte dos seus habitantes, e ao mesmo passo faça crescer proporcionalmente os Reaes Direitos, que hum anno por outro, já excedem a somma de oitenta mil cruzados, como se individua no papel junto No. 3.

Consiste unicamente no Poderozo Braço Regio promover a que medonhos e pestilentes pantanos em que se conservaõ de tempo immemorial os ditos terrenos baixos do seu termo, taõ extensos como preciozos em qualidade se tornassem pela

industria, e cultura, que lhes fosse propria, em amenos campos cobertos de Searas, pomares, gados, e habitantes a que os convida a sua natural fertilidade; podendo este Povo entã substituir, ao menos unir ás suas actuaes occupaçoens a mais util de todas, qual a da agricultura, tomando de renda ou a quinhoens, a seus respectivos donos, a porção de terra, que cada hum podesse fabricar. Sendo de esperar em razão da sua fecundidade, que poderião recolher em seus Cêlleiros hum anno por outro, para sima de dois mil moios de pão, e legumes alem da proporcionada creação de gados, e cultura de pomares, que em suas abas se formariaõ, pela felicidade de os poder regar e extrahir os fructos quazi sem despeza de transportes, por se poderem conduzir por agoa depois de devidamente encanada, e com as competentes vazoens.

De se effectuar pois, ou não effectuar este encanamento hé que unicamente depende a dezejada felicidade ou lamentada infelicidade dos moradores, e proprietarios de todo o Termo da Villa d'Alcoxete cuja sorte influe do seu tanto, sobre a do Estado em géral em proporção da maioria que terá de productos da Terra, do subsequente accressimo de Povoação e augmento da somma das contribuiçoens Regias, em que entraõ os Dizimos, por pertencerem á Commenda de St. Jago de Alcoxete, que hé da Méza Mestral, e que quazi sómente pelo ramo do Sal, se costuma arrendar por nove mil cruzados.

Já nos annos de 1767 a 1769 raiou sobre este povo a bem fundada esperança de se melhorar a sua sorte, quando em tal tempo se abalançaraõ os Proprietarios da Barroca d'Alva, Rilvas, e Rio Frio, a abrirem os seus respectivos terrenos, que comprehendem em si quazi a totalidade dos

de que aqui se trata, mas desvanecio-se ella logo; porque apezar das grossas sommas, que nisso despenderaõ, foraõ obrigados a discontinuede os cultivar e semear por se haver malogrado a sua despeza e trabalho nos annos em que o haviaõ feito, obstando entaõ, como agora aos progressos de taõ interessante empreza a insufficiencia do Rio-das Enguias, unico desagoadoiro daquelles terrenos, cujo alveo, na parte superior, em metade da sua extenção, forma huma figura semicircular, toda tremida por amiudadas e crespas curvas que augmentando-lhe consideravelmente o comprimento lhe retardaõ a corrente, e daõ lugar a que se enlode, e se obstrua com espessos caniçaes, que nelle se criaõ, cuja figura se deviza no Mappa appenço, No. 9.

Naõ dependeo, nem ainda depende dos ditos Proprietarios o remover o apontado inconveniente, porque todo o lado direito do refferido Rio hé Sapal virgem, e pantanoso, que lhes naõ pertence, mas sim á Caza de Pancas que se naõ tem occupado do seu aproveitamento, como para o proposto fim hé indispençavel; sendo de absoluta necessidade que se abraõ por elle Vallas Reaes, que juntamente com o proprio alveo actual depois de disfarsadas as suas voltas mais crespas, tenhaõ capacidade de em si receber as agoas, que em qualquer tempo a ellas correrem dos menciónados terrenos, todos sobranceiros; mas já também com suas Vallas abertas; ainda que precisem de ser limpas, e levem as ditas agoas em linhas rectas, que hé o meio de se isso fazer com a maior rapidez possivel, á parte do Rio, onde já tenha sufficiente largura, e sem voltas que lhe impeçaõ o curso, e prompto despejo no Tejo; como se deixa perceber no refferido Mapa.

Este hé o unico objecto dã prezente supplica, e de que

procede o mal que afflige os moradores recorrentes. Persuadem-se estes na forma já enunciada, que devem expor a Vossa Magestade quaes concideraõ ser, em rezumo, os meios de execuçaõ para remove-lo juntamente com os obstaculos que prezentemente se oppoem ao proposto aproveitamento dos mencionados Terrenos de que depende a sua futura felicidade, segundo a larga experiencia que tem do local.

Por tanto: apontaõ que depois de se disfarsarem as voltas mais tortuozas do actual alveo do Rio desde a chamada de Paolos, que deve já ser comprehendida, até a embocadura da Valla da Ponte Nova, ou de Pedra, bastará que pouco abaixo da tal volta de Paolos, no dito actual alveo, se tire em linha recta do porto da Barroca d'Alva, huma nova Valla Real de 60 palmos de largo na superficie, a fim que por ella possaõ passar, huma pela outra, duas embarçaõens das maiores que costumaõ frequentar aquelas paragens: e assim outra de igual largura, desde a boca da que actualmente existe pelo meio do Paul do Torraõ acima, se lhe venha em linha recta ajuntar no canto inferior do sitio chamado da Bomba. Será o comprimento desta, pouco mais, ou menos, de 420 braças, e o da outra de 600; que juntas com 500, que será preciso abrir para disfarsar as voltas do Rio, formaraõ hum producto total de 1520 braças a abrir pelo mencionado inculto, e pantanozo Sapal pertencente a Pancas, na forma, individuada no Mapa.

Nada há mais por óra que fazer para que seja precisa a Soberana intervençaõ de Vossa Magestade, a cuja Real Authoridade, no que toca ao prezente negocio, só teraõ de tornar a recorrer se contra o que esperaõ, naõ querendo os donos da Barroca d'Alva, Rilvas, e Rio Frio applicar-se successi-

vamente a por os seus respectivos terrenos pantanosos em estado de cultura, houverem de ser a isso constrangidos, com comminação de se darem gratuitamente a outras pessoas que a isso se obriguem debaixo de fiança pelo numero de annos porque judicialmente lhes forem adjudicados, a titulo de indemnizaçã das suas despezas.

Abertas que sejam as propostas Vallas, desobstruidas as que já existem nos mencionados terrenos, e indireitado onde necessario for o alveo do Rio, não deixará de resultar huã grande extençã á navegaçã interior do districto; porque subindo as embarçaçoens por effeito das marés vivas a mais de legoa e meia, acima do actual porto da Barroca d'Alva, de donde prezenemente não podem passar, será facil que pelo Paul do Torraõ acima cheguem a terras de Belmonte pertencentes á Serenissima Caza do Infantado, no termo de Samora Correa: e assim por segundo ramo, á boca do Val da Venda Velha, pelo Paul de Caparica, e por fim por terceiro ramo a Rio Frio, pelo Paul deste nome. Vindo a ser huã natural consequencia de se estender assim a navegaçã, que os terrenos altos circonvezinhos, de talves mais de 10 legoas quadradas de superficie, que hoje somente produzem mato rasteiro, que se não aproveita por muito distante, e aonde, por este se queimar a beneficio das pastagens, nenhum arvoredado se pode criar, nem conservar, se tornariaõ, quando menos, em pinhaes, para o que os ditos terrenos arenozos, são mui proprios, o que seria em grande proveito desta Capital, onde vai sendo cada vez mais sencivel a falta de lenha, cujo preço vai progressiva, e notavelmente subindo de hum anno para outro.

A concideraçã que parece devem merecer, Augustissima

Senhora tantas, e tão grandes vantagens, como as que se acabaõ de refferir, não só a favor de hum Povo inteiro, que humildemente as vem reclamar da Potente Mão de Vossa Magestade mas tambem do Publico em géral, até com grande proveito de Sua Real Fazenda, e que se podem realizar a tão pouco custo, e para Sua Real Grandeza, tão insignificante, como o da abertura de 1520 braças de comprido de Valla Real por 60 palmos de largo em superficie, tudo em terra de Sallaõ, e de se poder fazer a balde de Vallador, deixa os Supplicantes fieis Vassallos de Vossa Magestade na firme e doce esperança de que o mesmo será a prezentar-lhe este seu humilde requerimento que serem nelle defferidos, alcansando immediatamente da Innata Piedade de Vossa Magestade a Graça que supplicaõ.

E. R. Merce.

Alcoxete 7 de Novembao, 1795.

Manoel Goncalves.

Fernando Marques Vir^a.

O Prior Joaquim Rodrigues da Costa.

O Bnd^o. Francisco Frr^a. da Costa.

O Bnd^o. Manoel Roiz da Costa.

O P^e. Vasco Roiz da Costa.

Rodrigo Frr^a. da Costa.

Manoel dos Santos.

Manoel de Souza.

Jozé Ferr.^a de Deos.

O P^e. Joaõ Marques.

Raymundo Jozé Ferr^a.

Antonio da Costa Ar^o.

Joze Ignacio da Costa.
Simaõ Corr^a. da Costo e Carvalho.
Jeronimo Jozé Correia.
Joaõ Roiz Sabola.
Antonio Jozé de Almeida e Oliv^a.
Manoel Monteiro.
Gaspar Antonio.
Antonio Martins.
Manoel Marques.
Antonio Luiz da Silva.
Joaõ Manoel dos S^{tos}.
Manoel da Paixaõ.
Manoel de Souza Pilotinho.
Antonio Luiz.
Manoel Franc^{co}. dos Prazeres.
Manoel Jozê Barrozo.
Joze Pereira.
Antonio Machado.
Antonio Nunes.
Antonio Manoel.

No. 1.

Desp^o) Pode attestar.

Excellentissimo Senhor,

Diz Fernando Marques Vr^a. Procurador do Conselho da Villa de Alcoxete, que para requerimentos a bem do Povo da mesma Villa lhe he precizo que o R. Parrocho da mesma Freguezia lhe passe por Certidaõ o Augmento, ou diminuiçaõ que tem havido na povoação da Barroca d'Alva e seus Con-

tornos desde o tempo que se acha Parroquiando na dita sua Freguezia, declarando outro sim se o dito Citio he saudavel, ou duentio, e se se compoem de muitas pessoas dahi mesmo naturaes, e como se não pode passar sem despacho.

P. a Vossa Excellencia lhe faça merce mandar passar a dita Certidaõ em que faça fée.

E. R. Merce.

Joaquim Rodrigues da Costa, Freire Conventual da Ordem Militar de S. Theago da Espada, Prior da Parrochial Igreja de S. Joaõ Baptista, Matriz da Villa de Alcochete, por Decreto de S. Magestade Fidelissima, o Senhor D. Joze, que Deos tem em Gloria, &c.

Atesto e Certefico, que revendo o Livro dos Confeçados deste presente anno desta Freguezia chei que a Sysmaria da Barroca d'Alva, e suas anexas, o Monte de Caparica, e Pereiro, que são de Jacome Ratton, tem emsi vinte e quatro fogos, que se compoem de setenta e oito pessoas, alem de muitas mais que naquelles sitios diariamente andaõ trabalhando, cujos não vem a rol de dezobriga, por serem nullius domicili; e misticus aos ditos sitios, e terras, ha outros muitos montes e cazaes de nominados O Monte de Rodrigo — A Rilvas — O Tarroal — O Carias — O Rego de Amoreira, e o Casal do Maxado, cujas Pavaçoens em si contem dezanove fogos e sessenta e duas pessoas.

Outro sim Attesto que tomei posse desta minha Igreja em dezanove de Novembro de mil sete centos setenta e cinco, e que no decurso destes vinte annos, que nesta Freguezia Parrocheio, tendo havido muitos Baptizados, e recebimentos não conheço que se tenha criado hum homem nestes sitios

por cauza das agoas podres, e extagnadas daquelles sitios alias bons, e Capazes de Lavoura: e por ser o referido verdade passei a presente em virtude do Despacho supra que assignei.

Alcochete 7 de Novembro de 1795.

O Prio Joaquim Rodrigues da Costa.

No. 2.

Antonio Jozé de Almeida e Oliveira, Escrivão da Camara nesta Villa de Alcoxete e seu Termo por Sua Magestade Fedelissima que Deos Guarde, &c. Aos Senhores que a presente Certidão virem certefico em como revendo o Livro de Registo que ao presente serve nesta Camara de se lançarem as Ordens, e Leis que a mesma vem, nelle a folhas noventa e sette, se acha huma da Intendencia Geral da Policia da Corte e Reino expedida pela Provedoria, cujo theor hé pela maneira seguinte.

Ordem da Intendencia fol. 27.

Vossa merce passará as Ordens mais pozetivas a todos os Juizes de fora e Ordinarios de sua Comarca para cada hum no seu districto passar com os Mestres de Vallas e lavradores dos mais esperientes a examinar se ha algumas agoas estagnadas não so nos pegos dos rios que, secação de verão em partes, mas tambem em algumas alagoas ou charcos

que hajaõ nas Xarnecas e Mattos, que com a força do veraõ vem a apodreser e a inficionar o ár, o que naõ só prejudica a Saude Pùblica dos habitantes das mesmas terras, mas tambem os gados que vaõ beber aquellas agoas corruptas, e comer algumas ervas que estas produzem, chamando os mesmos Magistrados neste acto, os Pastores que apascentaõ os gados nos termos das mesmas Villas para declararem onde ha os dittos Xarcos, Alagoas, e pegos dos rios que acima aponto para aquelles logo cada hum no seu districto, como asima refiro convocarem por hua escala os habitantes, e aquelles que ali tenhaõ fazendas para cada hum dar hum certo numero de dias de trabalho, ou mandado fazer em seu lugar para se estancarem as mesmas agoas corruptas e podres e se cavarem as soperficies de todos aquelles Xarcos, Alagoas, e pegos dos rios que naõ correm no veraõ onde a agoa tenha apodrecido para os raios do Sol poderem penetrar, e consumir algumas particulas que possaõ exalar as podridoens dos limos, bixos, e alguns peixes que ali morrem, naõ se contentando Vossamerce só em distribuir esta Ordem, mas em examinar por sy e no seu particular de alguns Lavradores, e Pastores dos termos das Villas de toda a sua Comarca se com effeito os ditos Magistrados daõ as saudaveis providencias que lhes Ordeno: previno a Vossamerce que esta diligencia deve ser logo communicada para a executarem de quinze de Junho por diante, ficando servindo de regra geral para todos os annos, se praticar, e devendo os ditos Magistrados naõ só emcarregalas aos Officiaes, mas tambem passar pessoalmente a po-la em execuçaõ: confio do zelo e actividade de cada hum dos ditos que compriraõ o que ordeno, ficando na intelligencia de que constando nesta Intendencia

que em alguns Xarcos, alagoas, ou pegos dos rios asima refferidos se conservaõ no veraõ com algumas agoas estagnadas e corruptas, e que os Povos experimentaõ por este motivo damno na sua saũde Sua Magestade tomará na sua consideraçãõ o serio procedimento que deve mandar ter contra cada hum daquelles que for omisso na execuçaõ das suas Reaes Ordens: previno a Vossa merce que no Cazo de haver alguma trovoada depois de se terem praticado estas diligencias deve occorrer com iguaes providencias ás que aponto para se naõ corrumperem novamente as agoas que ficarem estagnadas nos referidos lugares:

Deos Guarde a Vossa merce.

Lisboa, nove de Maio de mil sete centos e noventa e cinco.

Diogo Ignacio de Pinna Manique.

Senhor Doutor Provedor da Comarca de Setubal.

E naõ se continha mais na ditta ordem que vinha inserta em huma carta Precatoria expedida pela Provedoria desta Comarca, a qual foi apresentada por hum Caminheiro a quem atornei a entregar, e em tudo, e por tudo a ella me reporto, e foi fielmente aqui tresladada Alcõxete dezasete de Junho de mil e sete centos e noventa e cinco annos. E eu Antonio Jozé de Almeida e Oliveira Escrivaõ da Camara o Escrevy e assigney.

Antonio Jozé de Almeida e Oliveira.

E não se continha mais em o dito Registo da dita Ordem que se acha registada em as ditas folhas a que me reporto, e esta vai passada por Ordem dada em acto de Camara pelo Veriador mais velho Manoel Gonçalves, que se acha servindo de Juiz pela Ordenação em Auzencia do Doutor Juiz de fora, e por certeza de tudo vai esta escrita e assignada por mim Escrivão da Camara nesta Villa de Alcoxete em os sete dias do mez de Nôvembro de mil sete centos e noventa e cinco, desta Gratis e Eu sobre dito Antonio Joze de Almeida e Oliveira o Escrevy e assigney.

Antonio Jozé de Almeida e Oliveira.

No. 3.

Relação individual das parcelas de que se compoem, hum anno por outro, os Direitos que Sua Magestade percebo do Termo da Villa de Alcoxete de Ribatejo.

	Reis.
Dizimos pertencentes á Commenda de Santhiago de Alcoxete que hé da Mestral, e que quasi somente pelo rendimento do Sal, se costuma arrendar por	3,600,000
Sizas.	384,000
a Terça do Conselho	150,000
Subsidio.	130,000
Real d'Agoa.	130,000
Decima	600,000
	<hr/> Reis 4,994,000

	Reis.
	4,994,000
Direitos de 18 Embarçaçoens que no decurso do anno cada huma paga por vezes. Rs. 150,000	2,700,000
Direitos de Sahida de 50 mil moios de Sal Criados nas Marinhas do Termo de Alco- xete, Samouco, e Rio das Enguias, a 500 rs.	25,000,000
Direitos de 60 Pipas de Vinho * produzidos no mesmo Termo a razão de 7,200 Rs. . .	432,000
	<u>Rs. 33,126,000</u>
São Cruzados 82 mil e Rs. 326,000.	

DOCUMENTO No. 11.

*Informação sobre os alagamentos dos terrenos adjacentes
ao Rio das Enguias, pelo Padre Estevão Cabral.*

O Rio chamado das Enguias entra no Tejo, aonde este he ja tão largo como em Lisboa, pouco acima de Alcochete cujos moradores se queixaõ, que o dito Rio inundava todos os terrenos, que se achavaõ ser planos no seu territorio, e que por esta cauza não podiaõ ter gados, nem sementeiras; e que podendo ser elles ricos, e abundar de tudo, que ásveasas tudo lhes faltava, e eraõ obrigados a viver do trabalho mi-zeravel de appanhar mato, alegando alem disto, que a falta de cultivação no seu territorio era prejudicial ao Estado em varios milhares de moios de Trigo, e de Milho. Estas razoes,

* Nota) Entaõ o não havia na Barroca d'Alva, cuja producção hoje hé maior que entaõ rendia o Termo todo.

e estas queixas produzirão que eu fosse mandado examinar as circumstancias dos alagamentos, e se me ordena que diga o meu parecer sobre o reparo dos damnos, para que os terrenos se possam cultivar.

Entrei navegando pelo Rio das Enguias aos 15 de Novembro deste anno de 1796, e observando a primeira legoa, a qual no Estado presente he a unica, que se póde navegar até o sitio de hum porto, e cazas chamadas *Barrôca de Alva*, conheci verificadas muitas torturas do Rio, e representadas em hum mappa desta primeira legoa, que para minha instrucção me foi communicado, e achei o alveo não so torto, e tremido, mas tão estreito em partes, que era forçôzo encalhar a Embarcação não obstante que a maré fosse grande, e favoravel. A margem direita, de quem sobe por esta legoa contem algumas marinhas, e alguns Outeiros de Alcochete, mas não terras planas alagadas: a outra margem que sobindo me era á esquerda, contem huma vasta planice quazi toda sem outra erva se não Sapal, erva inutil, a qual nasce no Salgado. Chama-se todo este plano *Sapal de Pancas*, e não vi nelle vallas de enxugo, nem indicios alguns, de que tinha nunca sido cultivado, nem todo, nem alguma sua parte: e somente contem no seu fundo algumas marinhas: o de mais está exposto ás marés.

Passado o Sapal se divide o Rio em dois ramos, hum que caminha ao nascente por hum paul alagado de mais de huma legoa cujo comprimento eu arbitrei com medida horaria de hum bom passo de Cavalo, assim como outros comprimentos que abaixo referirei: alargura porém julguei ser ora mais, ora menos 400 braças. Chama-se *Paul do Torraão*, tem vallas, vallados, e guardamatós, e mostra ter ja sido culti-

vado; mas as vallas estão cheias de ervas, e caniçaes, e nas vezinhanças do pôrto da Barroca de Alva as mesmas vallas mudavaõ de direcção, e em vez de continuarem aõ poente a buscar o Tejo pelo Sapal de Pancas dobravaõ ao Sul a buscar o rio das Enguias em situação superior, e nesta volta eraõ taõ bastos os caniçaes que absolutamente não deixavaõ passar, nem amaré para sima, nem a agoa do monte para baixo, e muito menos navegar. Por esta cauza toda a agoa do Paul do Torraõ estava estancada, sem correr, e esta circumstancia de não correr sendo commua a todas as outras agoas, de que logo falaremos, bem se deixa ja ver quanto prejuizo possa cauzar á saúde dos poucos habitantes de taes valles, e charnecas.

O outro braço, em que se divide o Rio das Enguias, caminha sobindo quazi ao Sul, e começa com duas vallas nas terras da Barroca d'Alva; mas huma destas vallas logo se divide em outras duas, e todas tres dahi a pouco caminhaõ pelas terras impauladas chamadas Rilvas, e todas tres meia legoa mais acima atravessaõ a estrada Real, que vai de Aldeagalega, debaixo de tres pontes differentes com o mesmõ appellido Rilvas. Continua o alagado para sima da estrada, e na distancia pouco mais, ou menos de hum quarto de legoa se subdivide em dois, hum mais oriental chamado *Caparica*, que se estende mais de legoa e meia até onde tem o appellido de *Joaõ Galante*: outro occidental até o cazal, e estrada de *Rio frio* comprido huma legoa. Em ambos estes braços, e tambem em boa parte dos outros alagamentos apparecem signaes de cultivacão antiga: agora porêem só podem servir para covil de Lobos porque estão cheios de arvores aquaticas principalmente de amieiras, e de salgueiros em tal quan-

tidade, que formão bosques impenetraveis. Tantas aguas em boa parte são nascidiças nas raizes dos Outeiros confinantes, outras são as chuvas, que vem de longe dos territorios mais altos.

Para que de huma só vista se perceba pouco mais, ou menos quanto he o damno, que recebe o Estado, chamei pessoas praticas, e julgando pelos varios comprimentos examinados, como acima, e pelas varias larguras arbitradas, calculei a conta seguinte.

Huma legoa supponha-se ter em comprimento 2,500 braças, ainda que na verdade tenha alguma coiza mais; mas este ao menos he o comprimento do Paul do Torraõ. A sua largura arbitrou-se ser 400 braças, e estas medidas daõ ao plano do paul hum milhaõ de braças quadradas 1,000,000. No Ribatejo hum moio de terra em medida são 10,368 braças, ou 1,036,800 palmos (*pode ver-se o tratado de Agrimensura da Academia pag. 80*); e 80 moios vem a ser 829,440 braças: o numero do Paul fica tendo de excesso sobre os 80 moios 170,560. Os ditos 80 moios de medida sabe-se, que levaõ mais de 100 de sementeira em alqueires; naõ façamos cazo do mais, fiquemos nos 100, Competeriaõ nesta proporção ao paul, de que falamos, ao menos 117 moios de sementeira: mas desprezemos tambem estes 17, fiquemos de novo nos 100. Estes sejaõ a sementeira do Paul do Torraõ. A Barroca de Alva até ás Rilvas sabe-se-lhe as medidas, porque ja foi semeada com 40 moios. As Rilvas até á estrada Real são no comprimento ametade do Paul do Torraõ; mas na largura são mais que em dobro, e por isso lhe dou tambem 100 moios. Nesta fórma diminuindo antes, que augmentando, conclui as númeraçoens seguintes.

	Moios.
<i>O Sapal de Pancas</i> medido em hum mappa leva de	
semeadura	80
<i>Paul do Torraõ.</i>	100
<i>Barroca d'Alva até ás Rilvas.</i>	40
<i>Rilvas para baixo da Estrada</i>	100
Destes tres ja dissemos o modo das suas medidas	
<i>Rilvas por cima da Estrada</i>	60
<i>Caparica.</i>	40
<i>Rio frio</i>	40
Estes tres saõ certamente diminuidos	
Total	Moios <u>460</u>

Estes a 7 sementes por serem terrenos optimos, exceptuando o Sapal de Pancas, que he mais inferior, emportaõ moios 3,220, dos quais tirada a semente 460, vem a perder o Estado cada hum anno 2,760 moios. E perde tambem os gados, que haveria proporcionados a tantos pastos. Perde mais quaize tudo, o que produziriaõ as terras altas, se houvesse gados para se lavrarem. Ao que se accrescenta, o que se perde nas facilidades de extracção por agua, e coizas semelhantes que he impossivel ser calculadas, e tudo nas vezinhanças de Lisboa com navegação segura. Suppostas as quaes couzas todas, digo primeiro. He verdadeira, verdadeirissima a representaçãõ do povo de Alcochete, que pede reparação a tantos males. Passo em segundo lugar á resposta, do que Sua Magestade me manda, isto he, que refira o meu tal, ou qual parecer sobre o remedio.

O primeiro meio, que logo se offerece na face do lugar he, que se dé ás aguas maior vazante. Por boa fortuna

entraõ estas aguas no Tejo, aonde elle he taõ largo, que não sente as suas cheias do monte, mas somente he sogeito ás marés. Esta observação he importante. Tambem as marés não parecem ser aqui perniciozas, porque as pequenas não chegaõ a cobrir as terras, e das grandes observei, que amaré viva do segundo dia depois da Lua cheia não sobio aos 17 de Novembro sobre a face dos campos senaõ hum palmo de nivel, e desceo no baixa mar inferiormente a dita face dos campos 7 palmos e meio. Observado tambem o tempo, que a maré emprega em sobir, e em descer no pôrto da Barroca d'Alva, notei, que a descida he muito maior, do que a sobida: cada maré desce 9 horas, e sobe somente 3 horas, hum tempo he de sobir, e tres tempos saõ de descer. Observaçõens todas de importancia, não sei qual maior. Digo por tanto como proposta fundamental, offereça-se ás aguas abertura sufficiente, por onde vazem todas na maré baixa, e ponha-se impedimento para que o prêamar não alague os campos, e todos elles se poderaõ cultivar sem excepção alguma.

Ja acima aponteí, que no paul oriental do Torraõ, e nas Rilvas, e mais acima nos braços de Caparica, e Rio frio, havia signaes certos de vallas, e de vallados: em todas as partes, excepto no Sapal de Panças, se trabalhou, e se promoveo algum dia a cultivação, e duas portas de maré se achaõ ainda fabricadas no fim das vallas das Rilvas; mas como todas as aguas não tinhaõ, nem tem outro desafogo senaõ pelo dito Sapal, achando-se aqui as vallas todas unidas em huma unica estreita, torta, tremida, e cheia de caniçaes com outros impedimentos, nunca foi possivel, nem o será, que se possa executar nas partes superiores cultivação fixa,

e regular, em quanto os ditos impedimentos subsistirem na parte inferior. No mappa, que me foi dado, se reconhecem as extremidades ultimas das vallas superiores, e de qual modo todas ellas se ajuntão na tortuozidade de Pancas. Os donos superiores são diversos dos inferiores, e a concordia difficultuozamente se obtem entre variedade de Senhorios, e de Ministros.

O meu parecer he, que se deve começar pelo desafoço das aguas no Sapal de Pancas. O risco de vallas novas póde ser vario; mas no mappa, que me foi dado, ja achei delineado hum risco bom, e que me agrada, no qual as aguas das Rilvas se dividem em duas partes, huma, que se propoem de sahir pelas tortuozidades do Sapal, consertadas estas, e endireitadas, aonde são mais miudas: o que serve tambem para não privar das marés as salinas, que existem da banda dos Outeiros, e Pinhaes de Alcochete: outra parte que se propoem de correr por huma valla nova, que se deve abrir no Sapal em linha recta com largura na superficie de 60 palmos, no fundo de 50, e altura 10; fazendo-se marachoens, e vallados em ambas as margens para defender o campo das marés vivas, conforme se uza em outras lezirias: e virá esta valla a desembocar no Rio, aonde este he ja largo, e fundo, e bastantemente direito até entrar no Tejo. Na mesma valla devem receber se tambem as aguas do Paul do Torraão por abertura nova, que venha do mesmo Paul com vallados, e marachoens. Disse para defender o campo das marés vivas; mas só com isto não ficará o Sapal beneficiado. Elle he terra nova, terra na qual, ja disse, que não lhe vi signaes de ter servido nunca senão para algumas marinhas, que tem no seu fundo, aonde acaba o rio. Podem as marinhas augmen-

tar-se no Sapal quanto se quizer: mas para elle ser cultivado, deve primeiro cortar-se e retalhar-se com esteios, e arroelas na maneira, que se vé praticado em muitas outras Lezírias por todo o Ribatejo; para a qual coiza basta a inspecção pratica de hum bom Vallador, não he necessario, que eu descreva tais miudezas.

Tornando ás vallas das Rilvas, estas principalmente são tres, a primeira vai cortar a estrada Real na ponte de dois arcos, por nome Ponte das Rilval, que he muito boa, e he a primeira que se passa indo de Aldeagalega vezinho aos fórnos do Carvão da Polvora. Seria coiza optima que esta valla fosse navegavel até esta ponte, e que aqui se estabelecesse hum pôrto, o qual facilitasse as conduções para Lisboa: huma tal navegação pareceo-me facillissima, e não requer a meu ver senão, que ou do fim da valla se remova huma ponte com porta de maré, porta inutil, que lá existe, e he incapaz de dar despejo ás muitas aguas, que descem pelas Rilvas, tendo a porta somente 9 palmos de largura, e recebendo as Rilvas por esta banda chuvas abundantes de muitos Outeiros, e Campos baixos quazi até Palmela, as quaes chuvas he impossivel, que desafoguem com promptidaõ por 9 palmos somente: ou no cazo, que a dita porta, e ponte se não queira remover, se lhe fabrique ao seu lado outro segundo arco mais largo, e mais alto por onde possa navegar para cima huma Embarcação com o mastro abatido, ou levantando-se-lhe huma ponte levadiça, como parecer melhor, e limpa a valla dos caniçaes ficará navegavel até ás Rilvas, e talvez tambem até Rio frio, e até Caparica pelos dois ramos, em que ella se divide passada a estrada: aonde devo notar que a passagem das barcas he util á valla, porque he hum dos

meios mais efficazes para impedir a propagação dos caniçaes. Quanto ás marés ja referi, que o nivel destas sobre os terrenos sobe pouco; por isso creio, que bastão os vallados para impedir a inundaçãõ dos Campos sem portas de maré: contra as agoas da chuva, tambem ja adverti, que nestes sitios a maré vaza muito mais, do que enche, e podem as chuvas na baixa mar ter bom despejo. Atravessem-se os vallados com frequentes cubos, ou de pedra, ou de pinheiros verdes, e grossos vazados dentro, e fixados, quanto mais no fundo tanto melhor, nas extremidades das vallas menores, ou arroelas, que devem abrir-se a arbitrio do Lavrador; advertindo, que se não bastar hum cubo para despejo, podem fixar-se dois em cada arroela, e tenhaõ todos a face da embocadura liza externamente, tapando-se de fóra com hum taboa liza pendurada, como se costuma. Tenha-se por certo, que não ficará no Campo, e nas arroelas gota de agoa, que não desça para a valla promptamente.

As outras duas vallas das Rilvas devem ir dezaguar na valla nova, e recta do Sapal de Pancas, e podem talvez ser navegaveis igualmente como a primeira. Do Paul do Torraõ digo o mesmo que fica dito das Rilvas. Alimpem-se as vallas para navegaçãõ; consertem-se os vallados contra as marés; abraõ-se arroelas com seus cubos para sahida das chuvas; faça-se o possível para obter, que as agoas não morraõ no Campo esperando o Sol, que as enxugue (a qual coiza he regra geral da Agricultura) e com isto se obterá o fim dezejado do seu beneficio.

Observei cazualmente hum vallado feito no confim entre as Rilvas, e a Barroca d'Alva, o qual vallado atravessa, e divide o Paul em duas partes: a parte de sima he Rilvas, a

debaixo he Barroca d'Alva. Conheci ter sido levantado este vallado para que cultivando-se a parte debaixo sem a de cima não corressem as agoas de cima a alagar a sementeira. Outro vallado similhante achei quazi no meio do Paul do Torraõ, que tambem o divide em duas partes. Parece á primeira vista que cultivando-se tudo podem ser superfluos estes vallados: eu porem achando-os feitos não sei aconselhar senão, que se conservem, e que se fortifiquem; porque assim como os vallados da esquerda da valla Real defendem esta parte esquerda de qualquer alagamento ou desgraça, que possa acontecer na banda direita, e ás avessas, assim estes vallados atravessados nos valles são garantes, com que os Campos inferiores se salvão das desgraças dos superiores. Antes da banda das Rilvas considero, que a estrada Real póde servir de marachaõ similhante, que defenda humas partes da desgraça das outras: e nada impede que entre as Rilvas, e Caparica, e Rio frio se fabrique utilmente o mesmo methodo: sendo os donos, e os Ministros differentes, só assim me parece que poderá cada hum possuir com independencia dos outros, o que lhe he proprio. Bem entendido sempre como ponto, e principio importantissimo, e interessantissimo que nas vallas Reaes hajaõ todos de fazer guerra aos caniçaes e a todo o genero de ervas aquaticas. Cada folha de erva, cada pequena cana he hum pequenõ impedimento á passagem da agoa; mas milhoens de folhas e de canas fazem, que não passe em todo hum mez aquella agoa que podia vazar em huma unica maré baixa. De facto ja adverti, que no fim das vallas do Paul do Torraõ obstavaõ os caniçaes taõ fortemente, que nem a maré passava para cima, nem a agoa do monte para baixo, e o mesmo conheci em outras partes,

Notei no principio, que o povo de Alcochete se queixa que tendo territorio para ser rico, e abundante, he obrigado a viver miseravelmente, pobre, e limitado ao trabalho de apanhar mato. Não pertence a mim aconselhar-lhes, em qual emprego possaõ occupar-se: mas eu de huma vista de olhos vi as terras do Infantado, e outras serem huma Charneca vasta de mato maninho. Se a valla mestra do Torraõ se navegasse, não vejo, por qual motivo não poderaõ estas charnecas entaõ ser montado, ser pinhaes, e ser, o que se quizesse havendo extracção commoda. Parece-me, que a navegação de duas legoas pela terra dentro para fóra do Tejo, não he coiza, que se possa desprezar.

Lisboa, 3 de Dezembro, 1796.

(Assignado) ESTEVAÓ CABRAL.

DOCUMENTO No. 12.

Copia da Informação remetida á Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, em 31 de Agosto de 1807, pelo De^x. Corregedor da Commarca de Setubal Francisco Tavares de Almeida, de rezulta de Vestoria por elle feita, com assistencia do Sargento Mór Engenheiro Joze Terezio Miqueloti, Hydraulico, e do outro tambem Sargento Engenheiro Carlos Frederico de Caula, no Sitio do Rio das Enguias, de rezulta de Representação de Jacome Ratton a S. A. o Principe Regente Nosso Senhor, a Saber:

Do Regio Avizo que por Vossa Excellencia me foi expedido com data de 18 deste Mez, e que recebi em 23 deduzi

sete quezitos que propuz aos Sargentos Mores Engenheiros Joze Terezio Miqueloti, e Carlos Frederico de Caula para que unindo ás suas repostas as minhas observaçoens, e reflexoens sobre os objectos da mesma Real Ordem, podesse mostrar o devido cumprimento desta, pelo claro conhecimento dos Predios, e providencias a que se dirigio nos meus interrogatorios; tive em vista 1. o dezaugamento dos Paüs das Rilvas, Rio Frio, e Barroca para se conseguirem as vantagens da agricultura daquelles vastos terrenos, e facilitar o transporte das Lenhas e Carvão para a Real Fabrica da Polvora; 2. Averiguar se da obra dos valados que os herdeiros do Prego fazem levantar no Sapal de Pancas, prejudica os Proprietarios vezinhos com a insuficiencia do Alveo do Rio das Enguias, para receber todas as Aguas que deste correm nas occazioens de cheas. As repostas dos Officiaes Engenheiros que a Vossa Excellencia aprezeno, não me decidirão nem me illuminarão, porque simplesmente declararão ser necessaria a limpeza das Vallas; e ainda destas singularmente tractarão da Valla Real, ou da Ponte nova assim como, que o Rio das Enguias desde a Ponte nova athé depois da Volta de Paulos não hé capas de conter as Aguas que nelle descarregão,* e que o muro defensivo do terreno

* Isto mesmo hé o grande ponto da questão, e que Ratton não tem cessado de representar, e foi o motivo que deu lugar a esta, e outras anteriores diligencias, mas sempre baldadas. Hé sem duvida que vendido este Ponto os Proprietarios da Barroca, e Rilvas cuidarão, cada hum no seu predio, no alargamento, limpeza e facturas de Vallas necessarias, para aproveitamento de seus Terrenos dando prompta vazaõ ás Aguas, mas por em tanto que se não indireita e se alarga o Rio desde abaixo da Volta de Paolos athé á valla da Ponte nova, seriaõ despesas perdidas.

que Prego afforou hé prejudicial aos Vezinhos, e aos herdeiros do mesmo Prego: a inspecção de todos estes lugares a que procedi em companhia dos mesmos Officiaes, e a vista que lancei sobre a carta com que elles hiaõ auxiliados, me offerceraõ estas ideas sem a dita declaração, que, se me não emgano, se devia estender á dos meios de se evitarem os prejuizos que já se experimentaõ, cujo progresso hé para re-crear e de se melhorarem as actuaes circumstancias d'aquelles locaes; elles reconhecerã a necessidade de se adequirir, a bem da diligencia, este distincto conhecimento por medidas, * e nivelamentos, † mas rezervaraõ estas operaçoens para outro tempo, por não ser possivel, como disseraõ que prezentemente as practicassem.

Lembrou-me que devia sustar a diligencia pelo que me pertence, porem como me persuadi que estava obrigado a não demorar o exito d'ella em quanto podesse adquirir conhecimentos, que satisfacção a providente intenção de S. A. R. os procurei por indagaçoens, e Practicos, e alcançi, os que exponho nas seguintes reflexoens.

A limpeza da Valla da Ponte nova que corre contigua aos fornos do Carvaõ para a fabrica da Polvora, só póde servir para que a barca navegue inteiramente sem os embaraços que prezentemente encontra, desde o lugar dos fornos athé a dita Ponte; mas só por ella se não pode conseguir os escoamento das Aguas dos Paús d'aquelle sitio, que se alcan-

* Não hiaõ emcombidos de avaliarem despezas, nem da factura da obra.

† Não há melhor nivel que as Aguas das Marés. Estas, em todas ellas, se daõ a conhecer alem das Pontes da Estrada Real das Rilvas, e cuidou que huma legoa mais acima.

çara da limpeza da outra Valla de Caparica, que segue em proximidade do Monte Rodrigo, e da Valla do meio, sobre a qual há hum arco antigo, que faz parte da grande Ponte das Rílvas. A primeira athé a Ponte nova tem 115 varas, que hé a propria dos Valladores, (20 palmos) avaliada a despeza de quatro mil reis por vara, sommará a total desta em 2,460,000 reis. A vala do meio, que não tem outro tanto comprimento como a primeira, mas entra nesta com a de 25 braças para sima da Ponte, porque está quazi cega, não poderá constituir-se em estado corrente sem a despeza de 1,000,000 reis, e a de caparica so precisa de limpeza athé encontrar aquella parte da mesma que ja limpou á sua custa Jacome Ratton, e por tanto com a quantia de 500,000 reis se fará a de que necessita: limpas estas tres vallas ficaraõ as terras dos Paús dessecadas em termos de se poderem cultivar, que hé hum dos fins desta diligencia, com tanto que se remova tambem o empedimento que encontra a corrente da primeira no pequeno Arco da Ponte nova, que tem só nove palmos de abertura, devendo-se erigir outro maior no seu lugar, por baixo do qual possa passar hum Barco sem mastros, evitando-se.taõbem o trabalho e despeza que há na conducção do Carvão para a fabrica, que se faz em huma pequena barca athé a Ponte, que ali descarrega, para passar a Carga a outra embarcação maior alem do Arco. *

* Hé taõ indispensavel demolir esta Ponte, como o hé de construir junto a aquelle lugar outra de largura competente, nenhuma duvida terá Ratton de a fazer; que abra para hum lado, a deixar passar as embarcaçoens com as vellas postas, recebendo para isso huma ajuda de custo da fabrica da Polvora, como parece justo, e ser authorizado pelo Governo a cobrar dos outros passageiros, que por baixo ou por sima della

Porem estas providencias assas uteis á cultura das terras dos Paûs, e á navegação da Valla da Ponte nova, não conseguirá o dezejado effeito do escoamento das Aguas, porque o Alveo do Rio das Enguias, desde a Ponte nova, athé passada a Volta de Paolos, não hé sufficiente para as receber, ainda quando correm derramadas pelas Terras dos Paûs, e muito menos depois de metidas nas vallas, pelas quaes haõ de descer com maior velocidade, e em menos tempo chegaraõ ao Rio, que adquirindo por este modo maior altura d'Agua, necessariamente cauzaraõ prejuizo aos predios confinantes: o meio de evitar estas consequencias, com proveito da abertura das mencionadas Vallas, hé dirigir a corrente do Rio em rectilinha athe passar a Volta de Paolos, * e com a largura que elle tem abaixo desta, em que as pode receber, e dar lhes sahida mais prompta, livre das voltas, sinuozidades, e cotovelos em que perde a sua velocidade.

Conheci que a linha recta corta parte do Sapal pertencente á Caza de Pancas, no comprimento de 174 varas, e segue na extenção de 102 varas pela parte do mesmo Sapal de que Prego se constituiu emfiteuta, mas encontra a grande marinha, que este principiou, e os herdeiros tem continuado. e pertendem progredir, para o que ja fizeraõ levantar os Vallados á feição das voltas do Rio, † e de que se seguem

quizerem tranzitar, huma equatativa retribuição, para a sua conservação, e reparos, semelhante á que pagaõ á Caza de Pancas na Barca que tem no sitio do váo, o muito, menos commoda.

* Volta, que por taõ baixa, e enlodada, em razão da sua configuração, intercepta a Navegação daquelle Rio, ás vezes mais de seis a oito dias, por ali ficarem encalhados todo aquelle tempo.

† Se lhes não aproveitaõ, e se demolirem á sua Custa, imputem-se a si mesmo a culpa por não haver cumprido a Escriptura.

prejuizos aos proprietarios dos Predios confinantes do Rio, que Jacome Ratton expressa no seu requerimento, e o que mais hé, com offensa da escriptura de afforamento celebrada pelo dito Prego, que está no Cartorio da Provedoria desta Commarca, com data de 2 de Dezembro de 1797, * em que o dito Prego se comprometeu á clauzula de fazer emendar as torturas do Rio. †.

Do exposto deduzo 1. que se deverá suspender, e derribar a obra dos Vallados, que os herdeiros de Prego fizeraõ levantar á feição das voltas do Rio com prejuizo dos Proprietarios confinantes d'elles mesmos, e offença das clauzulas do afforamento: ‡ 2. Que se deverá abrir hum a valla § em direitura da Ponte nova; mas algum tanto curva para salvar a obra já feita da Marinha de Prego, * e que va desauguar abaixo da Volta de Paulos, com a largura que o Rio tem nesta parte, * e altura tal, que o fundo fique de nivel com a baixa mar: 3. que esta valla deverá principiar da parte da

* As condiçoens della foraõ, athé ha pouco ignoradas por Ratton, como prova esta informação por elle provocada em 1807, dez annos depois, como acima se vé da citação de seu Requerimento.

† A mais efficaz informação que este Judiciozo Ministro podia, e devia dar era remeter hum a certidão em copia da Escriptura de Prego, com aquellas obrigaçoens a que elle aqui se refere, &c.

‡ Estas clauzulas hum a vez conhecidas, restava somente fazellas cumprir, e desde logo ficava a contenda acabada.

§ Esta valla se dezinhou no Mapa, que forma parte da Escriptura, o qual deve apparecer, e servir de Guia na direcção da Valla.

* Nenhuma contemplação merece quem de cazo pençado obra contra o que deve em prejuizo de outrem.

* Sem tal largura de Rio, e de Banquetas, seria trabalho, e despesas baldadas.

Volta de Paulos para cima, e feita ella athé á Ponte nova aonde se erigirá hum arco grande, * se limpem as trez vallas mencionadas para escoantados Paûs: 4. Que o Excellentissimo Marquez de Abrantes, Jacome Ratton, e o Proprietario da fazenda de Rio frio, e os herdeiros de Prego, devem concorrer para as despezas das referidas obras, em proporção dos interesses que dellas lhe seraõ consequentes, † &c.

O Dez^r. Corregedor da Commarca de Setubal.

FRANCISCO TAVARES DE ALMEIDA.

DOCUMENTO No. 13.

Copia do requerimento de Jacome Ratton a Sua Magestade pelo Dezembargo do Paço, em 1787 para o aforamento de Parte do Sapal de Pancas, para neste poder livremente abrir hum novo e necessario Alveo ao Rio das Enguas, e cortar fora as Crespas Sinuoçidades do existente; tudo para o prompto e necessario desaguamento de seus extenções Terrenos da Barroca d'Alva, e mesmo dando principio, por tal obra, a hum Canal de navegação, quando se houvesse de fazer, entre o Tejo, e o Rio Sado. Sendo entaõ Juiç Administrador Privativo da Caça de Pancas o Dez^r. Marçal Joze Galvão d'Oliveira Fajardo. Em 1787.

Diz Jacome Ratton, Negociante, e Emphiteuta da Caça de Ximenes pelos Predios da Barroca d'Alva, Pereiro, Ma-

* Ratton o fará, por ser em seu terreno, e melhor do que se apponta, mas na forma da Nota * pag. 323.

† Ratton o praticara á sua propria custa quanto ao seu Terreno, o Prego nada mais deve que o cumprimento da sua Escriptura.

rinha, e Sesmaria da Ussa, e mais aneixas, sitas no termo da villa de Alcoxete, que tendo aberto, roteado, e posto em cultura as ditas terras, semeando-as com muitos moios de Paõ pelo espaço de alguns annos successivos, foi obrigado a suspender a dita cultura por cauza das innundaçoens, que annualmente lhe sobrevinhaõ, perdendo o Supplicante não só todo o fructo do seu immenso trabalho, e excessivas despesas com a Lavoura, e sementes botadas á terra, como tambem aquellas que fizera com a abertura, e rotiamento: e isto por cauza do Rio das Enguias não admitir em si todas as Aguas, por effeito de dar hum circuito muito grande, e com muitas sinuozidades em roda do Sapal de Pancas naquelles sitios. Pella mesma cauza ficaraõ inutilizadas as grandes despesas que no mesmo tempo fez o Conde de Villa Nova, Pay do actual, no seu grande Paul das Rilvas, que fica superior á aquelle da Barroca, e por isso se acha igualmente perdido taõ bom terreno; da mesma sorte aquelle de Rio frio, que já foi aberto por Francisco Crespo. O publico participa igualmente dos referidos prejuizos, com a privação do trabalho diario que em taes terrenos haveria de occupar muitas familias, e com a falta dos muitos moios de Paõ que ali se poderiaõ crear, e de donde os transportes para esta Corte saõ de taõ pequena despeza. As Palhas, e Gados tambem merecem entrar em consideração. Todos estes inconvenientes saõ faceis de atalhar para se haver os beneficios que se devem justamente esperar, tanto para o particular como para o publico interesse; e a este fim se offerece o Supplicante, dignando-se Vossa Magestade patrocinallo, movendo a caza administrada de Pancas, a que pela sua parte concorra; pois que nisto lhe não rezulta prejuizo algum, antes

sim muita utilidade no seu proprio terreno, habilitando-lhe maior porção para a cultura, facilitando-lhe com avultada economia nos carretos de terra a extracção de suas Lenhas, e Mattos com appproximação das Embarcaçoens ao Sitio do Pinhal bravo, e Arneiro do Milho, que lhe pertence, permitindo, e facultando ao Supplicante que abrisse a expenças suas, e pelo Sapal de Pancas, do termo de Samora Correa, hum novo Alveo ao Rio das Enguias desde o Sitio chamado o Assolvo, athé o Porto da Barroca d'Alva em linha recta, em tal largura que não só desse vazaõ prompta ás Aguas de cima, mas que podessem dois Barcos passar hum pelo outro; e como por esta abertura ficaria hum porção do Sapal de Pancas separada do corpo da dita fazenda, couza desagradavel para os seus possuidores, offerece o Supplicante ficar com a dita porção pelo foro em fateozim que licitamente for avaliada, ou annexada a dita porção de Sapal á Barroca d'Alva, ceder por surrogação, e conpenção á Caza de Pancas aquella porção do Paul do Torraõ da Valla do Meio ao lado de Pancas: cujo Paul do Torraõ pertence todo aos Predios do Supplicante, e já está aberto por boas Sarjetas, circonvallado por boms Vallados, e guardamatos, que para o novo Rio teria todo o escoante necessario, e superabundante ás Aguas, principalmente continuando a Valla longitudinal que já tem athé o novo Rio das enguias aqui projectado: de forma que a divizaõ das terras do Supplicante com aquellas de Pancas ficasse sendo o Novo Rio das Enguias á banda do Poente, e a Valla Real do meio do Paul do Torraõ, desde o dito Rio novo athé o Sitio chamado do Capitaõ ou travessa do Paul bravo ao Sul, precedendo para tudo quanto fica proposto as devidas e juridicas informaçoes, sendo

ouvido o Juiz Administrador da referida Caza de Pancas, o Dezembargador Marçal Joze Galvão de Oliveira Fajardo, e interposição da authoridade de Vossa Magestade para a validade do contracto para o futuro, pois que nada pertende o Supplicante que se considere injusto, antes hé indubitavel que nesta proposta utiliza a referida Caza de Pancas, e os mais vezinhos todos como tambem o publico, e a Real Fazenda nas Sizas, e no valor da Commenda de Santhiago d'Alcoxete que se acha na Coroa, que só elle Supplicante hé quem se prejudica prezentemente, ainda que com esperanças de utilidades futuras, e para mais intelligencia offerece o Supplicante o Mapa junto, do proprio terreno, *pelo qual se vé que hé, por aquella parte, dar principio a hum Canal de Navegação utilissimo que houvesse d'ali continuar àthé Aguas de Moura, e communicar o Rio Sado com o Tejo, quando Vossa Magestade se rezolva mandarlo abrir para diente.*

P. a Vossa Magestade se digne de tomar em consideração a proposta do Supplicante e deferir lhe na forma que parecer justo em attenção ao que fica exposto.

E. R. Merce.

(Assignado) Jacome Ratton.

Despacho da Meza do Dezembargo do Paço.

Manda a Rainha Nossa Senhora que o Dezembar-

gador Administrador informe com o seu parecer ouvindo as partes.

Negraõ, Gama.

Lisboa, 2 de Dezembro, 1787.

Despacho do Juiz Administrador. Respondaõ as partes interessadas, e o immediato successor.

Fajardo.

Respondendo por parte da Caza Administrada, como Curador da mesma, me parece se deve primeiramente mandar proceder a vistoria com assistencia do Corregedor ou Provedor da Comarca respectiva, na qual se averigue se hé de prejuizo ou de utilidade á dita Caza a Valla que se pertende abrir pelo Supplicante, e sendo util, ou ao menos naõ resultando prejuizo, que se declare na mesma Vistoria o valor do Sapal que se pertende desmembrar, e tambem a do equivalente que se offerece em subrogaçaõ, declarando-se ao mesmo tempo o que a mencionada parte do Sapal poderia merecer de foro fatuozim, e em Vidas, para se ver depois se sera mais util o afforamento ou Subrogaçaõ, e feita a Vistoria direi á vista della o que for a bem da Caza Administrada. Vossa Senhoria porem determinará o que lhe parecer mais justo. Como Curador da Caza.

Mattos Callado.

Conformo-me com o parecer do Dr. Curador.

Don Fr. Xavier da Costa Noronha.

Passe Carta para o Corregidor da Comarca na forma da resposta do Dr. Curador.

Fajardo.

Segue-se o theor da Carta dirigida ao Corregidor, com a remeça do Requerimento, Despachos, Reposta do Curador, e do Administrado, &c. em Fevereiro, 1788.

O Corregidor Anchete, por seu despacho de 1 de Setembro, 1788, Ordena ao Escrivão, que o informe das Pessoas de melhor conhecimento das Terras de Lavoura, e abertura de Vallas, das producçoens, e de suas despezas, e utilidades: a que satisfez o Escrivão com os nomes de trez pessoas, na sua reposta em 12 do dito mez de Setembro, 1778. Despacho do Corregidor em 22 de Novembro successivo, ordenando ao Escrivão que notifique os Louvados de se acharem na Barroca d'Alva no dia 27 do mesmo mez, e anno. Notificação feita em 26, &c.

Auto de diligencia feito no Sitio da Barroca d'Alva, em 28 do mesmo mez com os dois Engenheiros nomeados ex officio pelo Ministro da Guerra, para o feitio da Charta Typographica, Auto de Vestoria em 28 de Dezembro, 1788. O que foi inutil, por se não haver proseguido mais no negocio, por que o Procurador da Caza de Pancas, o Padre Bernardino Januario da Silva, vendido aos Interesses de Carlos Francisco Prego, o qual de muitos annos antes hera comprador das Lenhas d'aquella Coutada, rendeiro da grande Marinha d'aquella Caza, e Thezoureiro que hera ou tinha sido da administração da mesma, atropellou as diligencias de Ratton, athé mesmo de se lhe não admittir o lanço no preço do foro, como se verá do documento que segue a este.

DOCUMENTO No. 15.

Resumo da Escriptura de afforamento da parte do Sapal de Pancas junto ao Rio das Enguias, a Carlos Francisco Prego pelo preço de 106,000 reis, authorizado por Sua Magestade, lavrada na Villa de Setubal, na caça e presença do Doutor Provedor da Comarca, pelo seu Escrivão e Tabellião privativo, Joze Manoel de Andrade Freire em 2 de Dezembro de 1797, estando presente Carlos Francisco Prego, foreiro, e o Padre Bernardino Januario da Silva em qualidade de Procurador de D. Francisco Xavier da Costa Noronha, Senhor de Pancas.

Dice o Padre Bernardino Januario da Silva, em nome do seu constituinte, que éra possuidor de hum morgado a que pertencia hum Sapal junto ao Rio das Enguias, no termo da Villa de Samora Correa, denominado o Sapal de Pancas, junto á Sua Marinha, que tem no mesmo sitio... conhecendo a pouca ou nenhuma utilidade que delle percebia, por ser alagadiço nos invernos e só lhe servir para pasto dos seus gados quazi no fim dos veroens, que éra quando se enxugava, tornando-se logo a alagar;* por estas razoes requere a Sua Magestade, pelo seu Tribunal do Dezembargo do Paço, a graça de poder afforar parte delle, precedendo as

* Eisaqui confessado por elle a insuficiencia do actual Alveo do Rio das Enguias para dar a necessaria vazão as Aguas que a elle accodem dos terrenos tanto proprios como dos vezinhos, o que motivou Ratton já em 1787 de propor para si esse mesmo afforamento: veja-se o Documento No. 13.

formalidades da leis, Vestorias, Preguens,* e reposta do immediato successor,† expondo mais que este terreno poderia ser util á Coroa, construindo-se-lhe obra, e ao Estado na manufactura do seu cultivo; supplica que attendera a dita Senhora, e lhe mandara passar Provizaõ para se fazerem as ditas diligencias, e assignalando elle a parte que pertendia afforar, se medio e confrontou... (segue-se a mediçaõ), feita a mediçaõ houveraõ disputas‡ por lances entre o dito Carlos Francisco Prego e Jacome Ratton, e varias opposiçoens de proprietarios de marinhas vezinhas ao dito Sapal em que affectaraõ prejuizos, e incommodos que perceberiaõ se elle se afforasse; pois que as Aguas dos sapais superiores das Rilvas e Barroca d'Alva lhe destruiriaõ suas propriedades, motivos estes que tinhaõ occasionado outras vesturias, e com engenheiros, e plano por Mapa§ que designava o modo de se lhe evitar os receios que tinhaõ; e subindo tudo á Real Presença com informaçãõ delle dito Ministro em consulta do Regio Tribunal, o qual se conformara com a dita informaçãõ || e seu aditamento ¶ achando-a arrezoadã, e em

* Já se dice em outra parte que houve malversaçãõ a respeito dos Editaes, e Preguens.

† Naõ consta em parte alguma que se ouvisse o immediato successor, naõ obstante ser ordenado pela Ley.

‡ Taes disputas naõ houveraõ entre os citados, mas sim com o Senhor Directo do Predio na repulça que este fez da aceitaçaõ do lanço de Ratton, como se tem visto do Documento No. 14.

§ Tal Mapa devia ser declarado fazer parte da Escritura, e a ella ser anexado.

|| Devia esta informaçãõ ser copiada na Escritura como parte da mesma, na forma ordenada por Sua Magestade; mas naõ conveio aos interesses de Prego, ommiçaõ culpavel do Juiz, e do Tabelliaõ.

¶ Igual ommiçaõ, que a preeedente, pois devia ser incorporado na Escritura; mas acha-se no Documento No. 16.

forma attendível, baixára por sua Real Rezolução de seis de Julho do corrente anno, ordem ao dito tribunal para lhe mandar passar Provizaõ de Graça para poder afforar o dito terreno acima de signado e confrontando, ao dito Carlos Francisco Prego pela quantia de 106,000 reis annuos, que heraõ 5,000 reis sobre o lanço que tinha offerecido Jacome Ratton * e 6,000 reis sobre a avaliação que os peritos lhe tinhaõ dado de foro em fatuo zim perpetuo, cujo acto de empraçamento se faria na presença delle Ministro, e com as condiçoens que declarava a sua dita informaçã † de se emendarem as torturas do Rio das Enguias athé os pontos de que se faz menção no dito Mapa ‡ e se fazerem as vallas neçessarias apontadas por elle Ministro, e Engenheiros § que o acompanharã nas diligencias de vestorias a que tinhaõ procedido..... E tirando logo o dito Procurador pelas Regias Provizoens e Rezoluçoens de Sua Magestade que por copia as accompanha, o que tudo hira transcripto ao diante, || apresentado tambem o Mapa que háde regular a obra, ¶ o dito Ministro as leo, e cumprio, ordenado me que depois de Solemnizado este con-

* Hé falço como se vé do Documento No. 14. em que Ratton offereceo 6,000 reis mais que nenhum outro lanço.

† O mesmo que já fica dito na Nota, pag. 333.

‡ O mesmo que já se dice na Nota, pag. 333.

§ Foi omissão grave na Escripura o não declarar que sómente se principiaria na factura da proposta Marinha depois de completas as obras a respeito do encamento das aguas a que estavaõ obrigados, e approvadas por nova vestoria do Ministro e Engenheiros.

|| Todos esses documentos deviaõ fazer parte da Escripura, como as proprias Procuraçoens.

¶ Por isso tal Mapa devia hir anexo á Escripura como parte essencial da mesma.

tracto auctuasse as ditas Regias Provizoens* e que lhas fizesse concluzas, e que entrasse a clauzula de se fazer huma Ponte de pedra bem construida e forte com a largura da Estrada que vai do Batel para Samora Correa, pois como a vala que se hade fazer pela parte do Norte do Sapal háde desembocar no Tejo, e háde cortar a Estrada publica se precisava della para serventia do mesmo publico, a cuja obra se obrigaría hum dos Outorgantes † e a trazella sempre bem preparada..... o que assim pediraõ com as mais condiçoens que Sua Magestade manda celebrar o seu contracto, como entendessem, e ajustassem; pelo que logo pelo dito Revº. Padre Bernardino, Procurador do Excellentissimo authorgante foi dito, que em nome do seu constituinte, e seus successores, pela melhor via, e forma de Direito, de hoje para todo sempre emprazava, e dava de afforamento em fateozim perpetuo ao dito Carlos Francisco Prego, e para seus herdeiros, &c. &c. por 106,000 mil reis de foro annual, &c. &c. sendo o Laudemio de quarentena em cazo de venda, &c. &c. E que á sua custa fará elle enfiteuta a Ponte aqui declarada, e elle ou herdeiros trazella sempre bem preparada, e da mesma sorte sera feita toda a mais obra com que lhe foi concedida a Graça de fazer este emprazamento, e designado no Mapa, que se enviou ao dito Dr. Provedor, quer estas obras importem em muito ou em pouco.‡ O que

* O mesmo que fica dito nas notas precedentes, e com iguaes fundamentos.

† Nada fizeraõ a este respeito, em contravenção ás Reaes Rezoluçoens, e á propria Escriptura.

‡ Formal obrigação do foreiro, a que em nada cumprio, e a que deve ser constringido sem demora, sub pena de se fazer á sua revelia, em razão do bem publico.

sendo ouvido pelo dito Carlos Francisco Prego foi dito que aceitava o emprazamento com as clauzulas expreçadas, e Decretadas por Sua Magestade, &c. &c.

Seguem-se-lhe as Provições, Decreto, e mais papeis, que acima se vio que o Provedor, ordenou ao Escrivão que os auctuasse, e lhos fizesse conclusos depois da Solemnidade do Contracto, e saõ:

1º. Provizaõ do Dezebargo do Paço de 22 de Novembro de 1797, em consequencia da Real Resolução de Sua Magestade de 6 de Julho do mesmo anno, tomada em Resolução de Consulta do mesmo Tribunal para effeito de se effectuar o dito afforamento a Carlos Francisco Prego pela quantia ja estipulada segundo a informação do dito Provedor de 2 de Março * do mesmo anno, e o proprio Mapa topografico para que ambas as peças sirvaõ de guia, e que acompanháraõ ao dito Provedor esta Provizaõ. O Mapa foi assignado pelo Escrivão da Coroa na sobre dita Meza, e tambem foi o Real Decreto de 11 de Outubro dito anno.

2º. *A propria Informaçãõ acima citada do referido Provedor da Commarca na data de 2 de Março de 1797, que incluye o Assento dos Engenheiros feito em Vestoria, elle prezente, em 27 de Fevereiro do mesmo anno, cuja lhe foi tornada a mandar pelo Dezebargo do Paço, quando por este Tribunal se lhe authorizou de proceder ao contracto do mencionado afforamento, para que taes documentos, Assento,*

* Hé peça principal que tudo decide á vista do Mapa, que lhe serve de guia.

Informação e Mapa servicem na Escriptura de se poder conhecer as obrigaçoens do Emphiteita Prego. Em rezumo da certidão do Escrivão da Provedoria de Setubal na data de 23 de Julho de 1813 extrahida dos Autos respectivos fo. 9. que paraõ no seu Cartorio, &c. &c.

Depois de haver o Provedor narrado o parecer do Padre Estevão Cabral que por extenço vai transcripto no documento junto No. II. e explicado em que o desaprovava, prossegue em dizer..... Não fico com tudo dispençado de mostrar a quem incumbem as despesas da execução de hum tal plano, e consultando o Direito e a razão que o Senhor de Pancas não devendo fazer obra nova no Seu Predio sem segurar o prejuizo dos vezinhos he obrigado ás despesas da emenda do Rio desde o ponto 4, athé a Barroca d'Alva, cuja emenda hé igualmente precisa assim para a segurança das mais Marinhãs, como para a segurança e beleza da que pertende fazer. Pelas mesmas razoes deve elle contribuir com as despesas da Valla MNK athé o ponto K correndo por conta de Ratton o abrir a Valla K. 2. se quizer enxuto o seu Paul do Torraõ. A utilidade publica só pode servir de fundamento justo para constranger o Senhor de Pancas a que consinta que se abra esta Valla pelo seu predio resarsindo-lhe o proprietario do Paul do Torraõ qualquer damno que della rezulte, tanto pelo espaço que ocupa a Valla K. 2. como pela maior largura e profundidade que deverá ter a Valla MNK * destinando-se taõ bem para receber as Aguas daquelle

* Nada pode embaraçar que os terrenos superiores tenham a sua natural vazão por aquelles que lhe são mais baixos: aqui se enganou o Dr. Provedor a respeito da apontada indemnização.

Paul. Devo tambem advertir com o Padre Cabral, que para se enxugarem os Paús das Rilvas, e Rio frio, e conseguir-se a util navegação da Valla da Ponte nova athé o sitio das Rilvas hé necessario demolir a Ponte nova ou fazer-se-lhe outro arco* com mais altura para que possa passar hum barco com vellas arreadas. A largura de 9 palmos que tem o arco existente não he bastante para dar prompta vazaõ a tantas Aguas quantas a elle concorrem, e são muito attendiveis os embaraços que sente a condução do Carvão para a fabrica da Polvora, † fazendo-se athé a Ponte em huma pequena barca, que ali descarrega para passar a carga a outra embarcação, &c. &c.

Assento dos Engenheiros em Vestoria na prezença do Dr. Provedor em 27 de Fevereiro de 1797.

No sitio do Váo (dito dia) veio o Dr. Provedor desta Commarca Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, commigo escriptaõ do seu cargo, e sendo ahi presentes o Rev. Padre Estevão Cabral, e Pedro Joaquin Xavier, e Cypriano Jozé da Silva, Lente e Substituto da Aula de fortificação e Artilharia e Dezenho, o dito Ministro ordenou que á vista da Planta ‡ que representava o Rio das Enguias e suas Margens

* Obra com effeito muito necessaria, mas para a qual hé de justiça que ás despesas rezultantes concorraõ todos quantos desta obra hajaõ de perceber utilidade.

† Esta Real Fabrica da Polvora hé quem mais deveria concorrer por ser quem mais utilidade della háde perceber desde logo: para nada tem contribuido na factura dessa Valla.

‡ Tal Mapa ou Planta foi por mim mandada fazer á minha custa por occasiaõ da diligencia que fiz de afforar aquelle Sapal. Achasse aqui em copia debaixo do No. 9.

desde a sua desembocadura no Tejo até ao Paul do Torraõ conferissem o Plano proposto pelo dito Padre para a cultura do mesmo Paul, e das Terras da Barroca d'Alva, o Paul das Rilvas, e como o Plano já delineado no Mapa só com o objecto de conduzir todas as Aguas ao Tejo, sem que a factura da Nova Marinha que pertende fazer-se no Sapal de Pancas prejudique todas as outras que existem nas margens do mencionado Rio, e depois de tudo visto, e haverem recebido o juramento dos Santos Evangelhos para declararem em suas consciencias o que entendiaõ a respeito de hum e outro Plano, e da combinação de ambos os dois fins da cultura do Paul do Torraõ, Paul das Rilvas, e Rio frio, e da construcção da nova Marinha que pertende-se fazer no Sapal de Pancas, uniformemente concordaraõ nos pontos seguintes: primeiro, que feita a emenda de signada no Mapa pelas linhas tiradas do ponto 4 pelos pontos 5, R. até X. ficava inteiramente livre e desembaraçada a cultura do Paul das Rilvas, isto hé; tinhaõ as Aguas toda a expedição precisa para poder tratar-se da cultura do dito Paul; e tambem das Terras da Barroca d'Alva por este lado: porem que precisa emendar-se a Valla deligneada no Mapa no ponto 5 para evitar o encontro das duas correntes no mesmo ponto, fazendo-se a emenda com huma curva, que tendo a sua extremidade nos pontos 4, e R. passe na vezinhança do ponto 5, como se de signou no Mapa por linhas novamente tiradas na presença do mesmo Ministro. Segundo: que o despejo das Aguas do Paul do Torraõ se fariaõ muito commodamente pela Valla MNK abrindo-se desde K até 2. ficando a arbitrio do Proprietario do Sapal o abrir a dita valla ou guarda Mato por onde lhe fizer mais conta, com tanto que não tenha menos de vinte

palmos de largura, com tal profundidade que fique o fundo da Valla em nivel com a baixa Mar. E declararaõ mais: que a cultura do Paul das Rilvas, e Rio frio dependia da demolição da Ponte nova, cujo arco não tendo mais largura que nove palmos não pode dar vazaõ ás Aguas que ali são conduzidas pela Valla, precisando-se por tanto que a dita ponte se demula, não só para a expedição das Aguas, mas para se fazer navegavel athé as Rilvas, construindo-se neste cazo huma Nova Ponte que dê passagem ás embarçaçoens, se se julgar precisa a passagem da Valla*. E por esta maneira diceraõ tinhaõ acabado e dado sua declaração com os fins a que se propunhaõ, e detudo para constar mandou o dito Ministro lavrar este auto, que dou fé ser verdade o seu contheudo, que assignou com todos os contemplados nelle. E eu Józé Manoel de Andrade Freire Escrivaõ da Provedoria o Escrevi e assignei — Oliveira — Jozé Manoel de Andrade Freire — Estevaõ Cabral — Cypriano Jozé da Silva — Pedro Joaquin Xavier.

FIM.

* Essa passagem hé não só precisa mais indispensavel á Serventia das fazendas da Barroca d'Alva pois que as separa; mas a respeito da despeza a fazer para demolir a actual ponte, e construir outra nova de competente largura, e altura devem todos os interessados no beneficio contribuir proporcionalmente para as despezas rezultantes.

INDEX.

	Fol.
PREAMBULO	1
RECORDAÇOENS	6
§ 1. Meu Nascimento, em que lugar; meus Paes e Avôs.	6
2. Vinda de meus Paes a Portugal	6
3. Minha vinda a Portugal; minha entrada no Commercio; minha admição na Sociedade de commercio de meu Pay e Thio	8
4. Minha primeira jornada a França, e com que fim me foi per- mitida por meus Paes; de como na minha volta a Lisboa exigiraõ de mim que fizesse escolha de Esposa: qual esta foi, e como foi pedida	8
5. Meu casamento: filhos que delle houve e seus estabelecimentos	10
6. Sociedade com Bonifas e outros.	12
7. Retirada de meus Paes para França, e seus falecimentos.	13
8. Minha ida a Macon, e circumstancias respectivas a meus filhos	13
9. Cessaõ de meus bens patrimoniaes em França, como antici- pada legitima de minhas Filhas.	14
10. Memoria dirigida á Convenção Nacional de França	15
11. Causas das minhas desavenças com o meu concunhado Fran- cisco Palyart	16
12. Causa de meus Paes deixarem Portugal.	17
13. Epoca, e Successos respectivos ao Terramoto de 1755.	18
14. Partida de meus Paes para a Cidade do Porto, a sua estada, e volta; perda que soffreu a nossa Caza; especificação das differentes Cazas que habitei do terramoto de 1755 em	

I N D E X.

	diante, athé a minha deportação; como tambem as differentes mudanças da Alfandega grande	22
15.	Opinião publica de minha pessoa, votado em Deputado da Companhia de Pernambuco, que não aceitei por motivos particulares, e tambem proposto para o lugar de Provedor da Caza dos Seguros por occasião do fallecimento de Jozé Vienne, depois nomeado Deputado da Real Junta do Commercio, e a final de que forma tenho sido demetido	25
16.	Fabrica de Chitas por mim projectada em 1764. Especificação das fabricas então existentes em Portugal. Opinião geral que então havia a respeito de fabricas no Reino, como 20 annos depois teve lugar a primeira de Chitas e seus successos	27
17.	Fabrica de Papel projectada por mim, a qual posto que não tivesse lugar, promoveo o estabelecimento de outras	29
18.	Fabrica de Chapeos finos por mim estabelecida em Elvas, e a 1. ^a em Portugal por Conta de particulares, seguida de aquella creada em Lisboa por Gabriel Milliet, que depois comprei	31
19.	Fabrica de fiação de Algodão por maquinismos movidos por Agua, na Villa de Thomar, principiada a eregir em 1789 por mim, e por Verdier, de quem nos separamos em 1794 deixando-lha em propriedade; já com hum dezembolço meu de 150 mil Cruzados.	32
20.	Testemunho de minha gratidão aos habitantes da Villa de Thomar.	36
21.	Fabrica de Fiação, tambem por maquinismos movidos por Agua na Quinta da Prova, do Excellentissimo Senhor Antonio de Araujo de Azevedo: O que athé agora por mim, e minha Caza se tem passado a este respeito, e o estado em que de presente se acha	37
22.	Os Predios da Barroca d'Alva; sua descripção; estado em que os achei: Natureza do titulo por que me pertencem, lugar em que se acha registado. As bemfeitorias que lhe tenho feito, &c. &c. &c.	40
23.	Viveiro de Amoreiras brancas na Barroca d'Alva, meu contracto de dez mil com a direcção da Real Fabrica da Seda, e duas	

INDEX.

§	Fol.
mil que me comprou o Marquez de Pombal. Benigno agrado que me mostrou o Senhor Rei D. Jozé.	56
24. Exposição de hum Serviço feito á França e representado á Convenção Nacional, com approvação do Governo Portuguez	59
25. Vinte e sete annos de administrador da Caza de Torres, nomeado por Decreto Real	60
26. Predio do Calvario, e projectos a seu respeito.	61
27. Fabricação do Tabaco rapé em Lisboa	65
28. Candieiros de Argan	65
29. Caixas fumigatorias para salvar os asphixiados	65
30. Despachos da Alfandega numerados.	66
31. Projecto de formação de mappas estatísticos do Reino, trienaes	66
32. Registros que apresentei na Real Junta do Commercio para cada repartição de materias, nos quaes, riscados em columnas, se deveriaõ lançar á sua entrada os requerimentos numerados, e depois os despachos progressivos	68
33. Projecto sobre as hypothecas	70
34. Resolução Regia succitada por mim, a qual, nos cazos de protestos iguala as Lettras de cambio da terra a aquellas giradas em praças estrangeiras	71
35. Estado das relações commerciaes de Portugal com as nações estrangeiras até o terramoto de 1755: Foraõ consequencias desta catastrophe as Leis dos fallidos, e de se não prender por divida. A navegação que se fazia por frotas annoaes cresceu logo que se fez por navios soltos, e isto por effeito da Paz com Marrocos, e se lhe haver abandonado a praça de Mazagaõ.	72
36. Providencia que eu propuz ao Tribunal para complemento da lei dos fallidos.	74
37. Administração da massa dos fallidos, e de aquellas na Caza da India de negociações aos portos de Azia.	76
38. Sobre a hypotheca pertencente aos fretes de Navios vindos do Brazil.	77
39. Creação de hum Porto Franco em Lisboa, e a sorte que teve	81
40. Sobre a Direcção da Real fabrica da Seda e obras das Aguas livres	85

INDEX.

§	Fol.
Propriedade de fabrica de alcobaça transferida a particulares	85
Carta topografica dos canos das Agoas livres.	85
41. Proposta minha para se transferir a particulares a propriedade da Real fabrica da Seda; sobre a palavra <i>Empenho</i>	88
42. Origem da Real fabrica da Seda, e de outras muitas que por aquella via se criaraõ de novo, taes como: Cutellaria, Relojoaria, Pentes de marfim, Caixas de papelaõ, Verniz de goma copal, Lacre, Tornos altos de tornear, Fundiçaõ de Metaes, de Estuques e Escaiolas, Louça faiança, de Cambraias e Esguioens, de Tinturaria, de Teares para meias, de Verrumas e Sovelas, de Chapeos finos, Escolas de dezenho, Fabrica de botoens de metal	90
43. Continuaçaõ de estabelecimento de fabricas pela repartiçaõ da Junta do Commercio, com fundos provenientes do Donativo de quatro por Cento de direitos de entrada nas Alfandegas, cujo donativo foi offerecido a El Rey em nome do Commercio pela respectiva Junta, para a re-edificaçaõ dos Edificios publicos, confiada á sua manutençaõ, e com que tambem ella criou as fabricas de Laneficios da Covilhaa, Fundaõ e Portalegre	93
44. Empréstimo de outenta mil cruzados a Guilherme Stephens para a erecçaõ da fabrica de Vidros Cristalinos no Sitio da Marinha grande.	94
45. Meios geraes empregados no Governo do S. Rey D. Jozé para promover a introducçaõ das Artes fabriz em Portugal, e seus boms effeitos	95
46. Sobre a utilidade que resulta das fabricas nacionaes, e da necessidade de as proteger	96
47. Sobre a introducçaõ do Papel moeda.	100
48. Proposta minha para hum fabrica de Armas por hum Companhia, no Porto de St. Martinho.	103
49. Projecto meu sobre a restauraçã do Porto e Bacia de St. Martinho.	104
49. Memoria que dirigí a D. Rigo de Souza Coutinho, por maõ de	

INDEX.

	Fol.
seu Guardaroupa, fechada, lacrada, e meu nome sómente no sobre escrito. Sobre o Contrato do Tabaco	109
Sobre as Saboarias	112
Meio que indiquei para a Real Fazenda lucrar annualmente dois milhoens mais sobre o producto do excluzivo do Tabaco	115
Sobre o Paõ Brazil e Urzela.	118
Sobre reforma de Pessoas superfluas em qualquer repartição publica	119
Sobre providencias a respeito do peixe fresco	120
Sobre materia relativa ao Real Erario, falta de cobrança de dividas antigas.	121
Sobre a cumulação de muitos cargos em huma mesma Pessoa	122
Meio proposto tendente a obstar a tirada por alto de fazendas dentro do Porto.	124
50. Acontecimentos mais notaveis do Ministerio de D. Rodrigo de Souza Coutinho	125
Creação de Guarda da Policia em Lisboa	125
Campo Grande	125
Nitreiras	125
Impressão Regia, a sua administração, e Fabrica das Cartas de jogar	125
Fabrica de Papel em Alemquer.	125
Hospital da Marinha	129
Meus encontros com este Ministro	129
51. De algumas couzas mais notaveis que se tem passado proximo a meu tempo, no Reinado do Senhor Rey D. João V	133
52. Reinado do Senhor Rey D. José	136
De Sebastião Jozé de Carvalho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino	136
Diogo de Mendonça Corte Real, e o Dezembargador do Paço Antonio da Costa freire, este muito valido del Rei e o outro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra	136
Acontecimento extraordinario do Dezembargador do Paço Lucas de Siabra da Silva, com o Conde de Oeiras (Sebas- tião Jozé de Carvalho)	147

I N D E X.

§	Fol.
53. Do Ministro da Marinha Francisco Xavier de Mendonça, Irmão do Conde de Oeyras e depois Marquez de Pombal	152
54. Do Cardeal Paolo de Carvalho, outro irmão do Marquez de Pombal (Sebastião Jozé de Carvalho) Foi Presidente do Senado e Commissario Geral da Bulla da Cruzada.	156
55. Sebastião Jozé de Carvalho, de Conde de Oeyras, creado Marquez de Pombal.	
Cazas conventuaes dos Jesuitas em Lisboa, e sua applicação depois da expulção dos Padres.	
Creação da Meza Censoria composta da uniaõ das tres Authoridades, Inquizição, Civil, e Ordinario, para a revisaõ e censura dos livros, e direcção dos Estudos do Reino.	
Creação do Real Collegio dos Nobres, em huma das quatro cazas que foraõ dos Jesuitas.	
Creação do Real Collegio de Mafra pelos Conegos Regrantes de Sto. Agostinho, aos quaes se deo aquelle convento e Igreja por se lhe haver tomado aquelle seu de St. Vicente de fora para Patriarchal.	
Reforma da Universidade de Coimbra, e Criação de novas cadeiras, Professores Estrangeiros, Estatutos novos, e instauração della, feito pelo Marquez de Pombal, em qualidade de Lugar Tenente de El Rey.	160
56. Assignalada protecção do Senhor Rei D. Jozé a favor do Commercio, e sua severidade em reprimir os Contrabandos. . .	167
Companhia das Vinhas do Alto Douro, sua criação, Privilegios, e Jurisdicção; o figurado Levantamento da Cidade do Porto, por occasiaõ do estabelecimento desta Comp ^a . Reflexoens sobre o ponto de utilidade a ella se conservar ou se lhe abolir todos os privilegios e jurisdicção, mas ficarem os accionistas que quizerem, unidos em Sociedade particular a concurso com os outros no mesmo commercio	167
57. Companhia do Gram Pará, e Maranhãõ; Estado em que se achavaõ estas Colonias, e o melhoramento que receberaõ por effeito da Companhia, assim como o proprio Commercio, e Comerciantes Nacionaes	179

INDEX.

§	Fol.
58. Companhia de Pernambuco e Paraiba; estado em que se achavaõ estas Colonias, e melhoramento-que receberaõ por effeito da Companhia, e o proprio Commercio Nacional	182
59. Companhia para a Pesca da Baléa nas Costas do Brazil, e contracto do Sal para aquelle Estado; Reflexoens relativas a este objecto, principalmente. Sobre aquelle do Azeite, assim de Baléa como do de Azeitonas, e mesmo a respeito das Oliveiras.	183
60. Companhia da Pescaria do Atum e da Sardinha nas costas do Algarve, ainda existente, e reflexoens a este respeito	188
61. Estabelecimento da Aula do Commercio, necessidade que della havia: e proveitos que produzio.	190
62. Junta do Commercio; sua creação: suas attribuiçoens ou encargos: seus Provedores e Secretarios: qualidade destes, e dos Deputados: sua creação pela Rainha Que Deos Guarde, em Tribunal Supremo com a denominação de Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, &c. &c.	195
63. Bacia de Paço d'Arcos, construida no Reinado do Senhor Rei D. Jozé, para se recolher nella as embarçaçoens destinadas a levar socorros a Navios que sobre a Barra se vissem em perigo; e que por se ter entulhado de Area se formou depois debaixo da Administração de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Outro projecto de se lhe supprir com outra Bacia na foz do Rio de Oeyras, que hé mais chegado ao lugar do perigo, mas que foi obstado pela invasão	212
64. Real Erario—Sua creação—Primeiros empregados Ordenados — Reflexoens Subsequentes	214
65. Serie dos Architectos da Cidade, e do Governo — Extensão de Lisboa pelo terramoto de 1755	220
66. Sobre o arruamento das classes de Mercadores em Lisboa. . .	228
67. Sobre o Monumento da Estatua equestre do Senhor Rey D. Jozé em Lisboa.	230
68. Sobre Jozé de Siabra da Silva, por duas vezes Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino	234

I N D E X.

§	Fol.
69. Sobre o Cardeal da Cunha, Ministro de Estado, Inquizidor geral e Regedor da Justiça	241
70. Sobre Martinho de Mello e Castro, Secretario d'Estado	244
71. Sobre o Marquez de Angeja Prezidente do Real Erario	248
72. Sobre o Visconde de Villa Nova da Cerveira, depois Marquez de Ponta de Lima, Secretario d'Estado.	248
73. Sobre Luiz Pinto de Souza, depois Visconde de Balsemao, Secretario d'Estado	251
74. Sobre Don Joao de Bragança, Duque de Alafoens, Marechal General, Ministro d'Estado	253
75. Sobre Don Diogo de Noronha, Conde de Villa Verde, Secretario d'Estado.	255
76. Sobre Joao Rodrigo de Sá, Visconde de Anadia, Secretario d'Estado.	256
77. Sobre Luiz de Vasconcellos e Souza, Prezidente do Real Erario	256
78. Sobre a familia dos Cruzes	257
79. Do meu comportamento durante, e depois da Invazao, até a minha Deportacao.	264

COLLECÇÃO DAS PROVAS.

No 1. Requerimento de Jacome Ratton a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, remetido de Londres em 13 de Novembro de 1810, pelo primeiro Paquete que foi para o Rio de Janeiro depois da sua chegada a Inglaterra, acompanhado de Documentos Seguintes de No. 1 a 6	276
Documento No. 1. Extracto de Morning Post de 5 de Outubro (Conspiração de Lisboa).	279
Documento No. 2. Extracto da mesma folha, de Nov. 1810, em resposta a No. 1	280
Documento No. 3. Extracto da mesma folha, de 7 de Nov. 1810. (Carta de hum anonimo)	282
Documento No. 4. Extracto da mesma folha, de 10 de Nov. 1810. em resposta a No. 3	283

INDEX.

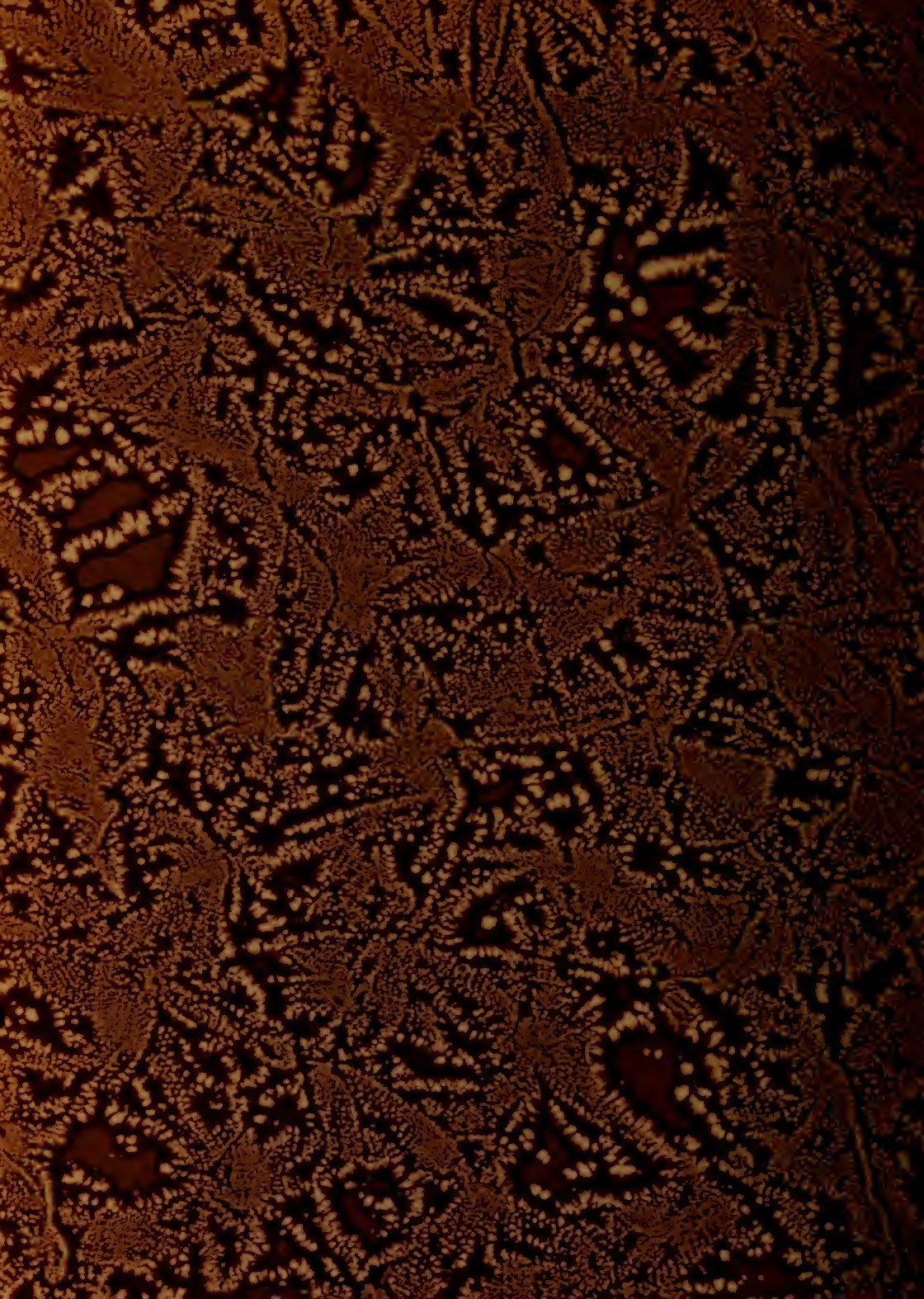
§	Fol.
Documento No. 5. Artigo que se inserio na folha Correio de Londres.	284
Documento No. 6. Extracto da Gazeta Official de Lisboa No. 259. de 29 de Outubro de 1810	284
No. 2. Petição de Jacome Ratton, por seu filho, para que da Secretaria d'Estado se lhe mande passar Certidão do Registro que no Mez de Agosto se expedio ao Intendente Geral da Policia a respeito do Supplicante	285
Despacho do refferida Petição, e Certidão do dito Registro	285
No. 5. Memoria de Jacome Ratton á Convenção Nacional de França, para reclamar o levantamento do Sequestro, que por occasião do falecimento em 1794 de Sua May, de quem elle hera unico herdeiro, o Departamento de Saone e Loire havia mandado por em todos os seus bens	286
No. 6. Petição de Jacome Ratton a Sua Magestade Fidelissima, a Rainha Nossa Senhora, em que requeria o seu Real Beneplacito para poder uzar da dita Memoria No. 5. com que acompanhou a dita Petição.	294
No. 7. Authorização tacita pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em deferimento do Requerimento supra No. 6.	295
No. 8. Carta do Official da Secretaria de Estado, Gaspar da Costa Posser, dirigida a Jacome Ratton, em 7 de Dezembro de 1775 por ordem do Secretario d'Estado Martinho de Mello e Castro	296
No. 10. Suplica da Camera, Nobreza, e Povo da Villa de Alcoxete a Sua Magestade a Rainha, em data de 7 de Novembro de 1795, a respeito da Abertura do Rio das Enguias, acompanhado de 3 documentos seus appendices.	297
Documento No. 1. Certidão do Parrocho d'Alcochete em como sobre a povoação dos districtos vezinhos do Rio das Enguias não se haver criado hum homem nos vinte annos que se achava no lugar, isto por cauza da infecção produzida pela estagnação das Aguas em razão da insufficiencia do Rio das Enguias	304

I N D E X.

	Fol.
Documento No. 2. Ordem da Intendencia Geral da Policia aos Magistrados Territoriaes para se darem sahida as Agoas estagnantes. Maio 1795	306
Documento No. 3. Relaçãõ por Certidaõ do quanto rende annualmente á Fazenda Real o Termo da Villa de-Alcochete	309
No. 11. Informaçãõ do Padre Estevaõ Cabral sobre os alagamentos dos terrenos adjacentes ao Rio das Enguias, em Novembro, 1796.	310
No. 12. Informaçãõ remetida a Secretaria d'Estado em Agosto, 1807 pelo Dezembargador Provedor da Commarca de Setubal em rezulta de Vestoria mandada fazer por dois Engenheiros hydraulicos no Sitio do Rio da Enguias, em rezulta de Requerimento de Jacome Ratton	320
No. 13. Copia do Requerimento de Jacome Ratton pelo Dezembargo do Paço, para o afforamento de parte do Sapal de Pancas em 1787, para nelle poder á sua custa abrir competente Alveo ao Rio das Enguias	326
No. 15. Rezumo da Escriptura de Afforamento da parte do Sapal de Pancas junto ao Rio das Enguias a Carlos Francisco Prego, em 2 de Dezembro, 1797, e Papeis juntos	332



1/2 of the
to Chaiyong
1/2 of the



PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

Ratton, Jacome
Recordações de Jacome
Ratton sobre ocorrências
do seu tempo

